

38/1 (2024)

revista do centro de estudos humanísticos

diacrítica

Património Textual – Abordagens interdisciplinares

Textual Heritage - Interdisciplinary Approaches



A *Diacrítica* é uma revista científica, de cariz multidisciplinar, dedicada aos estudos literários, culturais, linguísticos e artísticos. É editada pelo Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho (CEHUM), desde 1986, e subsidiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Desde janeiro de 2017 é publicada em formato eletrónico, com periodicidade trimestral.

A Revista está registada com o ISSN 2183-9174 (formato eletrónico) e 0870-8967 (formato em papel) e está licenciada com uma Licença Creative Commons CC BY-NC.

Diacrítica is a multidisciplinary scientific journal devoted to literary, cultural, linguistic and artistic studies. It has been edited by the Center for Humanistic Studies of the University of Minho (CEHUM) since 1986 and is funded by the Portuguese Foundation for Science and Technology. Since January 2017, it has been published in electronic format on a quarterly basis.

The Journal is registered with ISSN 2183-9174 (electronic version) and 0870-8967 (paper version) and is distributed under Creative Commons CC BY-NC license.

Editoras responsáveis / Editors-in-chief

Maria do Carmo Lourenço-Gomes e Márcia Oliveira

Direção da Revista / Journal Management

Vítor Moura, Margarida Pereira e Idalete Dias (Direção do CEHUM)

Comissão científica / Scientific Committee

Abel Barros Baptista (Universidade Nova de Lisboa, Portugal); Antónia Coutinho (Universidade Nova de Lisboa, Portugal); António Branco (Universidade de Lisboa, Portugal); Augusto Soares da Silva (Universidade Católica Portuguesa, Portugal); Bernard McGuirk (University of Nottingham, Reino Unido); Clara Rocha (Universidade Nova de Lisboa, Portugal); Conceição Paiva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil); Fátima Oliveira (Universidade do Porto, Portugal); Fernando Cabo Aseguinolaza (Universidad de Santiago de Compostela, Espanha); Helder Macedo (King's College, Reino Unido); Helena Buescu (Universidade de Lisboa, Portugal); José Luís Cifuentes Honrubia (Universitat d'Alacant, Espanha); José Luís Rodriguez (Universidade de Santiago de Compostela, Espanha); Jürgen M. Meisel (Universität Hamburg, Alemanha / University of Calgary, Reino Unido); Maria Alzira Seixo (Universidade de Lisboa, Portugal); Maria Irene Ramalho (Universidade de Coimbra, Portugal); Maria João Freitas (Universidade de Lisboa, Portugal); Nancy Armstrong (Duke University, Estados Unidos da América); Rui Marques (Universidade de Lisboa, Portugal); Tomás Albaladejo Mayordomo (Universidad Autónoma de Madrid, Espanha).

Diacrítica, volume 38, número 1 (2024)

Dossiê temático: *Património Textual – Abordagens interdisciplinares / Textual Heritage – Interdisciplinary Approaches*

e-ISSN: 2183-9174 / ISSN: 0870-8967 (impresso)

DOI: <https://doi.org/10.21814/diacritica.38.1>

Website: <https://revistas.uminho.pt/index.php/diacritica>

Editores convidados: Gonçalo Fernandes (CEL, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), Márcia Oliveira (CEHUM, Universidade do Minho) e Maria do Carmo Lourenço-Gomes (CEHUM, Universidade do Minho).

Revisão: Ana Cristina Silva, Maria do Carmo Lourenço-Gomes, Márcia Oliveira

Revisores científicos:

Alessandro Beccari (Universidade Estadual Paulista); Alcía Duhá Lose (Universidade Federal da Bahia); Álvaro Iriarte (Universidade do Minho); Amália Mendes (Universidade de Lisboa); Anabela Leal Barros (Universidade do Minho); Bruna Polachini (Universidade de São Paulo); Camila Concato (Universidade Presbiteriana Mackenzie); Carla Almeida (Universidade Aberta); Carlos Assunção (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro); Carlos Pazos-Justo (Universidade do Minho); Christian Vinci (Universidade Estadual de Campinas); Cyntia Ribeiro (Universidade de São Paulo); Fernando Brissos (Universidade de Lisboa); João Marcelo Martins (Universidade do Minho); Juan María Gomez (Universidad de Extremadura); Leonardo Kaltner (Universidade Federal Fluminense); Luísa Coheur (Universidade de Lisboa); Maria Carlota Rosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro); Maria Celeste Rodrigues (Universidade de Lisboa); Mário Avelar (Universidade de Lisboa); Monica Lupetti (Universidade de Pisa); Nádia Canceiro (Universidade de Lisboa); Nuno Ribeiro (Universidade Nova de Lisboa); Olga Ferreira Coelho Sansone (Universidade de São Paulo); Olga Gonçalves (Universidade de Évora); Orquídea Moreira Ribeiro (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro); Paulo Osório (Universidade da Beira Interior); Purificação Silvano (Universidade do Porto); Ricardo Cavaliere (Universidade Federal Fluminense); Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro); Ronaldo de Oliveira Batista (Universidade Presbiteriana Mackenzie); Sonia Cyrino (Universidade Estadual de Campinas); Teresa Nunes (Universidade de Lisboa).

INTRODUÇÃO (Vol. 38.1/2024)**FOREWORD (Vol. 38.1/2024)**

Gonçalo Fernandes*

gf@utad.pt

Márcia Oliveira**

marciacoliveira@elach.uminho.pt

Maria do Carmo Lourenço-Gomes***

mclgomes@elach.uminho.pt

Na sequência do XXIV Colóquio de Outono, realizado na Universidade do Minho em novembro de 2022, organizado por Anabela Leal de Barros, Idalete Dias, Isabel Cristina Mateus, Sílvia Araújo e Vítor Moura (CEHUM), reunimos um conjunto de contribuições no Dossiê Temático do volume 38.1 da Revista Diacrítica focando precisamente a temática do património textual em língua portuguesa. O dossiê temático do volume 38.1 (2024), “Património Textual: Abordagens Interdisciplinares”, constituiu assim uma oportunidade para ampliar a temática do evento, promovendo uma abordagem especializada nos domínios dos estudos literários, linguísticos, culturais, estéticos e filosóficos, com especial destaque para as áreas da filologia e da crítica textual. Para além do dossiê temático, são ainda apresentados, nesta introdução ao volume, os artigos que compõem as secções Varia e Recensão.

Palavras-Chave: Património textual. Revista Diacrítica Vol. 38.1. Edição textual. Edição digital.

Following the XXIV Autumn Colloquium, which took place at the University of Minho in November 2022, an event organised by Anabela Leal de Barros, Idalete Dias, Isabel Cristina Mateus, Sílvia Araújo and Vítor Moura (CEHUM), we put together a series of contributions in the Special Issue of volume 38.1 of Revista Diacrítica focusing precisely on the theme of Textual Heritage in the Portuguese language. The special issue of volume 38.1 (2024), “Textual Heritage: Interdisciplinary Approaches”, provided an opportunity to broaden the theme of the event, fostering a specialised approach in the fields of literary, linguistic, cultural, aesthetic, and philosophical studies, with special emphasis on the areas of philology and textual criticism. In addition to the thematic dossier, this introduction to the volume also presents the articles included in the Varia and Review sections.

Keywords: Textual heritage. Revista Diacrítica Vol. 38.1. Text editing. Digital edition.

* Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douror, Vila Real, Portugal. ORCID: 0000-0001-5312-6385

** Centro de Estudos Humanísticos, Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Braga, Portugal. ORCID: 0000-0002-2995-2158.

*** Centro de Estudos Humanísticos, Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Braga, Portugal. ORCID: 0000-0001-9003-0438.

•

1. Introdução

O património textual compreende um vasto conjunto de documentos escritos que constituem uma parte crucial do património cultural da humanidade. Estes documentos, que podem variar desde manuscritos medievais a correspondências do século XX, são fontes primárias valiosas para, por exemplo, a pesquisa histórica, literária, cultural e linguística, entre outras áreas do saber. A edição contemporânea de textos é um campo essencial para a sua preservação e acessibilidade, onde diferentes abordagens são aplicadas para atender a diversos objetivos de estudo e preservação.

Com efeito, esta introdução ao volume 38.1 (2024) da Revista Diacrítica, apresenta de forma breve o conceito de património textual e analisa as diferentes tipologias de edição de textos, incluindo edições fac-similadas ou anastáticas, paleográficas ou diplomáticas, semidiplomáticas, críticas e interpretativas. Abordam-se aqui também critérios de transcrição e, em particular, a importância do desenvolvimento das abreviaturas, essenciais para a interpretação hodierna de documentos antigos. A análise foca-se, por isso, na importância destas práticas para a conservação do património cultural e para a acessibilidade dos textos antigos por investigadores e pelo público em geral.

Em Portugal há uma longa tradição sobre as várias modalidades de edição, desde a criação das disciplinas de Paleografia e Diplomática na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Azevedo, Costa & Pereira, 1979; Marques, 2011), sendo alguns dos seus expoentes Avelino de Jesus Costa (1908–2000) (1990, 1993), Sebastião Tavares de Pinho (1937–2020) (1987) e, mais recentemente, Maria José Azevedo Santos (1994). Na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, destacam-se Eduardo Alexandre Borges Nunes (1924–2008), especialmente no respeitante ao desenvolvimento das abreviaturas (Nunes, 1969, 1981), Luís Filipe Lindley Cintra (1925–1991) (1959, 1983 [1951]) e, mais recentemente, Ana Maria Martins (1999). Na Universidade do Porto, António Augusto Ferreira da Cruz (1911–1989) (1987) e José Marques (1937–2021) (2002); e na Universidade do Minho, Amadeu Torres (1924–2012) (1982) e José de Azevedo Ferreira (1942–1995) (1987). No Brasil, é imperativo destacar Leodegário Amarante de Azevedo Filho (1927–2011) (2004), Maria Helena Ochi Flexor (2008), e, mais recentemente, Alícia Duhá Lose e Arivaldo Sacramento de Souza (2018), e ainda Sílvio de Almeida Toledo Neto (2020). Essa tradição de análise paleográfica deriva da necessidade de transcrição de textos medievais latinos, especialmente Adriano Cappelli (1859–1942) (1899), mas recentemente muitos ainda se têm continuado a dedicar a esta problemática a nível mundial, como Bernhard Bischoff (1990), George Tanselle (1989), David Greetham (1994), Bernard Cerquiglini (1989) e Hedwig Gwosdek (2013).

Estes estudos evidenciam, em conjunto, a importância das normas de transcrição e as diversas abordagens à edição e interpretação do património textual, não coincidindo, algumas vezes, na metodologia e defendendo, muitas vezes, até posições e critérios

opostos, o que só enriquece o debate científico e valoriza o património textual da humanidade.

2. Tipologias de edições textuais

Os critérios de transcrição de um texto manuscrito (medieval ou contemporâneo) são sempre passíveis de discórdia não só entre paleógrafos e historiadores, mas também entre filólogos, linguistas e literatos, pois dependem fundamentalmente dos objetivos da própria edição. Há variados casos em que os editores utilizam, na mesma publicação, diferentes edições, como, por exemplo, o fac-simile, uma edição crítica e uma edição atualizada, com ortografia e pontuação modernizada, ou até uma tradução, de forma a cativar um público menos especializado. O fundamental é os autores de cada edição explicarem a tipologia de edição e descreverem justificadamente os critérios de transcrição utilizados.

São múltiplas as tipologias de edições ou reproduções textuais científicas, mas, a nível de codicologia ou da ecdótica, podemos distinguir, de forma abreviada, entre, pelos menos, as quatro seguintes — esta distinção também não é consensual entre os especialistas (veja-se, e.g., Emiliano, 2002) —: edição anastática ou fac-similada; diplomática ou paleográfica; semidiplomática e crítica.

Com efeito, esta introdução ao volume 38.1 (2024) da Revista *Diacrítica*, apresenta de forma breve o conceito de património textual e analisa as diferentes tipologias de edição de textos, incluindo edições fac-similadas ou anastáticas, paleográficas ou diplomáticas, semidiplomáticas, críticas e interpretativas. Abordam-se aqui também critérios de transcrição e, em particular, a importância do desenvolvimento das abreviaturas, essenciais para a interpretação hodierna de documentos antigos. A análise foca-se, por isso, na importância destas práticas para a conservação do património cultural e para a acessibilidade dos textos antigos por investigadores e pelo público em geral.

Em Portugal há uma longa tradição sobre as várias modalidades de edição, desde a criação das disciplinas de Paleografia e Diplomática na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Marques, 2011; Azevedo, Costa & Pereira, 1979), sendo alguns dos seus expoentes Avelino de Jesus Costa (1908–2000) (1990, 1993), Sebastião Tavares de Pinho (1937–2020) (1987) e, mais recentemente, Maria José Azevedo Santos (1994). Na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, destacam-se Eduardo Alexandre Borges Nunes (1924–2008), especialmente no respeitante ao desenvolvimento das abreviaturas (Nunes, 1969, 1981), Luís Filipe Lindley Cintra (1925–1991) (1959, 1983 [1951]) e, mais recentemente, Ana Maria Martins (1999). Na Universidade do Porto, António Augusto Ferreira da Cruz (1911–1989) (1987) e José Marques (1937–2021) (2002); e na Universidade do Minho, Amadeu Torres (1924–2012) (1982) e José de Azevedo Ferreira (1942–1995) (1987). No Brasil, é imperativo destacar Leodegário Amarante de Azevedo Filho (1927–2011) (2004), Maria Helena Ochi Flexor (2008), e, mais recentemente, Alícia Duhá Lose e Arivaldo Sacramento de Souza (2018), e ainda Sílvio de Almeida Toledo Neto (2020). Essa tradição de análise paleográfica deriva da necessidade de transcrição de textos medievais latinos, especialmente Adriano Cappelli (1859–1942) (1899), mas recentemente muitos ainda se têm continuado a dedicar a esta

problemática a nível mundial, como Bernhard Bischoff (1990), George Tanselle (1989), David Greetham (1994), Bernard Cerquiglini (1989) e Hedwig Gwosdek (2013).

Estes estudos evidenciam, em conjunto, a importância das normas de transcrição e as diversas abordagens à edição e interpretação do património textual, não coincidindo, algumas vezes, na metodologia e defendendo, muitas vezes, até posições e critérios opostos, o que só enriquece o debate científico e valoriza o património textual da humanidade.

2.1. Edição anastática ou fac-similada

Uma edição anastática ou fac-similada é uma reprodução fotográfica rigorosa do texto original e não inclui qualquer alteração do texto reproduzido. Para Azevedo Filho (2004, p. 38),

(...) a edição mecânica é um precioso instrumento de trabalho nas mãos de especialistas, atendendo bem às necessidades de leitura paleográfica, embora algumas vezes se tenha de recorrer aos próprios manuscritos, com a ajuda de lentes ou de lâmpadas especiais, ou mesmo com ajuda de raios infravermelhos ou ultravioleta, capazes de revelar traços ilegíveis a olho nu e não reproduzíveis numa fotografia comum, por mais perfeita que seja.

É uma forma de dar a conhecer obras raras, muitas vezes exemplares únicos, “perdidos” em bibliotecas públicas ou privadas, colocá-las ao serviço do bem-comum e protegê-las de usos supérfluos e, muitas vezes, indevidos. Estas edições, quando publicadas em livros, são introduzidas frequentemente por estudos biobibliográficos do(s) autor(es), do contexto histórico e apresentam uma descrição paleográfica ou codicológica, etc.

2.2. Edição paleográfica ou diplomática

As edições paleográficas ou diplomáticas visam reproduzir os textos tal como aparecem nos manuscritos originais, com um foco especial na fidelidade gráfica, muito próxima do original, sem alterações relevantes, mantendo a integridade do documento histórico, respeitando as suas idiossincrasias e oferecendo uma visão autêntica do texto original (Greetham, 1994): “Portanto, numa edição realmente diplomática não deve haver a correção de nenhum erro, nem mesmo a introdução de sinais de pontuação ou qualquer adaptação ortográfica.” (Azevedo Filho, 2004, p. 39). As edições paleográficas fornecem, com efeito, uma representação exata do manuscrito original, permitindo aos investigadores analisar aspetos que vão além do conteúdo textual, como a evolução da escrita e das práticas de produção de manuscritos (Bischoff, 1990). Procuram uma reprodução fiel dos textos, mas com uma ênfase particular na preservação da estrutura e das características formais do documento original, incluindo erros e variações. Este tipo de edição é crucial para estudiosos que desejam examinar as características físicas dos textos, incluindo a caligrafia, a disposição espacial e as peculiaridades gráficas dos manuscritos, especialmente para historiadores e paleógrafos, pois permitem o estudo

detalhado dos documentos no contexto de sua produção. Na perspectiva de Ivo Castro e Maria Ana Ramos (1986),

(...) o linguista quer a edição diplomática. A ele interessa o conhecimento integral do manuscrito: os hábitos de escrita, os erros, a ausência ou presença de acentos e pontos, a regularidade ou irregularidade deste ou daquele grafo, as correções, as rasuras, etc. Uma boa edição diplomática é aquela que responde a todas estas exigências. (Castro & Ramos, 1986, p. 116)

Não se trata, contudo, de uma opinião unânime entre os linguistas, pois, já em 1956, Serafim da Silva Neto (1917–1960) referia que:

A transcrição puramente diplomática é hoje um atraso. Ficamos sempre na estreita dependência do critério e da perícia do editor, que, no entanto, pode ler mal ou não compreender algumas palavras. Por outro lado, em muitos passos, as edições meramente diplomáticas são deficientes e imperfeitas, pois as tipografias modernas são incapazes de reproduzir certos sinais medievais. Com o actual progresso da técnica só se justifica a edição diplomática quando ela vem ao lado do fac-simile. Dessa maneira o leitor pode acompanhar e policiar a leitura. (Neto, 1956, p. 297)

2.3. Edição semidiplomática

As edições semidiplomáticas representam um compromisso entre as edições paleográficas e diplomáticas, com alterações e ajustes, mais ou menos, acentuados, por forma a tornar o texto mais acessível ao leitor moderno, sem comprometer a sua integridade original. Com efeito, a edição semidiplomática procura equilibrar o desejo de preservar uma proximidade com o texto original, mas com alterações de natureza prática, como correções de erros, atualização da pontuação, junção ou separação de palavras, conforme ortografia contemporânea, desenvolvimento de abreviaturas, etc. Este tipo de edição é particularmente útil para leitores que não estão familiarizados com as práticas paleográficas ou com as peculiaridades gráficas dos manuscritos antigos. Em suma, uma edição semidiplomática oferece uma versão legível e acessível do texto, preservando aspetos essenciais da sua forma original (Cerquiglini, 1989). A uma edição similar ao que consideramos como semidiplomática, Leodegário Azevedo Filho (2004, p. 39) apelidou de diplomático-interpretativa, ou seja, uma edição

(...) mais completa que a edição diplomática propriamente dita, introduz um sistema de convenções para a transcrição e leitura do texto (...), pode recorrer a sinais de pontuação e pode adaptar o texto à ortografia atual, juntando partes separadas de um só vocábulo e separando elementos vocabulares conglomerados.

2.4. Edição crítica

As edições críticas vão além da reprodução ou transcrição dos textos, envolvendo uma análise aprofundada e a correção de erros, procurando interpretar o “real” pensamento do(s) autor(es). Os editores críticos comparam diferentes versões do texto, anotam

variações e emendam passagens com base em evidências textuais e contextuais. Esta abordagem é fundamental para a reconstrução de textos que sofreram alterações ao longo do tempo. A edição crítica busca, assim, restituir o texto à sua forma mais autêntica possível, levando em conta todas as testemunhas disponíveis e aplicando um rigor analítico na identificação e correção de erros (Tanselle, 1989):

Tal tipo de edição se volta para obras com tradição textual divergente ou múltipla, devendo então procurar-se a unidade de lição (...). Além das dificuldades paleográficas e codicológicas sempre existentes, a freqüente falta de pontuação, os erros de cópias, as lacunas, as inovações, as corruptelas, as abreviaturas, as interpolações e a própria grafia, com separação de partes de um só vocábulo, ou junção de vocábulos diferentes num só conglomerado, entre vários outros elementos, (...) de tudo isso e de muito mais trata uma edição crítica, a partir de normas de transcrição textual previamente estabelecidas. (Azevedo Filho, 2022, p. 40)

3. Desenvolvimento de Abreviaturas

A transcrição de textos históricos exige a aplicação de normas rigorosas para garantir a precisão e a fidelidade ao texto original. Como já salientámos, as normas de transcrição variam conforme o tipo de edição, mas geralmente incluem diretrizes para a representação de caracteres, pontuação e *layout*. A transcrição deve ser consistente e transparente, permitindo aos leitores compreenderem as decisões tomadas pelo(s) editor(es) e a relação entre o texto transcrito e o original.

Existem, no entanto, muitas diferenças teóricas entre os paleógrafos sobre o desenvolvimento ou desdobramento das abreviaturas e as suas “marcas”. Avelino de Jesus Costa (1993, p. 51), por exemplo, refere ser este “o principal pomo de discórdia entre os defensores de um conservadorismo rígido e os da modernização pura e simples das fontes diplomáticas e narrativas medievais e modernas.”

As abreviaturas são uma forma de braquigrafia, amplamente utilizada em manuscritos antigos para economizar espaço e materiais (Marcos García, 2014) e, com o passar do tempo, o significado da maioria dessas abreviaturas perdeu-se, ficando o seu conhecimento circunscrito aos especialistas de determinadas épocas ou áreas científicas, o que representa um desafio particular para o(s) editor(es), sendo necessária a sua explicitação. Por isso, “toda a abreviatura deve ser desdobrada para tornar o texto perfeitamente inteligível aos leitores, mas sem nada lhe tirar ou alterar sem previamente os prevenir” (Costa, 1993, p. 51), de modo a refletir o uso original e o contexto do manuscrito, com prudência, garantindo que o texto resultante seja fiel ao sentido e à forma do original, pois é, muitas vezes, causa de erro.

Todavia, a maioria dos paleógrafos defende que os grafemas introduzidos no desenvolvimento das abreviaturas devem ser assinalados e ficar bem explícitos ou “marcados”. Alguns autores entendem que devem ficar, por exemplo, em itálico (letra cursiva) ou em letra pontilhada (Torres, 1982, vol. 1, p. 31), enquanto outros, entre parênteses curvos, colchetes ou parênteses retos, *chevrons* e/ou chavetas, etc. Por seu turno, Avelino de Jesus Costa (1993, p. 51) entende que “não é preciso indicar graficamente as letras restituídas, excepto nos textos publicados para fins didácticos,

filológicos ou linguísticos.” No entanto, o próprio Avelino de Jesus Costa admite que outros tenham assinalado o desenvolvimento das abreviaturas com caracteres redondos em livros didáticos, sem qualquer sinalização extra. Efetivamente, tem sido essa a perspectiva mais frequente no que diz respeito à transcrição de textos latinos em que não há registo de alterações fonéticas. Foi esse o procedimento, por exemplo, de Sebastião Tavares de Pinho (1987, pp. 256–260) na obra “De Senectute” de Lopo Serrão, bem como Hedwig Gwosdek (2013, p. 149) na *Lily's Grammar of Latin in English*, cujas “abbreviations occurring in the text have been expanded silently”, e Fernandes (2020), na *Ars Minor* donatiana.

•

O estudo do património textual e das práticas editoriais revela a complexidade e a riqueza envolvidas na preservação e interpretação de documentos históricos. As diferentes abordagens de edição — anastática, paleográfica, semidiplomática e crítica —, cada uma com suas especificidades e objetivos, destacam-se como ferramentas essenciais para a acessibilidade e compreensão de textos antigos por investigadores e pelo público em geral.

A aplicação rigorosa de normas de transcrição e a interpretação cuidadosa das abreviaturas são cruciais para manter a fidelidade ao texto original, assegurando que as informações históricas e culturais sejam preservadas de forma precisa. Estas práticas, fundamentadas por uma tradição académica robusta, demonstram a importância da colaboração interdisciplinar entre paleógrafos, filólogos, linguistas e historiadores.

Ao examinar e debater as diferentes metodologias e critérios de edição, o campo da ecdótica continua a evoluir, garantindo que o património textual seja preservado e transmitido com integridade para as futuras gerações. Este contínuo enriquecimento do debate científico sobre as melhores práticas editoriais não só valoriza o património textual da humanidade como também promove um melhor entendimento do nosso passado cultural e histórico.

É precisamente no sentido desta valorização do Património Textual que surge este Dossiê Temático, o qual nos apresenta diversos trabalhos críticos e de edição atuais, iniciando-se com o artigo “A edição atualizada do Báculo Pastoral de Flores de Exemplos de Francisco Saraiva de Sousa”. Nele, José Barbosa Machado apresenta a obra seiscentista Báculo Pastoral de Flores de Exemplos, de Francisco Saraiva de Sousa, publicada pela primeira vez em 1624, sendo a última edição datada de 1738. De grande interesse religioso, linguístico e literário, o artigo oferece informações bibliográficas sobre as várias edições e o autor aborda a estrutura e temática da obra, as suas características gráficas e linguísticas e os critérios para a edição atualizada, prestes a ser publicada. O artigo inclui ainda a transcrição do Capítulo XXVIII sobre o pecado da gula.

Já Elena Lombardo e Filipe Alves Moreira, em “Para o estudo da crónica de D. Sebastião atribuída a Bernardo da Cruz: textos, autores e testemunhos”, analisam um dos textos historiográficos sobre D. Sebastião mais citados e discutem o estado da arte, a autoria e a história desta crónica, apresentando os primeiros resultados de uma análise

sistemática da sua tradição manuscrita no âmbito do Projeto Sebástica Manuscrita do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

No artigo de Ling Li “A concepção gramatical de Joaquim Gonçalves: uma análise da sua visão sobre a formação e a classificação das palavras chinesas”, os leitores encontram uma visão gramatical de Joaquim Afonso Gonçalves (1781–1841) através da análise da *Arte China* (1829). O estudo revela como os processos de formação de palavras e a classificação do léxico chinês combinam modelos greco-latinos com categorias locais, oferecendo novas perspetivas sobre as interpretações gramaticais do sinólogo português. Ainda no âmbito das relações entre o português e o chinês, Anabela Leal de Barros, Ana Ng Cen e Xiao Wang examinam, no artigo “A figura do Mandarim num dicionário manuscrito de português-chinês do século XVIII”, um conjunto de verbetes do dicionário estudado, focando-se nas entradas relacionadas com mandarins e seus equivalentes chineses. O estudo revela como as definições e equivalentes chineses refletem a perceção dos mandarins na época, e compara este vocabulário com o trabalho lexicográfico de Joaquim Afonso Gonçalves, destacando mudanças na terminologia no século seguinte.

Por sua vez, “Livros proveitosos para aprender a ler, escrever e falar: um *vade mecum* de saúde e bem-estar”, de autoria de Maria do Céu Fonseca, Ana Alexandra Silva, Fernando Gomes, Maria João Marçalo e Olga Gonçalves, explora os guias de conversação do século XIX e traz importantes fontes para os estudos interdisciplinares sobre saúde e bem-estar. Os autores analisam, ainda, a microestrutura discursiva em diálogos e repertórios lexicais sobre saúde, destacando como esses textos codificam comportamentos metalinguísticos e refletem contextos culturais e ideológicos da época.

Elsa Pereira, em “A materialidade dos datiloscritos na produção escrita de Pedro Homem de Mello”, foca os hábitos datilográficos de Pedro Homem de Mello (1904–1984) e examina documentos do seu espólio, explorando como a escrita mecânica influenciou o estilo poético do autor. A autora discute ainda aspetos materiais dos datiloscritos, como o uso de fitas coloridas e correções manuscritas, e sua contribuição para a multimodalidade na poesia de Mello.

João Paulo Silvestre, Osvaldo Pacheco, José Sousa, Filipa Roldão e Joana Serafim abordam a necessidade de um plano de investigação para a edição digital de forais medievais portugueses, destacando a importância de um corpus textual coeso, da colaboração interdisciplinar e de ferramentas digitais no artigo “A edição digital de forais medievais portugueses com o suporte de um sistema de edição colaborativa em base de dados”. Os leitores ficam também a conhecer o sistema de edição colaborativa EDICOLAB, desenvolvido para facilitar a edição e visualização desses documentos históricos.

Desde 2019, a equipa de historiografia linguística do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro trabalha na série monográfica *Ortógrafos Portugueses*. Em “Dos ortógrafos portugueses aos *Portugalliae Monumenta Linguistica*”, Rolf Kemmler, Carlos Assunção, Sónia Coelho e Susana Fontes apresentam a série e o projeto *Portugalliae Monumenta Linguistica*, que visa a edição e divulgação digital de tratados metaortográficos da língua portuguesa.

Para concluir o dossiê temático, no artigo intitulado “A Gramática das Criancinhas e a Gramática no País das Formigas: um projeto de edição”, Sónia Coelho e Susana

Fontes, apresentam a obra *A Gramática das Criancinhas* de Virgínia Faria Gersão, publicada em 1921, e sua adaptação para a revista *Os Nossos Filhos*, entre 1954 e 1958. O artigo destaca o projeto de edição desses textos, suas diferenças e a trajetória editorial, enfatizando a importância de preservar e divulgar esses materiais didáticos históricos.

O presente volume da Revista *Diacrítica* conta com quatro artigos na secção *Varia*, começando com “Whitman's Democratic Citizen”, no qual Jorge Pereira examina uma série de ensaios intitulada *Manly Health and Training*, publicada por Walt Whitman em 1858 sob o pseudônimo Mose Velsor. Nesta série, o poeta e ensaísta norte-americano associa a condição física dos leitores com a saúde geral da democracia americana, abordando temas como política, moralidade, clima, longevidade, atletismo grego e hábitos de higiene. Jorge Pereira relaciona estas ideias com a visão de Whitman sobre Ulysses Grant, “exemplo do cidadão americano ‘ideal’”, e a sua conturbada presidência.

Em “O Direito e o que é direito sobre a literatura”, Janaína Freire de Oliveira dos Santos e Fábio Roberto Lucas discutem o texto “O direito à literatura”, da autoria de António Cândido, numa perspetiva contemporânea, questionando critérios classificatórios e inclusivos na crítica literária. Os autores confrontam o ensaio de Cândido com obras de autores como Marcos Piason Natali, Marília Librandi-Rocha, Rodrigo Navas, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros. São então elencadas análises críticas e reflexivas sobre as questões abordadas por Cândido em 1988 durante a redemocratização do Brasil. O escopo da literatura brasileira, a sua relação com o nacionalismo e a democratização do acesso à literatura são também aqui examinados.

Diogo Nóbrega, em “Política e ontologia da Figura no pensamento de Gilles Deleuze”, explora o conceito de 'Figura' na obra do filósofo francês a partir dos ensaios “Francis Bacon – Logique de la Sensation”, “Cinéma 1 – L'Image-mouvement” e “Cinéma 2 – L'Image-temps”. Nóbrega apresenta-nos a tese de que a Figura emerge de um conflito entre diferentes movimentos, nomeadamente, o desejo de conformidade ideal com um modelo estável e a deformação, ou uma morte múltipla e impessoal. Neste sentido, o autor examina a repetição desta estrutura em conceitos deleuzianos chave, tais como 'Imagem', corpo sem órgãos', 'Memória', 'perversão' e 'democracia', para concluir acerca do alcance não só estético-artístico, mas também político da Figura, que resulta num repensar da democracia.

Na área da linguística, Telmo Mória traz-nos uma análise sobre a distribuição dos adjuntos temporais negativos no português contemporâneo, centrando-se nos advérbios “nunca” e “jamais”. A pesquisa abrange o português europeu e brasileiro e destaca os contextos sintáticos em que esses advérbios ocorrem: posição pré-verbal como operadores de negação e posição pós-verbal em concordância negativa. Também se consideram contextos negativos elípticos. O estudo examina sequências de expressões negativas pré-verbais e a ocorrência de adjuntos temporais negativos em contextos não negativos, como construções comparativas e superlativas. Os dados são documentados com corpora de textos jornalísticos e literários, apresentando frequências das diversas construções. O artigo tem como título “A distribuição dos adjuntos temporais negativos no português contemporâneo: negação, concordância negativa e construções de grau”.

O volume 38.1 da Revista Diacrítica encerra com uma recensão de Xosé Ramón Freixeiro Mato ao livro *O Português Esquecido. O Galego e os Dialectos Portugueses Setentrionais*, da autoria de Xosé Manuel Sánchez Rei.

Referências

- Azevedo Filho, L. A. de. (2004). *Base teórica de crítica textual*. H. P. Comunicação.
- Azevedo, R. de, Costa, A. de J., & Pereira, M. R. (1979). *Documentos de D. Sancho I (1174–1211)*. Universidade de Coimbra.
- Bischoff, B. (1990). *Latin palaeography: Antiquity and the Middle Ages*. Cambridge University Press.
- Cândido, A. (2011). *Vários escritos* (5.^a ed.). Ouro Sobre Azul.
- Cappelli, A. (1899). *Lexicon abbreviaturarum quae in lapidibus, codicibus et chartis praesertim Medii-Aevi occurrunt: Dizionario di abbreviature latine ed italiane*. Editore-Libraio della Real Casa.
- Castro, I., & Ramos, M. A. (1986). Estratégia e tática de transcrição. In *Actes du Colloque Critique Textuelle Portugaise (Paris, 20–24 Octobre 1981)* (pp. 99–122). Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais.
- Cerquiglini, B. (1989). *Éloge de la variante : Histoire critique de la philologie*. Seuil.
- Cintra, L. F. L. (1959). *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo: seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre: Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do séc. XIII*. Centro de Estudos Filológicos.
- Cintra, L. F. L. (1983). *Crónica geral de Espanha de 1344* [Edição crítica do texto português. Vol I. Edição fac-similada]. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Academia Portuguesa de História.
- Costa, A. de J. (1980). *Álbum de paleografia e diplomática portuguesas* (5.^a ed. muito melhorada). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Costa, A. de J. (1993). *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Cruz, A. (1987). *Paleografia portuguesa*. Cadernos Portucale.
- Emiliano, A. (2002). Problemas de transliteração na edição de textos medievais. *Revista Galega de Filoloxía*, 3, 29–64.
- Fernandes, G. (2020). A Ars Minor Alcobacense de Donato. In A. M. R. Rebelo & M. M. L. de Miranda (eds.), *O mundo clássico e a universalidade dos seus valores. Homenagem a Nair de Nazaré Castro Soares* (Vol. 1, pp. 337–360). Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2032-9>
- Ferreira, J. de A. (1987). *Afonso X. Foro Real – Volume I: Edição e estudo linguístico*. Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Flexor, M. H. O. (2008). *Abreviaturas: Manuscritos dos séculos XVI ao XIX* (3.^a ed. revista e aumentada). Arquivo Nacional.
- Greetham, D. C. (1994). *Textual scholarship: An introduction*. Garland Publishing.
- Gwosdek, H. (2013). *Lily's grammar of Latin in English: An introduction of the eyght partes of speche, and the construction of the same*. Oxford University Press.
- Lose, A. D., & Souza, A. S. de. (Eds.). (2018). *Paleografia e suas interfaces*. Memória & Arte.
- Marcos García, J.-J. (2014). *La escritura gótica. Siglos XII-XV (XX) d.C.* Pericias Caligráficas. https://www.periciasaligraficas.com/v2.0/img/biblioteca/escritura_gotica.pdf
- Marques, J. (2002). Práticas paleográficas em Portugal no século XV. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Ciências e Técnicas do Património*, 1, 73–96.
- Marques, J. (2011). A paleografia e a diplomática na Faculdade de Letras de Coimbra. *Revista Portuguesa de História*, 42, 285–311.
- Martins, A. M. (1999). Ainda «os mais antigos documentos escritos em português»; Documentos de 1175 a 1252. In I. H. Faria (Ed.), *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão* (pp. 491–534). Edições Cosmos /Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- Neto, S. da S. (1956). *Ensaio de filologia portuguesa*. Companhia Editora Nacional.
- Neto, S. T. (2020). Um caminho de retorno como base: proposta de normas de transcrição para textos manuscritos do passado. *Travessias Interativas*, 20(10), 192–208. <https://doi.org/10.51951/ti.v10i20>
- Nunes, E. A. B. (1969). *Álbum de paleografia portuguesa*. Instituto de Alta Cultura.
- Nunes, E. A. B. (1981). *Abreviaturas paleográficas portuguesas*. Faculdade de Letras.
- Pinho, S. T. de. (1987). *Lopo Serrão e o seu poema da velhice*. Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.
- Santos, M. J. A. (1994). *Da escrita visigótica à carolina: A escrita em Portugal de 882 a 1172 (Aspectos técnicos e culturais)*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Tanselle, G. T. (1989). *A rationale of textual criticism*. University of Pennsylvania Press.
- Torres, A. R. (1982). *Noese e crise na epistolografia latina goisiana: as cartas de Damião de Góis* (2 vols.). Fundação Calouste Gulbenkian.

A EDIÇÃO ATUALIZADA DO BÁCULO PASTORAL DE FLORES DE EXEMPLOS DE FRANCISCO SARAIVA DE SOUSA

THE UPDATED EDITION OF FRANCISCO SARAIVA DE SOUSA'S BÁCULO PASTORAL DE FLORES DE EXEMPLOS

José Barbosa Machado*
jleon@utad.pt

Neste estudo, faremos uma apresentação da obra seiscentista *Báculo Pastoral de Flores de Exemplos*, de Francisco Saraiva de Sousa, publicada pela primeira vez em 1624 por Pedro Craesbeeck. A obra, cuja última edição é de 1738, por ter grande interesse do ponto de vista religioso, linguístico e literário, é de momento objeto de uma edição atualizada, a sair em breve. No presente estudo, daremos algumas informações bibliográficas acerca das várias edições da obra e do seu autor, falaremos do conteúdo (estrutura, temática, autores citados, etc.), referiremos algumas características gráficas e linguísticas e apresentaremos os critérios que estabelecemos para a elaboração da edição atualizada. Em anexo, incluiremos, como exemplo, a transcrição do Capítulo XXVIII da obra, relativo ao pecado da gula.

Palavras-chave: Exemplos. Histórias. Báculo Pastoral. Francisco Saraiva de Sousa. Religião.

In this study, we will present the 17th century work *Báculo Pastoral de Flores de Exemplos*, by Francisco Saraiva de Sousa, first published in 1624 by Pedro Craesbeeck. The work, the last edition of which was published in 1738, is of great interest from a religious, linguistic and literary point of view and is currently the subject of an updated edition, which will be published soon. In the present study, we will provide some bibliographical information about the various editions of the work and its author, we will talk about the content (structure, theme, authors cited, etc.), we will mention some graphic and linguistic particularities and we will present the criteria we established for the elaboration of the updated edition. Attached, we will include, as an example, the transcription of Chapter XXVIII of the work, relating to the sin of gluttony.

Keywords: Exemples. Short stories. Báculo Pastoral. Francisco Saraiva de Sousa. Religion.

•

* Centro de Estudos em Letras (CEL); Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal.
ORCID: 0000-0002-6517-8948

1. Introdução

O *Báculo Pastoral de Flores de Exemplos* de Francisco Saraiva de Sousa, publicado pela primeira vez em Lisboa por Pedro Craesbeeck em 1624, é uma coleção de pequenas histórias piedosas, que servem de exemplo moral para os fiéis cristãos, traduzidas para português de uma série de obras anteriores, sobretudo em latim, dedicadas ao mesmo assunto, de que se destacam, pelo número de vezes em que são citadas, o *Speculum Exemplorum* de Henrique Gran (14?? – 1527), o *Dialogus Miraculorum*, que o autor refere como *Milagres e Histórias*, de Cesário de Heisterbach (ca. 1180 – ca. 1240), o *Speculum Exemplorum* de Got Schalcus e o *Prontuário dos Exemplos* do Doutor Discípulo.

Sobre o autor da obra, Francisco Saraiva de Sousa, sabe-se muito pouco. Refere o frontispício da obra que era natural da vila de Trancoso e foi confessor das Freiras de Santa Marta. Diogo Barbosa Machado, na *Biblioteca Lusitana*, dá-nos mais algumas informações: “Aplicou-se em a Universidade de Coimbra à Faculdade dos Sagrados Cânones em que recebeu o grau de Licenciado” (1747, II, p. 259). Isso, acrescenta, fê-lo “digno de ser Pároco de N. Senhora dos Mártires de Lisboa, e Confessor das Religiosas do Seráfico Convento de Santa Marta da mesma Cidade. Foi muito versado na Teologia Mística, e na lição dos Santos Padres” (1747, II, 259). Publicou ainda uma *Segunda Parte do Báculo Pastoral de Flores de Exemplos*, impressa em Lisboa por António Alvarez em 1657 e reimpressa pelo menos mais três vezes (1682, 1703 e 1708).

A obra insere-se numa longa tradição de recolha num mesmo volume de pequenas histórias, mais ou menos verdadeiras, mais ou menos fantasiosas, com objetivos religiosos e/ou morais. Em Espanha, temos, entre outras, o *Libro de los Exemplos por A. B. C.* (início do século XV) de Clemente Sánchez de Vercial, autor do *Sacramental*, o primeiro livro impresso em língua portuguesa (1488); em Portugal, temos os *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo* (1575) de Gonçalo Fernandes Trancoso. Os autores deste tipo de obras são mais compiladores do que propriamente autores dos textos e vão repetindo as histórias, por as terem lido ou ouvido, dando-lhes, no entanto, um cunho pessoal, conforme o que pretendem transmitir.

No presente estudo, falaremos da estrutura e da temática da obra, referiremos algumas características gráficas e linguísticas, apresentaremos algumas questões relacionadas com a edição atualizada que está em curso, dando conta dos critérios que estabelecemos, e apresentaremos como exemplo a edição do Capítulo XXVIII, relativo ao pecado da gula.

2. Estrutura e temática

A estrutura do *Báculo Pastoral* segue de perto o catecismo católico. Cada capítulo é dedicado a uma oração em particular (sinal da cruz, padre-nosso, ave-maria, credo e salve-rainha), aos mandamentos da lei de Deus e da Igreja, aos conselhos evangélicos, aos sete pecados mortais, aos sete sacramentos, às obras de misericórdia, às virtudes teologais e às bem-aventuranças. Para cada capítulo são apresentadas algumas histórias, sempre com uma lição moral. Esta estrutura é original (desconhecemos outras obras

anteriores do género) e tem um objetivo didático. A doutrina que todo o bom cristão deve saber é reforçada com histórias exemplares, que tornam a leitura e a aprendizagem bastante mais amenas.

A voz do autor deixa-se ouvir sobretudo nas introduções de cada capítulo, em que explica o tema proposto em cada um deles, e nalgumas considerações que faz entre os exemplos ilustrativos que apresenta, ou no final dos mesmos. Temos, entre outras, “Considerações do sinal da cruz” (1738, p. 15), “Considerações da virtude da humildade” (1738, p. 211), “Considerações da virtude da liberalidade” (1738, p. 222), “Considerações sobre a virtude da temperança” (1738, p. 236), etc. É nestes momentos que o autor demonstra os seus conhecimentos filosóficos e teológicos, de grande erudição e sensatos quase sempre, tendo em conta a mentalidade da época.

No Prólogo, o autor explica a quem se destina a obra: aos pais cristãos que devem “doutrinar seus filhos com os exemplos da doutrina cristã, e com as heroicas obras dos assinalados varões da Igreja, tão verdadeiros como proveitosos pela autoridade dos santos” (1738, p. II). E dirigindo-se a esses pais, procura convencê-los a utilizar a obra nos seguintes termos: “Nela com pouco trabalho podeis ensinar vossos filhos, deixando-lhes com tal instrução o mais nobre morgado de raiz e fixa propriedade, que vosso paternal amor lhes podia granjear” (1738, p. II).

Para tornar, certamente, a leitura menos pesada, o autor utiliza a estratégia de perguntas e respostas (através das siglas P. / R.), bastante popular nos catecismos, colocando-se no papel de leitor que pretende ser instruído acerca de determinado ponto doutrinal. Apresentamos um exemplo: “P. Que quer dizer avareza? / R. Avareza é um pecado mortal, o qual tem duas significações” (1738, p. 216).

Inocêncio Francisco da Silva, no seu *Dicionário Bibliográfico Português*, considera que o autor se mostra “talvez crédulo em demasia, e nem sempre avaliou à luz da crítica as histórias que relata. Entretanto, o seu estilo é claro e fluente, e a linguagem de que usa é própria da época em que escreveu” (1859, p. 59). De facto, o conteúdo de muitas das histórias é sobretudo fruto de piedosas fantasias de fundo supersticioso: aparições de almas de falecidos, aparições de anjos, de Cristo e Nossa Senhora, milagres mirabolantes, o constante papel do diabo como culpado das tentações e erros humanos, etc.

O primeiro tradutor da Bíblia, João Ferreira de Almeida, no seu *Diálogo Rústico e Pastoril* (1681), refere diversas vezes o *Báculo Pastoral* de Francisco Saraiva de Sousa, sempre para tecer duras críticas. Numa delas, a propósito do sacramento da confissão, diz a um amigo que alguns cristãos têm de tal forma receio à confissão que preferem perder-se a confessarem certos pecados ao sacerdote, “como assim o confirmam os tristes, lastimosos, lamentáveis, porém fingidos e falsos exemplos, que você, não há ainda muito tempo, no décimo oitavo capítulo do *Báculo Pastoral* nos leu” (1681, p. 168).

Sobre os milagres amplamente divulgados em obras de cariz piedoso pela clerezia católica como verdade de fé, tal como o *Báculo Pastoral*, João Ferreira de Almeida observa:

Todos esses e semelhantes milagres são tão falsos, maliciosos e fingidos, como o mesmo fingimento, malícia e falsidade; e inventados somente pela astúcia do demónio, e subtileza e indústria de nossos mesmos sacerdotes, clérigos, frades e freiras. Pois todos vão

encaminhados a por bom, santo e divino nos venderem e encasquetarem o que Deus, nosso Senhor mesmo, em sua Santa Palavra, por mal, profano e diabólico rejeita, reprovava e condena; e, como tal, também a todos, sob pena de maldição no-lo proíbe [...]. Porque nunca Deus, nosso Senhor, com milagres alguns aprovou, nem tão-pouco agora aprova, doutrinas algumas falsas, que homens alguns, por indução e engano do demônio, se imaginaram e inventaram, e ainda de ordinário se imaginam e inventam. (1681, pp. 439–440)

No frontispício, abaixo do título, é explicada a origem dos exemplos e a utilidade do *Báculo*: “Colhidos de vária e autêntica história espiritual sobre a doutrina cristã, utilíssimo para todo o cristão que procurar salvar-se e instruir seus filhos com bons exemplos”.

Os temas mais comuns das histórias são os seguintes: castigos neste e no outro mundo por pecar ou não se cumprirem rituais, orações e jejuns ou violar os mandamentos; curas de enfermidades; feiticeiras, demônios e endemoninhados; fantasmas de falecidos; sonhos, visões e aparições; tentações da carne; conversões e milagres. Quase todas as histórias entram no âmbito do fantástico. Muitas delas apresentam um Deus com os mesmos defeitos humanos: vingativo, ciumento, etc. É o caso referido no capítulo XXIII, exemplo IV:

Conta-se na *Crónica de S. Francisco*, 1. part. lib. 4. cap. 103, que um sacerdote, sendo chamado por Deus ao estado da religião, fez voto de entrar na de S. Francisco. Porém, depois que fez tão mal que, quando havia de cumprir o voto, recebendo o hábito roto, o trocou por uma conezia que lhe deram. Mas Deus, que contra ele estava indignado, lhe deu logo uma grave enfermidade; e ainda que lhe durou seis meses, de que devia tomar exemplo e melhorar-se, antes se endureceu mais (1738, p. 202).

O tom das histórias é, de um modo geral, grave e quase sempre ameaçador, tendo em conta os castigos que aguardam os prevaricadores. No entanto, algumas têm certo tom chocarreiro, como são o caso do avarento que às portas da morte engoliu um saco de moedas e assim se afogou (Capítulo XXV, exemplo VI, p. 221); o caso do sodomítico que não conseguia resistir aos mancebos sem que lhe desse a tentação (Capítulo XXVI, exemplo I, pp. 224–225); ou o caso da freira que furtava no convento toda a comida que podia para satisfazer o vício da gula e que foi castigada por Deus a comer farelo para os porcos (Capítulo XXVIII, pp. 234–235, que transcrevemos no presente estudo).

Além de *exemplo* / *exemplos*, o autor refere-se aos relatos que vai transcrevendo como *história* / *histórias* e *caso* / *casos*. Apenas uma vez se refere a *contos*, para os diferenciar das histórias verdadeiras que apresenta: “Tão pouco não fez mais caso delas, que se foram contos e histórias de meninos” (1738, p. 143).

O período temporal dos exemplos vai desde o século IV d.C. (com relatos retirados da obra *Vitae Patrum*) até 1623, ano imediatamente anterior ao da publicação da obra. O autor cita uma carta de um padre da Companhia de Jesus ao Padre Ricardo Aler, confessor da rainha Dona Margarida de Áustria: “Diz na carta de 9 de março de 1623 em como no mês de janeiro do dito ano acontecera o caso seguinte” (1738, p. 84). Quanto aos locais onde pretensamente ocorreram os eventos contados nas histórias, o autor faz questão,

sempre que possível, de os referir: “Havia um frade da Ordem dos Pregadores, o qual vivia na cidade de Bruxelas, nas partes de Flandres” (1738, p. 4); “Aconteceu na cidade de Bolonha a uma moça de idade de dezasseis anos” (1738, p. 9); “Aconteceu na cidade de Burgos a um cidadão, o qual tinha tão grande ódio e rancor a outro” (1738, p. 52); “Conta Fr. Cristóvão Moreno, Jornada 4. cap. 15, que junto a Marselha, terra de França, houve um conde mui devoto do Santíssimo Sacramento” (1738, p. 179); “Em uma cidade de Alemanha, andando muitos segadores trabalhando por jornal de vésperas de um santo, ouviram tanger às vésperas” (1738, p. 85); etc.

Identificámos uma história que ocorre em território nacional, relatada no Exemplo VII do Capítulo XVIII (1738, pp. 155–157), que trata dos mandamentos da lei de Deus. Aí se conta a história, retirada do *Speculum Exemplorum* de Henrique Gran, de um pajem da rainha Santa Isabel que o rei D. Dinis mandou matar por ciúmes.

No Exemplo VII do capítulo XXX (1738, pp. 327–331), subintitulado “*Dar pousada aos peregrinos*”, é transcrita uma história de um autor português. Francisco Saraiva de Sousa informa que a retirou da *Chronica dos Menores* de Frei Marcos de Lisboa. A obra é no seu título original *Crónicas dos Frades Menores* (Primeira Parte, publicada em 1557; Segunda Parte, em 1562). No exemplo se conta a história de um capitão (embora o autor não o identifique, pela descrição duvidamos que seja português) que era muito avarento. Acolhendo em casa dois frades franciscanos, devido à intervenção da esposa, acolheu-os bem, confessou-se de todos os seus pecados e morreu em paz.

O autor tem a preocupação de, no início de cada exemplo que apresenta, citar a fonte donde o retirou: “Conta o bispo Cesário lib. 10. cap. 3. que havia um frade da Ordem de S. Bernardo” (1738, p. 19); “A este propósito folguei de achar uma história breve no *Prado Espiritual das Flores*, de Henrique Gran libr. 4. cap. 102” (1738, p. 35); “Lembre-me a este propósito uma história, que achei em *Speculum exemplorum, verbo homicidium*, tom. 1. exemplo 1. O autor é Got Schalcus Holon da Ordem dos Eremitas de Santo Augustinho serm. 99. lit. D.” (1738, p. 104); etc. Algumas das citações são em segunda mão: “O autor é digno de fé: escreve-a o Cardeal Barónio 2. tom. pág. 292, tirada do Bispo Eusébio Cesariense lib. 5. cap. 7.” (1738, p. 131); “E afirma Ireneu, referido por Eusébio Nicéforo, que em seu tempo levavam à igreja os mortos” (1738, p. 141); etc.

Ainda no que se refere às citações, o autor tem o cuidado de informar que algumas das histórias se repetem em vários autores e obras: “Conta esta história o bispo Jacobo Genovês na vida de S. Domingos, refere-se em *Magnum speculum exemplorum*, exemplo 5” (1738, p. 10); “Escreve-a S. Gregório nos seus *Diálogos* c. 7. l. 3. refere-se em *Speculum exemplorum, verbo Crucis, signum*, exemplo 2. tom. 2.” (1738, p. 11); “Primeiramente conta Henrique Gran no seu *Speculum exemplorum*, de quem o tomou o Doutor João Basílio no *Prado Espiritual* lib. 4. cap. 4. lit. C” (1738, p. 165); “deu por autor o doutor chamado Discípulo 1. part. serm. 26. p. 101, a qual história tirou das *Vidas dos Santos Padres* lib. 12. das Colações” (1738, p. 195); etc.

Um pormenor curioso é o facto de o autor defender o sistema astronómico de Ptolomeu, o geocentrismo. Explica ele na introdução ao Capítulo XXX: “O Sol, a Lua, Planetas e todos os corpos celestiais cada dia dão uma volta ao mundo para nosso serviço” (1738, p. 245). Ora, à data em que o *Báculo Pastoral* foi redigido, Galileu já tinha publicado *Siderius Nuncius* (1610), obra em que defende o heliocentrismo. Ou o autor

não tivera ainda conhecimento da nova teoria, ou face à sua condenação por parte da Igreja, teria decidido não se aventurar, não fosse o Santo Ofício censurar-lhe o livro. No entanto, mais de cem anos depois, os editores mantiveram a passagem com a visão geocêntrica. Respeito pelo que o autor escrevera, mesmo estando errado, ou receio da Inquisição? De facto, só em 1758 é que a proibição geral contra as obras que defendiam o heliocentrismo foi removida do *Index Librorum Prohibitorum* (Coyne, 2005, p. 347).

3. Características gráficas e linguísticas

A edição de 1738 (Sousa, 1738), a nível gráfico, está dentro dos usos da época e difere, em muitas situações, das normas ortográficas atuais. A diferença mais notória é na ditongação nasal. Assim, os ditongos nasais do singular *-ão* e *-ãe* são, regra geral, transcritos como *-aõ* e *-ãÿ*. Temos, por exemplo: *Oração, naõ, tenção, nação, maõ, benção, mãÿ*, etc. Os plurais em *-ão* estão de acordo com o uso atual: Ex.: *Orações, ocasiões, destilações, Ermitães, irmãos, mãos*, etc.; à exceção de *-ãe*, em que é mantido o *y* do singular: *mãÿ / mãÿs*. A palavra *lã* é grafada como *lam* e *são* (o mesmo que *saudável*) como *sam*.

Na flexão verbal, em particular a que diz respeito à terceira pessoa do plural, o ditongo nasal *-aõ* representa as terminações tónicas em *-ão* e as terminações átonas em *-am*. Assim, no presente do indicativo, temos, por exemplo: *armaõ, causaõ, chorãõ, deitaõ, dezejaõ, honraõ, haõ, mostraõ, saõ, significaõ*, etc. No presente do conjuntivo: *estejaõ, entendaõ, possaõ, sejaõ, vejaõ*, etc. No pretérito imperfeito: *admiravaõ, adoravaõ, confessavaõ, ensinavaõ, entendiaõ, estavaõ, gozavaõ, ouviaõ, viviaõ*; etc. No futuro imperfeito é quase sempre acrescentado um acento gráfico, ora agudo, ora grave, ao ditongo (*-áõ* / *-ãõ*): *choraráõ, conheceráõ, empeceráõ, entresteceráõ, escureceráõ, faráõ, ficaráõ, passaráõ*, etc. A forma *veraõ* (do verbo *ver*) aparece sem acento gráfico.

As terceiras pessoas do plural do pretérito perfeito merecem nota à parte, pois apresentam algumas variações. Nos verbos em *-ar*, é acrescentado um acento na penúltima sílaba, que pode ser agudo, como em: *acháraõ, chamáraõ, deixáraõ, desamparáraõ, ficáraõ, guardáraõ, veneráraõ, viráraõ, zombáraõ*, etc.; ou grave, como em: *abraçáraõ, alcançáraõ, emendáraõ, ficáraõ, guardáraõ, tiráraõ*, etc. Nos verbos irregulares com radical diferente no pretérito perfeito, o acento gráfico na penúltima sílaba raramente é utilizado: *deraõ, fizeraõ, quizeraõ, tiveraõ, trouxeraõ, vieraõ, víraõ*, etc. As formas dos verbos em *-er* apresentam quase sempre um acento circunflexo na penúltima sílaba: *apparecêraõ, bebêraõ, comêraõ, crêraõ, entendêraõ, escarnecêraõ, escolhêraõ, nascêraõ, offendêraõ, procedêraõ*, etc. A forma *viveraõ* não é grafada com o acento circunflexo, podendo confundir-se com o futuro imperfeito.

Ainda acerca da flexão verbal, a terceira pessoa do singular do pretérito perfeito dos verbos em *-er* termina ora em *-eo*, ora em *-eu*, embora as formas em *-eu* sejam mais frequentes: *padeceo, succedeo / succedeu, aconteceu, apareceu, mereceu, respondeu, ofereceu, venceu*, etc. Nos verbos em *-ir*, a terceira pessoa do singular termina sempre em *-io*: *descobrio, despedio, desprio, fingio, inquirio, instituío, partio, pedio, redimio / redemio, reduzio, resistio, resurgio, sahio-lhe, sentio, subio*, etc.

A conjugação pronominal apresenta grande variação. Ora é utilizado o hífen para separar os pronomes das formas verbais, ora aparece tudo unido, ora alguns componentes têm hífen, mas outros não, como no caso da mesóclise. Com o hífen usado de forma regular temos: *acolheu-se, achou-se, aproveitando-nos, benzendo-se, disse-lhe, fazendo-lhes, foraõ-na hindo-se, mandou-lhe, ocupando-vos, parece-me, pondo-se, respondeu-lhe, queixar-se-aõ, tirando-lhes, tomou-o, trouxeraõ-lhe*; etc. Sem hífen e com o pronome unido ao verbo, temos: *aproveitarse, armaivos, darlhe, desprezallas, doulhe, engulilo, meterlhe, pozme, redemillos, recebello, saberse, salvallos, sabellos, humilharse, atribuirsse, vestivos*, etc. Com hífen e sem hífen nas formas em mesóclise: *beijarlhesheis, contarlheshey, darse-te-ha, ficavros-há, lançallo-haõ, livrarvos-há, pôrte-ha*, etc. Encontramos também alguns casos sem hífen com o pronome ou o morfema final separados do verbo: *poz se, abrazavaõ nos, ficar-vos ha*, etc.

Do ponto de vista fonético, ocorrem alguns fenómenos dignos de nota:

- Metátese do *r*: *atromentava, chalratar, intredicto* (por *interdito*), *pertende, pertendem, pertendemos, pertendia, pertendente, pertendentes, pertençaõ* (por *pretensão*), *preverso, prevertidos, tromentos*, etc.
- Oscilações vocálicas entre *e/i* em relação ao uso atual: *adivinhandõ, alevia, arripiáraõ, arripiou, cemeterio, ceremonias, defamadores, deligentes, destintos, distributiva, diffinindo, dilicias, edeficaria, hidropesia / hydropesia, libreos* (o mesmo que *lebréus*), *liviandade / levianamente, parlesia* (o mesmo que *paralisia*), *premicias, princepe / principe, princepes / principes, redimido, redemidos, redemio / redimio, redemillos, redemir, tengio* (o mesmo que *tingiu*), *traviceiro, vendimada, vendimado, vendimou-a, viviráõ, vivirás*, etc.
- Oscilações vocálicas entre *e/a* e *e/o* em relação ao uso atual: *camera, desemparáraõ, desestrada* (por *desastrada*), *presenteiro* (por *prazenteiro*), *resvelava, resvelavaõ, resvelasse* (de *resvalar*), *terremotes, traspasso, ventagem*, etc.
- Síncope de *b, g, r* e *s*: *sovertia, sumergidos, sumissaõ, sutilmente, persinando-nos, postraram* (por *prostraram*), *florecente, floreciam, reposta* (por *resposta*), *convaleceo*, etc.
- Redução do ditongo *-ou*: *froxõ* (por *frouxo*), *froxidaõ, provera* (por *prouvera*), etc.
- Prótese: *alampada, alampadas*.
- Anaptixe: *golotões* (por *glutões*).
- Epêntese: *saye* (por *sai < sae*) e *peyor* (por *pior < peor*).
- Vogais em hiato: *candeas, cea, chea, premea, refrea, refreaõ, reverencea* (por *reverencia*), *reverencee* (por *reverencie*), *senhoree* (por *senhoreie*). Noutras formas, como em *saye* e *peyor*, evidencia-se a solução do hiato.

Há a ocorrência de alguns arcaísmos a nível lexical e morfossintático, como: *Entonces, commua, commuas* (feminino de *comum*), *dous, absoluto* (por *absolto*), *ha de mister* (*haver de mister*), *ametade, debiles* (por *débeis*), *nosoutros / nósoutros, vósoutros*, etc.¹

¹ *Entonces, nosoutros e vosoutros*, em textos do século XVII e XVIII, não podemos considerá-los castelhanismos, uma vez que ocorrem em textos portugueses dos séculos XIV, XV e XVI. (Para *entonces* cf. Nunes, 1989, p. 345; para *nosoutros* e *vosoutros* cf. Machado, 2022, vol. 3, p. 309 e vol. 4, p. 473).

A nível morfosintático, há também algumas particularidades que merecem referência:

- Ausência de contração da preposição *em* com o artigo definido. Ex.: “havia posto os olhos com má tenção *em huma* serva de Deos” (Sousa, 1738, p. 12); “*Em hum* Lugar chamado Abuigo, havia uma mulher nobre de geração” (p. 20); “fuy guiada por hum Anjo, pozme *em hum* caminho, e me disse” (p. 20); “este soldado entrando *em huma* Igreja” (p. 18); “traziaõ hum manjar muito gostoso *em humas* escudellas muy çujas, e negras” (p. 64); etc.
- Uso do artigo definido contraído com a preposição *a* (*à*, *ao*) nalguns complementos diretos e indiretos. Ex.: “naõ queiras perder o sono, que te fará mal e prejudicará *à* tua saúde” (Sousa, 1738, p. 246); “sahiraõ da Igreja e acháraõ *ao* ladraõ” (p. 125); “ficaraõ espantados de ver *ao ladraõ*” p. 125); “chamaraõ *ao* Patriarca S. Domingos, para acudir ao Frade” (p. 10); “pertendia fazer com a mãy da moça, que matasse *ao* marido” (p. 14); “Consideray aquella temerosa maldição, com que elle ameaçou *aos* ricos deste Mundo” (p. 222); etc.
- Ausência do artigo definido antes dos possessivos na maior parte dos contextos. Ex.: “naõ abro *minha* porta” (Sousa, 1738, p. 236); “e como nella obrou *nossa* redempção” (p. 15); “em satisfação de *nossos* peccados” (p. 16); “e que os demonios viessem para levar *sua* alma” (p. 15); “derramou *seu* preciosissimo Sangue” (p. 16); “chamáraõ *seus* parentes” (p. 20); etc. Com o artigo, temos, entre outros, os seguintes exemplos: “aqui deve estar todo *o nosso* espirito e pensamento occupados” (p. 151); “ahi se conta de hum monge que tinha *a sua* cella longe da agua” (p. 248).
- Pelo menos num caso, o agente da passiva é introduzido pela preposição *de* em vez de *por*: “o sono, que vinha aos Frades no coro, quando cantavaõ, ou rezavaõ, *era causado do demónio*” (Sousa, 1738, p. 246).
- Uso preferencial do gerúndio em vez de *a* + infinitivo depois do verbo *estar* ou *andar*. Ex.: “Estando o patriarca S. Bento huma vez *ceando*” (Sousa, 1738, p. 14); “depois de estar *ouvindo*” (p. 21); “estando um pregador *ensinando* a Doutrina” (p. 22); “estavaõ *fazendo* Doutrina aos meninos” (p. 21); “estavaõ *cantando* Matinas” (p. 125); “onde esteve *fazendo* vida santa” (p. 131); “andando muitos segadores *trabalhando* por jornal de vespas de hum santo” (p. 85); “Andando *visitando* certos Mosteiros um abade por nome Henrique, estando *dormindo* huma noite, vio huma visaõ” (p. 110); “huma vez andando *passeando* em seu paço” (p. 324); etc.
- Variação na concordância de número (singular / plural) entre o sujeito, os verbos, os adjetivos e os pronomes da mesma frase. Ex.: “*estay atento*, se *vos aplicardes* a ouvillos e *considerares* nelles” (Sousa, 1738, p. 124); “*vós ficais envergonhado*” (p. 131); “por tanto *tomay* exemplo, se *fores ferido* com esta censura” (p. 145); “*Chamey-te* e não *quizestes* ouvirme, antes me *deixaste*, e *desprezaste* por uma dignidade” (p. 202); “*Consideray* tambem o *que foste* no nascer, e *sois* na vida, e na morte” (p. 211); “*sabey-vos* mortificar, e *sede modesto* no olhar, refreando em todas as occasiões *vossa* vista” (p. 252); “impossivel será não *colherdes* aqui muitas flores, para *arrancardes* os ódios, e *perdoares* as injurias a vossos inimigos” (pp. 341–342); etc.

- Orações finais com o conector *por* em vez de *para* seguido de infinitivo. Ex.: “todavia havemos de fugir muito, *por* não mentir” (Sousa, 1738, p. 130); “Elles *por* levar a sua adiante” (p. 130); “andemos com muitos cautela, refreando-a muitas vezes, *por* não cahirmos em tantas variedades de peccados” (p. 98); “*Por* dar a entender o grande desejo que della se ha de ter” (p. 381); “Agora, *por* dar fim a estes exemplos, e doutrina, resta tratar do quarto Novissimo” (p. 408); “*fostes enviado ao Mundo, por salvar aos peccadores*” (p. 436); etc. Nalguns contextos, ocorre na mesma frase o uso dos conectores *para* e *por*. Ex.: “e cançados elles mesmos de padecerem tal dor, se mordião huns aos outros, *para* ver se acabavaõ de morrer uma vez, *por* não morrerem tantas” (p. 421).
- Construções sintáticas atualmente em desuso. Ex.: “e *pelo modo por onde* este ladraõ pecava, por ahi o castigou Deos” (p. 126); “perguntando-lhe *o como* se houvera na morte, lhe disse” (p. 132); “Perguntando hũ monge a outro padre, *que como* podia huma alma alcançar humildade, respondeo” (p. 213); etc.

4. Edição atualizada

Os dados das edições / impressões existentes do *Báculo Pastoral de Flores de Exemplos*, recolhidas na Porbase, na *Bibliotheca Lusitana* e no *Dicionário* de Inocêncio, são os seguintes: *editio princeps*, 1624; 2.^a impressão, 1628; impressão de 1657; 6.^a impressão, 1676; 7.^a impressão, 1682; 8.^a impressão, 1690; 8.^a impressão, 1698; 9.^a impressão, 1708; 10.^a impressão, 1719; 10.^a impressão, 1738. Em dois casos, os impressores mantiveram a mesma numeração da impressão (a 8.^a e a 10.^a). Desconhece-se qual o número da impressão de 1657, referida por Diogo Barbosa Machado, e não é possível identificá-la nos exemplares conhecidos. Será uma das impressões em falta: 3.^a, 4.^a ou 5.^a. No total, terão sido onze as edições e, segundo a Porbase, existem atualmente exemplares das edições de 1624, 1628, 1676, 1682, 1690, 1698, 1719 e 1738. Diz Inocêncio que “a multiplicidade de edições sucessivas desta obra é argumento incontestável da boa aceitação, que sempre mereceu” (1859, p. 59).

O título da *editio princeps* (1624) é *Baculo Pastoral de Flores de Exemplos Divinos*. A palavra *Divinos* foi cortada do título nas edições seguintes, que passou a ser simplesmente: *Baculo Pastoral de Flores de Exemplos*, seguido em caracteres mais pequenos de outras informações que variam conforme as edições. No entanto, a palavra *Divinos* é acrescentada ao título que se repete depois da página com as Licenças. Na edição de 1628, acrescenta-se que o livro é “dedicado ao Dom Theodosio segundo deste nome Duque de Bragança”, dedicatória que já não aparece a partir da edição de 1676. Pelo facto de D. Teodósio ter falecido em 1630, supõe-se que o autor, ou os impressores de sua livre iniciativa, entenderam que já não fazia sentido manter a dedicatória e retiraram-na nas edições seguintes.

Para a base da nossa edição atualizada, optámos pela última edição, a de 1738, uma vez que a primeira e a segunda são ainda incompletas, e das seguintes que foram feitas ainda em vida do autor não se conhecem exemplares. Esta edição, segundo o frontispício, foi impressa em Lisboa Occidental, na Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, “à custa da Irmandade de Santa Catarina”. Este patrocínio repete-se nas

edições de 1676, 1682, 1690, 1698 e 1719. A partir da edição de 1628, foi acrescentada “a horrenda, & admiravel historia do Purgatorio de São Patricio”. Pelo menos a partir da edição de 1676, há outros acrescentos: “novamente acrescentado nesta sexta Impressão com o Acto de Contrição do R. P. Cõmissario dos Terceiros do Carmo & a historia do Purgatorio de S. Patricio, & huma Oração de S. Agostinho...”. A edição de 1738 mantém todos os acrescentos. Esta edição, com a informação de ser a “decima impressã”, parece ser cópia da edição oitava ou nona (se é que esta existiu), uma vez que parece ignorar que repete o número da também denominada “decima impressã” de 1719.

O exemplar impresso de que nos servimos para a edição atualizada tem 8 páginas iniciais com o frontispício, o Prólogo, o Ato de Contrição e as Licenças, mais 438 páginas numeradas e duas de índice. Exceto as duas primeiras, as edições anteriores de que existem exemplares conhecidos têm apenas 406 páginas (as de 1676, 1682, 1690, 1698 e 1719).

Na atualização do texto, tivemos em conta os seguintes critérios:

- Algumas palavras que iniciam por maiúscula, sobretudo substantivos comuns, transcrevemo-las em minúscula. Ex.: *Artigo, Bispo, Christão, Christã, Discipulos, Fé, Lugar, Mandamento, Oração, Orações, Padre*, etc.
- Unimos certas palavras de acordo com o uso atual. Ex.: *a caso > acaso, à manhã > amanhã, com tudo > contudo, entre tanto > entretanto, em quanto > enquanto, já mais > jamais, por quanto > porquanto, por tanto > portanto, por ventura > porventura, sobre tudo > sobretudo*, etc.
- Separámos algumas outras que se encontram unidas. Ex.: *desorte > de sorte; embaixo > em baixo; eisque > eis que; nosoutros / nósoutros > nós-outros; vósoutros > vós-outros; porque > por que; senão > se não; sobpena > sob pena*; etc.
- Corrigimos alguns erros de tipografia, muito poucos aliás, o que prova que os tipógrafos fizeram, comparativamente com outras obras da época, um ótimo trabalho. Ex. *elmola > esmola; sentindo > sentido; que que > que; trazer-mos > trazermos; cap. 11 > cap. 13*; etc.
- Atualizámos o uso da vírgula, do ponto e vírgula e dos dois pontos.
- Desdobrámos as abreviaturas utilizadas (ex.: *q > que*), mantendo apenas as relativas a citações latinas.
- Acrescentámos palavras, letras ou sílabas em falta devido a erro de tipografia. Ex.: “ao mor de Deos” > “ao amor de Deos”; “E quantos hoje mereciam castigados!” > “E quantos hoje mereciam *ser* castigados!”; “Bemdissimo” > “Benditíssimo”; “reincido” > “reincidido”; “levantan-lhe” > “levantando-lhe”; etc.
- Mantivemos a variação na concordância sintática de número (singular / plural), característica linguística da época, para não desvirtuarmos o estilo do autor.
- Separámos do corpo do texto o discurso direto das personagens através de parágrafo e travessão.

5. Edição atualizada do Capítulo XXVIII

A estrutura deste capítulo é diferente da esmagadora maioria dos capítulos da obra, uma vez que o autor vai intercalando na introdução os vários exemplos, conforme avança na explicitação dos casos em que a gula é pecado mortal, suas espécies e filhas. Há apenas mais três capítulos assim, o XXVII, o XXXIII e o XXXIV. Nos restantes, os exemplos estão separados da introdução e encontram-se numerados em subcapítulos: *Exemplo I*, *Exemplo II*, *Exemplo III*, etc.

Depois de colocar cinco questões e as respetivas respostas, o autor apresenta seis exemplos, que vai comentando: no primeiro, relatado por Helinando Monge, fala-se do colóquio que teve o Bispo Gelvacense com um monge acerca do que costumava comer; o segundo, contado por Cesário, fala de certos homens que não fizeram jejum em dia de cinza e foram castigados pela sua gula; o terceiro, contado por Beda, é sobre uma religiosa que furtava comida no convento e a que já aludimos; o quarto, relatado pelo Bispo Cesário, fala de um clérigo, “grande amigo de comer e beber”, que encontrou um sapo no fundo de uma garrafa; o quinto, também de Cesário, conta que um homem que tinha morrido aparece ao filho e lhe deixa pendurados na porta sapos e serpentes; o último, tirado da *Scala Coeli* de Joanes Júnior, fala do caso de um homem que ficou tão gordo por tanto comer “que não podia consigo mesmo e as carnes lhe caíam umas sobre outras”. O capítulo termina com umas *Considerações sobre a virtude da temperança*, onde é relatado mais um exemplo, retirado do *Espelho dos Exemplos*, em que se fala de um arcebispo que gostava tanto de figos que, ao sentar-se à mesa, se esqueceu, por ter tanta fome, de lançar a bênção.

Financiamento: Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no âmbito do Centro de Estudos em Letras, com a referência n.º UIDB/00707/2020 (DOI 10.54499/UIDB/00707/2020 – <https://doi.org/10.54499/UIDB/00707/2020>).

Referências

- Almeida, J. F. (1681). *Dialogo rustico e pastoril, entre o vura de huã aldea e hum pastor de ovelhas...* [Amsterdão].
- Coyne, G. V. (2005). The Church's most recent attempt to dispel the Galileo myth. In E. McMullin (Ed.), *The Church and Galileo* (pp. 340–359). University of Notre Dame Press.
- Machado, D. B. (1747). *Bibliotheca Lusitana* (tomo II). Na Officina de Ignacio Rodrigues.
- Machado, J. B. (2022). *Índice analítico do vocabulário dos incunábulo em língua portuguesa* (4 vols.). CEL.
- Nunes, J. J. (1989). *Compêndio de gramática histórica portuguesa* (9.^a ed.). Clássica Editora.
- Silva, I. F. (1859). *Diccionario bibliographico portuguez* (tomo III). Imprensa Nacional.
- Sousa, F. S. (1624). *Baculo pastoral de flores de exemplos divinos*. Pedro Craesbeeck Impressor delRey.
- Sousa, F. S. (1628). *Baculo pastoral de flores de exemplos*. Pedro Craesbeeck Impressor delRey.
- Sousa, F. S. (1657). *Segunda parte do Baculo pastoral de flores de exemplos*. Antonio Alvarez Impressor.

- Sousa, F. S. (1676). *Baculo pastoral de flores de exemplos*. Officina de Antonio Rodriguez d'Abreu.
- Sousa, F. S. (1682). *Baculo pastoral de flores de exemplos*. Officina de João Galraão.
- Sousa, Francisco Saraiva de (1690). *Baculo pastoral de flores de exemplos*. Officina de João Galraão.
- Sousa, F. S. (1698). *Baculo pastoral de flores de exemplos*. Officina de Antonio Pedrozo Galraão.
- Sousa, F. S. (1719). *Baculo pastoral de flores de exemplos*. Officina de Miguel Manescal.
- Sousa, F. S. (1738). *Baculo pastoral de flores de exemplos*. Officina de Manoel Fernandes da Costa.
- Trancoso, G. F. (1982). *Contos & histórias de proveito & exemplo (1575)* (edição fac-similada da impressão de 1575). Biblioteca Nacional.
- Vercial, C. S. (2000). *Libro de los exemplos por A. B. C.* (J. E. Keller & C. L. Scarborough, Eds.). Ars Libris.

[recebido em 13 de novembro de 2024 e aceite para publicação em 20 de junho de 2024]

Anexo 1

CAPÍTULO XXVIII

Do quinto pecado mortal, que é gula

P. Que quer dizer gula e quando é pecado mortal ou venial?

R. Gula, conforme S. Tomás, 2.2. q. 128. art. 1, é um apetite desordenado de comer e beber, e uma gulodice insaciável, que se não contenta senão excedendo o modo à natureza; e assim este pecado da gula não consiste em comer com gosto e sabor o manjar gostoso e saboroso (porque isto nenhum pecado é), senão em desejar ou tomar desordenadamente o deleite do manjar, ou beber, excedendo na quantidade do tempo, etc. Por esta deleitação, ainda que este vício muitas vezes é pecado venial, porém é porta de muitos e grandes pecados e perigos.

P. Como saberei quando este vício da gula é pecado mortal?

R. Em quatro casos: o primeiro, quando nele se põe o último fim, como é quando se quebranta algum preceito, assim como o de jejuar ou de não comer certos manjares proibidos pela Igreja, ou se fez, ou deixa de fazer, alguma coisa de preceito por este vício da gula. O segundo, quando algum come ou bebe em grave dano do corpo ou da alma, sabendo-o provavelmente; porém, se fosse ignorantemente, ou se o dano fosse pouco, seria venial. O terceiro, quando um sabe que, bebendo, há de perder o juízo; porém, se beber desordenadamente e se embebedar, não crendo que lhe havia de acontecer isso, poderá ser venial; como também se acontecesse, bebendo regradamente, por não conhecer a fortaleza do vinho, como se crê que foi em Noé. O quarto, quando se faz por algum respeito que seja pecado mortal, como se fosse para melhor poder ter ajuntamento com quem de direito não pode; fora disso, será venial.

P. Quantas são as espécies deste vício da gula?

R. Cinco, assim como: comer antes do tempo, buscar manjares delicados, comer em grande quantidade, comer com ardente e excessivo desejo, pôr grande cuidado e diligência em aparelhar o comer.

P. Quantas filhas procedem deste vício?

R. Seis: uma néscia alegria, um muito parolar, chalratar, a bebedice, hebetidão no entendimento e toda a imundícia.

P. Por que se chamam estas coisas acima filhas da gula?

R. Porque o vício da gula perturba a razão, da qual coisa se seguem os desordenados movimentos, assim exterior como interiormente. Assim que é este vício da gula tão feio e torpe, que todos se deviam afrontar de o recolher em sua casa; mas vemos fazer-se pelo

contrário, antes cresce cada dia e se inventam mil modos de manjares. Diz um grave autor, tratando deste vício da gula: “Buscam-se estremados cozinheiros, e para coisa tão santa há escolas e livros da arte de cozinhar.” Com razão chamou Diógenes ao ventre dos comilões Caribdes da vida, porque tudo traga e não se farta. Caribdes é um penedo tragador que está ao mar, o qual somente recolhe em si e traga o que vai ao mar, e no cabo o torna a deitar fora; porém, ao ventre destes glutões não lhe basta o ar, nem a terra, nem o mar, nem os rios, antes comem e consomem casas, herdades e mais fazenda, e não as tornam a botar como o mar. Certo que é de espantar que se afronte um homem de ser cozinheiro de um príncipe, e não se afronte de o ser da terra e dos bichos, para os quais ceva seu corpo. Excelente colóquio sobre esta matéria foi o que teve o Bispo Gelvacense com um monge. Conta Helinando Monge desta maneira:

Perguntou o Bispo Gelvacense a um monge qual era a causa por que estava mais são e valente dentro na clausura do mosteiro, que não quando vivia no mundo. Respondeu:

– Porque continuamente vivo aqui de uma maneira, e com recato de minha pessoa. No mundo vivia de muitas maneiras, e com pouco recato e decência, donde se me seguiam enfermidades e frialdades.

Perguntou mais o bispo:

– Dize-me se comeste hoje bastante.

Respondeu:

– Bastante comi.

Replicou o bispo:

– Não te pergunto da quantidade, senão da qualidade. E assim me dize que comeste ontem e que comeste hoje.

Respondeu:

– Ontem comi ervilhas e ervas, e hoje ervas e ervilhas, e amanhã comerei ervilhas e ervas, e depois de amanhã ervas com ervilhas.

Desta maneira lhe deu a entender como a dieta de poucos manjares faz aos homens são e valentes.

Diferente foi o que tiveram certos homens em a noite antes de dia de cinza. Conta Cesário, lib. 4. c. 86.

Diz que aconteceu no seu tempo deste bispo Cesário e que ele os conheceu mui bem, que certos homens se ajuntaram o dia antes e cinza para comer. E depois que comeram e beberam, e até meia-noite, um deles, que parece estava ainda mal satisfeito, disse:

– Ainda agora podemos comer mais.

Chama um moço e diz-lhe:

– Vem cá, vai ao poleiro das galinhas e traze a que está junto ao galo, que sempre é a mais gorda, e põe-na a assar para comermos.

Fez o moço o que lhe mandaram. E quando foi para lhe tirar as tripas, achou dentro um grande sapo, e de espanto gritou, que o ouviram todos os outros. E vindo ver o que era, ficaram corridos e envergonhados, vendo o sapo, e castigados do pecado da gula. E fazendo penitência, se emendaram.

Bem se vê neste exemplo como Deus usa de misericórdia em todas as ocasiões com os pecadores. Aqui nesta história deu o meio que ouvistes àqueles homens para virem ao conhecimento de suas culpas, e no seguinte deu outro a uma religiosa, que neste vício da gula era mui solta.

O Venerável Beda, na *Vida de S. Borgunho*, conta que houve uma religiosa de nobre sangue, a qual, estando no mosteiro, começou sua vida com santidade; mas como o diabo não pode sofrer virtudes, procurou de a tentar, como costuma fazer; e experimentando a condição e natureza desta freira, achou que a mais fácil entrada por onde podia tentá-la era a gula, e assim o fez. Esta freira se inclinou a este vício de tal sorte que furtara quantas coisas achava de comer no mosteiro, e, metida na sua cela, satisfazia com elas a seu desordenado apetite de gulodice. Durou-lhe este vício alguns anos, fazendo-o com tanto segredo, que nunca veio à notícia de freira alguma. Porém, não querendo Deus que o seu mal fosse por diante, a castigou com uma pena bem a propósito de sua culpa. E foi que de todos os manjares lhe deu grande fastio e aborrecimento, dando-lhe somente gosto de comer farelos, folhas e raízes de erva, que são manjares de bestas. E passando-se alguns dias comendo só destes manjares, sucedeu uma vez que, começando ela a comer os farelos, juntamente viu que com ela comia um fero porco, o qual, grunhindo e roncando, espalhava os farelos por uma parte e pela outra. Ela com grande espanto lhe perguntou quem era.

– Eu sou o javali que até hora comi contigo os manjares que tu furtavas para satisfazeres à tua gula. Venho-te a dizer que por espaço de um ano não comerás outra coisa mais que esta que agora comes; em pena de te deixares como besta levar do apetite, comerás somente o que comem as bestas.

E assim foi como lhe disse aquele demónio em figura de porco, querendo nosso Senhor que o mesmo inimigo a ajudasse a levantar e que pagasse sua culpa no mesmo em que pecou, para que, satisfeita nesta vida presente, não perdesse a eterna.

Outra história vos contarei, em que Deus também castiga os que são muito amigos de vinho e com grande curiosidade o festejam e estimam, que parece que ali têm sua salvação.

O Bispo Cesário, lib. 10, cap. 63, diz que ele conheceu mui bem um clérigo que vivia em uma aldeia chamada Boge, junto a Colónia, o qual era grande amigo de comer e beber, e de ter bons vinhos em frascos e garrafas mui curiosas. Aconteceu que um dia, dando de beber por duas destas garrafas a um seu amigo, viu no fundo um espantoso sapo, e tão grande que não podia sair pelo colo da garrafa. Ficou espantado de tal visão; e porque estimava muito a garrafa, não a quis quebrar, antes a pôs no seu lugar, e daí a pouco a foi ver e não achou o sapo, porque desapareceu a visão com que nosso Senhor o quis repreender de ser tão amigo de beber. E notai ser a visão de sapo; porque os amigos de manjares delicados, que todos os seus cinco sentidos empregam neste vício da gula, no Inferno as suas iguarias e manjares são sapos, serpentes e bichos peçonhentos, como conta o mesmo Cesário na história seguinte, lib. 12.

Certo homem morrendo, deixou um seu filho por herdeiro dos bens que tinha adquirido por usura. Este era muito amigo de comeres saborosos e cada dia inventava manjares extraordinários. Depois de morto, uma noite veio a bater à porta de seu filho, o qual perguntou quem era. Respondeu:

– Eu sou o desventurado teu pai.

– Meu pai – disse ele – já é morto, não abro minha porta.

– Eu sou vosso pai e senhor da fazenda que vós possuís, portanto abri-me a porta. Finalmente, ainda que lhe conheceu a fala, não lhe abriu.

– Já que não fazes o que te digo – disse o pai –, aqui te deixo estes peixes que são os manjares que como no Inferno, onde estou e estarei sempre.

Foi-se, deixando-lhe pendurados na porta infinitos sapos e serpentes. Diferentemente aconteceu logo a outro homem, que também era dado a comer e beber em muita quantidade, buscando diferentes manjares, com que deleitava e curava seu corpo, e com a boa vida que levava veio a engordar de tal sorte que não podia consigo mesmo e as carnes lhe caíam umas sobre outras. Este, falando uma vez com seu cozinheiro para lhe fazer os manjares de diferentes invenções, respondeu o cozinheiro:

– Ah, senhor meu, quanto há de gostar o fogo infernal de derreter essa gordura que trazeis às costas!

Considerando ele aquelas palavras, disse consigo: “Todavia este diz-me a verdade e eu sou tão ignorante que não sei tratar senão de curar meu corpo, esquecendo-me e não curando da alma.” Foi coisa espantosa, que dali por diante fez muitas penitências, jejuando estreitamente, de sorte que veio a contentar a Deus pela penitência, mortificação e fraqueza em que pôs sua carne, pois que por esta ofendia a Deus. Conta esta história Joanes Júnior in *Scala Coeli*.

Digno é este exemplo de o trazer sempre na memória, para mortificar vossa carne e apetites dela; pois é o maior inimigo da alma.

P. Já sei que coisa é gula e quantas são as suas espécies e ramos que dela procedem, e tudo com seus exemplos. Mas, para que de todo me aborreça este vício, estimara saber algumas considerações e remédios para que mais facilmente a virtude da abstinência e temperança façam morada em minha alma.

Considerações sobre a virtude da temperança

R. O primeiro remédio seja considerar que Cristo Senhor nosso por S. Lucas nos proíbe este vício, quando disse: “Olhai, não se façam vossos corações pesados com demasiado comer e beber e com o descuido deste mundo.” Considerai e ponde os olhos naquela singular abstinência de Cristo nosso Salvador, o qual, não só depois do jejum do deserto, mas também outras muitas vezes, tratou mui asperamente sua carne santíssima e padeceu fome, não só para nosso remédio, mas também para nosso exemplo. Pois, se aquele que com sua vista mantém os anjos e dá de comer às aves do ar, padeceu fome por vós, quanta mais razão será que vós também por vós a padeçais. Considerai também a abstinência de todos aqueles santos padres do ermo, os quais, apartando-se para os desertos, crucificaram com Cristo sua carne com todos seus apetites. Puderam com o favor do Senhor sustentar-se muitos anos com raízes de ervas e fazer mui ásperas penitências e abstinências. Considerai também que este corpo, que assim regalais e criais com manjares com tanta deleitação, daqui a pouco tempo se há de comer de bichos, deixando de curar vossa alma, que logo há de ser apresentada diante do tribunal divino. E se for com fome de virtude, será condenada a eterno tormento; e sendo ela castigada,

não ficará o corpo sem castigo, por mais saborosos manjares que tenha comido; porque, como assim para ela foi criado, assim juntamente com ela será atormentado e castigado. Com razão dizia um autor: “Se ofereceres alguma obra virtuosa com trabalho de seu corpo, o trabalho passa e a virtude persevera; mas se fizeres alguma coisa torpe com deleite dela, isso passa, mas o castigo e o pecado fica. Ora, quando fordes tentado deste vício da gula, imaginai que já gostastes deste breve deleite, e que já passou aquela hora, que foi como um sono da noite passada. Este deleite deixa tristeza na consciência; e vencendo-o, a deixa contente e alegre. Finalmente refreai vossa natureza, não lhe façais a vontade, mortificai-vos com ela e não lhe cumprais seus desordenados apetites, tomando exemplo no que temos dito e na história seguinte.

Querendo jantar um arcebispo (no *Espelho dos Exemplos* se conta, exemplo último, palavra Gula, tomo 1), no princípio da mesa lhe puseram uns figos, por ser coisa de que ele muito gostava. Tomou um com excessiva vontade e desejo de comer e esqueceu-se de lançar a bênção. Vendo ele seu descuido, refreou seu desejo e apetite, dizendo:

– Senhora gula, muito festejais este manjar, muito alvoroçada estais para o comer, pois agora vos digo que haveis de fazer penitência e que os haveis de ver, e que não haveis de comer.

E assim deixou estar na mesa os bons figos, que por mortificar sua vontade, sem que neles tocasse não somente aquele dia, mas também pôs em sua vontade por todo um mês não comer daquela iguaria. E assim escapou da tentação da gula, pondo freio a seu apetite. O mesmo fazei vós e dissimulai com vossa vontade, lembrando-vos de vossa alma e do que disse Deus: “Ai dos que vos prezais de comedores e bebedores”; admoestando também S. Paulo a este propósito, dizendo: “Não vos deis ao vinho, porque daí nasce a luxúria; e os amigos de comer e beber não alcançarão o Céu”. Da mesma maneira diz também Isaías: “Ai dos que vos prezais e mostrais vossa valentia em beber e vossa fortaleza em vos emborrachar.” De modo que, com estas pias considerações, podeis vencer vossos apetites, quando não quiserdes pôr os olhos nos exemplos que a este propósito vos contei.

**PARA O ESTUDO DA *CRÓNICA DE D. SEBASTIÃO* ATRIBUÍDA A
BERNARDO DA CRUZ:
TEXTOS, AUTORES E TESTEMUNHOS**

**ON THE STUDY OF THE *CHRONICLE OF D. SEBASTIÃO*
ATTRIBUTED TO BERNARDO DA CRUZ:
TEXTS, AUTHORS, WITNESSES**

Elena Lombardo*
elenalombardo@edu.ulisboa.pt

Filipe Alves Moreira**
gomeseanes@gmail.com

A *Crónica de D. Sebastião* normalmente atribuída a frei Bernardo da Cruz é um dos mais conhecidos e citados textos historiográficos sobre este rei. Apesar disso, está muito insuficientemente editada – as únicas duas edições disponíveis foram publicadas, respetivamente, por Alexandre Herculano e António da Costa Paiva, em 1837, e por António Ferreira da Serpa, em 1925 –, a tradição manuscrita nunca foi sistematicamente estudada e mesmo a autoria permanece envolta em muitas dúvidas e equívocos. Neste trabalho, analisamos criticamente o estado da questão sobre o texto, a autoria e a história desta crónica e apresentamos os primeiros resultados de uma análise sistemática da sua tradição manuscrita conduzida no âmbito do Projeto *Sebástica Manuscrita* do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

Palavras-chave: *Crónica de D. Sebastião*. Bernardo da Cruz. Tradição manuscrita. *Sebástica Manuscrita*.

The *Chronicle of D. Sebastião*, generally attributed to Bernardo da Cruz, is one of the most well-known and frequently cited historiographical texts about this king. Despite this, it is inadequately edited – the only existing editions date back to 1837 (Herculano & Paiva) and 1925 (Ferreira da Serpa) – the manuscript tradition has never been systematically studied, and even the authorship remains shrouded in many doubts and confusions. In this work, we critically examine the current state of the art regarding the text, authorship and history of this chronicle, and present the initial

* Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. ORCID: 0000-0002-8674-7134.

** Instituto de Filosofia da Universidade do Porto e Universidade Aberta, Portugal. ORCID: 0000-0002-7426-7395

results of a systematic analysis of its manuscript tradition conducted within the framework of the *Sebástica Manuscrita* Project, hosted by the Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

Keywords: *Chronicle of D. Sebastião*. Bernardo da Cruz. Manuscript Tradition. *Sebástica Manuscrita*.

•

1. Introdução

Nas últimas décadas, em Portugal, os estudos filológicos, e especificamente os de crítica textual *stricto sensu*, têm conhecido assinalável vitalidade, ultrapassado que parece estar o refluxo dos anos 1960–1980, época marcada pelo(s) estruturalismo(s) e pela busca de uma identidade disciplinar forte para os estudos literários.¹ Em consequência deste movimento, diversas edições ou reedições, seja de textos até então inéditos e menosprezados, seja de textos canónicos e permanentemente revisitados, têm sido dadas a lume. Simultaneamente, uma panóplia de estudos, diretamente relacionados com essas edições ou não, têm-se sucedido a bom ritmo, a tal ponto que quem queira manter-se atualizado terá já certas dificuldades em fazê-lo. É certo que nem sempre esses trabalhos parecem encontrar o devido eco junto da comunidade científica, ficando a ideia de uma muito maior atomização do campo, por comparação com a “época dourada” dos filólogos oitocentistas e novecentistas. Tendência dos tempos atuais, também verificável noutros domínios, o filólogo e/ou o crítico textual sentir-se-á, talvez, estranhamente imerso em ruído, mas fechado numa bolha, falando para si mesmo e poucos mais. Independentemente disso, é inegável que muito – e bom – tem sido feito. E se a este panorama juntarmos, como é devido, a atenção filológica que a textos e autores portugueses têm dedicado estudiosos de países lusófonos (com predomínio para o Brasil) ou os lusófilos de países com fortes tradições nestes domínios (por exemplo, o Reino Unido, a Itália e os Estados Unidos), teremos ainda mais motivos para regozijo.

Apesar deste cenário globalmente positivo e aparentemente encorajador, persistem alguns desequilíbrios. Por muito que se fale em “pluralidade de vozes”, “atenção aos subalternos” (reais, metafóricos ou supostos), “alargamento e problematização do cânone”, etc., há ainda, na cultura portuguesa ou em culturas em que o português seja também língua de escrita, épocas, autores, tipologias textuais pouco, nada ou mal estudados. Uma das áreas em que isto se verifica com especial nitidez é o da produção manuscrita da chamada época moderna. Não obstante a persistência do manuscrito muito

¹ O que não significa que este processo de renascimento esteja isento de contradições, nem que esta área não seja, ou possa ser percecionada como estando em perigo de extinção do ponto de vista institucional e universitário, como, de resto, tudo (ou quase) o que diga respeito às humanidades e parte das ciências sociais. Alguns trabalhos têm vindo a refletir sobre este estado de coisas, por exemplo: Aguiar e Silva (2010) e Bernardes (2015). Em “retorno à Filologia” falava já Ivo Castro, evocando Paul de Mann (Castro, 1995).

além da generalização da imprensa estar, de há muito, identificada,² e não obstante a atenção especial que alguns géneros têm recebido (por exemplo, e talvez com destaque, a poesia barroca³ e os livros de cavalarias),⁴ a verdade é que há zonas pouco exploradas. Entre estas estão, paradoxalmente, géneros muito conhecidos e frequentemente utilizados em estudos de diversos tipos. Tal é o caso da historiografia. Mau grado algumas chamadas de atenção ou estudos que têm surgido⁵, verifica-se, com efeito, que o estudo desta tipologia textual, com os seus géneros e subgéneros, tem sido feito, quase exclusivamente, a partir de textos impressos (ou na época, ou posteriormente). Pelo menos duas grandes – e especialmente limitadoras – consequências decorrem daqui. Por um lado, tem-se uma visão bastante parcial do que foi o conhecimento histórico e os mecanismos de preservação e (re)criação da memória histórica durante essa época, ficando esquecidos, por exemplo, os nobiliários⁶ e os anais,⁷ bem como a variação textual típica da circulação manuscrita. Por outro lado, muitas das edições utilizadas são bastante antiquadas e, como é normal, foram feitas com base em critérios hoje claramente datados (quando não mesmo ultrapassados) e nem sempre estão isentas de numerosos e graves erros, voluntários ou não.⁸ Acresce todo um trabalho de contextualização histórico-cultural dos textos e respetivos testemunhos sem o qual muito do que possa dizer-se sobre esses textos carecerá de fundamento.

Um subconjunto em cujo estudo estas deficiências são especialmente notórias é o das crónicas e outros relatos historiográficos dedicados ao reinado de D. Sebastião (1554–1578). Apesar de este ser um reinado, e uma época, tradicionalmente muito estudados e debatidos, ocasionando mesmo não raras polémicas, o certo é que a base empírica sobre que repousam esses estudos depende, muitas vezes, no que a crónicas e textos afins diz respeito, de edições antigas e bastante imperfeitas.⁹ Paralelamente, existem numerosas obras, de extensão e características variáveis, ainda inéditas, enquanto de algumas outras já editadas subsistem versões por vezes com muito notórias diferenças entre elas. Tendo em vista este panorama, os autores deste trabalho decidiram levar a cabo um projeto de identificação e descrição de um *corpus* de textos historiográficos dos séculos XVI e XVII

² Talvez o primeiro grande marco, quanto à chamada de atenção para esta questão no âmbito da cultura portuguesa, seja Buescu (2003), um pouco na senda da síntese pioneira de Bouza (2001).

³ Devido ao labor de Ivo Castro, Mafalda Ferin da Cunha, Anabela Leal de Barros, Francisco Topa, Elsa Pereira, Marcello Moreira, entre outros, alguns dos quais devedores do trabalho pioneiro de Vítor Manuel Aguiar e Silva.

⁴ Alvo da especial atenção de Nanci Romero, Pedro Álvarez-Cifuentes, Aurelio Vargas Díaz Toledo, Raul Cesar Gouveia Fernandes e Margarida Alpalhão.

⁵ Veja-se, entre outros, Curto (2007), Moreira (2012) e Moreira e Araújo (2023).

⁶ Fruto, em parte, da desconfiança dos historiadores em relação à factualidade dos nobiliários da época moderna, grande parte destes jazem esquecidos em bibliotecas e arquivos. Não contestamos a escassa fiabilidade histórica de que alguns deles dão abundantes mostras; mas o seu interesse enquanto produto histórico-cultural está longe de se esgotar aí.

⁷ Género que, contrariamente ao que por vezes se escreve, está longe de ter sido uma especificidade medieval. O primeiro levantamento de textos analíticos dos séculos XV e XVI (primeiras décadas) foi feito pela equipa da BITAGAP (Bibliografia Antiga de Textos Galegos e Portugueses) e está disponível em https://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/about_po.html, através da pesquisa por “Assunto: Anais”.

⁸ Uma reflexão mais aprofundada sobre estes aspetos em Lombardo e Moreira (2019).

⁹ Com algumas e honrosas exceções, como por exemplo os trabalhos de Maria Augusta Lima Cruz, Rui Loureiro e José Manuel Garcia, a que devemos acrescentar, numa perspetiva mais direcionada para textos poéticos, o labor de José Miguel Martínez Torrejón. Em nenhum dos casos falamos, porém, de projetos de catalogação, estudo e edição com intuítos globais.

dedicados ao reinado e figura de D. Sebastião, intitulado *Sebástica Manuscrita*. A primeira e atual fase deste projeto visa estabelecer um *corpus* historiográfico sebástico, identificando textos e versões e respetivos testemunhos manuscritos. Estão, de momento, elencados os materiais pertinentes que existem em boa parte das principais bibliotecas portuguesas,¹⁰ estando previsto prosseguir a tarefa com as restantes instituições nacionais e, posteriormente, com bibliotecas e arquivos internacionais. A segunda fase consistirá na edição de alguns destes textos, nomeadamente os inéditos ou muito insuficientemente editados.¹¹ No decorrer deste trabalho, temo-nos apercebido de muitas e evidentes lacunas no conhecimento de obras tidas como muito importantes para o estudo desta época, e por isso frequentemente citadas ou aludidas. Dois exemplos especialmente claros de tudo o que acabámos de dizer são o da *Relação* de Amador Rebelo e o da *Crónica de D. Sebastião* atribuída a Bernardo da Cruz, à qual dedicaremos o restante deste trabalho.

2. A *Crónica de D. Sebastião*: texto(s) e autor(es)

Esta crónica aguarda há muito um estudo metuculoso. No universo de crónicas mais antigas dedicadas à figura e ao reinado de D. Sebastião, é o texto com o maior número de cópias conservadas até hoje. As buscas efetuadas no PSM inventariaram, até ao momento, vinte e seis testemunhos guardados em bibliotecas e arquivos portugueses.¹² Contudo, não só grande parte destes testemunhos nunca foram estudados, como subsistem ainda numerosas dúvidas e confusões em relação a aspetos tão importantes quanto a autoria, o conteúdo e a história desta crónica.

O texto foi publicado em 1837 por Alexandre Herculano e António Castelo de Paiva, que editaram o ms. 1216 da Biblioteca Pública Municipal do Porto (proveniente da rica livraria do mosteiro de Tibães); em 1903 (Cruz, 1903), o texto desta edição foi reeditado na *Bibliotheca de Classicos Portuguezes*. Há, ainda, a edição de António Ferreira da Serpa (1925), que deu a público a primeira parte do manuscrito Liv. 982 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) acreditando estar perante um texto inédito e que estudos posteriores¹³ revelaram não ser mais do que a *Crónica de D. Sebastião* editada por Herculano e Paiva.

A autoria do texto permanece incerta, também em consequência de equívocos gerados pelo conteúdo dos próprios manuscritos. Alguns, de facto, atribuem-na a Amador

¹⁰ O catálogo atualizado pode ser consultado no site do *Projeto* (<http://www.clul.ulisboa.pt/projeto/sebastica-manuscrita-catalogo-e-edicoes-digitais-dos-textos-historiograficos-portugueses>). Último acesso a 18 de janeiro de 2024. Doravante, o Projeto “Sebástica Manuscrita” será indicado pela sigla PSM.

¹¹ Mais detalhes sobre os objetivos e alguns dos principais resultados já alcançados pelo PSM em Lombardo e Moreira (2019).

¹² Como dissemos, a investigação, neste momento, ainda não considerou bibliotecas sediadas fora de Portugal, mas sabemos, pelo menos, da existência de um manuscrito na Biblioteca Geral da Universidade de Salamanca (o número 2601), referenciado por João Palma Ferreira (1980) e descrito no *Catálogo de Manuscritos de la Biblioteca Universitaria de Salamanca*.

¹³ O primeiro foi Rodrigues (1926).

Rebello,¹⁴ outros a Bernardo da Cruz,¹⁵ outros ainda a Mestre Afonso Guerreiro.¹⁶ Em diversos manuscritos,¹⁷ a *Crónica* foi copiada em conjunto com a *Crónica e sumario do Cerco e combates de Mazagão* de António de Vaena. De notar, ainda, que, no COD. 6831 da BN, a portada refere o facto de os textos aí contidos¹⁸ terem sido copiados dos “que escreveu Ruy de Pinna guardamór da Torre do Tombo e chronista mór do mesmo Reyno”, enquanto uma nota moderna no verso da segunda folha de guarda do BPMP, Ms. 1216 sugere que a crónica podia ter sido “escripta por D. Manoel de Menezes S.^{or} do Reguengo da Maia Chronista Mor do Reino que vivia no principio de 600”.

Frente a esta variedade e, em grande medida, conforme o conteúdo dos manuscritos sucessivamente conhecidos, a crítica tem indicado ora um, ora outro nome. Frei Manuel do Cenáculo, no tomo II das suas *Memorias Historicas dos Progressos e Restabelecimento das Letras na Ordem Terceira de S. Francisco em Portugal e seus Dominios* (1794), ao aludir a Frei Bernardo da Cruz, primeiro Capellão-mor, indica que teria escrito uma *Crónica de D. Sebastião* (“escreveo a Campanha, e destroço de África como testemunha de vista”) – e cita um “Manoel da Sylva de Sampaio, que [a] copiou” (Cenáculo, 1776 – 1794, p. 303). Veremos a seguir que a menção a este nome remete para o grupo de manuscritos da *Crónica* onde, efetivamente, se atribui o texto a Fr. Bernardo da Cruz. Frei Vicente Salgado, poucos anos a seguir, ainda com base nestes manuscritos, confirma esta atribuição (Salgado, 1790, p. 29).

Por outro lado, na *Bibliotheca Lusitana*, encontram-se menções a, pelo menos, três supostos autores quinhentistas de crónicas sobre D. Sebastião: António de Vaena

¹⁴ Por exemplo, os COD. 949 e COD. 3663 da BNP e o ms. Liv. 982 do ANTT. A biografia de Amador Rebello consta na *Bibliotheca Lusitana* (Machado, 1741, pp. 124–125) e é aprofundada por Sales Loureiro (1977, pp. 11–17). Filho de Lançarote Gonçalves e Beatriz Rodrigues, nasceu por volta de 1540 na vila de Meirão Frio e entrou na Companhia de Jesus em 1559. Foi Mestre de escrita de D. Sebastião. Durante o reinado de D. Henrique, foi encarregado do resgate de cativos da Batalha de Alcácer-Quibir em Tânger. Foi Reitor do Colégio de Santo Antão, em Lisboa, entre 1615 e 1622. Aí faleceu, a 7 de maio deste mesmo ano.

¹⁵ Por exemplo, os mss. Vermelho 475 e Vermelho 688 da Academia das Ciências de Lisboa (ACL) e o Ms. 1218 da Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP). Sobre Frei Bernardo da Cruz temos escassas notícias biográficas, sendo que o estudo mais rico é de Queirós Veloso, como se verá a seguir. Viveu durante a segunda metade do século XVI, foi frade da Ordem Terceira e primeiro capelão-mor da Armada, acompanhando D. Sebastião na segunda Jornada à África. Depois de Alcácer-Quibir, tomou o partido filipino. Faleceu na primeira quinzena de setembro de 1579.

¹⁶ Trata-se do Ms. VIII.3.887 da Casa Cadaval e dos códices 49-XI-73 e 49-XI-74 da Biblioteca da Ajuda (BA). Mestre Afonso Guerreiro, segundo Barbosa Machado (Machado, 1741, p. 38) nasceu em Almodôvar, foi Prior da Igreja de São Cristóvão em Lisboa e morreu assassinado em 1581.

¹⁷ Por exemplo, COD. 11048, COD. 3663, A.T./L. 70 da BNP, Ms. VIII.2.805 da Casa Cadaval. A biografia de António de Vaena foi publicada, como se verá mais à frente, por Augusto Ferreira do Amaral (1982). Segundo os documentos citados por este, Vaena (ou Baena) era filho de Gonçalo de Vaena e foi músico de câmara de D. João III e de D. Sebastião. Em 1562, combateu em Mazagão durante o famoso cerco posto a esta praça. O valor demonstrado nesta ocasião valeu-lhe o título de cavaleiro, recebido no mesmo ano. Casou com Violante do Quintal, filha de Antónia do Quintal e, provavelmente, do licenciado Jorge Afonso. Morreu em Lisboa a 6 de agosto de 1564, aparentemente sem deixar descendência.

¹⁸ O códice contém a *Crónica de D. Sebastião* de que aqui tratamos (fls. 1–115v); alguns documentos avulsos (nomeadamente, a Pratica [de] D. Aleixo de Menezes [...] a Raynha D. Catherina, e ao Cardeal D. Henrique (fls. 116–121); a Pratica [d]o Alcaide Rapozo (fls. 121v–125); o *Rebate falço que El Rey quiz mandar dar em Lix.a* (fls. 125–128v); a *Carta de Maluco a El Rey D. Sebastião* (fls. 128v–130v); uma cópia da *Relação da vida de el rey D. Sebastião* do Padre Amador Rebello (fls. 133–168v); uma cópia da *Chronica do Cardeal Infante o Senhor D. Henrique* atribuída a Álvaro Lobo (fls. 1–57). Sobre esta crónica e os problemas da sua atribuição, ver *infra* a menção ao trabalho de Queirós Veloso e os nossos comentários.

(Machado, 1741, p. 409), Agostinho Gavy de Mendonça (p. 66) e M.^o Afonso Guerreiro (p. 38). A indicação que mais repercussão teve foi a de António de Vaena, a quem Barbosa Machado dedica um brevíssimo verbete: “Antonio Vaena cuja patria, e estado de vida ignoramos. Escreveo *Chronica delRey D. Sebastiaõ 4. M.S.* Della conservo em meu poder huma Copia, cujo Original se guarda na Livraria do Conde do Vimieiro”. Tal como sugeriu posteriormente Queirós Veloso (1950, p. 157), corroborando afirmações anteriores de Herculano, o manuscrito do conde do Vimieiro terá sido o número 166 da lista descrita pelo conde da Ericeira e publicada pela Academia de Ciências em 1724.¹⁹ Nesta lista, refere-se que este códice continha um “Sumário do cerco de Mazagão, escrito por António de Vaena [...] dividida em dous capítulos” (Sobral, Almeida & Askins, 2012, p. 119). Todavia, Queirós Veloso (Sobral, Almeida e Askins, 2012, p. 193), tendo identificado outro testemunho do texto visto por Barbosa Machado,²⁰ revelou que esta descrição estaria incompleta e algo inexata. No manuscrito, com efeito, encontrar-se-iam uma cópia do *Cerco de Mazagão*, a *Crónica de D. Sebastião* (em 77 capítulos) e, com toda a probabilidade, a *Crónica do Cardeal infante* atribuída a Álvaro Lobo. Como veremos em breve, a advertência “ao leitor” que se encontra logo a seguir à dedicatória refere-se ao conteúdo global do códice como à “Chronica de El Rey Dom Sebastiaõ”, indicando que estaria dividida em três partes (“Couzas mais notaveis q~ no tempo de El Rey Dom Joaõ o 3º aconteceraõ”; “çerco de Mazagão” e “Vida e feitos del Rey Dom Sebastiaõ”, BNP, A.T./L. 70, fl. 1v). Além disto, abaixo do título exarado no primeiro fólio, menciona-se António de Vaena. Podemos, portanto, afirmar que, na origem da atribuição a Vaena de uma *Crónica de D. Sebastião*, estão a transmissão da *Crónica de D. Sebastião* em conjunto com o *Cerco* e o conteúdo da advertência “ao leitor” que os antecede.

Levando o raciocínio um pouco mais longe, poderíamos sugerir que a menção a Vaena e os equívocos sobre a autoria dos textos referentes à história de Mazagão, por sua vez, terão dado origem à hipótese da existência de uma crónica de D. Sebastião escrita por Agostinho Gavy de Mendonça. Sabe-se, com efeito, que o *Sumário do Cerco* de Vaena foi utilizado por Agostinho Gavy de Mendonça, que publicou, em 1607, na Oficina de Vicente Álvares, em Lisboa, uma *História do famoso cerco que o xarife pôs a fortaleza de Mazagam deffendida pello valeroso capitam mór delle Ruy de Sousa Carvalho*, reeditada em 1890, por Francisco Marques de Sousa Viterbo (Mendonça, 1980).²¹

De muitos outros autores foi dito terem escrito uma crónica sobre D. Sebastião. No *Prologo* da sua edição (Herculano & Paiva, 1837), Alexandre Herculano dedica-se a dissociar da crónica que edita diversos destes: Manuel de Menezes, M.^o Afonso Guerreiro, João Baptista Lavanha, António de Vaena, Amador Rebelo e Pedro de Mariz. O primeiro nome é o que aparece na guarda do manuscrito tomado como base da edição – Manuel de Menezes. A *Crónica de D. Sebastião* escrita por este autor, já então desaparecida, fora citada e utilizada como fonte por diversos autores, entre os quais Fr. Manoel dos Santos, na sua *Historia Sebástica* (1735). Herculano constata a falta de

¹⁹ Uma edição crítica deste trabalho do conde da Ericeira em Sobral, Almeida e Askins (2012).

²⁰ O códice identificado por Queirós Veloso estava então guardado na Livraria da Casa Tarouca e atualmente encontra-se na BNP (A.T./L. 70).

²¹ A este respeito, veja-se também as observações de Garcia (2011), a que aludimos mais à frente.

correspondência entre os conteúdos desta e o texto que edita, pelo que pode seguramente excluir este nome. A seguir, M.^o Afonso Guerreiro e João Baptista Lavanha são descartados por razões cronológicas: a *Crónica* refere-se a acontecimentos do ano de 1586, pelo que terá sido escrita posteriormente a esta data, enquanto M.^o Afonso Guerreiro faleceu em 1581, e João Baptista Lavanha não terá começado a escrever a sua *Crónica de D. Sebastião* antes de 1618. Depois, é a vez de António de Vaena. À época em que Herculano escreve, não tinha sido identificado o outro exemplar do manuscrito visto por Barbosa Machado e que, teoricamente, justificava a atribuição a Vaena, pelo que não se sabia da existência dos manuscritos em que a *Crónica* é transmitida juntamente com o *Cerco*. Por isto, sabendo apenas que o Vaena teria escrito “uma historia do cerco de Mazagaõ, a que vinhaõ appensas algumas relaçoens dos acontecimentos do reino” em tempos de D. Sebastião (Herculano & Paiva, 1837, p. XIV), e constatando que no manuscrito do Porto por ele editado “naõ se tracta do cerco de Mazagaõ”, Herculano pôde afastar facilmente mais esta atribuição. Finalmente, são dissociados da *Crónica* os nomes de Amador Rebelo e de Pedro de Mariz. O primeiro, por ser autor de uma relação que nada tem a ver com esta obra; o segundo, por, de acordo com o estado de conhecimentos de então, a sua associação à *Crónica* se basear, apenas, numa vaga alusão de Faria de Sousa, depois repetida por Barbosa Machado. Restava a Herculano o nome de Fr. Bernardo da Cruz, vinculado à *Crónica de D. Sebastião* por “opinião comum” e que é adotado pelo estudioso por “muitas outras provas, posto que negativas” (Herculano & Paiva, 1837, p. X) ou, em outras palavras, pela confutação de todos os demais nomes acima elencados.

Todos os autores apresentados por Alexandre Herculano circulavam nas menções dos eruditos há muito tempo. Em 1929, surge uma nova hipótese, proposta por Francisco Rodrigues, na sessão de 11 de maio de 1929 da *Secção de Arqueologia Histórica da Associação de Arqueólogos Portugueses* (Ata manuscrita, 1929). O novo nome é o de Estevão Ribeiro. Nenhuma notícia se tem sobre este autor, cuja pátria e vida Barbosa Machado afirma ignorar (Machado, 1741, p. 760). Todavia, Francisco Rodrigues argumenta que Fr. António da Purificação, no *De viris illustribus... ordinis Eremitarum sancti... Augustini*, Liv. III, cap. 14 (1642) e Jorge Cardozo, no *Agiologio Lusitano* Tomo II, p. 621 (1657), afirmam que no capítulo 87 de uma *Crónica de D. Sebastião* de Estevão Ribeiro se menciona Fr. Tomé de Jesus. Verifica-se que a *Crónica* atribuída a Bernardo da Cruz contém, neste mesmo capítulo, menção a Fr. Tomé de Jesus. Tanto António da Purificação como Jorge Cardozo publicaram em meados de 600 e referem-se a Ribeiro com familiaridade, pelo que o P.^o Francisco Rodrigues conclui, sem mais elementos, que “não errar[á] juntando o nome de Estevão Ribeiro à famosa *Crónica*” (Machado, 1741, p. 82).

Nos trabalhos que consultámos, esta hipótese parece não ter tido seguimento, sendo que as propostas posteriores defenderam, principalmente, ou o nome de António de Vaena ou o de Fr. Bernardo da Cruz, com duas exceções: João Palma Ferreira (1980), que retoma a atribuição a Pedro de Mariz presente no manuscrito 2601 da Universidade de

Salamanca,²² e José Manuel Garcia (2011), que propõe António de Castilho. Mas continuemos por ordem cronológica.

A seguir à edição de Herculano e Paiva e à intervenção de Francisco Rodrigues, saiu a público o estudo de José Maria Queirós Veloso (Queirós Veloso, 1950), ainda hoje leitura imprescindível para quem se dedica a este tema. No artigo, o estudioso discutiu o conteúdo da *Crónica de D. Sebastião*; revelou a identificação de novos trechos do texto, que também editou; divulgou novos dados biográficos de Fr. Bernardo da Cruz, que utilizou como provas para refutar a sua autoria da *Crónica*; defendeu, por outro lado, a autoria por António de Vaena, com base na identificação do já citado novo testemunho do texto consultado por Barbosa Machado. Vejamos um ponto de cada vez.

Quanto ao conteúdo da *Crónica*, mencionámos de passagem, e aprofundaremos este aspeto daqui a pouco, que alguns testemunhos transmitem uma versão do texto que abarca também o reinado de D. Henrique – a própria edição de Herculano dá a ler esta versão, que é geralmente tida como a mais fidedigna. Noutros testemunhos, existe uma versão mais breve do texto, que termina com os acontecimentos marroquinos posteriores à batalha de Alcácer-Quibir; alguns destes testemunhos, a seguir, contêm uma *Crónica do Cardeal infante* composta, geralmente, por 54 capítulos. Esta crónica, cujo conteúdo coincide quase totalmente com o texto referente ao reinado de D. Henrique da versão extensa da *Crónica de D. Sebastião*, circulou autonomamente em diversos testemunhos²³ e foi publicada, em 1840, com o título *Chronica do Cardeal Rei D. Henrique*, tendo sido atribuída a Álvaro Lobo.

Queirós Veloso parte do pressuposto de que a parte final da *Crónica de D. Sebastião* com 113 capítulos, e a *Chronica do Cardeal Rei D. Henrique* publicada em 1840, são na verdade o mesmo texto. Demonstrá-lo-iam dois indícios: desde logo, a identidade de conteúdo entre as duas, mas, sobretudo, o facto de, no capítulo 76 da *Crónica de D. Sebastião*, se anunciar que o reinado de D. Henrique será abordado a seguir: “...pera o Cardeal tomar logo o ceptro de Rei, *como abaixo mais largamente contaremos*” (Queirós Veloso, 1959, p. 153, itálico nosso). Por outras palavras, exclui existirem dois textos distintos, legitimando implicitamente a versão da *Crónica* constituída por 113 capítulos (aliás, 118, considerando os que dá a conhecer logo a seguir) face àquela constituída por 77 capítulos, e rejeita a autoria de Álvaro Lobo para o texto sobre o reinado de D. Henrique.

A seguir, o estudioso traz a público a existência de quatro capítulos “finais” da *Crónica*, numerados do 114 ao 118, no COD. 6963 da BN.

Dedica-se, então, à confutação de algumas autorias: os nomes de M.^e Afonso Guerreiro e João Baptista Lavanha são excluídos usando os mesmos argumentos precedentemente empunhados por Alexandre Herculano; ao de Fr. Bernardo da Cruz dedica um capítulo inteiro do seu estudo, onde apresenta correspondência guardada no

²² Ver nota 12. Esta tese já tinha sido desmentida por Queirós Veloso (1950., pp. 158–159) e voltará a ser discutida por Garcia (2011, p. 382).

²³ Uma primeira busca efetuada à margem das atividades do PSM permitiu inventariar, até agora, pouco mais de uma dezena de cópias: ACL, Ms. n.º 219 (vermelho); ANTT, liv. 982; BA, 49-XII-2 e 49-XII-3; BNP, COD. 478, COD. 3663, COD. 6831, COD. 8802, COD. 9479, COD. 13312 e A.T./L. 70; BPE, CIII/1-15 e CIII/2-17.

Arquivo de Simancas que comprova ter morrido o religioso “na primeira quinzena de setembro de 1579” (Queirós Veloso, 1959, p. 189). A isto contrapõe que a *Crónica* se refere a acontecimentos posteriores a esta data: no capítulo 37, o texto menciona o falecimento de Francisco de Sá de Meneses (1584); no capítulo 89, o narrador refere-se ao ano então corrente (1586) e, em diversos trechos, faz referências a Miguel de Moura como estando ainda vivo. O Secretário de Estado morreu em 1600, portanto a crónica “teria [...] sido escrita antes desta data” (Queirós Veloso, 1959, p. 190). Recusadas estas atribuições, volta a considerar a possibilidade de associar à *Crónica* o nome de Vaena e remata o estudo trazendo a público a identificação do testemunho do texto visto por Barbosa.

O estudo de Queirós Veloso é fundamental na discussão sobre a autoria da *Crónica de D. Sebastião* e pôs as bases para a difusão que da hipótese de Vaena fizeram Joaquim Veríssimo Serrão (1972) e Francisco de Sales Mascarenhas Loureiro (1977). Apesar disto, o que não convence no estudo de Queirós Veloso é precisamente a atribuição a António de Vaena, que, lembre-se, foi defendida sem ter consultado pessoalmente o testemunho da Casa Tarouca, tendo o autor tido acesso apenas à descrição feita por António Machado de Faria. Por isto, não teve oportunidade de verificar algumas incongruências que ficam claras a quem lê na íntegra a dedicatória e a advertência “ao leitor” contida no manuscrito (“Chronica, e Summario do Cerco, e combates de Mazagam Por Antonio de Vayena”, A.T./L. 70, fls. 1r-1v). Nomeadamente, 1. a referência a António de Vaena só aparece abaixo do título apostro na margem de cabeça do primeiro fólio; 2. a dedicatória menciona apenas o *Cerco*, que considera uma “uma piquena escritura”; 3. o *Cerco* é dedicado a um príncipe de “piquena Idade” e “inclinação natural [...] aos feitos darmas e ao amor que mostra aos boñs caualeiros”, que não é ilógico identificar com D. Sebastião, sobretudo considerando que as pessoas de que o texto fala, ainda conforme a própria dedicatória, estão vivas (“bem vejo que emprehendi huã perigoza empreza que he tratar de pessoas viuas”), e “aventuraraõ as vidas” em serviço do mesmo rei, do qual esperam “merçes”; 4. a menção a uma “Crónica de D. Sebastião” ocorre só no texto da Advertência, onde, aliás, se revela o carácter compilatório do texto (“E nesta terceira parte se emcluio quasi as duas primeiras partes, posto que abreuadamente o que fizemos por nos parecer pertencer a ditta chronica”, A.T./L. 70, fl.1v).

Será justamente sobre estes pontos que incidirá o cabal estudo de Augusto Ferreira do Amaral (1982), em que se defende, antes, a autoria de Fr. Bernardo da Cruz. Para melhor sustentar esta tese, Ferreira do Amaral publica um estudo da vida de António de Vaena, indicando que teria morrido em 1564 e demonstrando, conseqüentemente, que não poderia ser autor da *Crónica de D. Sebastião*.

Finalmente, José Manuel Garcia (Garcia, 2011), no artigo “A Batalha de Alcácer-Quibir e a crónica portuguesa”, resume o estado da discussão acerca da autoria e contribui com algumas considerações. Primeiramente, volta a admitir a possibilidade de a crónica ser constituída por mais do que um núcleo, um dos quais poderia ser efetivamente de autoria de Fr. Bernardo da Cruz, “mesmo que a forma como ela chegou até nós tenha sido acrescentada depois da sua morte em 1579” (Garcia, 2011, p. 382). Sugere também que as intervenções feitas em 1586 sejam de António de Castilho,

pois este guarda-mor da Torre do Tombo era a personalidade que desde Julho de 1582 estava encarregado oficialmente de preparar as crónicas do reino. Ainda que a sua atividade conhecida até à data em que morreu a 4 de julho de 1593 seja limitada no domínio da história, tal facto não obsta à sua hipotética participação na revisão e acréscimo do texto da crónica que aqui consideramos (Garcia, 2011, p. 382).

Finalmente, indica a existência de “três tipos de manuscritos: um deles teria registado o nome de Frei Bernardo da Cruz; outro estava associado à história do cerco de Mazagão de António de Vaena e outro não tinha qualquer nome, tendo sido posteriormente associado ao de outros autores” (Garcia, 2011, p. 383).

3. A tradição manuscrita da *Crónica*: conhecimentos atuais

Todos os trabalhos até agora citados baseiam-se num conhecimento muito fragmentário da tradição. Até agora, tendo-nos proposto fazer um levantamento mais exaustivo, temos conhecimento de vinte e seis exemplares guardados em bibliotecas públicas portuguesas, sem excluir que possam existir outros testemunhos em bibliotecas particulares. Ainda não desenvolvemos um estudo aprofundado, mas, a um primeiro olhar, os testemunhos apresentam características que permitem agrupá-los em dois conjuntos principais – que, possivelmente, distinguem diferentes redações da CDS: o primeiro reúne nove testemunhos em que a narração se conclui com os eventos imediatamente posteriores a Alcácer-Quibir; o segundo compreende quinze testemunhos que incluem o início do reinado do Cardeal Infante.²⁴ Os do primeiro grupo são:

- BNP, A.T./L. 70 (século XVII);
- Casa Cadaval, Ms. VIII.2.805 (século XVII);
- BNP, COD. 949 (século XVIII);
- BNP, COD. 6831 (1721);
- BPE, CIII/1-13 (1724);
- ACL, Vermelho 475 (1798);
- BNP, COD. 3663 (1817);
- BGUC, Ms. 557 (século XVII-XVIII);
- ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 982 (século XVIII).

Alguns destes manuscritos têm particularidades que devem ser destacadas. Certos elementos sugerem proximidade entre o COD. 3663 e o A.T./L. 70. Na portada do COD. 3663, com efeito, António Lourenço Caminha afirma ter feito “copia fiel de hum Original que possui o Jll.^{mo} e Excell.^{mo} Marquez de Penalva [...] Anno de 1817” e, no fl. 228r, refere a existência, no apógrafo, de uma nota à margem sobre Miguel de Moura. Posto isto, o segundo, tal como a cota indica, provém justamente da livraria dos condes de Tarouca, e verifica-se que contém, no fl. 139v, a tal nota indicada por Caminha. Além disto, em ambos os testemunhos, existe uma lacuna que abrange o final do capítulo 38 e

²⁴ Não incluímos, nestes grupos, os códices 6963/9 e A.T./L. 50a da BN – o primeiro por conter os tais capítulos supostamente finais da *Crónica* publicados por Queirós Veloso (1950); o segundo por não ser um testemunho direto e sim uma reelaboração do texto por José Pereira Baião.

parte do 39: de “paternal amor, e manifestença de animo Real”, o texto passa diretamente para “e Espanto diziaõ m.^{tos} ã os Portuguezes traziaõ consigo os mares”, que se situaria no final do capítulo 39. Assim, falta a epígrafe e o início do capítulo 39 (“Como os reis de Portugal e Castella jantaraõ ambos juntos duas vezes, e pela mesma maneira outras duas vezes os fidalgos portuguezes e castelhanos”) e passa-se diretamente para o capítulo 40, sem corrigir a numeração.

O Vermelho, 475 da Academia das Ciências foi copiado, em 1798, por Frei Vicente Salgado para a livraria do convento de Nossa Senhora de Jesus (Lisboa), a partir de um manuscrito de José Lopes de Mira, o qual tinha 77 capítulos e sobre cujo percurso somos informados: pertenceu a Fr. Luís Santoya, foi herdado por Lopo Dias de Sousa Goes Santoya e Cogominho e foi por este oferecido ao P.^e Mira. Na “advertencia do copiadador”, afirma Salgado ter produzido mais três cópias da *Crónica*. Duas, “com pouca diferença de tempo” entre uma e outra, ambas *in-quarto*, para Cenáculo e a partir de um manuscrito de Cenáculo. Este antígrafo, por sua vez, tinha chegado às mãos do Bispo de Beja por aquisição a um secular, que o tinha comprado “nas escadas do Loreto pelo annos de 1766 em quarto encadernado em pergaminho” (ACL, Vermelho 475, fl. VIII). A terceira cópia fez-se necessária poucos meses depois de ter começado a produção do (atual) Vermelho, 475. Conta Fr. Vicente Salgado que um dos primeiros dois exemplares por ele copiados foi confiado ao bibliotecário do convento de Nossa Senhora de Jesus, com uma nota da mão de Cenáculo onde se dizia: “Este livro está fielmente copiado, como eu conferi, pelo ã me emprestou Monsenhor Gama – Fr. Manoel do Cenaculo”. Todavia, ao comparar este com o exemplar em curso de cópia, Salgado observou profundas diferenças entre as lições, o que o animou a trasladar o manuscrito de Cenáculo pela terceira vez.

Depreende-se, assim, terem existido sete testemunhos que passaram pelas mãos de Fr. Vicente Salgado, dos quais alguns estão hoje dispersos. Em primeiro lugar, uma cópia com 77 capítulos (μ) que pertenceu ao P.^e José Lopes de Mira, o qual, por sua vez, a emprestou a Fr. Salgado. Deste manuscrito, foi tirada por Salgado uma cópia em 1798, (atual ACL, Série Vermelha, ms. 475, que identificamos por AC₁). Por outro lado, refere-se a existência de um manuscrito (λ), vendido em 1766 nas escadinhas do Loreto a um secular e que chegou, entre 1766 e 1798, às mãos de Fr. Manuel do Cenáculo, de que foram tiradas duas cópias (σ_1 e S₂), ainda por Salgado. Uma destas duas foi revista por Cenáculo, que lhe incluiu uma nota, e serviu de antígrafo para uma terceira, produzida também em torno de 1798 (σ_4). A existência do sétimo manuscrito (γ) infere-se apenas pela menção feita à cópia emprestada por Monsenhor Gama a Cenáculo, na nota deste último.²⁵

Quanto ao segundo grupo, os manuscritos atualmente conhecidos são:

- BPMP, Ms. 1216 (finais do século XVI);
- BNP, COD. 13528 (finais do século XVI);
- BNP, COD. 13282 (século XVII);
- BNP, PBA, 186 (século XVII);
- BNP, A.T./L. 2a (século XVII);

²⁵ Alexandre Herculano tecera também algumas breves considerações sobre as cópias de Fr. Vicente Salgado, na introdução da edição da *Crónica*. Mais à frente, comentaremos as suas posições.

- BA, 49-XI-74 (século XVIII).

Mais oito testemunhos fragmentários ou truncados, que podemos incluir num subgrupo:

- ACL, Vermelho, 688 (século XVIII);
- ACL, Azul, 323 (1766-1798);
- BPMP, Ms. 1218 (século XIX);
- BNP, COD. 11048 (século XVII);
- BNP, COD. 13312 (final do século XVII);
- BPE, CIII/1-12 (século XVII);
- BPMP, Ms. 1217;
- Casa Cadaval, Ms. VIII.3.887;
- BA, 49-XII-1 (século XVII-XVIII).

Começando pelos testemunhos não fragmentários, como já foi mencionado, o manuscrito 1216 da BPMP é o que serviu de base para a edição de Herculano, que, com base na grafia e no conteúdo de uma nota no capítulo 50, determinou ter sido copiado em Alcobça, “por pessoa contemporanea do Cardeal Rei” (Herculano & Paiva, 1837, p. IX), ou seja, até 1580. A narração articula-se em cento e treze capítulos.

O COD. 13528 da BNP veio a público apenas recentemente²⁶ e é, neste momento, o testemunho mais intrigante de todos. Trata-se de uma cópia de finais do século XVI, que compreende os acontecimentos do reinado do cardeal D. Henrique. O texto contém profundas intervenções coevas. No fl. 1, abaixo do título do primeiro capítulo, há três notas de posse: “M.^{el} Correa 593”; “Este liuro he meu e anda furtado ha mais de vinte annos. Naõ o dou a quẽ o tem e he obrigado a restituilo ou telo de meu beneplacito. em 4 de jan.^{to} de 1609 de um Miguel (...)ques” (?); e “D. Rodrigo da Cunha”. Dos capítulos, apenas os primeiros quatro e os números 35 e 36 são numerados. Acaba com: “...no collegio da companhia ã elle fundou e dotou com singular magnificencia”, sendo que, a seguir à frase que constitui o *explicit* da versão fixada pela edição, adiciona uma breve descrição do rei D. Henrique e alude aos acontecimentos posteriores à sua morte. Ao longo do códice, existem diversos espaços em branco que correspondem a metades de fólho ou fólhos inteiros. Em dois destes, o texto indica explicitamente que quem o copiou previa aí elementos que não chegou a inserir (p.e., no fl 115r: “nesta forma foraõ formados os exercitos, os quaes mais claramente se veraõ na seguinte discripçaõ”). O último fólho (198) foi acrescentado posteriormente, tendo sido preenchido pela mesma mão que copiou o COD. 13282 da BN.

Este, por sua vez, aproxima-se ao que acabámos de descrever. Com efeito, não apenas termina com: “...no Collegio da Companhia, q~ elle fundou, e dotou com singular magnificencia”, incluindo a descrição do cardeal rei e aludindo aos acontecimentos posteriores à sua morte, mas também integra no texto diversas das correções e intervenções feitas naquele manuscrito. Considerando, além disto, o facto de existirem,

²⁶ Veja-se <https://www.eclecticaliloes.com/auction/676-manuscritos-historia/lot-2-manuscrito-cronica/>. Último acesso a 23 de junho de 2022.

em ambos, intervenções feitas pela mesma mão, futuramente será profícuo explorar as relações entre estes dois testemunhos.

O manuscrito pombalino, o da casa Tarouca e o da BA têm alguns aspetos em comum. O pombalino tem cento e quinze capítulos, mas o total indicado no manuscrito é cento e vinte e cinco: isto deve-se a um salto de uma dezena na numeração,²⁷ ao facto de a morte do Xarife velho e o juramento dos três Estados se encontrarem em dois capítulos à parte e, por último, à omissão dos números de dois capítulos.²⁸ Além disto, quiçá em razão de uma troca de cadernos algures na tradição, a sequência dos capítulos que correspondem, na versão fixada pela edição de Herculano, aos 61–65 é invertida: apesar de a sucessão numérica ser linear, os capítulos 61 e 62 contêm o texto que nos outros testemunhos se encontra nos capítulos 64 e 65, e os 63, 64 e 65 contêm o texto dos capítulos 61, 62, 63. O A.T./L. 2a e o 49-XI-74 têm cento e catorze capítulos, sendo que o da Ajuda também trata a morte do Xarife velho como um capítulo à parte, mas apresenta uma lacuna em correspondência ao da Sentença ao Sr. D. António. Ambos os testemunhos apresentam a inversão da ordem do conteúdo dos capítulos 61-65 que acabámos de referir.

De entre os testemunhos fragmentários, os primeiros três (ACL, Vermelho, 688; ACL, Azul, 323 e BPMP, Ms. 1218) contêm cinquenta e cinco capítulos, terminando com o início da descrição das condições de cativo dos portugueses em Marrocos. O COD. 11048 contém sessenta e sete capítulos, sendo que faltam os capítulos 14 a 34 e 76 e a organização da matéria está profundamente modificada em relação ao texto da edição de Herculano. O COD. 13312 contém cópia de apenas vinte e oito capítulos – de 68 a 96; o da BPE contém cento e quatro capítulos; o códice 1217 da BPMP, citado por Herculano, omite os capítulos 1, de 7 a 14 e acaba no 80. Quanto ao 49-XII-1 da BA, apesar de o último número de capítulo indicado ser o 113, faltam diversos capítulos anteriores, perfazendo apenas noventa e cinco. Por fim, não tivemos oportunidade de consultar o manuscrito da Casa Cadaval.

Algumas últimas considerações antes de concluir. Alexandre Herculano, na introdução à edição da *Crónica*, dá notícia dos exemplares por ele consultados. Entre estes, cita dois códices provenientes da livraria do convento de Nossa Senhora de Jesus e guardados na ACL, ambos com uma nota do Bispo de Beja – num, a nota seria de punho do próprio e o outro seria uma cópia de Fr. Vicente Salgado. Além destes, consultados diretamente pelo historiador, é mencionada a existência de um sétimo testemunho, oferecido à ACL pelo Bispo de Coimbra e consultado em 1829 por Fr. Matheus de Assunção, que tencionava publicá-lo. Este, quando Herculano estava a escrever, estaria desaparecido, mas o autor diz que conteria na primeira folha a nota de Cenáculo e estaria “miseravelmente deturpado”, o que o associaria aos primeiros três referidos pelo editor (Herculano & Paiva, 1837, p. VI). Recorde-se que, atualmente, existem na ACL três manuscritos da *Crónica de D. Sebastião*: os números 475 e 688 da Série Vermelha e o número 323 da Série Azul. Se a identificação deste último com um dos manuscritos citados por Herculano – o sétimo – é bastante segura,²⁹ o mesmo não se pode dizer no

²⁷ Depois do capítulo 69, passa-se diretamente para o 80, sem perda de conteúdo.

²⁸ Trata-se dos que deveriam ser o quinquagésimo primeiro e o centésimo vigésimo terceiro.

²⁹ Veja-se a entrada do catálogo dos manuscritos da Série Azul: “no canto superior direito do rosto existe o seguinte despacho: ‘Imprima-se, principiando o sexto volume dos ineditos. Secretaria, 22 de Julho de 1824.

caso dos dois da Série Vermelha. O 688 contém, com efeito, a cópia em cinquenta e cinco capítulos da CDS, mas não apresenta a nota manuscrita de Cenáculo; o 475 foi efetivamente copiado por Fr. Vicente Salgado, como vimos, mas é cópia do texto em setenta e sete capítulos e a tal nota apenas se encontra citada no texto da “Advertencia do coprador”. Isto pode ser interpretado de duas maneiras diferentes. Por um lado, forçando um pouco a interpretação, talvez possamos admitir que Herculano não se tenha dado conta, na altura, de que o 475 afinal não era “perfeitamente semelhante” aos outros dois identificados e que a nota de mão de Salgado à qual se refere seja, efetivamente, a citada na “Advertencia do coprador”. Neste sentido, talvez seja interessante considerar que tanto os manuscritos que contêm o texto em cinquenta e cinco capítulos, como o que contêm o texto em setenta e sete capítulos têm o mesmo título e abrem-se com a Dedicatória ao Reino de Portugal e a advertência “Aos que lerem”, sendo que as variantes mais ostensivas se manifestam mais à frente na narração. Ao querer continuar na mesma linha de raciocínio – contando apenas com os manuscritos hoje conhecidos –, o outro manuscrito por ele identificado talvez nada mais fosse do que o próprio Azul, 323. Por outro lado, também se pode presumir que Alexandre Herculano tenha visto (pelo menos) um códice entretanto perdido. Se assim fosse, poder-se-ia até conceber que o códice – com a “nota do Bispo de Beja [...] escripta pela letra [...] de Fr. Vicente Salgado, que copiou o livro” – visto pelo historiador fosse o nosso σ_4 .

4. Conclusão

O levantamento, sistematização e análise dos testemunhos de um texto transmitido de forma manuscrita constituem etapas preliminares de todo e qualquer estudo que sobre ele se debruce, ainda mais quando se trata de uma obra de importância significativa paradoxalmente ainda pouco estudada. Os dados sobre a *Crónica de D. Sebastião* aqui apresentados permitem não apenas lançar as bases para uma nova edição do texto, que tenha em conta os testemunhos identificados desde 1925 (data da última edição de que foi objeto) e se beneficie das possibilidades abertas pelo paradigma digital, de acordo com os objetivos definidos pelo Projeto *Sebástica Manuscrita*, como começar a responder com bases mais sólidas a algumas dúvidas que ainda subsistem sobre a origem e o percurso desta obra. Por um lado, a identificação de novos testemunhos (entre os quais se destaca o COD. 13528 da BNP, que ainda não tinha sido noticiado pela comunidade académica); por outro, o agrupamento da tradição manuscrita, de acordo com as suas características, em duas famílias principais que, possivelmente, denotam a existência de duas versões sucessivas (hipótese que exploraremos em futuros trabalhos); por outro, ainda, a revisitação crítica de estudos anteriores, conduzem-nos à conclusão de que o que chamamos *Crónica de D. Sebastião* é uma realidade múltipla, fruto da intervenção de diversos agentes ao longo do tempo. Entre as intervenções devidas a esses agentes estão não só a introdução ou eliminação de segmentos textuais e/ou a sua reorganização, mas também a atribuição de autoria – problema que, julgamos, e por tudo quanto acabámos de dizer, deve permanecer em aberto. O aprofundamento da análise da tradição

Dantas’. E no final do mesmo fl.: ‘Este livro está fielmente copiado, como eu conferi, pelo que me emprestou Mr. Gama. Fr. Manoel do Cenaculo’”.

manuscrita é, por isto, um requisito indispensável para melhor percebermos a génese e o devir desta(s) obra(s).

Financiamento: Trabalho financiado pela FCT (DL/2016/CP1367/CT002).

Referências

- Aguiar e Silva, V. (2010). *As Humanidades, os estudos culturais, o ensino da literatura e a política da língua portuguesa*. Almedina.
- Bernardes, J. (2015). A filologia perene e o ideal da bata branca. *Limite – Revista de Estudios Portugueses y de la lusofonia*, 9, 285–307.
- Bouza, F. (2001). *Corre manuscrito. Una historia cultural del Siglo de Oro*. Marcial Pons.
- Buescu, A. (2003). A persistência da cultura manuscrita em Portugal nos séculos XVI e XVII. *Ler História*, 45, 19–48.
- Castro, I. (1995). O retorno à filologia. In C. Pereira & P. Pereira (Eds.), *Miscelânea de Estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha* (pp. 511–520). Nova Fronteira.
- Cenáculo, M. (1776–1794). *Disposições do superior provincial para a observancia regular, e literaria da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco destes reinos, feitas em os annos de mil setecentos sessenta e nove, e setenta*. Na Regia officina typographica. <https://purl.pt/39078>
- Cruz, B. (1903). *Chronica d'el-rei D. Sebastião*. Escriptorio. <https://archive.org/details/chronicadelreids00cruz/page/n7/mode/2up>
- Curto, D. (2007). *Cultura escrita. Séculos XVI-XVIII*. Imprensa de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Ferreira, J. (1980). *Obscuros e marginados*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Ferreira do Amaral, A. (1982) *António de Vaena e a Crónica D'El-Rei D. Sebastião*. Editora Gráfica Portuguesa.
- Garcia, J. (2011). A Batalha de Alcácer-Quibir e a crónica portuguesa. In *Portugal e o Magrebe. Actas do 4.ª Colóquio de História Luso-Marroquina / Actes du IV Colloque d'Histoire Maroco-Lusitanienne* (pp. 377–385). Centro de História de Além-Mar e Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
- Herculano, A., & Paiva, A. (1837). *Chronica de-el rei D. Sebastião por Fr. Bernardo da Cruz*. Galhardo e Irmãos.
- Lombardo, E., & Moreira. (2019). Edição de crónicas e relatos sobre D. Sebastião: Balanço e perspectivas. *ACTA IASSYENSIA COMPARATIONIS* [edição especial], 47–60. https://literaturacomparata.ro/aic/?page_id=1011&lang=en.
- Loureiro, F. (1977). *Relação da vida d'Elrey D. Sebastião* (Leitura, introdução e notas de Francisco de Sales de Mascarenhas Loureiro). Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, 2(4).
- Machado, D. (1741). *Bibliotheca lusitana* (Vol. 1). Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca.
- Mendonça, A. (1890). *Historia do Cerco de Mazagão*. Biblioteca de Clássicos Portugueses.
- Moreira, F. (2012). Os sumários de crónicas portuguesas: Textos, contextos, paratextos. *Cahiers d'études historiques médiévales*, 35, 79–92.
- Moreira, F., & Araújo, J. (2023). *Rui de Pina: 500 anos depois*. Biblioteca Nacional de Portugal.
- Queirós Veloso, J. (1950). *Estudos históricos do século XVI*. Academia Portuguesa de História.
- Rodrigues, F. (1926). O P.e Amador Rebelo e D. Sebastião. *Brotéria Cultural*, 3, 193–195.
- Salgado, V. (1790). Origens e progresso das linguas orientaes na Congregação da Terceira Ordem de Portugal. Na Off. de Simão Thaddeo Ferreira.
- Salgado, V. (1793). *Compendio historico da Congregação da Terceira Ordem em Portugal*. Na Off. de Simão Thaddeo Ferreira.

- Santos, M. (1735). *Historia Sebastica: Contem a vida do Augusto Principe o Senhor D. Sebastião, Rey de Portugal, e os successos memoraveis do Reyno, e conquistas no seu tempo....* Na Officina de Antonio Pedrozo Galram
- Serpa, A. (1925). *Cronica de El-Rei Dom Sebastião: único dêste nóme e dos Reis de Portugal o 16º, compósta pelo Padre Amadôr Rebêlo, companheiro do Padre Luís Gonçalves da Câmara, Mestre do dito Rei Dom Sebastião.* Livraria Civilização.
- Serrão, J. (1972). *A historiografia portuguesa* (Vol. 1). Editorial Verbo.
- Sobral, C., Almeida, I., & Askins, A. (2012). *Examinar os manuscritos das livrarias particulares: Obra do Conde de Ericeira.* Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos.

[recebido em 22 de janeiro de 2024 e aceite para publicação em 14 de maio de 2024]

A CONCEÇÃO GRAMATICAL DE JOAQUIM GONÇALVES: UMA ANÁLISE DA SUA VISÃO SOBRE A FORMAÇÃO E A CLASSIFICAÇÃO DAS PALAVRAS CHINESAS

THE GRAMMATICAL CONCEPTION OF JOAQUIM GONÇALVES: AN ANALYSIS OF HIS VIEW ON CHINESE WORD FORMATION AND CLASSIFICATION

Ling Li*

liling@elach.uminho.pt

Este artigo investiga a visão gramatical do padre lazarista português Joaquim Afonso Gonçalves (1781–1841) através da análise das suas reflexões metalinguísticas presentes na *Arte China* (1829), um compêndio gramatical elaborado para o ensino-aprendizagem do chinês a europeus em Macau no início do século XIX. Iniciando-se com as referências gramaticais incluídas nos capítulos III (*Grammatica*) e IV (*Syntaxe*) deste manual didático, a pesquisa centra-se na formação e classificação das palavras chinesas sob a perspetiva contrastiva do gramático português. O estudo revela que os processos de formação de palavras distinguidos no seu método gramatical se fundamentam nas características morfológicas dos vocábulos chineses. Além disso, as partes da oração utilizadas para classificar o léxico chinês não apenas herdaram o modelo analítico e descritivo greco-latino como também incorporam aspetos da tradição local e adotam novas categorias para retratar os aspetos mais peculiares do chinês, em comparação com a língua materna de Gonçalves. Esta análise visa lançar luz sobre as interpretações gramaticais do sinólogo português, originalmente destinadas aos discípulos diretos, que podem parecer incompletas e obscuras para os leitores contemporâneos.

Palavras-chave: Gramática comparativa português-chinês. História da gramática chinesa. Historiografia linguística. Linguística missionária. Sinologia portuguesa.

This article delves into the grammatical perspective of Joaquim Afonso Gonçalves (1781-1841), a Portuguese Lazarist. The study focuses on his metalinguistic reflections, as evident in his grammatical primer, *Arte China* (1829), designed to teach Chinese to Europeans in 19th-century Macao. Specifically, this research centers on the grammatical references found in the third and fourth chapters of the manual, namely *Grammatica* and *Syntaxe*. It explores Gonçalves' observations regarding Chinese word formation and parts of speech, both perceived from a contrastive perspective. The analysis reveals that Gonçalves' proposed word formation patterns are rooted in the morphological characteristics of Chinese words. Additionally, the parts of speech used to classify the Chinese lexicon inherit the Greek-Latin analytical and descriptive model, incorporate local traditions, and embrace new categories to capture unique aspects of Chinese compared to his native language. This research seeks to illuminate Gonçalves' grammatical conception, originally intended for direct disciples but potentially challenging for contemporary readers.

Keywords: Portuguese-Chinese comparative grammar. History of Chinese grammar. Historiography of Linguistics. Missionary Linguistics. Portuguese sinology.

* Centro de Estudos Humanísticos, Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Braga, Portugal. ORCID: 0000-0002-1901-4600.



1. Introdução

A interseção entre a linguística e a missiologia desempenha um papel fundamental na documentação e preservação das línguas nativas nos destinos das missões evangelizadoras. As obras gramaticais produzidas por missionários, enquanto primeiros testemunhos do contacto linguístico e cultural entre o Ocidente e o Oriente, constituem um terreno fértil para estudos contrastivos entre as línguas alvo do ensino-aprendizagem e as respetivas metalínguas descritivas. No contexto específico da língua chinesa, cujos estudos gramaticais têm uma história relativamente curta em comparação com as línguas europeias, as gramáticas missionárias representam as primeiras tentativas sistemáticas de análise gramatical, antecedendo os estudos modernos nativos. No entanto, uma grande parte das visões gramaticais, direta ou indiretamente refletidas nestas gramáticas, que não apenas abrangem as tradições gramaticais europeias, mas também abraçam os costumes linguísticos locais, ainda não foram estudadas da forma que mereciam (vd., Zwartjes, 2012), sobretudo quando uma língua europeia relativamente minoritária é usada como metalinguagem, como é o caso do português.

O padre lazarista português Joaquim Gonçalves (1781–1841) foi uma das figuras mais relevantes da sinologia europeia do século XIX,¹ tendo dedicado a maior parte da sua vida, desde a sua chegada a Macau em 1813 até à data do seu falecimento, ao ensino-aprendizagem da língua chinesa por ocidentais e para ocidentais. Este estudo busca examinar a conceção gramatical de Joaquim Gonçalves refletida no núcleo da sua trilogia, composta pela *Arte China* (1829), *Diccionario Portuguez-China* (1831) e *Diccionario China-Portuguez* (1833), para o ensino-aprendizagem do chinês aos europeus que se encontravam no território de Macau. Nas últimas duas décadas, as obras metalinguísticas de Gonçalves têm recebido cada vez mais atenção: Aresta (2000) estudou as notas biográficas e bibliográficas deste professor e sinólogo português; Levi (2007) analisou os aspetos inovadores do seu método didático da gramática chinesa; Liu (2009) fez um estudo comparativo entre a *Arte China* de Joaquim Gonçalves e a *Chinese Grammar* do sinólogo russo N. J. Bichurin; Ye (2010) reafirmou a importância do sacerdote português na academia sinológica; Uchida (2011) investigou as características linguísticas das obras de Gonçalves, concluindo que este era um dos primeiros europeus que privilegiavam o mandarim de Pequim. Posteriormente, a academia minhota testemunhou a realização de um conjunto de dissertações de mestrado sobre diversos aspetos das obras bilingues de Joaquim Gonçalves, desde a exploração das fontes deste sinólogo português à variação linguística preservada nas suas obras (vd., exemplos: L. Li, 2020; Mao, 2018; Ng Cen, 2015; Tao, 2013; X. Wang, 2015), as quais foram orientadas por Anabela Leal de Barros, docente e investigadora que indagou para além dos aspetos diacrónicos da língua

¹ O século XIX marca o início da sinologia especializada, com o aumento progressivo e contínuo de complexidade e rigor dos estudos linguísticos realizados por missionários e académicos ocidentais (Zhang & Li, 2011).

portuguesa, conforme refletidas em fontes metalinguísticas monolíngues e multilíngues (2012, 2015), as referências interculturais específicas nestas obras gramaticais de Gonçalves (2014). Além destas, Wang e Lu (2015) publicaram uma tradução do prólogo da *Arte China* de Joaquim Gonçalves, com o intuito de promover estudos das obras deste sinólogo português na academia chinesa, após a qual, Ai (2016) analisou o sistema fonético do chinês, conforme apresentado no *Diccionario China-Portuguez* de Gonçalves, enquanto Wang (2019) examinou as características linguísticas das palavras chinesas usadas como tradução e explicação das entradas portuguesas no *Diccionario Portuguez-China* do mesmo autor. Mais recentemente, Li (2023) abordou as estratégias e práticas do docente português através da análise dos textos bilíngues documentados na sua trilogia.

Apesar do aumento contínuo de interesse nos estudos metalinguísticos de Joaquim Gonçalves, uma grande parte dos estudos já realizados centram-se apenas numa das línguas em contacto, seja o português, seja o chinês. Muitos aspetos da sua visão sobre a gramática chinesa ainda não foram sistematicamente estudados, devido à insuficiência de explicações didáticas² e à distância entre as duas línguas essenciais para a decodificação do seu trabalho. Como uma das poucas exceções, Zhu (2016) publicou um estudo introdutório da análise gramatical de Joaquim Gonçalves com base nas categorias gramaticais registadas no manuscrito prévio à publicação da *Arte China*,³ focando-se nas classes de palavras por este propostas e analisadas para a descrição da língua chinesa. Contudo, uma análise detalhada da interpretação dos termos gramaticais portugueses neste estudo revelou preocupações substanciais que afetam a compreensão da conceção gramatical de Joaquim Gonçalves. Por exemplo, o modo verbal “conjuntivo” é tratado repetitivamente como “conjunção” no estudo de Zhu, conforme se lê nas alíneas 14 a 17 da segunda secção do seu artigo intitulada “动词和连词的时态与语气 [*Dòngcí hé liáncí de shítài yǔ yǔqì* ‘Tempo e modo dos verbos e conjunções’]”: “14) Conjuntive (连接词 [*Liánjiē cí* ‘conjunção’])”, “15) Conjunctive Imperfeito (连接词的未完成时 [*Liánjiē cí de wèi wánchéng shí* ‘imperfeito da conjunção’])”, “16) Conjunctive Perfeito (连接词的完成时 [*Liánjiē cí de wánchéng shí* ‘Perfeito da conjunção’])” e “17) Conjunctive Plusquam (连接词的过去完成时 [*Liánjiē cí de guòqù wánchéng shí* ‘Pretérito perfeito da conjunção’])” (vd., 2016, pp. 32–33). Isto deve-se possivelmente à falta de conhecimento da língua portuguesa, e sobretudo da terminologia linguística portuguesa. Neste sentido, é essencial reexaminar com cautela a análise gramatical de Gonçalves, recorrendo fielmente às reflexões metalinguísticas preservadas no seu método de ensino.

² O tríptico de Gonçalves é um método de ensino completo e sistemático que cobre de forma ampla e detalhada todos os aspetos necessários para dominar a língua chinesa. Para não engrossar os volumes e sendo muito diretamente dirigidas aos seus alunos, as suas obras não contam com muitas explicações, que certamente lhes forneceria no decurso das aulas, conforme presume Barros (2014, p. 110).

³ A autora refere-se ao manuscrito 7975 da Biblioteca Nacional de Portugal, editado dois anos antes por Barros e Ng Cen (2014), sob o título *Gramática e Diálogos em Português e Chinês: um manuscrito inédito do P.º Joaquim Afonso Gonçalves*, com introdução e edição crítica de Anabela Leal de Barros e fixação dos caracteres chineses por Ana Ng Cen, e em edição interpretativa três anos mais tarde (Barros & Ng Cen, 2017).

Este artigo parte do prólogo que precede o terceiro capítulo da *Arte China*, no qual o autor começa por mencionar a variação diafásica da língua chinesa, enfatizando a importância de dominar tanto o estilo coloquial ou típico da fala como o estilo literário ou típico da escrita. Nesta página introdutória, o autor expõe ainda algumas características do chinês, comparando-as com as das línguas europeias, e apresenta o seu raciocínio pedagógico para a conceção dos capítulos subsequentes. Juntamente com as categorias gramaticais, presentes nos capítulos III e IV do mesmo compêndio, as reflexões metalinguísticas explícitas e implícitas serão apreciadas como uma parte intrínseca da análise gramatical de Gonçalves (Secção 2). Com base nisto, o presente estudo foca-se na visão do autor sobre a formação das palavras chinesas (Secção 3) e a classificação do vocabulário sínico (Secção 4). Nas considerações finais, destaca-se a importância da compreensão da conceção gramatical de Gonçalves para futuras pesquisas sobre os exemplos bilingues preservados na sua obra, um verdadeiro tesouro textual do século XIX. Ao explorar as obras de referência de uma figura missionária portuguesa de grande relevância, esta pesquisa não apenas engrandece a literatura da linguística missionária como também contribui para estudos sobre a história da gramática da língua chinesa e estudos contrastivos entre o português e o chinês.

2. Da análise gramatical de Joaquim Gonçalves

As poucas explicações gramaticais disponíveis na *Arte China* concentram-se no prólogo que precede o primeiro capítulo, *Alphabeto China*, ou seja, o alfabeto chinês, no qual o autor apresenta o seu método de ensino-aprendizagem da língua chinesa, com ênfase nos constituintes básicos, *i.e.*, os caracteres chineses, equiparados às letras europeias, e no prólogo inserido numa página não numerada antes do terceiro capítulo, *Grammatica*, onde o autor expõe um conjunto de reflexões no âmbito da conceção gramatical da língua chinesa, numa perspectiva contrastiva. Considerando que as palavras, em vez das letras, formam a unidade base para a análise gramatical, este estudo limita-se às observações do autor no domínio da gramática chinesa, abstendo-se de considerações específicas sobre os caracteres chineses, as quais serão abordadas num estudo separado.

No prólogo que antecede a *Grammatica*, o autor realça desde logo a importância do ensino-aprendizagem dos dois estilos da língua chinesa, *i.e.*, o registo oral e o registo escrito ou literário:

Sendo indispensavel, que o Estudante aprenda os dois estilos, de fallar, e escrever, e sendo geralmente as regras as mesmas; na Grammatica, posta a regra, ponho cada exemplo nos dois estilos, com o que abreviei, e com huma vista se nota facilmente a differença delles, e quando se não virem dois estilos correspondendo a huma palavra, ou sentença Portugueza, he porque a letra, ou frase he cõmum a ambos, excepto nos Exercicios de Syntaxe, que saõ inteiramente em estilo sublime. (1829, página não numerada entre pp. 127–128)

Gonçalves declara que procurou proporcionar, sempre que possível, os dois estilos do chinês, um ao lado de outro, apesar da semelhança geral entre as regras gramaticais dos dois registos. A expressão “estilo sublime”, encontrada no final da última frase desta anotação, referindo-se aos exercícios de sintaxe do capítulo seguinte, é usada como

formulação alternativa do “estilo de escrever”. A sua contraparte, o “estilo vulgar”, ocorre frequentemente desde o início do segundo capítulo, onde o autor mostra, de forma intercalada, as frases “vulgares” e “sublimes”, construídas a partir dos caracteres chineses compreendidos no seu *alphabeto sinico*. Dado que essas duas designações são consistentemente utilizadas em contraste ao longo do compêndio, podem ser consideradas sinónimas dos estilos de escrita e fala, ou seja, o estilo sublime caracteriza o registo literário, da escrita, enquanto o estilo vulgar se refere à forma coloquial da língua chinesa.

Logo a seguir, o sinólogo português introduz a principal diferença entre a língua chinesa e as línguas europeias, que se traduz na inexistência de declinações, na abundância de partículas e ainda na flexibilidade posicional das palavras nesta primeira: “Ainda que nesta lingua não hajaõ declinações, há com tudo particulas, ou posição das palavras, porque se exprimem os diferentes casos, e tempos o que devo praticamente ensinar” (Gonçalves, 1829, página não numerada entre pp. 127–128). Tanto as partículas, cujo uso se restringe ao registo literário, como a ordem sintática são abordadas no quarto capítulo, dedicado à sintaxe sublime do chinês.

De seguida, o autor volta a chamar atenção para a ordem das partes da oração, assim como para as figuras frequentemente utilizadas, advertindo para o perigo da pura transposição:

Do sobredito se infere, que a syntaxe China se reduz à média, e figurada: he preciso pois huma grande attenção á ordem das partes da oraçaõ, e as figuras usadas (algumas vezes a figura so se mostra no estilo sublime) e não tomar a liberdade de limitar a ordem, figuras, ou tropos Europeos, se se não quizer expor a fallar, ou escrever obscura, ou ridiculamente. (Gonçalves, 1829, página não numerada entre pp. 127–128)

No início deste parágrafo, o autor descreve a sintaxe chinesa como “média” e “figurada”, destacando a importância de respeitar a ordem das partes da oração da língua sínica e distinguir as figuras de retórica chinesas das europeias. A posição relativa das partes da oração é o conteúdo principal do quarto capítulo, no qual se estuda a sintaxe figurada, na penúltima secção, a seguir às partículas chinesas e antes dos exercícios de sintaxe sublime.

Quanto às regras sintáticas introduzidas, o autor alerta para a existência de um conjunto de exceções, identificadas numa visão comparativa e não absoluta:

As regras da ordem das partes da oraçaõ talvez, sò ao parecer, tem excepções; porque o que nos tomamos v. g. por preposiçaõ, o China o toma por substantivo: assim em lugar de dizer: *Entre elles*, diz: *No meio delles* ficando na regra do genitivo, e não do accusativo; mas como para nos a dificuldade he a mesma, para a resolver, fui obrigado a apontar, como excepções, o que para nos o parece. (Gonçalves, 1829, página não numerada entre pp. 127–128)

Gonçalves alerta os seus discípulos para a potencial divergência na identificação das diferentes partes da oração, razão pela qual foram propostas as regras excepcionais da sua análise sintática, pois a diferença de perspectiva pode levar a interpretações diversas e resultar na necessidade de classificar tais particularidades contrastivas como exceções.

Quanto à terminologia utilizada para a descrição metalinguística da língua chinesa, o mestre explica que o seu método adota as designações latinas por serem a metalinguagem mais esclarecedora:

Servi-me dos casos Nominativo Genitivo &c. como o meio mais claro para exprimir as regras, devendo-se subentender: O que em Latim he Nominativo &c. &c.; e delles, e das particulas tratei so na syntaxe, para a hum tempo ver o modo de os formar, usar, e o lugar, que occupaõ na oraçaõ. (Gonçalves, 1829, página não numerada entre pp. 127–128)

Nesse contexto, para compreender o raciocínio pedagógico de Gonçalves é essencial dominar os conceitos terminológicos intrínsecos à análise da gramática latina. Na segunda parte deste parágrafo, o professor revela a intenção de tratar tanto as regras sintáticas como as partículas chinesas no capítulo da sintaxe, permitindo que os discípulos observem naturalmente a formação, o uso e a colocação dessas estruturas por meio da prática.

Por fim, Gonçalves realça o seu objetivo de indicar, dentro das suas possibilidades, as maiores diferenças e dificuldades gramaticais do chinês numa perspectiva comparativa com a sua língua materna, salientando os principais objetivos didáticos dos capítulos seguintes, os quais compõem um método de ensino-aprendizagem abrangente e progressivo:

Ainda que procurei incluir todos os torneios mais avessos a nossa lingua na Grammatica, foi necessario para o exercicio do estilo vulgar multiplicar os dialogos, pela falta de livros neste estilo; e para a intelligencia do sublime, dar noticia da Historia, e diferentes Composições Chinas. (Gonçalves, 1829, página não numerada entre pp. 127–128)

Para o autor, dominar a língua chinesa implica adquirir um conjunto de competências, como as capacidades de comunicação oral, leitura e produção escrita e a vertente cultural e literária que a língua transporta, não bastando compreender somente as regras gramaticais e sintáticas.

Este prólogo é uma das poucas testemunhas explícitas e diretas da análise gramatical do autor. Todavia, estas notas introdutórias não são suficientemente esclarecedoras da conceção gramatical de Joaquim Gonçalves. Tal como referido na introdução deste artigo, as categorias gramaticais propostas no terceiro capítulo e na análise sintática do quarto capítulo do seu compêndio gramatical *Arte China* são igualmente importantes para a decodificação da visão gramatical do sacerdote português.

A fim de permitir uma visualização rápida e simplificada, as Tabelas 1 e 2 apresentam uma visão geral das secções e subsecções abordadas respetivamente nos capítulos III e IV da *Arte China*, excluindo os exemplos bilingues reunidos em cada parte.

Tabela 1. Síntese do capítulo III da *Arte China*.

Secção	Subsecções	Gonçalves (1829)
1. [Formação de palavras]	Palavras Simples	pp. 128–129
	— com adição	
	— compostas	
	— repetidas	
	— negativas	
2. Artigo		p. 129
3. Plural		p. 129
4. Generos		pp. 129–130
5. Adjectivo		p. 130
6. Comparativo		p. 130
7. Superlativo		pp. 130–131
8. Numeros		p. 131
9. Adições numeracs		pp. 131–132
10. Ordinaes		p. 132
11. Pronome	Que (relativo)	pp. 132–136
	Quem?	
	Que?	
	Qual?	
	Ambos	
	Nenhum	
	Algum	
	Qualquer	
	Muitos	
	Outro	
	Mesmo	
12. VERBO	Presente	pp. 136–141
	[Pretérito] Imperfeito	
	[Pretérito] Perfeito	
	[Pretérito] Plusquam	
	Futuro	
	Imperativo	
	Conjunctivo	
	— Imperfeito	
	— Perfeito e futuro	
	— Plusquam	
	Infinito	
	Gerúndios	
	Particípio	
	PASSIVO Participio	
	Presente	
	Imperfeito	
	Perfeito	
	Gerúndio	
	Impessoal	
13. VERBOS DIFFICEIS, E CHINISMOS		pp. 141–145

Fonte: elaborada pela autora de acordo com as categorias propostas no capítulo III da *Arte China*.

Nota. A grafia dos títulos e subtítulos segue a impressão original; informações entre parênteses retos foram acrescentadas pela autora.

O terceiro capítulo tem como título completo “Grammatica Vulgar e Sublime”, acompanhado pelo título chinês “文法 *wénfǎ* ‘lei da língua’” (Gonçalves, 1829, p. 128). Conforme demonstrado na Tabela 1, este capítulo, com a extensão de 17 páginas, dispõe de 13 secções numeradas, todas inequivocamente intituladas, com exceção da primeira, que é dedicada à formação das palavras chinesas, simples e compostas, conforme revelam as designações das subsecções a esta subordinadas. As primeiras 12 secções destinam-se às diferentes partes da oração e às respetivas propriedades, não havendo uma distinção hierárquica entre as duas a nível tipográfico, enquanto a última secção acolhe um conjunto de exemplos bilingues que representam as maiores dificuldades do chinês, numa perspetiva comparativa com o português.

O quarto capítulo tem 68 páginas e subdivide-se em 12 secções, conforme demonstrado na Tabela 2:

Tabela 2. Síntese do capítulo IV da *Arte China*.

Secção	Subsecções	Gonçalves (1829)
1. [A posição do nome em relação ao verbo]	[1.1.] NOMINATIVO antes do Verbo Excepção [1.2.] GENITIVO antes do regente: o regido de verbo reputa-se accusativo Excepção [1.3.] DATIVO depois do verbo, antes do accusativo e, se com partícula, antes do verbo Excepções [1.4.] ACCUSATIVO depois do verbo Excepções [1.5.] VOCATIVO antes do verbo [1.6.] ABLATIVO antes do verbo Excepções [1.7.] Os abstractos, ou verbos se tomão como causa, e naõ como nominativo Excepção	pp. 146–149
2. [A posição do adjetivo em relação ao verbo]	[2.1.] O ADJECTIVO antes do susbtantivo, não sendo, ou compreendendo verbo Excepções [2.2.] TODO [2.3.] PROVAVEL [2.4.] MEIO	pp. 149–150
3. [A posição da preposição em relação ao nome]	[3.1.] A PREPOSIÇÃO antes do nome [3.2.] As preposições de quietação, e movimento se tomão como substantivos, e estaõ depois do nome.	pp. 150–152
4. ADVERBIO antes do verbo		pp. 152–156
5. CONJUNÇÃO tem a mesma posição das nossas: mas muitas vezes se occulta		pp. 156–158
6. A ORAÇÃO incidente precede	Excepções	p. 158

7.	INTERJEIÇÃO	— interrogativa	p. 159
8.	VOZES de animaes		p. 159
9.	TRATAMENTOS		p. 160
10.	PARTÍCULAS		
	SUBLIMES 虚字		pp. 161–178
	[xūzì ‘palavra vazia’]		
11.	SYNTAXE		pp. 179–183
	FIGURADA.		
		[I.] Diversa Sentença com diversa posição das mesmas palavras	
12.	EXERCÍCIOS DE SYNTAXE SUBLIME.	II. A mesma sentença com deversa posição III. A mesma Sentença com diferentes letras IV. Diversa Sentença com a mesma posição: amphibologias V. Sentenças difficeis	pp. 184–214

Fonte: elaborada pela autora de acordo com as categorias propostas no capítulo IV da *Arte China*.

Nota. A formatação dos títulos e subtítulos segue a impressão original; informações entre parênteses retas foram acrescentadas pela autora.

As primeiras seis secções dedicam-se à ordem sintática das diferentes partes da oração; a sétima, a oitava e a nona são atribuídas às três partes da oração não abordadas no capítulo anterior; a décima e a décima-primeira correspondem respetivamente às partículas e figuras chinesas, e a última apresenta um conjunto de exercícios de sintaxe sublime. O título chinês que consta na primeira página deste capítulo é o mesmo do capítulo anterior: “文法 wénfǎ ‘lei da língua’”, ou seja, embora os dois capítulos sejam dedicados distintivamente à gramática e à sintaxe, não havia termos específicos na tradição linguística chinesa para os dois campos de estudo diferentes.

A falta de termos correspondentes comprova a ausência de análise gramatical sistemática na história dos estudos linguísticos chineses, em contraste com a importância que o léxico sempre recebeu, diferindo das abordagens comuns em línguas sintéticas, conforme comenta Harbsmeir:

One reason why the Chinese did not (need to) develop systematic grammar is that in an analytic language like Chinese the lexicon of words plus the lexicon of grammatical particles taken together go a long way towards accounting for what it takes to understand the text – a much longer way than would be possible in more synthetic languages like Greek or Sanskrit.... In general a great deal of the grammar of Classical Chinese can be formulated as an extended dictionary entry under the various grammatical particles of that language. Grammars could therefore take the form of dictionaries of grammatical particles, which is exactly what happened. (1998, p. 87)

Portanto, a análise gramatical do chinês por parte dos missionários e académicos ocidentais, que estavam acostumados a fazer análise gramatical sob o modelo analítico greco-latino, assume uma importância significativa na história da linguística chinesa.

Em síntese, a análise gramatical de Joaquim Gonçalves, conforme se nos oferece na *Arte China*, pode ser categorizada como abordagem direta e indireta. O prólogo que precede o terceiro e o quarto capítulos emerge como a fonte primária das suas observações,

enquanto as categorias gramaticais, identificadas ao longo dos dois capítulos, representam uma reflexão implícita da sua conceção gramatical. A partir dessas informações metalinguísticas é possível extrair a sua visão linguística sobre diversos aspetos da língua chinesa, como a formação de palavras e a classificação das partes da oração. A adaptação dos seus estudos a uma língua tão diferente em termos gramaticais desafia as estruturas conceptuais previamente estabelecidas, destacando a necessidade de métodos e perspectivas inovadoras na compreensão da linguagem chinesa.

3. Da formação de palavras

Sendo o primeiro tópico discutido no terceiro capítulo da *Arte China*, a exploração da formação de palavras oferece uma compreensão facilitada da composição dos elementos fundamentais do chinês, a partir dos quais estruturas mais complexas são construídas. As subsecções desta análise abrangem cinco tipos de palavras, a saber, palavras simples, palavras com adição, palavras compostas, palavras repetidas e palavras negativas. Somente a segunda e a terceira dispõem de uma breve explicação entre parênteses, nomeadamente, “— com adição (que na grammatica sublime so os adjectivos, e numeros tem.)” e “— compostas (às vezes são duas synonyms para evitar os equívocos)” (Gonçalves, 1829, p. 138). Para as restantes categorias, o autor apresenta apenas um conjunto de exemplos bilingues, supondo que os mesmos falarão por si.

A escassez de explicações metalinguísticas referentes aos critérios de classificação dos cinco tipos de palavras chinesas torna os exemplos coligidos em cada categoria indispensáveis para a compreensão do raciocínio categorial subjacente. Ao contrário dos estudos linguísticos ocidentais, a abordagem da formação de palavras na história da linguística chinesa surgiu consideravelmente mais tarde, como um tema subordinado à criação do sistema oficial de romanização da língua chinesa, o *Pinyin*, nos anos 50 do século passado, devido à necessidade imposta pelo próprio, que exige a segmentação das palavras chinesas ao serem transcritas com recurso ao alfabeto latino (Packard, 2000, p. 16). Portanto, pode-se afirmar que os sinólogos missionários, cuja língua materna era uma das línguas ocidentais, enfrentaram o desafio de desenvolver um sistema próprio para analisar as palavras chinesas, um conceito essencialmente ausente na tradição chinesa. Além de compreender os caracteres chineses como elementos constituintes, essa criação foi motivada não apenas pela familiaridade dos sinólogos com o conceito tradicional e intuitivo de “palavra”, mas também pela necessidade de transcrever foneticamente a língua sínica alvo de estudo.

Para uma interpretação mais direta do ensaio de Gonçalves sobre a formação de palavras em chinês, os exemplos chineses apresentados nas cinco categorias serão acompanhados por glosas interlineares, morfema por morfema, conforme as *Leipzig Glossing Rules*,⁴ especialmente quando a palavra chinesa é complexa. Além disso, serão utilizados os termos e conceitos descritivos dos morfemas chineses que Packard propõe para a análise morfológica dos morfemas em palavras dissilábicas chinesas,

⁴ Disponíveis em <https://www.eva.mpg.de/lingua/pdf/Glossing-Rules.pdf>, consultado em 14 de novembro de 2023. Encontra-se no Anexo 1 a Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos.

nomeadamente a classificação dos cinco tipos de morfemas chineses, conforme transcritos na Tabela 3:

Tabela 3. Cinco tipos de morfemas chineses.

É livre ou preso?	É lexical ou gramatical?	Então o morfema é:	Exemplos
Livre	Gramatical	Palavra funcional	<i>de</i> 的 MOD <i>le</i> 了 ASP <i>he</i> 和 Conj.
Livre	Lexical	Palavra (radical)	<i>bīng</i> 冰 ‘gelo’
Preso	Lexical	Radical preso	<i>-fáng-</i> 房 ‘casa’
Preso	Gramatical	Afixo	
O afixo altera a classe formal, aplica-se seletivamente, etc.?			
	Sim	Afixo formador de palavra	<i>wú-</i> 无 NEG <i>wèi-</i> 未 NEG <i>-zi</i> 子 NOM <i>-zhě</i> 者 ‘alguém que’ <i>-huà</i> 化 VRB <i>-tou</i> 头 NOM etc.
	Não	Afixo gramatical	<i>-le</i> 了 V ASP <i>-men</i> 们 PL <i>-zhe</i> 着 V ASP <i>-guo</i> 过 V ASP

Fonte: elaborada pela autora com base na tradução e adaptação da Tabela 12 de Packard (2000, p. 74).

3.1. Palavras simples

Começando com as “palavras simples”, todos os cinco vocábulos chineses que constam nesta primeira categoria, conforme transcritos nos exemplos 1a – 1e, são palavras monossilábicas e monomorfémicas que possuem somente um carácter chinês, enquanto os equivalentes portugueses variam não só em termos de número de sílabas e morfemas como também em termos de classe de palavras.⁵

- (1) a. 書 [*shū*] Livro
b. 惡 [*è*] Maõ
c. 想 [*xiǎng*] Pensar
d. 只 [*zhǐ*] Somente
e. 不 [*bù*] Não

⁵ As classes de palavras dos vocábulos chineses descontextualizados não são especificadas neste estudo, devido ao facto de uma grande parte das palavras e morfemas chineses poder pertencer a mais de uma classe de palavras. No entanto, é importante destacar que não há ambiguidade em relação a essa classificação quando essas palavras estão inseridas em contextos específicos (vd., Packard, 2000, pp. 35–36).

A partir deste conjunto de exemplos, é difícil afirmar se o critério de Gonçalves, para palavras simples, tem como ponto de partida o número de sílabas/carateres⁶ ou morfemas chineses, porque não há nenhuma palavra dissilábica, que seja simultaneamente monomorfémica,⁷ colecionada nesta categoria. Esses casos, pelo contrário, costumam ser incluídos no grupo de palavras simples em estudos do chinês moderno, como, por exemplo, no compêndio didático do chinês moderno de Huang e Liao (1979/2002), que é um dos mais usados no ensino superior chinês. O certo é que, para Gonçalves, os caracteres, ou os morfemas monossilábicos de funções lexicais e gramaticais variadas, constituem a base dos processos morfológicos de formação de palavras em chinês.

3.2. Palavras com adição

Na categoria das palavras com adição encontram-se quatro exemplos nos dois estilos da língua chinesa, isto é, o sublime e o vulgar,⁸ conforme transcritos nos exemplos 2a–2d.

- | | | | |
|-----|----|--|---------|
| (2) | a. | 屋子 [wū-zǐ] △ 室 [shì]
quarto-AFF △ quarto
'quarto' △ 'quarto' | Quarto |
| | b. | 頭兒 [tóu-er] △ 領袖 [lǐngxiù]
cabeça-AFF △ pescoço-manga
'chefe' △ 'líder' | Chefe |
| | c. | 石頭 [shí-tóu] △ 石 [shí].
pedra-AFF △ pedra
'pedra' △ 'pedra' | Pedra |
| | d. | 黃的 [huáng-de] △ 黃者 [huáng-zhě]
amarelo-MOD △ amarelo-AFF
'amarelo' △ 'amarelo' | Amarelo |

As “adições”, na terminologia de Gonçalves, dizem respeito aos cinco afixos formadores de palavras,⁹ presentes nos quatro exemplos, a saber: o *-zǐ*, o *-r*, o *-tóu*, o *-de*¹⁰ e o *-zhě*, sendo os primeiros quatro habituais do estilo oral e o último reservado ao estilo literário/escrito. De acordo com a nota de rodapé inserida no final da palavra *huáng-zhě* – “A adição do adjetivo he *tí*, *chó*, *chě*: para as mais não há regra.” (Gonçalves, 1829, p. 128) –, o *-de* e o *-zhě* do exemplo 2d, correspondentes respetivamente à transcrição em *tí* e *chó* de Gonçalves, são considerados como adições adjetivais. Quanto ao *chě*, recorrendo à romanização dos caracteres chineses, pode-se inferir que se trata do carácter

⁶ Os caracteres chineses são todos monossilábicos.

⁷ Na verdade, as palavras dissilábicas que contêm apenas um morfema são casos excepcionais na língua chinesa, motivo pelo qual, para Packard, cada *zì* ‘carácter’ equivale a um carácter na escrita e um morfema na fala (Packard, 2000, pp. 3, 8).

⁸ Separados por um triângulo em toda a trilogia de Joaquim Gonçalves.

⁹ Corresponde ao “word-forming affix” na terminologia de Packard (2000).

¹⁰ Na verdade, o morfema *de* costuma ser visto como uma palavra funcional, nomeadamente um marcador de modificação na perspectiva de Packard (vd., 2000, p. 74), sendo este um morfema livre e gramatical ou uma partícula possessiva (vd., Partee, 2006). Na perspectiva de Gonçalves, é uma adição adjetival.

“之 *zhī*”,¹¹ que costuma ser visto como o equivalente sublime do *de*. Tanto *zhě* como *zhī* constam na lista das partículas sublimes chinesas, sendo o primeiro identificado como “artigo” e “terminação do particípio” (Gonçalves, 1829, p. 167) e o segundo descrito como “terminação de genitivo e expletiva”, podendo ser utilizado e considerado simultaneamente como pronome e como verbo (Gonçalves, 1829, pp. 161–162). Quanto ao *de*, não se encontra mais descrição metalinguística quanto ao seu uso enquanto morfema funcional,¹³ uma vez que se acha restrito ao estilo vulgar.

No que diz respeito à adição sufixal do exemplo 2a, encontra-se inserida uma breve explicação gramatical numa página posterior do capítulo seguinte, como nota de rodapé do substantivo “腰刀 *yāodāo* ‘espada de cintura, espada lateral’”:

O *tau* não tem a costumada adição *tzu* porque vem acompanhada de huma letra, que determina huma especie de *tau*: assim tambem dizemos 房子 [*fāng-zī*] casa, mas dizemos 茅房 [*máofáng*] secreta. (Gonçalves, 1829, p. 147)

Ou seja, para o autor, este sufixo nominalizador¹⁴ contribui para a constituição de palavras dissilábicas quando o núcleo possuir apenas um morfema, podendo ser dispensado quando a palavra já possui dois morfemas. Quanto às adições dos exemplos 2b e 2c, no *Valor das Letras Europeas na Pronuncia do China*, disponível no início do compêndio, Gonçalves faz a seguinte observação:

As adições *toū*, *olr* são so para encher, e nada significão: ellas se pronunciaõ breves, e o *olr* fica fazendo huma syllaba com a antecedente: assim *t’ou olr*, chefe, soara *t’oulr*. (1829, p. VIII)

Os dois elementos são considerados como constituintes morfofonéticos que não alteram o significado dos substantivos aos quais se anexam. Estes dois morfemas também costumam ser vistos como nominalizadores na gramática moderna. Vale realçar que Gonçalves chama a atenção para a alteração fonética no caso do caráter “儿 *ér*”, cuja pronúncia se reduz a um som retroflexo ligeiro, resultando numa pronúncia mais suave e arredondada, característica do mandarim falado no Norte da China.

Em síntese, as palavras com adição na perspectiva de Joaquim Gonçalves são palavras criadas através da junção de uma palavra primitiva (*i.e.*, uma palavra radical¹⁵ ou um radical preso¹⁶) a uma adição (*i.e.*, um sufixo formador de palavra) substantival ou adjetival.

¹¹ A transcrição fonética dos três caracteres “的 *de*”, “者 *zhě*” e “之 *zhī*” pode ser consultada no *Diccionario China-Portuguez* do autor (vd., Gonçalves, 1833, pp. 637, 518, 13). Vale referir que, para o segundo caráter, a romanização apresenta uma pequena variação tanto no dicionário como no capítulo VI, onde o mesmo é transcrito como “choõ”. Ainda assim, uma vez que o mesmo consta como um dos exemplos das adições adjetivais, não há ambiguidade quanto à sua identificação.

¹² A correspondência entre o genitivo em línguas ocidentais e a palavra *zhī* também é referida em Harbsmeier (1998, p. 87)

¹³ No *Diccionario China-Portuguez*, o *de* dispõe das seguintes traduções: “Claro. Certo, dar no alvo” (Gonçalves, 1833, p. 627), referindo apenas ao uso como uma palavra lexical e não gramatical.

¹⁴ Corresponde ao “nominalizing suffix” na terminologia de Packard (2000).

¹⁵ Corresponde à “root word” na terminologia de Packard (2000).

¹⁶ Corresponde ao “bound root” na terminologia de Packard (2000).

3.3. Palavras compostas

No âmbito das palavras compostas, o autor oferece uma coleção muito maior de exemplos que apresentam cinco padrões, conforme demonstrado nos exemplos 3–7. O primeiro tipo, observável nos exemplos 3a–3d, inclui palavras compostas por dois sinónimos, para evitar a ambiguidade, conforme anotado pelo próprio autor logo a seguir ao título desta subsecção.

(3)	a.	行為 [xíngwéi] fazer fazer 'ação'	Acções
	b.	驕傲 [jiāoào] arrogante arrogante 'arrogante'	Soberba
	c.	厨房[chúfáng]△庖廚[páochú] cozinhar quarto △ cozinhar cozinhar 'cozinha' △ 'cozinha'	Cozinha
	d.	良善的 [liángshàn-de]△良善者 [liángshàn-zhě] bom bom-MOD △ bom bom-AFF 'o que é bom' △ 'quem é bom'	Manso
	e.	思想 [sīxiǎng] pensar pensar 'pensar'	Pensar

As palavras dissilábicas apresentadas em 3a, 3b e 3e são compostas por dois caracteres/morfemas sinónimos; no caso de 3c, o termo sublime mantém a composição por dois constituintes de significado aproximado, porém, no caso do seu equivalente, os dois constituintes apresentam uma relação hierárquica de “modificador e modificado”,¹⁷¹⁸ sendo o segundo morfema, que é um radical preso, o local de execução do primeiro.¹⁹ Quanto ao 3d, os dois elementos do seu núcleo possuem igualmente uma relação paralela, a que se acrescentam duas “adições” adjetivais acima abordadas.

Entre os dois constituintes das palavras abrangidas pelo exemplo 4 existe também uma relação hierárquica de modificador e modificado. Em 4a e 4b, os elementos que ocupam a posição final das palavras, nomeadamente, *-fū*, ‘homem’, *-jiàng*, ‘artesão’, e *gōng*, ‘trabalhador’, são radicais presos usados como sufixos para indicar uma determinada profissão, equivalendo aos sufixos *-or* e *-eiro* na tradução para português. Em 4c e 4d, o segundo morfema *jiā*, que é uma palavra (radical) livre, implica profissionais de uma determinada indústria ou escola académica.

(4)	a.	農夫 [nóngfū]	Lavrador
-----	----	-------------	----------

¹⁷ Corresponde à “hierarchical ‘modifier–modified’ relation” na terminologia de Packard (2000).

¹⁸ As palavras chinesas também podem ser caracterizadas mediante a relação de modificação entre os morfemas constituintes, ou seja, “qual modifica e qual é modificado” (Packard, 2000, p. 23)

¹⁹ A palavra do estilo vulgar do 3c, na verdade, poderia ficar acomodada no exemplo seguinte, mas para não separar os dois estilos, a autora deste trabalho decidiu preservar a organização original de Gonçalves.

- agricultura homem
'agricultor'
- b. 鞋匠 [xiéjiàng]△履工 [lǚgōng] çapateiro
sapato artesão △ sapato trabalhador
'sapateiro' △ 'sapateiro'
- c. 醫家 [yījiā] Os médicos
médico família
'médicos'
- d. 道家 [dàojiā] A Seita Tau
Dao família
'Daoísmo'

No exemplo 5, destaca-se a presença do prefixo adjetival *xiǎo-*, correspondente ao sufixo diminutivo, na terminologia da linguística portuguesa atual, *-inho* na tradução para português.

- (5) 小屋子 [xiǎo wū-zi] △ 小舍 [xiǎo shè] Quartinho
pequeno quarto-AFF△ pequena casa
'quartinho' △ 'casinha'

Os exemplos aduzidos em 6 são verbos resultativos²⁰ compostos por dois ou três constituintes verbais. Os elementos do lado esquerdo, *ná*, *xié*, *tí*, são verbos de movimento, enquanto os restantes morfemas, *lái* e *qǐ*, correspondem a verbos de direção, indicando os últimos o resultado ou a direção dos primeiros.²¹

- (6) a. 拿来 [ná lái] △ 攜來 [xié lái] Trazer
pegar vir △ pegar vir
'trazer' △ 'trazer'
- b. 拿起来 [ná qǐ lái] △ 提起 [tí qǐ] Levantar
pegar levantar vir △ levar levantar
'levantar' △ 'levantar'

Por último, no grupo das palavras compostas de Gonçalves encontram-se ainda os seguintes advérbios, cujos componentes não parecem apresentar nenhuma relação específica.

- (7) a. 到底 [dào dǐ] △ 然 [rán] Porem
chegar fundo △ porém
'no fim das contas' △ 'porém'
- b. 實在 [shí zài] △ 其實 [qí shí] Realmente
verdadeiro estar △ 3SG verdade
'verdadeiramente' △ 'na realidade'

²⁰ Os verbos resultativos são verbos compostos do tipo [V₁V₂], no qual o V₂ indica o resultado do V₁ (Packard, 2000, p. 95).

²¹ Na análise de Packard (2000, p. 98), o verbo *qǐ* não se encaixa na lista fechada de verbos de direção para a constituição de verbos resultativos direcionais.

- c. 自然 [zì rán] Naturalmente
 próprio assim
 ‘naturalmente’

Em suma, as palavras compostas, na perspectiva de Joaquim Gonçalves, abrangem um conjunto de vocábulos de classes de palavras e composições variadas, mas todos construídos por mais que um carácter primitivo. Os morfemas constituintes dos exemplos recolhidos pelo autor apresentam tanto relações hierárquicas de modificador e modificado como relações paralelas de sinonímia.

3.4. Palavras repetidas

Relativamente às palavras repetidas, o autor proporciona aos seus alunos e leitores sete exemplos que podem ser subdivididos em três grupos, consoante os respetivos padrões de reduplicação, nomeadamente, “AA”, “A yi A” e “AABB”, os quais são reorganizados nos exemplos 8–10.

- (8) a. 黑 | ²²的 [hēi hēi-de] △ 黑狀 [hēi zhuàng] Apretalhado
 preto preto-MOD △ preto estado
 ‘apretalhado’ △ ‘estado preto’
- b. 重 | 的 [zhòng zhòng-de] △ 甚重 [shèn zhòng] Mui gravemente
 pesado pesado-MOD △ bastante pesado
 ‘muito gravemente △ ‘bastante pesado’
- c. 單 | [dān dān] △ 惟 [wéi] Somente
 somente somente △ somente
 ‘somente’ △ ‘somente’
- d. 人 | 都是這樣 [rén rén dōu shì zhè yàng] △ 人皆如此 [rén
 jiē rú cǐ] Todos são
 pessoa pessoa tudo ser DEM.PROX. forma △ pessoa tudo como
 assim
 ‘As pessoas são todas assim.’ △ ‘As pessoas são todas assim’
- (9) 講一講 [jiǎng yi jiǎng] △ 畧講 [lüè jiǎng] / 言少頃 [yán shǎo qīng] Contar n'hum
 instante.
 contar um contar △ pouco contar / falar pouco tempo
 ‘contar um pouco’ △ ‘contar um pouco’ / ‘contar um pouco’
- (10) a. 良 | 善 | 的 [liáng liáng shàn shàn-de] △ 殊善 Mansinho
 [shū shàn]
 bom bom bom bom-MOD △ particular bom
 ‘bonzinho’ △ ‘particularmente bom’
- b. 時 | 刻 | 罵人 [shí shí kè kè mà rén] △ 時刻詈人 Injuria os mais em todos os
 [shí kè mà rén] instantes.

²² Conforme anotado nas “Abreviaturas e Signaes”, anexadas no final do *Prólogo da Arte China*, o símbolo “ | ” denota a repetição do carácter atrás escrito nas obras de Joaquim Gonçalves (1829, p. VIII).

hora hora quarto quarto injuriar pessoa Δ hora
 quarto injuriar pessoa
 ‘Estar sempre a injuriar pessoas’ Δ ‘estar sempre a
 injuriar pessoas’

Os exemplos 8 – 10 são vocábulos formados através da reduplicação, a qual, segundo Xu (2012, p. 44), se caracteriza pela denotação de “quantidade aumentada”. O fenómeno da reduplicação de morfemas na língua chinesa, que não é comum na língua materna de Gonçalves, foi considerado como um dos processos morfológicos de derivação de léxico. Em termos de interpretação, as expressões formadas através da reduplicação são traduzidas como mecanismos de intensificação através dos sufixos aumentativo *-lhado* (8a) e diminutivo *-inho* (10a) e do advérbio *muito* (8b); de distribuição *todos* (8d e 10b); e de ênfase (8c). O exemplo 9 é um caso excepcional, no qual a forma reduplicada do verbo, com a presença de um numeral *yi* no meio, sugere que a ação não é intensiva ou prolongada, mas sim feita de maneira breve ou intermitente.

Em resumo, a reduplicação, que é frequentemente usada em chinês para indicar uma função gramatical ou pragmática, é registada como um procedimento formal de palavras na análise morfológica de Joaquim Gonçalves.

3.5. Palavras negativas

A subsecção das palavras negativas apresenta doze exemplos bilingues, os quais podem ser divididos em quatro grupos, conforme a palavra de negação introduzida. O primeiro grupo engloba paradigmas adjetivais constituídos a partir do advérbio de negação *bù*, conforme ilustrado em 11.

- | | | | |
|------|----|--|---------------|
| (11) | a. | 不便 [bú biàn]
NEG conveniente
‘inconveniente’ | Inconveniente |
| | b. | 不小心 [bù xiǎo xīn] Δ 失顧 [shī gù]
NEG pequeno coração Δ perder cuidado
‘descuido’ Δ ‘descuido’ | Descuido |
| | c. | 不相对的 [bù xiāng duì-de] Δ 不相合者 [bù xiāng hé-zhě]
NEG mútuo correspondente-MOD Δ NEG mútuo concordante-MOD
‘não correspondente’ Δ ‘discordante’ | Discordante |
| | d. | 不順的 [bù shùn-de] Δ 不順者 [bù shùn-zhě]
NEG favorável-MOD Δ NEG favorável-AFF
‘desfavorável’ Δ “desfavorável” | Contrário |

As construções transcritas em 12 também incluem o uso do advérbio de negação *bù*, mas em estruturas de verbos resultativos:

- | | | | |
|------|----|---|---------------------|
| (12) | a. | 樂的了不得 [lè de liǎo-bu-dé] Δ 喜不自勝 [xǐ bú zì shèng] / 不
勝喜 [bù shèng xǐ] | Alegria
infinita |
|------|----|---|---------------------|

- Alegre MOD concluir- NEG-poder Δ alegre NEG se suportar / NEG suportar alegria
 ‘extraordinariamente alegre’ Δ ‘tão alegre que nem se pode suportar / ‘não suportar a alegria’
- b. 想不到的 [xiǎng-bú-dào-de] Δ 想所不到者 [xiǎng suǒ bú dào-zhě] Imprevisto
 pensar- NEG-chegar-MOD Δ pensar por NEG chegar-AFF
 ‘não imaginável’ Δ ‘não atingível através da imaginação’
- c. 不可赦的 [bù kě shè-de] Δ 不可赦者 [bù kě shè-zhě] Irremissível
 NEG poder perdoar-MOD Δ NEG poder perdoar-AFF
 ‘não perdoável’ Δ ‘não perdoável’
- d. 挽不過來的 [wǎn-bú-guò lái-de] Δ 不能挽回者 [bù néng wǎn huí-zhě] Irreparável
 remediar- NEG-passar vir-MOD Δ NEG poder remediar voltar-AFF
 ‘irremediável’ Δ ‘irremediável’

Os exemplos (13) referem-se a construções com o advérbio de negação da existência ou posse *méiyǒu* e *wú*.

- (13) a. 沒有規矩的 [méi yǒu guī ju-de] Δ 無規矩者 [wú guī ju-zhě] Irregular
 NEG ter regra regra-MOD Δ NEG regra regra-AFF
 ‘o que não tem regra’ Δ ‘algo sem regras’
- b. 無數的 [wú shù-de] Δ 不勝數之 [bù shèng shǔ zhī] Inumeráveis
 NEG número-MOD Δ NEG suportar contar 3SG
 ‘inumerável’ Δ ‘incontável’
- c. 一點兒也沒有 [yì diǎn-er yě méi yǒu] Δ 毫無 [háo wú] / 全無 [quán wú] Nada tem.
 um ponto-AFF também NEG ter Δ milímetro NEG / tudo NEG
 ‘nem um pouco tem’ Δ ‘nem um milímetro tem’ / ‘sem nada’

O último exemplo é uma ocorrência isolada do advérbio de negação *fēi*.

- (14) 非理的 [fēi lǐ-de] Δ 非理者 [fēi lǐ-zhě] Irracionável, ou ilícito
 NEG razão-MOD Δ NEG razão-AFF
 ‘irracionável’ Δ ‘irracionável’

Para resumir, as palavras de negação, na classificação de Gonçalves, englobam palavras que possuem constituintes de negação, as quais, na sua tradução para o português, correspondem ao emprego de prefixos de negação. Na análise morfológica das palavras chinesas de Joaquim Gonçalves, os constituintes morfológicos chineses consistem principalmente em morfemas. Os vocábulos chineses são divididos em palavras simples e palavras complexas: o primeiro grupo refere-se às palavras constituídas por um único morfema, geralmente correspondente a um carácter chinês, enquanto o segundo grupo abrange quatro processos de formação, a saber, a afixação, a composição, a reduplicação e a negação.

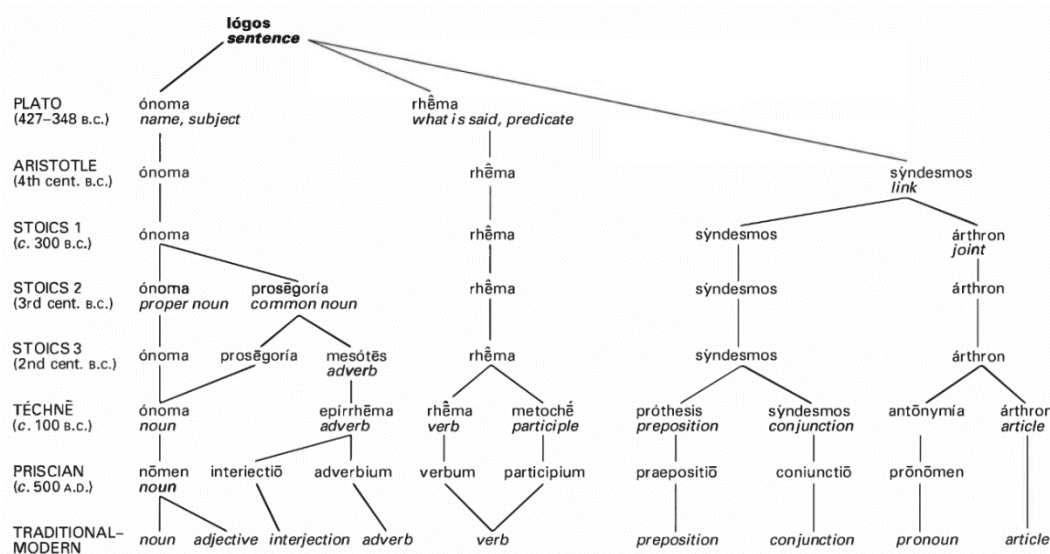
4. Das partes da oração

As primeiras descrições metalinguísticas da língua chinesa, destinadas ao público-alvo ocidental, como as gramáticas missionárias, recorreram inevitavelmente à transposição bidirecional das categorias gramaticais. Isso significa que não apenas os conceitos existentes nos estudos das línguas europeias foram adaptados para descrever as características do chinês, mas também alguns conceitos tradicionais chineses, assim como categorias novas, foram adotados para retratar as particularidades da língua sínica (Gianninoto, 2014, p. 137). O método de Joaquim Gonçalves também não é exceção. As classes de palavras mencionadas na *Arte China* incluem: *nome, artigo, adjetivo, numeral, pronome* e *verbo* no terceiro capítulo e *substantivo, verbo, adjetivo, preposição, advérbio, conjunção, interjeição, vozes de animais, tratamentos, e partículas sublimes*, no quarto capítulo. Para algumas destas classes, o autor explora ainda propriedades mais específicas, por exemplo, o *número*, o *género* e o *caso* dos substantivos, os graus *comparativo* e *superlativo* dos adjetivos, as *adições numerais* e os *números ordinais* dos numerais e o *tempo*, o *modo*, o *aspeto* e a *voz* dos verbos. As categorias propostas por Gonçalves serão organizadas em três grupos: categorias adaptadas do modelo ocidental, categorias tomadas de empréstimo à tradição local e categorias novas, criadas para apresentar os aspetos especiais que não encaixam nas categorias anteriores.

4.1. Tradição ocidental

Com base no desenvolvimento histórico da classificação das palavras, desde as primeiras menções de Platão até às tradições modernas, Robins (1967/1997, p. 42) apresenta o seguinte resumo da sua evolução, desde a divisão dicotómica entre sujeito e predicado até à fixação das nove categorias geralmente utilizadas nas gramáticas modernas (Figura 1).

Figura 1. Desenvolvimento das classes de palavras, reproduzido de Robins (1997, p. 42).



Todas estas nove classes de palavras tradicionais-modernas estão presentes na *Arte China*, conforme se demonstra na Tabela 4:

Tabela 4. Classes de palavras da tradição gramatical ocidental.

Classe	Especificações	Contexto
Nome	Número: singular e plural	Gramática
	Género: masculino e feminino	Gramática
	Caso: nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo, ablativo	Sintaxe
	Conteúdo: abstrato	Sintaxe
Artigo	Definido	Gramática
Adjetivo	Grau: comparativo e superlativo	Gramática
Pronome	Relativo: que	Gramática
	Interrogativo: quem, que, qual	Gramática
	Indefinido: ambos, nenhum, algum, qualquer, muitos	Gramática
	Demonstrativo: mesmo	Gramática
Verbo	Tempo: presente, pretérito, futuro,	Gramática
	Modo: formas verbais Finito: indicativo, imperativo, conjuntivo	Gramática
	finitas e infinitas Infinito: infinitivo, gerúndio, particípio	Gramática
	Aspetto: perfeito, imperfeito, plusquam	Gramática
	Voz: ativa e passiva	Gramática
	Outro: impessoal	Gramática
Preposição		Sintaxe
Advérbio		Sintaxe
Conjunção		Sintaxe
Interjeição		Sintaxe

Fonte: elaborada pela autora com base nas categorias gramaticais dos capítulos III e IV da *Arte China*.

Assim como é comum nas gramáticas missionárias, o cerne do método gramatical de Gonçalves também se baseia na transposição do modelo analítico e descritivo greco-latino. Devido a restrições de espaço, o estudo atual concentra-se na análise dos nomes e dos verbos chineses, dada a importância e a complexidade destas duas categorias na história da linguística e a presença de especificações mais detalhadas sobre esses elementos gramaticais no estudo de Gonçalves.

Os cinco atributos aplicados aos nomes, a saber, o género, o tipo (primário ou derivado), a forma (simples ou composto), o número (singular, dual, plural) e o caso (nominativo, vocativo, acusativo, genitivo ou dativo), conforme especificado em Robins (1967/1997, pp. 43–44), também marcam presença no método de Gonçalves.²³ Quanto ao conteúdo, que também é distinguido na análise do professor português, a única menção sobre os nomes abstratos, que surge como exceção no âmbito da ordem sintática dos diferentes casos substantivais em relação ao verbo, diz o seguinte: “Os abstractos, ou verbos se tomão como causa, e não como nominativo (Gonçalves, 1829, p. 149)”, oferecendo um exemplo único (15) e uma exceção (16).

- (15) 因多念書死了 [Yīn duō niànshū sǐ le]△ 為讀甚而亡 O muito estudo, ou estudar
[Wèi dú shèn ér wáng] o matou.

²³ O tipo e a forma refletem-se na análise da formação das palavras chinesas.

Por muito ler livro morrer ASP Δ Por ler demais então morrer
 ‘Morreu por ter estudado muito.’ Δ ‘Morreu por ter estudado demais.’

No exemplo 15, o sujeito da frase portuguesa, que é uma frase simples, apresenta duas formulações alternativas, sendo a primeira um substantivo abstrato e a segunda um verbo infinitivo, ou, caso *estudar* substitua apenas *estudo*, como parece ser a intenção de Gonçalves, um verbo recategorizado como substantivo, *O muito estudar o matou*. Por outro lado, os sujeitos frásticos são omissos em ambas as frases complexas chinesas, que dispõem de uma oração subordinada adverbial causal. Os sujeitos das duas orações subordinadas, nomeadamente, o *niànshū* e o *dú*, correspondem aos designados “abstractos, ou verbos” na categorização de Gonçalves.

- (16) 一个小虫子也能彀杀人 [*Yí gè xiǎo chóng-zi yě néng gòu shā rén*] Δ 一虫之微亦可斃人 [*Yì chóng zhī wēi yì kě bì rén*]
 Um CLF pequeno bicho-AFF também poder chegar matar pessoa Δ Um bicho MOD pequenez também poder matar pessoa
 ‘Até um bicho pequeno também pode matar um homem.’
 Δ ‘A pequenez de um bicho também pode matar um homem.’

Como exceção a esta regra particular, numa visão contrastiva entre o português e o chinês, no exemplo 16, o sujeito da frase chinesa no estilo sublime é um sintagma substantival construído através da partícula ou marcador de genitivo *zhī*, do qual o núcleo é um adjetivo recategorizado como substantivo.

Em relação aos verbos, as categorias relevantes para a flexão verbal na análise da língua chinesa do sinólogo português são o tempo, o modo, o aspeto e a voz, podendo as categorias gramaticais presentes na sua obra ser reorganizadas conforme exibido na Tabela 5.

Tabela 5. Categorias verbais.

Voz	Modo	Tempo	Aspetto
Ativa	Indicativo	Presente	
		Pretérito	Imperfeito
			Perfeito
			Plusquam
	Futuro		
	Imperativo		
	Conjuntivo	Presente	
		Pretérito	Imperfeito
			Perfeito e futuro
	Plusquam		
Infinito			
Gerúndio			
Particípio			
Passiva	Particípio		
	Indicativo	Presente	
		Pretérito	Imperfeito
	Perfeito		
	Gerúndio		
Impessoal			

Fonte: elaborada pela autora com base nas propriedades do verbo referidas no capítulo III da *Arte China*.

A estruturação desta análise verbal evidencia mais uma vez o método contrastivo de Joaquim Gonçalves, dada a presença das categorias características da gramática portuguesa. Já que a língua chinesa é uma língua livre da flexão verbal, não é de admirar que as categorias verbais na análise de Gonçalves tenham sido transpostas das propriedades da sua língua materna.

A maior parte destas categorias verbais permanece inalterada nos estudos gramaticais contemporâneos, porém há dois termos cujo uso necessita de ser verificado no método de Gonçalves: o gerúndio e o particípio, que surgem tanto na voz ativa como na passiva. Os gerúndios na voz ativa abrangem um total de 18 exemplos bilingues. Os exemplos portugueses subdividem-se em quatro tipos:

- a) o sintagma preposicional “para + verbo no infinitivo”;
- b) a oração subordinada “que + verbo no conjuntivo”;
- c) o sintagma preposicional “de + verbo no infinitivo”;
- d) o verdadeiro gerúndio.

Os primeiros três tipos correspondem maioritariamente às construções de verbos seriais em chinês,²⁴ e o último refere-se sobretudo ao uso da partícula chinesa “着 *zhe*”, marcador

²⁴ Na terminologia de Li e Thompson (1981/2009, p. 594), a expressão “construção de verbos seriais” enquanto tradução literal do termo original em inglês “serial verb construction”, refere-se a uma frase que contém duas ou mais locuções ou orações verbais, justapostas sem qualquer marcador que indica qual é a relação entre as mesmas.

do aspeto contínuo de uma ação, conforme demonstrados nos exemplos 17 a 20. Cada estrutura portuguesa acima apresentada dispõe de um exemplo ilustrativo de acordo com a ordem sequencial.

- (17) 我煮飯吃[*Wǒ zhǔ fàn chī*] △ 我煮飯食[*Wǒ zhǔ fàn shí*] Eu côso arrôz para comer.
Eu cozer arroz comer △ Eu cozer arroz comer
'Eu cozo arroz para comer.' △ 'Eu cozo arroz para comer.'
- (18) 我叫他来[*Wǒ jiào tā lái*] △ 吾呼之以至 [*Wú hū zhī yǐ*] Eu chamo-o que cenha.
zhì
Eu chamar ele vir △ Eu chamar PRON para vir
'Eu chamo-o para vir.' △ 'Eu chamo-o para vir.'
- (19) 不得空兒作書[*Bù dé kòng-er zuò shū*] △ 未暇修書 [*Wèi xiá xiū shū*] Não tenho vagar de compor obras.
NEG conseguir vagar compor livro △ NEG vagar compor livro
'Não tenho vagar de compor livros.' △ 'Não tenho vagar de compor livros.'
- (20) 他在那裡等着你[*Tā zài nà-li děng zhe nǐ*] △ 其在彼相候汝 [*Qí zài bǐ xiānghòu rǔ*] Está alli esperando por ti.
Ele estar DEM.DIST.-LOC esperar ASP tu △ 3SG estar DEM.DIST. esperar tu
'Ele está ali à tua espera.' △ 'Ele está ali à tua espera.'

Nos primeiros três exemplos, as locuções verbais justapostas nas frases chinesas são traduzidas consoante a relação lógica entre as respetivas ações verbais em causa, enquanto no último exemplo o valor aspetual de continuidade, assinalado pelo marcador chinês *zhe*, é destacado pelo gerúndio atualmente conhecido na frase correspondente em português.

Por outro lado, os gerúndios na voz passiva possuem apenas dois exemplos, conforme transcritos e anotados em 21:

- (21) a. 可爱的[*Kě ài-de*] △ 可愛者[*Kě ài-zhě*] Que deve ser amado.
Poder amar-MOD △ Poder amar-AFF
'Que deve ser amado' △ 'Que deve ser amado'
- b. 該讚美的[*Gāi zànměi-de*] △ 可欣可美者[*Kě xīn kě měi-zhě*] Que deve ser louvado, ou louvável.
Dever louvar- MOD △ Poder apreciar poder louvar-AFF
'Que deve ser louvado' △ 'Que deve ser louvado'

Ambos os exemplos seguem a estrutura de “[algo ou alguém] Que deve ser + participio passivo”, enquanto o segundo dispõe de uma formulação alternativa de “raiz verbal +

sufixo ‘-ável’”. No chinês, trata-se de palavras com as adições adjetivais *de* e *zhě*, ambas identificadas na segunda categoria da formação de palavras (vd., Subsecção 3.2).

Quanto ao participípio, esta conta com dois exemplos na voz ativa, conforme transcritos e anotados em 22:

- (22) a. 行水路的不如行旱路的[*Xíng shuǐlù-de bù rú xíng hàn lù-de*] Δ 行程者則水路不如陸路矣[*Xíngchéng-zhě zé shuǐlù bù rú lùlù yǐ*] Melhor he o viajante que o navegante.
 Andar água caminho- MOD NEG como andar seco
 caminho-MOD Δ Andar viagem-AFF então água caminho
 NEG como terra caminho PTC
 ‘Quem viaje por terra é melhor que quem viaje por água.’
 Δ ‘No tocante à viagem, por terra é melhor que por água.’
- b. 過海的人都坐船[*Guò hǎi de rén dōu zuò chuán*] Δ 涉海者无不渡舟也[*Shè hǎi-zhě wú bú dù zhōu yě*] Os que passam o mar todos se embarcam.
 Passar mar MOD pessoa todos sentar-se barco Δ Passar mar-AFF NEG passar barco PTC
 ‘Todos os que passam o mar se embarcam.’ Δ ‘Não há quem passe o mar sem se embarcar.’

O primeiro é um substantivo derivado de verbo através da associação do sufixo “-ante” a uma raiz verbal, correspondendo ao participípio presente latino e à elipse com o marcador de modificação *de* chinês; o segundo é uma oração subordinada substantiva relativa usada como sujeito frástico. Os seis exemplos do português na voz passiva correspondem todos ao participípio atualmente conhecido, enquanto os equivalentes chineses destacam mais uma vez a junção de *de* e *zhě* a sintagmas verbais da voz passiva. Abaixo se transcreve apenas o primeiro texto paralelo a título exemplificativo:

- (23) 人厭惡的[*Rén yànwù-de*] Δ 人所嫌者[*Rén suǒ xián-zhě*] Aborrecido.
 Pessoa amar-MOD Δ Poder amar-AFF
 ‘Que/quem é odado por outros.’ Δ ‘Que/quem é desamado por outros.’

A razão por trás da diversificação dos exemplos oferecidos nas duas categorias, diferentemente das respetivas identificações contemporâneas, pode estar relacionada com a evolução histórica da gramática portuguesa ou pode, em alternativa, ser vista como uma tentativa de adaptação da terminologia portuguesa às particularidades da língua chinesa. Em resumo, a análise gramatical das partes da oração na obra de Joaquim Gonçalves tem como fundamento o modelo analítico e descritivo greco-latino, sendo influenciada pela tradição gramatical da sua língua materna. No entanto, essa abordagem não é uma simples transposição, pois destaca-se o esforço notável de Gonçalves em adaptar as categorias existentes para se adequarem às particularidades da língua chinesa.

4.2. Tradição local

Na tradição filológica chinesa, a conceção da divisão dicotómica das palavras em palavras cheias e vazias remonta ao século XIII, enquanto a distinção entre palavras vivas e mortas está associada à criação do primeiro dicionário de partículas gramaticais, de 1324, intitulado “语助 *yǔzhù* ‘auxílio linguístico’”. Essas classificações, representando algumas das poucas perspectivas gramaticais indígenas, foram adotadas em várias obras metalinguísticas por missionários e académicos ocidentais, principalmente no século XIX (Gianninoto, 2014, p. 142). A análise gramatical de Joaquim Gonçalves segue a tradição local do estudo das palavras vazias, pois a palavra chinesa “虚字 *xūzì* ‘palavras vazias’” marca presença logo no título da décima subsecção “Partículas Sublimes” do capítulo IV *Syntaxe da sua Arte China* – “Algumas são às vezes partes principais da oração: às expletivas se corresponde na nossa lingua so com hum requebro da voz (Gonçalves, 1829, p. 161)” –, na qual o autor apresenta um conjunto de 21 partículas gramaticais do estilo sublime. A Tabela 6 expõe resumidamente as partículas que constam do glossário de Gonçalves, na subsecção acima identificada, sem contar com os exemplos bilingues oferecidos pelo mesmo.

Tabela 6. Partículas sublimes.

N.º	Partícula	Definição em chinês	Definição em português
1.	之 <i>zhī</i> Che	之語助辭也 又有所指之辭也 又至也	O CHE he terminação de genitivo, e expletiva. Tambem he pronome. Elle. Tambem he verbo. Chegar.
2.	于 於 <i>yú</i> lu	于 於語助又在也	IU he preposição Em, a.
3.	夫 <i>fū</i> Fu	夫語端辭也 又語已辭也 又有所指辭也	FU he expletiva inicial. Tambem he expletiva final. Tambem he artigo e pronome.
4.	而 <i>ér</i> Olr	而語相屬辭也 又語助辭也	OLR he conjunctiva. Tambem he expletiva final.
5.	焉 <i>yān</i> Ien	焉語已辭也 又語助辭也 又語端辭也	IEN he expletiva final: indica êmphase. Tambem he expletiva media, ou pausa na oração. Tambem he expletiva inicial interrogativa.
6.	哉 <i>zāi</i> Çai	哉助語詞也 又聞辭也 又始也	ÇAI he expletiva interrogativa final. Tambem he expletiva média de admiração. Tambem significa Principiar.
7.	者 <i>zhě</i> Choõ	者語助也 又有所指之詞也	CHOÕ he artigo. Tambem he terminação de participio.
8.	耳 <i>ěr</i> Olr	耳決詞也 又語助也	OLR he expletiva final terminante. Tambem he expletiva média.
9.	耶 <i>yé</i> Ie	耶語助也 又疑辭也	IE he expletiva final interrogativa. Tambem he expletiva de duvida.
10.	也 <i>yě</i> Ie	也語助之終也 又決辭也	IE he expletiva final. Tambem he expletiva terminante.

		又語之餘也 又發語	Tambem he expletiva suspensiva. Tambem he expletiva inicial.
11.	乎 <i>hū</i> Hu	乎疑詞也反喝也 又語助辭	HU he expletiva final interrogativa. Tambem he expletiva.
12.	乃 <i>nǎi</i> Nai	乃承上起下之詞也	NAI he particula conjunctiva.
13.	與 <i>yǔ</i> 欵 <i>yú</i> Iu	與 欵疑辭也 又施也	IU he expletiva de duvida. Tambem significa dar.
14.	與 <i>yǔ</i> Iu	與同也	IU significa com.
15.	矣 <i>yǐ</i> I	矣語已辭也 又決辭也 又語助辭也	I he expletiva final. Tambem he expletiva terminante. Tambem he expletiva.
16.	蓋 盖 <i>gài</i> Cai	蓋 盖申明詞也 又不定之詞也	CAI he explicativa. Tambem he expletiva de incerteza.
17.	且 <i>qiě</i> Chie	且况且也 又未定辭也 又苟且也	CHIE quanto mais. Tambem he expletiva de duvida. Tambem significa: Sem regra.
18.	雖 <i>suī</i> Soei	雖不定也况也	SOEI significa indeterminado, quanto mais.
19.	以 <i>yǐ</i> I	以語助也 又有所挾之辭也又用也 將也	I he expletiva. Para. Tambem he expletiva de instrumento.
20.	無如 <i>wú rú</i> Vu-Ju	無如無法也	VU-JU Não há remedio.
21.	將 無 <i>jiāng wú</i> Chiam-Vu	將無得無也	CHIAM-VU Poderà deixar de...

Fonte: elaborada pela autora de acordo com as partículas analisadas na secção 10 *Partículas Sublimes* do capítulo IV *Syntaxe da Arte China*.

A definição de cada partícula é oferecida não só em chinês, mas também em português, e os diferentes usos, quando aplicáveis, são igualmente discriminados em ambas as línguas. No entanto, a descrição em português nem sempre corresponde às definições em chinês. Por exemplo, o termo chinês “语助 *yǔzhù* ‘auxílio linguístico’” é traduzido maioritariamente como “expletiva”, porém, dependendo do contexto, os equivalentes portugueses oferecem informações extra, como, por exemplo, a indicação posicional da partícula: “expletiva final” ou “expletiva média” e o modo sintático: “expletiva final interrogativa”, ou assumem designações da tradição portuguesa, como, por exemplo, a primeira partícula *zhī* é explicada como terminação de genitivo e a sétima partícula, *zhě*, é descrita como um artigo chinês, enquanto ambas são definidas como *yǔzhù* em chinês.

Resumidamente, as partículas estudadas na obra de Gonçalves têm como base a tradição analítica e descritiva local. No entanto, as mesmas foram adaptadas e aprofundadas sob a sua perspetiva contrastiva, visando facilitar a compreensão da matéria por parte dos seus discípulos europeus.

4.3. Categorias novas

Para além das categorias das tradições linguísticas ocidentais e chinesas, no método gramatical de Gonçalves encontram-se ainda as seguintes categorias novas (Tabela 7), criadas para melhor enquadrar algumas características especiais da língua chinesa numa visão comparativa.

Tabela 7. Outras categorias.

Categoria	Especificações	Contexto
Numeral	Números (cardinais)	Gramática
	Adições numerais (Números) ordinais	
Vozes de animais		Sintaxe
Tratamentos		Sintaxe

Fonte: elaborado pela autora com base nas categorias gramaticais dos capítulos III e IV da *Arte China*.

Na tradição linguística ocidental não existe uma classe de palavras equivalente aos classificadores chineses (Gianninoto, 2014, p. 139), os quais, no método de Gonçalves, assumem a designação de “adições numerais”, que se encontra na nona secção do Capítulo III da *Arte China*, juntamente com a seguinte nota de rodapé: “Para saber a adição numeral de qualquer coisa consulte-se o uso, e dicionário; por que não há regras geraes, pode usar-se porem sempre do 个 [gè] (Gonçalves, 1829, p. 131)”. Esta secção surge logo a seguir à dos números cardinais e antes da dos números ordinais, duas categorias existentes nas línguas portuguesa e chinesa. Como exemplos ilustrativos da arbitrariedade em termos da atribuição dos classificadores chineses, o autor oferece quatro exemplos bilingues que abrangem sete classificadores, aplicados a sete substantivos aleatórios e distintos. Abaixo se transcrevem os primeiros dois exemplos para demonstrar a variedade dos classificadores chineses:

- (24) a. 他養一百口牲口[Tā yǎng yì bǎi kǒu shēngkǒu] △ 其養
畜一百頭[Qí yǎng chù yì bǎi tóu] △ 其養
Ele criar um cem CLF animal boca △ 3SG criar animal
um cem CLF
'Ele criou cem cabeças de gado.' △ 'Ele criou cem
cabeças de gado.'
- b. 一條路上有兩根木頭[Yì tiáo lù shàng yǒu liǎng gēn
mù-tóu] △ 一路中有木二根 [Yì lù zhōng yǒu mù èr
gēn]
Um CLF caminho cima ter dois CLF madeira-AFF △ Um
caminho dentro ter madeira dois CLF
'Num caminho há duas traves' △ 'Num caminho há duas
traves'

No exemplo 24a, as duas adições numerais chinesas, *kǒu* e *tóu*, dispõem de uma tradução equivalente no texto português, *cabeça*, um substantivo comum utilizado para quantificar os indivíduos do substantivo coletivo *gado*, enquanto no exemplo 24b, os dois classificadores chineses, *tiáo* e *gēn*, aplicados respetivamente aos substantivos *lù* e *mù*-

tou, não são traduzidos no texto paralelo em português, pois uma vez se que tratam de substantivos comuns contáveis, as respetivas traduções não são necessárias em português.

As vozes de animais e as formas de tratamento surgem como as últimas secções do capítulo IV, antes da introdução das partículas chinesas. No caso do primeiro, uma vez que o verbo que retrata a voz de um animal varia substancialmente, tanto em português como em chinês, dependendo do sujeito em causa, pode-se presumir que esta categoria surgiu como uma secção autónoma devido à discrepância interlinguística. Já no caso das formas de tratamento, Gonçalves deixa evidente, através de uma lista de modos de tratamento variados, numa página inteira, que a diferenciação linguística depende não só da hierarquia social (*superior e inferior*), mas também do estatuto civil (*criminoso*), grau de familiaridade (*amigo*), género (*mulher*), idade (*mancebo e velho*) etc., alertando ainda que se deve consultar a entrada “Tratamento” do seu dicionário português-chinês para conhecer o assunto de forma completa²⁵ (vd., Gonçalves, 1829, p. 160).

Na entrada deste lema, o autor introduz uma regra de tratamento de acordo com a categoria ("de que ordem") do empregado a que se destina:

- O tratamento da 1a., 2a., e 3a., ordem he 大人
 — da 4a. ate a 6a. he 大老爺 [dà lǎoyé]
 — da 7a., e 8a. 太爺 [tàiyé]
 — das extravagantes 老爺 [lǎoyé] Ve EMPREGADO
 — dos legados, e syndicos he 大人 [dàren] Ve INSIGNIA
 (Para saber de que ordem he hum tal empregado, procura-o no seu lugar.) (1831, pp. 321–322)

Portanto, presume-se que a intenção do autor ao propor especificamente as formas de tratamento como uma parte da oração independente, em paralelo às restantes partes da oração tradicionalmente conhecidas na gramática ocidental, é sublinhar a importância de dominar as regras sociais do império chinês – uma sociedade altamente hierarquizada.

Em resumo, as novas categorias propostas para classificar o vocabulário chinês no método gramatical de Joaquim Gonçalves foram concebidas levando em consideração não apenas a distância interlinguística, mas também as diferenças socioculturais entre a China e Portugal.

5. Nota final

Este estudo investigou a conceção gramatical de Joaquim Gonçalves, analisando as reflexões metalinguísticas presentes no seu método gramatical para o ensino do chinês a europeus no século XIX, com ênfase no prólogo que antecede os capítulos três e quatro da *Arte China*, bem como nas categorias gramaticais desses capítulos. A pesquisa centrou-se na visão de Gonçalves acerca da formação e classificação das palavras chinesas. Os resultados destacam que o autor categoriza palavras com base nos morfemas chineses, dividindo-as em simples e complexas. As palavras complexas, segundo a sua análise, resultam de processos como adição, composição, reduplicação e negação. No que

²⁵ A este assunto já se referiu Wang (2015, pp. 13–24) na sua dissertação de mestrado dedicada ao eufemismo e disfemismo em português e chinês na obra de Joaquim Gonçalves.

diz respeito às partes da oração, a categorização de Gonçalves é baseada não só na tradição gramatical ocidental, tendo proposto todas as nove classes de palavras da gramática tradicional-moderna do modelo analítico e descritivo greco-latino para a análise do vocabulário chinês, como também incorpora a tradição local de classificação de palavras cheias e vazias. Além disso, o sinólogo português introduz ainda três categorias novas para retratar os aspetos singulares da língua e da cultura chinesas, como classificadores chineses, vozes de animais e formas de tratamento.

Este ensaio pretende ser um contributo para a compreensão da estrutura conceptual da análise gramatical de Joaquim Gonçalves, sendo relevante para estudos sobre os recursos bilingues abundantes na sua obra. Com base nessa análise estrutural, é possível aprofundar a análise dos exemplos bilingues que constituem património textual de relevo do século XIX, os quais são essenciais para examinar as categorias gramaticais inventariadas, mas não investigadas neste trabalho. Como em qualquer pesquisa, há aspetos que podem ser aprimorados ou expandidos em trabalhos futuros. Primeiramente, a análise poderia ser enriquecida com um estudo comparativo entre as obras de Gonçalves e outros missionários europeus que trabalharam no Oriente. Tal comparação poderia oferecer insights adicionais sobre as influências mútuas e as particularidades das abordagens de cada autor. Além disso, uma análise detalhada das restantes categorias gramaticais da tradição linguística europeia que não chegaram a ser abordadas em pormenor neste estudo poderia completar a compreensão da visão gramatical do sinólogo português. Entre estas, já se encontra em revisão um estudo sobre os artigos chineses na *Arte China* que se traduz numa observação pioneira da gramaticalização do demonstrativo distal chinês no século XIX. Outro ponto a ser considerado é a análise de manuscritos inéditos ou menos estudados de Gonçalves, sobretudo a comparação entre a versão impressa e o manuscrito. A inclusão de fontes primárias adicionais poderia revelar novas facetas de seu trabalho e enriquecer a compreensão da sua metodologia e influência. Por fim, futuros estudos poderiam explorar a aplicação prática das teorias gramaticais de Gonçalves no ensino da língua chinesa em contextos missionários. Essa linha de pesquisa poderia contribuir para uma melhor compreensão da eficácia e impacto das suas obras na educação linguística.

Financiamento: Este trabalho foi financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da bolsa de investigação para doutoramento 2021.05393.BD, com verbas do Orçamento de Estado e com verbas do Fundo Social Europeu, a disponibilizar ao abrigo do PORTUGAL2020, através do Programa Operacional Regional do Norte (NORTE 2020).

Agradecimentos: Agradece-se à Professora Doutora Anabela Leal de Barros do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho pela leitura crítica e revisão linguística deste estudo.

Referências

- Ai, Y. 艾溢芳. (2016). 江沙維《漢洋合字彙》音系性質探討 [Study on the phonetic system of Joaquim Gonçalves' *Diccionario China-Portuguez*]. 澳門語言學刊 [*Macao Journal of Linguistics*], 64–72.
- Aresta, A. (2000). Joaquim Afonso Gonçalves, professor e sinólogo. *Revista Administração*, (48), 677–683.
- Barros, A. (2012). Variação fonética no discurso metalinguístico e fixação do texto: A edição de obras gramaticais dos séculos XVI-XVIII. *Revista Portuguesa de Humanidades. Estudos Linguísticos*, 16(1), 83–112.
- Barros, A. (2014). Referências interculturais oitocentistas nas obras metalinguísticas em Português e Chinês do Pe Joaquim Gonçalves. *Diacrítica*, 28(1), 103–139.
- Barros, A. (2015). A inflexão erudita do português clássico segundo fontes metalinguísticas monolíngues e multilíngues: Restauração de sequências consonânticas etimológicas. In X. M. Sánchez Rei & M. A. Marqués (Eds.), *Novas perspectivas linguísticas no espaço galego-português* (pp. 67–88). Universidad de La Coruña.
- Barros, A., & Ng Cen, A. (2014). *Gramática e diálogos em português e chinês livro, um manuscrito inédito do P.e Joaquim Afonso Gonçalves*. Edição Húmus & Instituto Confúcio da Universidade do Minho.
- Barros, A., & Ng Cen, A. (2017). *O método de Joaquim Afonso Gonçalves: Para o ensino-aprendizagem do chinês e do português*. Edição Húmus & Instituto Confúcio da Universidade do Minho.
- Gianninoto, M. (2014). The development of Chinese grammars and the classification of the parts of speech. *Language & History*, 57(2), 137–148.
<https://doi.org/10.1179/1759753614Z.00000000033>
- Gonçalves, J. A. (1829). *Arte China, constante de alfabeto e grammatica comprehendendo modelos das diferentes composicoens*. Real collegio de S. Jose.
- Gonçalves, J. A. (1831). *Diccionario portuguez-china no estilo vulgar mandarim e classico geral*. Real collegio de S. Jose.
- Gonçalves, J. A. (1833). *Diccionario china-portuguez*. Real collegio de S. Jose.
- Harbsmeier, C. (1998). *Language and logic* (Science and civilization in China, vol. VII:1). Cambridge University Press.
- Huang, B. 黄伯荣, & Liao, X. 廖序东. (2002). 现代汉语 [Modern Chinese] (3.^a ed.). 高等教育出版社 (Higher Education Press). (Original publicado em 1979)
- Levi, J. A. (2007). Padre Joaquim Afonso Gonçalves (1781-1834) and the *Arte China* (1829): An innovative linguistic approach to teaching Chinese grammar. In O. Zwartjes, G. James, & E. Ridruejo Alonso (Eds.), *Missionary linguistics III/Lingüística misionera III* (pp. 211–231). John Benjamins.
- Li, C. N., & Thompson, S. A. (2009). *Mandarin Chinese: A functional reference grammar* (1. paperback print, repr). Univ. of California Press. (Original publicado em 1981)
- Li, L. (2020). *Da variação na obra do P.e Joaquim Gonçalves: Formulações alternativas em português e chinês* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga].
- Li, L. (2023). Estratégias e praticas de tradução do Padre Joaquim Gonçalves: Uma análise dos dados bilingues preservados na sua trilogia para o ensino-aprendizagem do chinês. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, (10), 162–181.
<https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln10ano2023a9>
- Liu, R. 柳若梅. (2009). 江沙維的《汉字文法》与比丘林的《汉文启蒙》 [Arte China of Portuguese Missionary J. A. Gonsalves and Chinese Grammar of Russian Sinologist N. J. Bichurin]. *Journal of South China Normal University (Social Science Edition)*, (6), 151–156, 160.
- Mao, Y. (2018). *Contributos para o estudo contrastivo de provérbios e idiomatismos em português e chinês: As obras metalinguísticas de Joaquim Afonso Gonçalves* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga].

- Ng Cen, A. (2015). *Alguns aspetos da variação linguística num manuscrito e no impresso Arte China, de Joaquim Gonçalves* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga]. RepositóriUM. <https://hdl.handle.net/1822/34274>
- Packard, J. L. (2000). *The morphology of Chinese: A linguistic and cognitive approach*. Cambridge University Press.
- Partee, B. (2006). A note on Mandarin possessives, demonstratives, and definiteness. In B. Birner & G. Ward (Eds.), *Drawing the boundaries of meaning: Neo-Gricean studies in pragmatics and semantics in honor of Laurence R. Horn* (pp. 263–280). <https://doi.org/10.1075/slcs.80>
- Robins, R. H. (1997). *A short history of linguistics* (4. ed.). Longman. (Original publicado em 1967)
- Tao, Y. (2013). *As fontes do P.e Joaquim Gonçalves para a criação do seu método de ensino aprendizagem de chinês (Arte china e dicionários português-china e china-português)* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga]. RepositóriUM. <https://hdl.handle.net/1822/45950>
- Uchida, K. 内田庆市. (2011). 葡萄牙遣使会の语言政策之19世纪传教士江沙维的对汉语的看法 [The 19th-century Missionary Gonçalves and Perceptions of the Chinese Language: The Portuguese Lazarist Church and its Linguistic Policy]. 東アジア文化交渉研究 (*Journal of East Asian Cultural Interaction Studies*), 229–242.
- Wang, M. 王銘宇. (2019). 《洋汉合字汇》汉译释词的语言特点 [The linguistic features of the translation and explanation words in the «Diccionario portuguez-china»]. 汉语学报 [*Chinese Linguistics*], (3), 88–94.
- Wang, X. (2015). *O eufemismo e o disfemismo em português e chinês, na obra do P.e Joaquim Gonçalves* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga]. RepositóriUM. <https://hdl.handle.net/1822/34271>
- Wang, M. 王銘宇, & Lu, C. 盧春暉. (2015). 江沙維《漢字文法》序言 [Prólogo da *Arte China* de Joaquim Gonçalves]. *Wakumon*, (28), 177–186.
- Xu, D. (2012). Reduplication in languages: A case study of languages of China. In D. Xu (Ed.), *Plurality and classifiers across languages in China* (pp. 43–63). De Gruyter Mouton.
- Ye, N. 叶农. (2010). 十九世纪活跃在澳门的葡籍汉学家——江沙维神父 [On Joaquim Afonso Gonçalves, the famous Portuguese sinologist in Macao during the first half of nineteenth century]. *International Sinology*, (2), 56–67.
- Zhang, X. 张西平, & Li, X. 李雪涛 (Eds.). (2011). 西方汉学十六讲 [Sixteen Lectures on Western Sinology]. 外语教学与研究出版社 [Foreign Language Teaching and Research Press].
- Zhu, F. 朱凤. (2016). 江沙维手稿之考证——有关汉语语法的分析 [An Examination of Joaquim Gonçalves' manuscript: Analyses relevant to Chinese grammar]. *Wakumon*, (29), 29–40.
- Zwartjes, O. (2012). The historiography of missionary linguistics: Present state and further research opportunities. *Historiographia Linguistica*, 39(2–3), 185–242. <https://doi.org/10.1075/hl.39.2-3.01zwa>

Anexo 1. Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

3	Terceira pessoa
AFF	Afixo
ASP	Marcador de aspeto
CLF	Classificador
Conj.	Conjunção
DEM	Demonstrativo
DIST	Distal
LOC	Locativo
MOD	Marcador de modificação
NEG	Negação
NOM	Sufixo nominalizador
PL	Plural
PROX	Proximal
PTC	Partícula
SG	Singular
V	Verbo
VRB	Sufixo verbalizador

[recebido em 22 de janeiro de 2024 e aceite para publicação em 27 de maio de 2024]

A FIGURA DO MANDARIM NUM DICIONÁRIO MANUSCRITO DE PORTUGUÊS-CHINÊS DO SÉCULO XVIII

THE FIGURE OF THE MANDARIN IN A MANUSCRIPT DICTIONARY OF PORTUGUESE AND CHINESE FROM THE 18TH CENTURY

Anabela Leal Barros*
aldb@elach.uminho.pt

Ana Ng Cen**
anangc@mpu.edu.mo

Xiao Wang***
selmawang@fjnu.edu.cn

Reporta-se este trabalho a um dicionário manuscrito de português-chinês datável do século XVIII, um códice inédito da Biblioteca Nacional de Portugal cuja edição preparámos nos últimos anos, no qual foram incluídas numerosas entradas relativas a mandarins, bem como equivalentes chineses específicos para os mesmos. Este conjunto de verbetes é muito informativo quanto ao que se considerava ser o *mandarim*, aos seus vários tipos, procedimentos, carreiras, utensílios, privilégios, família, etc., em muitos casos merecendo palavra própria, exclusiva do mandarim, ou de classes iguais ou mais elevadas. A comparação com as obras lexicográficas e gramaticais de Joaquim Afonso Gonçalves revela um curioso desaparecimento deste tipo de informação logo no século seguinte, podendo o próprio termo *mandarim* ser ignorado em benefício de outros tão opacos e gerais como *empregado*, ou sinónimos menos precisos que parecem ter servido para evitar o uso daquele lexema, como *ministro* e *magistrado*.

Palavras-chave: Lexicografia português-chinês; História do léxico chinês; Filologia portuguesa e chinesa

This work is based on a handwritten Portuguese-Chinese dictionary dating from the 18th century, an unpublished codex from the National Library of Portugal whose edition we prepared in recent years, in which numerous entries related to Mandarins were included, as well as specific Chinese equivalents for the same. This set of entries is very informative regarding what *mandarim* (Mandarin) was considered to be, its various types, procedures, careers, utensils, privileges, family, etc., in many cases deserving its own word, exclusive to mandarins or those of similar classes or higher. Comparison with later lexicographical and grammatical works of Joaquim Afonso Gonçalves reveals a curious disappearance of this type of information in the following

* Centro de Estudos Humanísticos; Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Braga, Portugal. ORCID: 0000-0002-2959-9200

** Faculdade de Línguas e Tradução, Universidade Politécnica de Macau, Macau, ORCID: 0009-0008-6771-0214

*** Departamento de Línguas Europeias, Faculdade de Línguas Estrangeiras, Universidade Normal de Fujian, Fuzhou, China. ORCID: 0009-0004-8889-9037

century, with the term *mandarim* (*Mandarin*) itself being ignored in favor of others as opaque and general as *empregado* (employee), or less precise synonyms than seem to have served to avoid the use of that lexeme, as *ministro* (*minister*) and *magistrado* (*magistrate*).

Keywords: Portuguese-Chinese lexicography; History of the Chinese lexicon; Portuguese and Chinese philology

•

1. Introdução

O Códice 3306 da Biblioteca Nacional de Portugal, anónimo, datável do século XVIII, apresenta a cópia limpa de um dicionário de português-chinês, anteriormente mencionado por Verdelho (2008, p. 83) e Zwartjies (2011, p. 290). Trata-se de um grande volume em carneira, com 357 fólios pautados, mais dois inumerados no seu interior, ou seja, 359 fólios úteis, e dois brancos de guarda no início e no final, ostentando na lombada *Diccionario da Lingua Chinesa*. A encadernação poderá ser ainda a original, algo danificada, sobretudo na parte inferior da lombada. Na segunda folha de guarda, originalmente em branco, do início do volume, mão diferente acrescentou mais tarde o título *Prosodia, ou Diccionario / Da / Chinez e Portugueza*, contudo o livro não foi preenchido nessa ordem, mas de acordo com o procedimento chinês antigo, "do final para o princípio", progredindo da página da direita para a da esquerda, horizontalmente, e, em cada linha, da esquerda para a direita, no rosto dos fólios, e da direita para a esquerda, no seu verso; é neste lado dos fólios que se acha registada a sua numeração. O chinês achase sempre escrito da direita para a esquerda, bem como a respetiva romanização. O texto começou a passar-se a limpo pela coluna em português, tendo uma delas sido rasurada ainda antes de o chinês ter sido copiado.

O manuscrito, cuja edição foi efetuada pelas autoras deste artigo, e que será publicado em breve com a chancela do Instituto Confúcio da Universidade do Minho, oferece-nos algumas referências a Portugal, à Índia, ao Japão, à Cochinchina, ao reino do Sião e, sobretudo, à China e aos *chinas*. Em termos históricos, afigura-se-nos de particular interesse o seu conteúdo muito abundante no que toca aos mandarins, sobre o qual pretendemos debruçar-nos neste trabalho.

São trinta os verbetes nos quais a palavra *mandarim* é referida, seja logo nos lemas em português seja especificando uma aceção chinesa de uma entrada geral; neste trabalho apresentaremos a edição semidiplomática de cerca de metade desses lemas. Esta informação lexicográfica, que contextualizamos histórica e culturalmente, recorrendo a fontes literárias e lexicográficas chinesas e portuguesas antigas, mas também a estudos contemporâneos, permite compor um quadro bastante completo da figura do mandarim e de tudo quanto lhe dizia respeito.

Bluteau (1712–1728) inclui no seu *Vocabulario* as entradas *mandarim* e *mandarinado*, com ampla informação sobre o primeiro:

Os Portuguezes derão este nome à nobreza, e ministros da China. Os Chins lhe chamão *Quoan*, que quer dizer mandar, governar, &c. Porém segundo algumas relações, *Mandarim* he palavra da China, & quer dizer, *Cavalheiro*, ou *fidalgo do senhor*. Repartemse os Mandarins, de todo aquelle Imperio em nove ordens, ou gerarchias, & cada qual dellas tem suas classes, insignias, & graos differentes com admiravel subordinação. Os Mandarins da suprema gerarchia são assessores, & supremos conselheiros delRey, & he a mayor honra, & dignidade, a que entre os Chins pòde chegar hum letrado. Esta primeira gerarchia tem tres classes de Mandarins, todas com differentes tribunaes, & negocios.

A longa descrição que traça da sua figura poupa-se à enumeração de todas as suas hierarquias e respectivos officios e poderes, que teriam forçosamente de possuir nome específico em português, para além de *assessores*, *conselheiros*, *ministros* ou *letrados*, já que o próprio explica não se tratar de nobres no sentido de *duques*, *marqueses* ou *condes*. Distingue, contudo, dois tipos de mandarins, os de armas e os de letras:

Ha Mandarins de armas, & Mandarins de letras. Os primeiros mandão a gente de guerra, & os segundos tem a admenistração da justiça. Os Mandarins de letras das tres primeiras classes, & os d'armas das quatro primeiras ordens trazem togas, guarnecidas de figuras de dragões, com que se differença das ordens inferiores.

A autoridade de que os mandarins gozavam na China é eloquentemente descrita por Bluteau:

Ninguém requiere ante elles senão com ambos os joelhos em terra. Sahem em andores com grande acompanhamento, & para se fazerem mais temer, levão diante guarda de homens de armas, & os algozes ordinarios, a que chamão *Upos*. Vão estes dando grandes brados, em sinal de vir, ou passar o Mandarim, aos quaes a gente se retira, & deixa a rua despejada; & os que acaso acertão de se encontrar com elle, não o esperão em pè, mas afastandose de hũa parte, se poem de joelhos atè o perderem de vista. Trazem os Upos, como antigamente os beliguins, que chamavão *Lictores* dos Consules, & Pretores Romanos, huns modos de bambús, ou canas maciças de grossura de tres, ou quatro dedos, & de comprimento de huma braça, com que os mandarins fazem açoutar mui facilmente toda a pessoa, & são os açoutes tão crueis, que poucos bastão para deixar hũ homem aleijado das pernas, & muitos com huma duzia de golpes, deixão a vida.

No dicionário de Bluteau e Morais (1789) o termo *Mandarim* explica-se de forma mais sucinta, propondo-se quatro vocábulos portugueses que possam representar as principais funções dessa figura: "Entre os chineses o Mandarim é Lettrado, Juiz, Magistrado, ou homem de guerra, e estes que assim servem ao Estado, são os seus Nobres".

No século XIX, Joaquim Gonçalves, vivendo há décadas em Macau, opta curiosamente por não incluir na sua obra a entrada *mandarim*, que nunca utiliza no seu discurso metalinguístico, seja no *Diccionario Portuguez-China* (1831), no *Diccionario China-Portuguez* (1833) ou na *Arte China* (Gonçalves, 1829), mas sim *magistrado*, *ministro* e *empregado*. São estes os termos que apresenta no primeiro capítulo dessa gramática, dedicado ao *Alphabeto China*, como equivalentes de 官 e 官府 *cuon*,

empregado, e de 宰官 *cai cuon*, ministros, 文官 *magistrado*, 作官 *ser empregado* (Gonçalves, 1829, p. 26).

No *Diccionario Portuguez-China* (Gonçalves, 1831) todos os tipos de magistrado que refere são mandarins e incluem-se nas seguintes categorias, que aí considera: *Magistrado* 官府 / 官員 (*guānfǔ / guányuán*): -- principal, e assessor; -- diligente; -- inteiro; -- corrompido. Estranhamente, prefere incluir esse termo chinês como primeira aceção do lema *Empregado* 官府 (*guānfǔ*), em vez de apresentar uma entrada específica para o mandarim e para os seus diferentes tipos, na linha do que fora feito no século anterior no dicionário manuscrito que nos ocupa, aprofundando-o e dando-lhe continuidade.

No *Diccionario China-Portuguez*, Gonçalves (1833) volta a incluir o substantivo 官 (*guān*) como lema, apresentando como equivalente em português apenas *empregado*, acompanhado de exemplos; na tradução do último utiliza, porém, o sinónimo *magistrados* — 鄉黨若能定罪，則朝廷何用法官: *Se os aldeões podessem sentenciar crimes de que servirão ao rei as leis, e magistrados? É igualmente empregado* o termo que oferece como equivalente noutros lemas sobre objetos e assuntos respeitantes aos mandarins, como *SÉLLO -- de empregado*.

Embora o termo *empregado* esteja hoje mais conotado com *subalterno*, nos diversos contextos em que Gonçalves o utiliza costuma ser sinónimo de *magistrado*, *oficial*, *ministro*, ou seja, o nunca mencionado *mandarim*. Existe um contexto em que o sinólogo inclui simultaneamente o *empregado magistrado* e o *empregado militar*, sendo o primeiro elemento representado pelo lexema coletivo ou genérico 官僚 (*guān liáo*): "E vós empregados magistrados, e militares" 若地方文武官僚 (Gonçalves, 1833, p.461). Veja-se como a explicação das insígnias ou botões distintivos de cada tipo de funcionário (sempre superior, ou mandarim) inclui de novo esse atualmente equívoco equivalente *empregado*, indicando-se na mesma frase a sua pertença à nobreza chinesa:

INSÍGNIA

Nota. A – da **nobreza China**, que na dynastia presente se reduz aos **empregados**, principalmente consiste no remate do barrete, como se segue [...]

Assim acontece igualmente numa observação que faz na *Arte China*: "(Os **empregados** Chinas tem, á maneira dos romanos, os instrumentos de castigo por insignia)" (Gonçalves, 1829, p. 405).

O sinólogo refere *empregado* na aceção antiga daquele que tem o privilégio de ser *funcionário público*, com estudos e poder, sendo também em Portugal, até meados do século XX, uma categoria rara, de privilégio, e é nesse sentido que o utiliza frequentemente para traduzir 官 (*guān*); por exemplo: *Eu estudo com todas as forças para ser empregado, para o que tenho muito jeito*. 我盡力念書作官我狠可以作這個 (Gonçalves, 1829, p. 140).

A escolha de equivalentes para a(s) figura(s) do mandarim não é, de facto, tarefa simples, já que os próprios mandarins preenchiam vários tipos de cargos e detinham

diferentes níveis de poder, que Gonçalves deixa deduzir, na *Arte China*, de expressões matizadas como *grandes magistrados* (1829, p. 304); *pequeno magistrado* (1829, p. 383).

Na verdade, Joaquim Gonçalves só utiliza o termo *mandarino* para os assuntos linguísticos no *Prólogo* da gramática, onde refere a *lingua Mandarinina* (1829, p. VI), a que também chama *dialeto* quando menciona os três principais dialetos, o mandarino, o de Fokien e Cantão, indicando que segue o primeiro por ser compreendido em todo o lado pelas pessoas de educação, em particular pelos *empregados*, e mesmo pelo vulgo, nas províncias nortenhas e ocidentais:

Estando em uso as letras Chinas por todo o imperio (talves ha menos quem nam saiba ler, que em alguns reinos da Europa) e mais, ou menos nos reinos feudatarios, sam pronunciadas segundo os differentes dialectos: estes ainda que tenham, as vezes na mesma provincia, e em lugares bem proximos, huma espantosa differença, se podem redusir dentro do Imperio a tres, Mandarino, de Fokien e Cantão. Eu sigo o primeiro, como mais geral, e facil: mais geral; porque he entendido em toda a parte pelas pessoas de educaçam, principalmente empregadas, e nas provincias do Norte, e Oeste, pelo vulgo (Gonçalves, 1829, p. III)

No *Dicionário Portuguez-China* Gonçalves (1831) inclui apenas duas entradas com a palavra *mandarim/mandarina*, aplicadas a tipos de pato e laranja, não surgindo esta indicação nas respetivas designações em chinês: *Ádem mandarim* e *Laranja mandarina*, além de *laranja da China*; *laranja commum*; *laranja grande* e *laranja anã*.

No manuscrito do Dicionário Português-Chinês de Ricci e Ruggieri (digitalizado em Witek, 2001), do século XVI, já se inclui para referir a língua, logo depois das três entradas do verbo *fallar*; *fallar alto*; *fallar baixo*, a expressão *falla ma'darin cuo' cua - cin yin* 官話 — 正音, a seguir a *Falla* (fl. 99v). No tocante a lexemas relativos aos mandarins, incluiu-se apenas um carácter que se anotou junto à romanização como sendo "de mandarim"; tal ocorre na entrada Notificar *pau* — <de ma'darim↑> *cau sci* 報 — 告示, indicando, pois, que a primeira aceção deste verbo, 報 (*pau*), é o ato de notificar próprio de mandarim.

Dalgado (1919–1921) esclarece que o substantivo *mandarim* não provém de *mandar*, como alguns referiam, embora este verbo possa ter sido o responsável pela mudança da consoante surda em sonora do étimo, o malaio *māntāri*, do sânscrito e neo-árabe *mantrī*, 'conselheiro, ministro de estado'. As numerosas atestações que oferece, remontando a 1515, representam o "magistrado, alto funcionário do extremo Oriente, especialmente na China", reportando-se as fontes aos dignitários da Malásia, China e Aname; teriam sido, pois, os portugueses os primeiros a utilizá-lo em mais ampla escala, e do português terá passado para outras línguas da Europa.

No presente dicionário manuscrito as referências ao mandarim são especialmente numerosas e abrangentes — em contraste com a informação lacunar ou pouco sistemática de outras fontes lexicográficas —, oferecendo 27 lemas e 3 traduções literais de equivalentes chineses (dentro de uma entrada geral) com a palavra *mandarim*: *abano* [*do mandarim*] (verbetes 1); *abater* [*tirar de mandarim*] (2, vd. 16); *acrescentar o rei mais algum mandarim* (3); *acusar ou fazer petição ao mandarim* (4); *audiência do tenente de*

mandarim (5); *apontar o mandarim* (6); *atormentar de mandarim* (7); *botar o mandarim os bambus* (8); *Cha yuên, nome de um mandarim* (9); *colégio de mandarins* (10); *colegial do rol dos mandarins* (11); *cunhos, sinete [de mandarins]* (12; vd. 15, 30); *dar conta a mandarim* (13); *dar fiança diante dos mandarins* (14); *dar um selo [de mandarim]* (15; vd. 30); *descer de mandarins* (16; vd. 2); *delegado mandarim* (17); *devassa dos mandarins* (18); *escrivão de mandarim* (19); *filha de mandarim* (20); *informar os mandarins* (21); *Mandarim* (22); *Mandarim culpado* (23), *mulher de mandarim* (24); *morrer [o mandarim]* (25); *orelhas de mandarins [do chapéu]* (26); *paço do mandarim* (27); *pagem de mandarim* (28); *renda de mandarins* (29) e *selo de mandarins* (30, vd. 15).

Dada a extensão e abrangência desse léxico, apresentamos a sua edição e estudo em dois artigos, centrando-se este primeiro trabalho nas entradas relativas ao mandarim propriamente dito e à atividade que o define, e o segundo nos aspetos concernentes ao léxico do seu vestuário, utensílios, espaços, subalternos, familiares e respetivas regalias, que virão completar a caracterização da figura do mandarim na China antiga. Disponibilizada a edição de todas estas partes do manuscrito, sempre com fotografia do códice, e acompanhada de comentários e referências exploratórias a esse léxico, aceções e colocações em português e chinês, nele registados, contamos inaugurar uma discussão que permita um maior aprofundamento e revisão desta temática e léxico respetivo, para a qual muito terão a contribuir os pontos de vista e estudos dos especialistas na História do Chinês e da Cultura e História da China.

2. Verbetes referentes ao *mandarim* no dicionário manuscrito

A entrada *Mandarim* surge no fôlio 236 do códice; destacamos esse verbete (que numerámos como 22, seguindo a ordem em que surge)¹ para o início deste trabalho, logo seguido de *Mandarim culpado* (23), para que possamos prosseguir com a dilucidação do seu conceito. Completam-no outros dois lemas respeitantes à sua natureza, que retiramos igualmente da ordenação do manuscrito, *Cha yuên nome de hu' Mandarim* (9) e *Delegado mandarim* (17). Juntamos a este grupo também a entrada *Renda de mandarins* (29), na qual se torna clara a variegada hierarquia destes funcionários ou dignitários, exigindo um leque de equivalentes muito abrangente caso se pretendesse substituir a palavra *mandarim*.

2.1. Do mandarim

2.1.1. *Mandarim; Mandarim culpado*

¹ As entradas, distribuídas por secções para cada letra do alfabeto (com *i/j* e *u/v* juntos, seguindo a tradição latina), não apresentam no códice uma ordenação alfabética perfeita, mas centrada essencialmente na primeira letra.

Figura 1. Verbetes 22 e 23, fólio 236 do códice 3306 da BNP

Mandarim	官釋吏文員官府官官 quān pái . lí wén . yuán quān . fǔ quān . quān
Mandarim culpado	臣累 chín lǚ

Mandarim	官釋吏文員*官府*官官 quān pái . lí wén . yuán quān . fǔ quān . quān
Mandarim culpado	臣累 chín lǚ

O caráter 官 (*guān*) é uma forma de tratamento genérica para pessoas que trabalham para o governo. No *Diccionario China-Portuguez* de Gonçalves esse caráter corresponde à palavra, aparentemente muito geral, *empregado* (Gonçalves, 1833, p. 159). Na mesma entrada, os termos 官吏 (*guān lì*) e 官宦 (*guān huàn*) partilham a mesma correspondência portuguesa, *empregado*. No *Diccionario Portuguez-China* o primeiro equivalente chinês da entrada *empregado* é o termo 官府 (*guān fǔ*) (Gonçalves, 1831, s.v. **empregado**). Por que usou o Padre este equivalente 官府 (*guān fǔ*) para *empregado*? A China é um país com milhares de anos de história, tendo a agricultura como um pilar muito importante. Na sociedade tradicional agrícola da China, as pessoas dividiam-se em quatro classes, de cima para baixo: mandarim, agricultor, artesão e comerciante. Apesar de ser mais fácil fazer fortuna nas áreas do artesanato e do comércio, o povo respeitava mais aqueles que adquiriam fama e fortuna por via do estudo e da promoção pelo governo (Zhang, 2013, p. 173). Na literatura chinesa existem várias atestações do termo 官府 (*guān fǔ*) nessa acepção. Vejam-se, por exemplo, as seguintes:

1. 俄而大轎內抬著一個烏紗猩袍的官府過去 — "Há pouco, passou por aqui um palanquim em que seguia um mandarim de vermelho com um chapéu negro" (Cao Xueqin, *Sonho do Pavilhão Vermelho*)
2. 我向這屏牆邊側耳偷睛覷，誰曾見這官府？ — "Dirigi-me à parede para espreitar o que estava a acontecer e para saber quem teria visto aquele empregado" (Guan Hanqing, *Sonho de borboleta*).

O termo 官府 (*guān fǔ*), equivalente de *empregado*, também se usa para indicar o lugar onde trabalha um mandarim. O caráter 府 (*fǔ*), como refere Gonçalves (1833, p. 168), significa "cidade, palácio da 4ª ordem para cima".

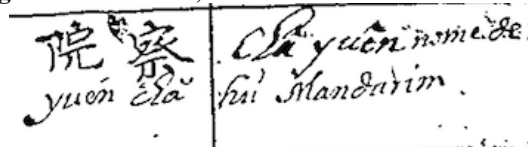
Quanto ao termo 文吏 (*wén lì*), representa os funcionários do governo responsáveis por fazer o esboço dos documentos manuscritos e guardar o arquivo do país (Mu, 2017, pp. 46–47).

O último lexema, 稗官 (*bài guān*), é uma expressão figurada para designar os mandarins de nível inferior, conforme indica o Dicionário de Kangxi (2002, p. 816). No *Livro de Han*, o autor, Ban Gu, refere-se ao termo 稗官 (*bài guān*) da seguinte forma: 小说家者流，盖出于稗官。街谈巷语，道听途说者之所造也 — Os 稗官 eram os precursores dos atuais romancistas, designando nos tempos antigos as pessoas que registavam aquilo que se dizia nas ruas (citado em Yan, 1986, p. 8). Wang Qizhou e Wu Guanghui investigaram o assunto e concluíram que antigamente os imperadores tinham um sistema de controlo lexical: além de ouvir as ideias dos funcionários da classe alta sobre política na corte, também procuravam ficar mais perto da vida do povo, por isso mandavam funcionários de classe baixa recolher as palavras proferidas por este. Estes funcionários tinham esse título de 稗官 (*bài guān*) (Wang & Wu, 2013, pp. 129–138).

Na segunda entrada, *Mandarin culpado*, apresenta-se um termo novo, 纍臣 (*léi chén*), uma forma de referência geral mas também de tratamento, própria dos mandarins culpados e presos pelo inimigo. Quando os mandarins se expressavam, este termo 纍臣 (*léi chén*) era utilizado como substituto de *eu*. Na obra *Os Anais de Primavera e Outono*, uma das mais antigas crónicas chinesas, da dinastia Zhou (770–476 a.C.), atribuída tradicionalmente à Escola de Confúcio, figura uma frase proferida por um general do Reino Qin que fora aprisionado pelo inimigo, mas que este não matou, tendo-o mandado regressar ao país. O general, reconhecido, proferiu as seguintes palavras: 君之惠，不以纍臣 (forma simplificada de 纍臣) 衅鼓 — "Agradeço muito a sua graça que não me mata para sacrificar o tambor". Neste contexto, o termo 纍臣 (*léi chén*) foi utilizado pelo general como tratamento próprio (Hao, 2005, p. 10).

2.1.2. Cha yuên nome de hu' Mandarin

Figura 2. Verbetes 9, fólho 96v do códice 3306 da BNP



<i>Cha yuên</i> <nome de / hu' Mandarin>	院*察 yuén chá
--	-----------------

O lexema 察院 (*cháyuàn*) pode indicar um órgão governamental e um cargo de mandarim. Gonçalves (1833, p. 165) refere que 察 (*chá*) significa *examinar* e 院 (*yuàn*), *casa* ou *collegio*. Segundo o Grande Dicionário da Língua Chinesa (Luo, 1986–1993)², durante as dinastias Ming e Qing existia um órgão chamado 都察院 (*dūcháyuàn*), cujo nome simplificado era *Cháyuan*, romanização atual de 察院, ao qual pertenciam os mandarins que se encarregavam de examinar o comportamento de todos

² Seguiremos neste trabalho, entre outras obras lexicográficas chinesas, o *Hànyǔ Dà Cídiǎn* (Grande Dicionário da Língua Chinesa), por ser o que apresenta maior número de entradas, com cerca de 370 mil verbetes e mais de 50 milhões de caracteres, abrangendo um amplo leque de conhecimentos enciclopédicos.

os mandarins do império e emitir acusação sobre aqueles que apresentassem comportamento inadequado. Gonçalves (1831) chamava a este órgão *Mesa dos Syndicos*.


No verbete *Cha yuên* (romanização de 察院), acrescentou-se a indicação de que se tratava do nome de um mandarim. Conseguimos achar uma referência ao cargo de mandarim com a mesma designação de *Cháyuàn* na obra intitulada *Surpreendido a bater na mesa II*, onde se conta o seguinte episódio:

O Senhor mandarim *Cháyuàn* Shi [*Shi* é apelido] terminou a leitura da petição; já sabia dos péssimos atos do mandarim Jianshi Yang, da vila Xindu, e tinha desenvolvido uma ampla investigação sobre o assunto; queria ajudar a região a eliminar esse homem detestável³.

Nessa passagem, um mandarim *Cháyuàn* esteve a vigiar o comportamento de outro mandarim, investigando-o e juntando provas para mais tarde o acusar diante do imperador. Trata-se do cargo denominado 巡按察院 (*xúnàncháyuàn*), ou *cháyuàn*. Na dinastia Ming era nomeado para cada província um mandarim *cháyuàn*, encarregue de controlar o comportamento dos mandarins de nível regional e manter a segurança da região (Luo, 1989, p. 1596).

2.1.3. Delegado mandarim

Figura 3. Verbetes 17, fôlio 132v do códice 3306 da BNP

	
Delegado mandarim	管代 quǎn tái

O termo *delegado* refere, segundo Bluteau (1712, p. 45), "o ministro, a quem o príncipe comunicou a sua autoridade para a decisão de algum negocio". Pode, pois, indicar o ministro ou funcionário da corte que recebe tarefa ou poder atribuídos pelo príncipe, rei ou pessoa de cargo mais elevado para gerir certo assunto. O equivalente chinês é 代管 (*dàiguǎn*), sendo 代 (*dài*) *vigário* e 管 (*guǎn*), *governar*, segundo Gonçalves (1833, p. 104). No Dicionário de Kangxi o carácter *dài* significa 'substituir ou fazer algo no lugar de outro' (Zhang, 2002, p. 18). A expressão *dàiguǎn* usa-se para referir o ato de 'gerir em representação de alguém', aceção documentada no *Dicionário de Chinês Contemporâneo* (2016, p. 249), que regista o termo como verbo: 代管經費 ('gerir a verba em representação de alguém'). Contudo, no presente verbete *dàiguǎn* surge como nome ou adjetivo, aplicável ao mandarim que recebeu da corte imperial a tarefa de representar alguém ou a própria corte.

O facto de Gonçalves relacionar o carácter *dài* e a expressão *dàiguǎn* com o termo

³ Tradução nossa de Ling (2021, p. 52), original de 1632: 「石察院看罷狀詞，他一向原曉得新都楊僉事的惡跡著聞，體訪已久，要為地方除害」.

vigário poderia levar-nos a situar o verbete no contexto da religião católica — por exemplo, *vigário/vigairo do Papa*, como já menciona Bluteau (1712–1728, s.v. *Delegado do Papa; Vigairo do Papa*). Contudo, *vigário* também pode ser usado fora da Igreja; Bluteau regista *vigairo do Imperio* como verdadeiro governante no interregno entre imperadores romanos. Por outro lado, encontramos no *Diccionario Portuguez-China* a expressão *Delegado do imperador*, com o equivalente 欽差 (*qīnchāi*) (Gonçalves, 1831, s.v. **Delegado**) e os lemas *vigário*, com o equivalente 代管 (*dàiguǎn*), e *substituto*, equivalendo a 代管 (*dàiguǎn*). Os três lexemas chineses têm o sentido básico de 'aquele que substitui ou faz algo em lugar de outro' e estão inseridos no contexto imperial. Contudo, *qīnchāi* é o cargo do 'mandarim que recebe a ordem especial do Imperador para ir fora da capital tratar de determinado assunto' (Luo, 1990, p. 1455). Este é um termo específico, enquanto *dàiguǎn* parece ser mais genérico. Assim, as três entradas portuguesas são alternativas, mas não exatamente sinónimas. São oferecidas devido ao facto de o chinês não ter correspondência exata em português. Encontramos ainda no manuscrito o verbete *Vigairo q' fas as ueses de outro* (fl. 352), no qual se regista como equivalente 署印 (*shǔyīn*), correspondendo ao ato de "substituir o mandarim e administrar o selo dele por algum tempo" (Luo, 1991, p. 1022). Equivalendo o selo⁴ à identificação do mandarim, quando alguém geria o seu selo também o substituía no seu ofício. Este termo surge igualmente registado nos verbetes *vigário* e *substituto* no Dicionário de Gonçalves (1831).

2.1.4. Renda de mandarins

Figura 4. Verbetes 29, fôlio 302v do códice 3306 da BNP

俸廩租房租田課租利花粒子 <i>fù lǐn . cū + fān . cū yēu . cō cū . lǐ + hōa . liē cù</i>	Renda
俸孝祿俸食官大稅賦糧 <i>fù xiào . lǒ + fù . cìēn xě quōn tá . xū fú . leām + cìēn</i>	Renda del Rey
入歲 <i>gě suí . cìēn fù</i>	Renda de mandarins
地采 <i>tí cǎi</i>	Renda de terras

Renda	俸廩 o 租*房 o 租*田 o 課租 o 利*花 o 粒子 <i>fù lǐn . cū + fān . cū yēu . cō cū . lǐ + hōa . liē cù</i>
Renda del Rey	俸孝 o 祿*俸 o 錢食官大 o 稅賦 o 糧*錢 <i>fù xiào . lǒ + fù . cìēn xě quōn tá . xū fú . leām + cìēn</i>
Renda de mandarins	入歲 o 錢*俸 <i>gě suí . cìēn fù</i>

⁴ Referir-nos-emos ao selo do mandarim, mencionado em dois verbetes do manuscrito, no segundo artigo.

Renda de terras	地*采 tý çáy
-----------------	---------------

A forma *renda* mereceu quatro verbetes neste dicionário, o primeiro com o lema geral e três específicos, entre os quais o relativo a *Renda de mandarins*, 俸錢 (*fèng qián*), 歲入 (*sui rù*).

O termo *renda* é explicado em Bluteau e Morais (1789, p. 597) como "fruto em especie ou dinheiro, que alguém cobra das sua herdades, officios ou beneficios, e de que vive, ou a que se paga por alguma herdade, officio que se arrenda". A *renda* era paga não só em dinheiro, mas também em géneros. A expressão *Renda de mandarins* corresponde à designação chinesa 俸錢 (*fèng qián*). Gonçalves também regista como equivalente do carácter 俸, *Ordenado* (1833: 123), e do carácter 錢, *Real de cobre, sapeca* (1833, p. 975); quando se combinam os dois, 俸錢, significa o ordenado em dinheiro, correspondendo à forma de dinheiro vivo da *Renda*.

Em Gonçalves (1831, p. 582) o lema *ordenado* tem como equivalente chinês 俸祿 (*fèng lù*). Na dinastia Qing, os mandarins eram classificados em nove ordens, cada uma delas dividida em dois títulos, oficial dirigente e oficial subalterno. No sistema de retribuição do governo feudal, o padrão para os ordenados dos mandarins, 俸祿 (*fèng lù*), era elaborado por ano, e estes compunham-se de duas partes — dinheiro de prata, 俸銀 (*fèng yín*), e arroz, 祿米 (*lù mǐ*) (Yang, 2013, p. 159). Na dinastia Qing, os ordenados variavam de acordo com as diferentes ordens, reduzindo-se da primeira para a nona. Somente para os mandarins desta ordem variavam conforme os dois títulos em que se subdividia, como se pode observar na Tabela 1 relativa aos ordenados dos mandarins na capital, abaixo apresentada (Mao & Chen, 1995, p. 200).

Tabela 1. Ordenados dos mandarins

Ordem do posto	Dinheiro de prata (un.: <i>Liang</i> ou Tael) ⁵	Arroz (un.: <i>Hu</i>)
primeira	180	180
segunda	155	155
terceira	130	130
quarta	105	105
quinta	80	80
sexta	60	60
sétima	45	45
oitava	40	40
Nona, oficial dirigente	33,10	33,10
Nona, oficial subalterno; inferior	31,50	31,50

Em Bluteau e Morais (1789) o termo *ordenado* explica-se como "o mantimento, ou salario certo ou determinado", e o termo *mantimento* como "os comeres, viveres, virtualhas, alimento". Contudo, receber anualmente tanto dinheiro como alimento era

⁵ Na dinastia Qing, um *liang* equivalia a cerca de 37,30 gramas; um *hu* a cerca de 30 quilogramas.

privilégio dos mandarins que trabalhavam na capital, pois aos de fora só se pagava em prata (Yang, 2013, p. 159).

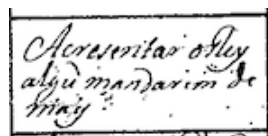
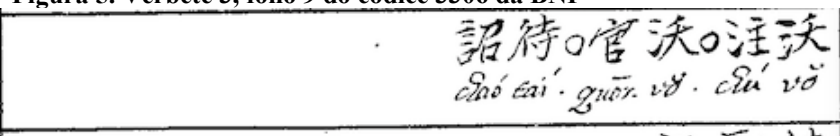
O carácter 歲 (*sui*) do segundo equivalente chinês apresentado no manuscrito, 歲入 (*sui rù*), é traduzido por Gonçalves como *Anno*, e o carácter 入 (*rù*) como *Entrar, entrar para casa* (Gonçalves, 1831, pp. 153; 16); combinando os dois, temos *entrar por ano*. Segundo Huang e Chen (2005, pp. 465; 559) na dinastia Ming elaborou-se um padrão anual para os ordenados, e os oficiais de cada posto recebiam o mesmo vencimento mensal, totalizando o valor indicado. Na dinastia Qing segue-se o mesmo regime.

Na obra de Fang (1983)⁶ encontra-se também o uso do lexema 歲入 (*sui rù*), no verbete 郡君 (*jùn jūn*), um título ou dignidade para mulheres, para afirmar que entravam para a conta de uma mulher com o título de 郡君 (*jùn jūn*) cinco mil Liang de prata por ano, 歲入五千万. Nesta passagem, 歲入 (*sui rù*) é empregue como verbo, correspondendo a *entrar por ano*.

2.2. Da carreira ou atividade profissional dos mandarins

2.2.1. Acrescentar o Rey algu' mandarim de mais

Figura 5. Verbetes 3, fôlio 9 do códice 3306 da BNP

	
Acrescentar o Rey algu' mandarim de mais	詔待官沃注沃 cháo tái · quōn vō · chú vō

Embora se trate de um verbete relativo ao *mandarim*, 官 (*guān*), nem todos os equivalentes incluem esse carácter. O terceiro, 待詔 (*dàizhào*), é composto por 待 (*dài*), 'esperar', e 詔 (*zhào*), na aceção, referida por Gonçalves (1833), de *ordem imperial*. No Grande Dicionário da Língua Chinesa (Luo, 1993, p. 129) regista-se que *zhào* é o documento em que o *Rey* promulga as suas ordens para as fazer chegar aos funcionários e ao povo, assim, *dàizhào* é 'esperar pelas ordens do imperador'. O mesmo dicionário indica tratar-se de um cargo de funcionário na corte (Luo, 1989, p. 944). Na dinastia Han, existia um grupo de indivíduos sem cargo, alguns com desejo de serem soldados, outros de habilidade e talento especiais, que aguardavam pela ordem do imperador, pelo que eram conhecidos como *dàizhào*. Mais tarde, na dinastia Tang, os *dàizhào* começaram a ter um lugar específico para aguardar ordens do Imperador, o *Hanlinyuan*, órgão que Gonçalves regista como “Academia Imperial” e “Palacio da Academia” no *Diccionario*

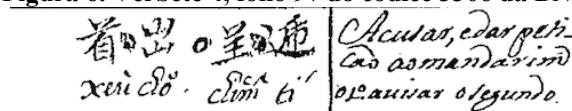
⁶ Citada do original de Li Fang, da dinastia Song: 詔遂封冀妻孙寿为襄城君, 兼食阳翟租, 岁入五千万, 加赐赤绂, 比长公主. "O imperador enfeudou a cidade de Xiang Cheng à Senhora Sun Shou, mulher do General Liang Ji, a quem também atribuiu o poder de cobrar impostos na cidade de Yang Di, calculando um valor de cinco mil de entrada por ano, além disso, doou-lhe fitas vermelhas, normalmente usadas pelas princesas beneméritas".

China-Portuguez. Entretanto, o termo *dàizhào* passou a ser o seu cargo, pois precisavam de possuir um para permanecer na corte. Wang Xi (2016) afirma que, na dinastia Tang, o imperador chamava muitas pessoas de habilidade especial, de áreas variadas como a literatura, as artes e as ciências, e também com conhecimentos e técnicas de medicina, adivinhação, pintura, etc., que aguardavam sempre na corte. O cargo de *dàizhào* parecia ser um posto prévio, já que o imperador podia precisar a qualquer momento da habilidade dessas pessoas, altura em que eram chamadas e lhes eram atribuídas tarefas importantes, podendo assim obter um cargo estável. Na dinastia Qing, os *dàizhào* passaram a desempenhar tarefas menos importantes, na trasladação e revisão de textos literários e históricos (Luo, 1989, p. 944). O termo *dàizhào* parece não equivaler exatamente ao lema português "acresentar o Rey algu' mandarim de mais", ou seja, *nomear mais algum mandarim*, mas tendo em conta o contexto histórico apresentado anteriormente, o *Hanlinyuan* é o lugar onde se encontravam potenciais mandarins, portanto, tornar-se *dàizhào* era ser candidato a mandarim.

Quanto aos equivalentes 沃注 (*wòzhù*) e 沃官 (*wòguān*), embora não se tenha achado registo nos dicionários chineses, segundo Gonçalves (1833), 沃 (*wò*) significa *gorda terra e abundante*, e 注 (*zhù*), *encher de água, botar água*. No contexto acima referido, podemos deduzir que *wòguān* traduziria a ideia de *encher com mandarins*, enquanto *wòzhù* significaria *encher e tornar algo abundante*, neste caso, *abundar em mandarins*.

2.2.2. Acusar, e dar petição ao mandarim / o 1.º avisar o segundo

Figura 6. Verbetes 4, fólio 9v do códice 3306 da BNP



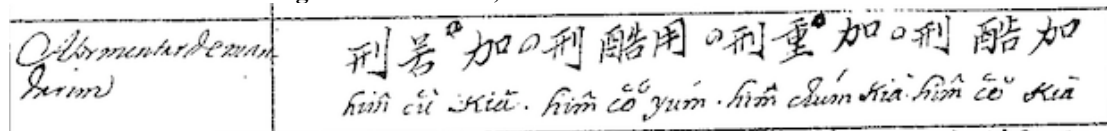
Acusar, e dar petição ao mandarim / o 1.º avisar o segundo	首*出 o 呈*遞 xiù chǒ . chím tí
--	--------------------------------

De acordo com Gonçalves (1833, p. 316), 遞 (*dì*) significa *passar de mão em mão* e 呈 (*chéng*) representa o *ato de oferecer* e o *requerimento*. No Grande Dicionário da Língua Chinesa, *chéng* é um 'requerimento, petição ou documento oficial que um funcionário subordinado entregava a outro de cargo superior'. Assim, 遞呈 (*dìchéng*) corresponde a 'entregar uma petição ao mandarim ou a alguém de cargo elevado'. Atentando na explicação do autor, *o primeiro avisar o segundo*, aquele é quem faz a petição e este é quem a recebe. Tal revela a intenção do autor de indicar a importância da hierarquia neste verbete, o que se deve ao caráter *chéng*, um ato realizado por uma pessoa de hierarquia inferior. No *Diccionario Portuguez-China*, Gonçalves (1831, s.v. **petição**) ainda regista 呈遞文書 (*chéngdì wénshū*) como equivalente de *apresentar a petição*, com troca de lugar dos caracteres, acrescentando *chéng* o significado de 'realizar o ato com cortesia e respeito'.

Quanto ao segundo equivalente, 出首 (*chūshǒu*), surge também em Gonçalves (1833, p. 97) com o significado de *denunciar*. Podemos observar o seu uso numa passagem do romance *Shuǐ Hǔ Zhuàn (Margem da Água)*: "Liji levou o dinheiro e a carta de Wangsi, e quis apresentar uma queixa contra este ao oficial da vila de Huayin"⁷. Nela se conta que Liji leu a carta de Wangsi e descobriu que este tinha contacto com três ladrões, portanto, decidiu acusá-lo, e é nesse sentido de 'acusar' que se utiliza *chūshǒu*. Uma denúncia devia ser feita, normalmente, por um oficial ou funcionário da justiça, espécie de promotor na atualidade, e o mesmo redigia a petição, ou *chéng*, para ser entregue ao mandarim superior da localidade ou cidade, tal como se escreve no romance *Rúlín Wàishǐ (História dos Letrados)*, da dinastia Qing, que narra de forma crítica a vida e os problemas sob o sistema imperial: "Assim, foi procurar o oficial para escrever o requerimento e denunciar o traidor"⁸.

2.2.3. Atormentar de mandarim (7, fl. 53)

Figura 7. Verbetes 7, fólio 53 do códice 3306 da BNP



Atormentar	苦*極加 ◦ 苦*重加 kù kiě kiā . kù chun kiā
Atormentar de mandarim	刑苦*加 ◦ 刑酷用 ◦ 刑重*加 ◦ 刑酷加 hím cù kiá . hím cō yúm . hím chun kiá cō kiá
Id.	刑*用 ◦ 刑*加 ◦ 刑苦*用 hím yúm . hím kiā . hím cù yúm

O lema *atormentar* tinha como primeira aceção, à época, segundo o dicionário de Bluteau (1712), "dar tormentos a alguém", podendo *tormento* corresponder a 'dor interna' ou 'pena externa que causa aflição'. No manuscrito separou-se *atormentar* em três verbetes para distinguir o termo genérico, no primeiro, dos mais específicos usados no contexto da figura do mandarim, no segundo e terceiro.

No primeiro verbete incluem-se dois equivalentes com o carácte 苦 (*kǔ*). No mesmo manuscrito regista-se que *kǔ* é 'amargar', oferecendo ainda este caráter, ao longo do dicionário manuscrito, outras correspondências, como 'calamidade' (*kǔnàn*), 'pena' (*kǔ*, *xīnkǔ*), 'trabalho' (*kǔ*, *kǔchǔ*), 'fadiga' (*xīnkǔ*, *lǎokǔ*) ou 'padecer' (*shòukǔ*), sempre conotadas com algo amargo. Podemos, pois, concluir que *kǔ* corresponde a um sentimento de amargura, dor interna, normalmente em momentos difíceis da vida.

No segundo verbete, restrito ao mandarim, o ato ganha caráter mais específico. O próprio termo *mandarim* não surge diretamente nos equivalentes chineses, referindo atos que envolvem o mandarim. Em Bluteau o termo *tormento* em "frase judicial" refere a

⁷ Tradução nossa de Shi (2005, p. 37) — 「銀子并書都拿去了，望華陰縣裡來出首」.

⁸ Tradução nossa do título da obra e da frase registada em Wu (2018, p. 140), com primeira edição de 1750: 「便去尋代書寫下一張出首叛逆的呈子」.

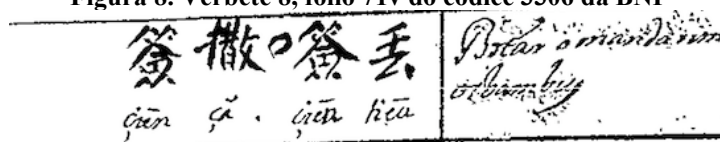
'pena corporal' que se aplica ao réu. A partir dessa ideia, podemos concluir que o lema *atormentar de mandarim* equivale a 'impor o mandarim uma pena corporal ao réu'.

Em Gonçalves (1829, p. 302) surge a frase 不要惹官府的怒不然他加刑罰夹了你, que o mesmo traduz em português como *naõ irrites o juiz, senão poẽ-te a tormentos*. Aqui, o termo *juiz* corresponde a 官府 (*guānfǔ*) na frase chinesa. O lexema 衙 (*yá*), referido no verbete 5, é sinónimo de *guānfǔ* e representa o lugar onde trabalha o magistrado. Pode igualmente referir-se ao próprio magistrado, chamado também *mandarim de justiça*, ou *juiz*. O trecho anterior mostra que é o mandarim que impõe o castigo, com o uso do termo 加刑罰 (*jiā xíngfá*, 'aplicar castigo'), especificando-se depois o tipo, 夹手指 ('castigo de apertar dedos'). O termo *jiā xíngfá* é sinónimo de 加刑 (*jiāxíng*), equivalente registado no presente verbete. Quanto aos caracteres 用 (*yòng*) e 加 (*jiā*), que surgem no início de cada equivalente, são os elementos que indicam a ação de 'usar' e 'acrescentar' (Gonçalves, 1833). A estrutura dos equivalentes é: 用 ('usar') / 加 ('acrescentar') + 刑 ('castigo'). Na China antiga, quando um indivíduo era preso e acusado de cometer um crime, era interrogado por um magistrado. O mandarim de justiça, para obter certas provas, recorria muitas vezes a medidas mais fortes e violentas sobre o réu, ordenando ao oficial de justiça que lhe desse uma pena ou castigo, 刑 (*xíng*), segundo Gonçalves (1833, p. 63). Temos no manuscrito três alternativas para 'castigo': 酷刑 (*kùxíng*), 重刑 (*zhòngxíng*) ou 苦刑 (*kǔxíng*). Através de Gonçalves (1833, pp. 21; 841; 728), ficamos a saber que 重 (*zhòng*) é 'pesado', 酷 (*kù*), 'cruel', e 苦 (*kǔ*), 'amargo', determinando o tipo de castigo. Enfim, todas as expressões deste verbete referem atos cruéis e estão relacionadas com as funções e poderes do mandarim, sendo equivalentes do lema *atormentar de mandarim*.

Ainda em Gonçalves (1833, p. 841), regista-se 酷刑敲打 (*kùxíngqiāodǎ*), expressão que inclui o termo 酷刑 (*kùxíng*), com a seguinte explicação: *severamente o castigou dando-lhe pancadas*. Na *Arte China*, Gonçalves (1829, p. 101) regista também 重重的加刑 (*zhòngzhòngdejiāxíng*), que traduz como *posessem n'huma tortura rigorosa*. Pode, pois, entender-se que se trata de termos sinónimos, diferindo ligeiramente na descrição da tortura.

2.2.4. Botar o mandarim os bambus

Figura 8. Verbetes 8, fólho 71v do códice 3306 da BNP



Botar o mandarim os bambus	簽撒 簽丟 cian cǎ . cian tiē
----------------------------	-----------------------------

O verbete apresenta o ato específico de um mandarim de *botar bambus*, com os equivalentes chineses 丟簽 (*diūqiān*) e 撒簽 (*sǎqiān*). Joaquim Gonçalves inclui no

Diccionario China-Portuguez (1833, p. 691) o carácter 簽 (*qiān*), que compõe os termos anteriores, registados na parte chinesa do verbete, com o equivalente de "tira do nome da pessoa para visitar". O carácter inclui o radical de *bambu* (竹), de que inicialmente era feita essa tira, podendo também ser de madeira, mais comum e menos cara. Segundo o *Grande Dicionário da Língua Chinesa*, o 簽 (*qiān*) ou 簽牌 (*qiānpái*) era antigamente usado como comprovativo ou autorização emitida pelo mandarim para o alcaide concretizar atos como os de prender ou castigar criminosos⁹. A tira continha o nome da pessoa em causa, ou o tipo de castigo que se pretendia aplicar-lhe. Contudo, neste verbete parece referir-se especificamente ao ato de 'dar castigo'. Em primeiro lugar, os equivalentes apresentam o carácter 丟 (*diū*), com o significado de *cahir, deixar a obra*, e 撒 (*sǎ*), na aceção de *largar da mão* (Gonçalves, 1833, pp. 19; 464). Os dois caracteres correspondem ao 'ato de atirar ou lançar um objeto para fora', neste caso 'lançar uma tira de bambu', tal como se descreve na obra *História dos Letrados*: "sem lhe dar oportunidade para se explicar, ele lançou uma tira para o chão, a seguir os guardas oficiais, parados de ambos os lados, parecendo tigres e lobos, deitaram o timoneiro de bruços e deram-lhe vinte bordoadas até lhe rasgar a pele e mostrar carne"¹⁰. Neste exemplo usa-se o termo 公人 (*gōngrén*) para referir os funcionários que vigiavam quando o mandarim presidia a uma audiência, os *guardas oficiais*. Apresenta-se como castigo o *açoite, pancada* ou *bordoada*, muito usado antigamente pelos mandarins durante as audiências ou na prisão. A tira de bambu servia como sinal para os guardas agirem, indicando-lhes o tipo de castigo. Assim, vemos que 丟簽 (*diūqiān*) ou 撒簽 (*sǎqiān*) correspondiam particularmente ao ato de o mandarim ordenar aos oficiais ou guardas subordinados para darem tratos ou castigo a alguém, atirando a tira de bambu para o chão.

2.2.5. Dar conta a mandarim

Figura 9. Verbetes 13, fólio 125 do códice 3306 da BNP

Dar conta	說陳。說叙。告稟。告控。訴控 xuē chǐn . xuē xiú . cáo sǐn . cáo cǔm . sù cǔm
Id.	翹告。訴赴。人令理 xiào cáo . sù fù . gōng mèn lǐn lǐ
Dar conta amanhã	人首。首出 gōng xiú . xiú chū

Dar conta	說陳 o 說叙 o 告*稟 o 告*控 o 訴*控 xuē chǐn . xuē xiú . cáo sǐn . cáo cǔm . sù cǔm
Id.	翹*告 o 訴*赴 o 人△令理

⁹ Tradução nossa da explicação de Luo (1986–1993, pp. 8–1263): 「舊時官衙中常用作拘捕犯人的憑證」.

¹⁰ Tradução nossa de Wu (2018: 411): 「不由分說，撒下一把簽來，兩邊如狼如虎的公人，把舵工拖翻，二十毛板，打的皮開肉綻」.

	sú caó . sú fǔ . gǐn mèu lín lì
Dar conta a mandarim	人首 o 首出 gǐn xeú . xeú chǔ

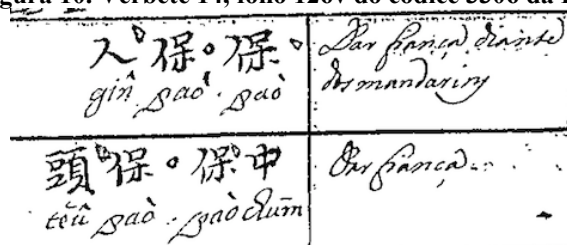
Em Bluteau e Morais (1789), a expressão *dar conta de alguém* surge no sentido de 'acusar alguém'. Gonçalves (1831) regista o termo *acusar* como equivalente de 告 (*gào*), 'informar', 'acusar ou denunciar'. Segundo o Grande Dicionário da Língua Chinesa, os lexemas 控訴 (*kòngsù*) e 控告 (*kònggào*) têm ambos o significado de 'narrar, contar algo a um órgão superior ou acusar alguém e contar os factos às autoridades competentes'. O terceiro equivalente, 稟告 (*bǐnggào*), é sinónimo dos anteriores, mas usado apenas quando há uma hierarquia de baixo para cima, ou seja, em que o recetor da informação se encontra mais acima na hierarquia. Os últimos dois equivalentes, 敘說 (*xùshuō*) e 陳說 (*chénshuō*), têm simplesmente o sentido de 'contar', 'relatar'.

O segundo verbete apresenta dois equivalentes relacionados com o mandarim, situando o uso do termo no contexto judicial. O carácter essencial neste verbete é 首 (*shǒu*), que surge nos dois equivalentes. No Dicionário de Kangxi regista-se a expressão 自首前罪 (*zìshǒuqiánzuì*) para exemplificar o carácter *shǒu*, que também se encontra no *Diccionario China-Portuguez* de Gonçalves (1833, p. 97), na aceção de "apresentar-se a confessar os seus crimes", correspondendo *shǒu* a *confessar*. Trata-se de um carácter que tem o sentido de *confessar um crime* mas também é usado para *acusar alguém de um crime*, pelo que os equivalentes incluem igualmente esse sentido. Assim, 出首 (*chūshǒu*) e 首人 (*shǒurén*) são equivalentes de *Dar conta a mandarim*. O primeiro, *chūshǒu*, *confessar um crime*, encontra-se também no verbete 4, *Acusar, e dar petição ao mandarim / o 1.º acusar o segundo*.

O outro equivalente de *dar conta a mandarim*, 首人 (*shǒurén*), composto pelos caracteres 首 (*shǒu*) e 人 (*rén*), 'pessoa', transmite a ideia de 'fazer uma denúncia contra alguém'. Este ato acontecia sempre numa ocasião em que estava presente um mandarim, enquanto hoje se faz numa esquadra, diante da polícia.

2.2.6 Dar fiança diante dos mandarins

Figura 10. Verbetes 14, fólho 126v do códice 3306 da BNP



Dar fiança diante dos mandarins	人*保 o 保* gǐn pào . pào
Dar fiança	頭*保 o 保*中 têu pào . pào chūm

Antes de mais, é importante dilucidar o conceito de 保 (*bǎo*) e *dar fiança*. Gonçalves (1833, p. 121) indica que 保 equivale a *conservar, proteger*. No Grande Dicionário da Língua Chinesa indica-se que este carácter, para além de 'proteger', também pode referir o ato de 'assegurar ou garantir algo', e 'aquele que garante', ou seja, 'o fiador'. Em Bluteau e Morais (1789) regista-se *fiança* como "a obrigação que contrai o que fica por fiador de outrem, tomando sobre si o pagamento da dívida, ou multa, em que o afiançado incorrerá contravindo a alguma lei ou obrigação". Bluteau (1712–1728) já registava *fiança* como "promessa diante de testemunhas, ou Escritura jurídica pela qual se obriga huma pessoa a satisfazer por outra". O ato de *dar fiança* equivale, pois, a 保 (*bǎo*) ou 保人 (*bǎorén*) e, sendo um ato jurídico, no caso da China impunha-se a presença do mandarim. Estes dois equivalentes permanecem atuais num contexto em que o sujeito se faz responsável por algum ato ou atividade de outra pessoa, no caso de esta não poder cumprir. Na gramática *Arte China* (Gonçalves, 1829, p. 285) regista-se a seguinte frase: *alem disso quero, que o teu commissario seja teu fiador*. No exemplo anterior, *fiador* corresponde a *bǎorén*. No *Diccionario Portuguez-China*, Gonçalves (1831, p. 369) regista *fiador* como equivalente dos termos 保人 (*bǎorén*) e 中保 (*zhōngbǎo*). No que diz respeito ao primeiro, seja quem for o fiador, para além da garantia de pagamento de uma dívida, aluguer ou fatura, antigamente também era garantido o comportamento de uma pessoa (Luo, 1986, p. 1385). Quanto a este último tipo de garantia, o candidato aos exames de acesso a um emprego na corte imperial precisava de apresentar ao mandarim um documento feito por outrem que garantisse a sua identidade, comportamento ou idoneidade e estado (criminal, social), conhecido como 保结 (*bǎojié*) (Luo, 1986, p. 1394).

No manuscrito em estudo indicam-se algumas alternativas chinesas para o lema *dar fiança*. O primeiro equivalente, 中保 (*zhōngbǎo*), incluindo 中 (*zhōng*), 'meio', significa 'ser alguém que fica no meio para garantir a fiança'. Gonçalves regista este termo chinês como substantivo. Quanto ao segundo termo, 保頭 (*bǎotóu*), é também sinónimo de *bǎorén*, existindo outro relacionado com este, 保頭錢 (*bǎotóuqián*), designando 'o dinheiro dado ao fiador pela sua ajuda'. Uma atestação interessante surge no romance *Jīn Píng Méi Cíhua*: "Seja como for, és tu que estás a dar fiança ao Sun e a ganhar o dinheiro de fiador".¹¹ No exemplo, o termo 保頭錢 (*bǎotóuqián*) determina que o dinheiro vem dessa função de fiador.

2.2.7. Decer de mandarins

¹¹ Tradução nossa da frase registada em Lan (1963: 353): 「左右是你與老孫作保，討保頭錢使」.

Figura 11. Verbetes 16, fólio 129v do códice 3306 da BNP

來下。下 lái hiá . hiá	Descer
官降。臨寵。降光。臨責。臨辱。臨降 quān kiam . lín chūm . kiam quām . lín pí . lín yǒ . lín kiam	Decer de mandarins yung
來降。臨降主天 lái kiam . lín . kiam chù tiān	Decer Deos, ao mundo h

Descer	來*下。下 lái hiá . hiá
Decer de mandarins	官降。臨寵。降光。臨責。臨辱。臨*降 quān kiam . lín chūm . kiam quām . lín pí . lín yǒ . lín kiam
Decer Deos, ao mundo	來降。臨*降主天 lái kiam . lín kiam chù tiān

O manuscrito apresenta três verbetes para *descer*/*decere*, incluindo um específico para os mandarins, com seis equivalentes em chinês. O verbo *descer* é sinónimo de *abaixar*, no sentido de *vir de um lugar de cima, ou de alto para baixo*, segundo Bluteau e Moraes (1789, s.v. **descer**). Na parte chinesa temos primeiro o carácter 下 (*xià*), com o significado de *abaixo* (Gonçalves, 1833, p. 2) e, a seguir, a correspondência 下來 (*xiàlái*), que significa *vir de um lugar alto para um lugar baixo ou inferior*. Estes primeiros equivalentes são de uso genérico, para situações do quotidiano. O Grande Dicionário da Língua Chinesa oferece como exemplo 'descer do prédio' e refere que também pode indicar 'algo ou alguém que desce de um órgão mais elevado para outro inferior', por exemplo, "Chegaram tarefas de (departamento) superior ou chefes lá de cima"¹². Já para o verbete específico *Decer de mandarins* inclui alternativas que possuem um tom mais formal e delicado, sobretudo os caracteres 降 (*jiàng*) e 臨 (*lín*). Segundo Gonçalves (1833, p. 77), o carácter *jiàng* equivale a *descer* e o carácter *lín* a *vir ao inferior*, sendo usados em contextos que envolvem pessoas da corte imperial ou de uma hierarquia mais elevada, e ainda quando é necessário elevar a posição da pessoa com quem estamos a ter contacto. São casos em que o emissor precisa de usar formas de tratamento e expressões mais delicadas, de acordo com o recetor. Gonçalves ainda indica que 降臨 (*jiànglín*) equivale a *descer (o espirito)*, especificando que se trata da chegada ou vinda de uma *divindade ou espirito do céu* ou de um *ser com poderes magníficos*. O equivalente 辱臨 (*rǔlín*) é sinónimo do anterior, tratando-se de uma forma delicada de referir a *chegada de alguém de hierarquia superior*. Em Gonçalves (1833, p. 205) encontramos uma frase que exemplifica esta ideia: 辱臨敝邑 (*rǔlínbìyì*), *vocemece se dignou de vir a minha terra*. Esta frase pode ser usada para tratar aquele a quem queremos reconhecer uma posição elevada, por exemplo, um mandarim da capital em visita a uma aldeia. 寵

¹² Tradução nossa de Luo (1986–1993): 「从樓上下來」 e 「任務下來了」.

降 refere a chegada de uma pessoa muito digna, de muito respeito e delicadeza. Outro sinónimo é 賁臨 (*bilin*), no qual o carácter 賁 (*bì*, 'roupa elegante e boa') traduz a ideia da chegada de uma pessoa muito bem vestida.

Até aqui temos visto uma série de termos que referem a vinda ou chegada de alguém de nível hierárquico elevado. Por outro lado, o verbete *Decer de mandarins* pode ser interpretado no sentido de alguém *baixar de um posto superior para outro menos importante ou inferior*. Gonçalves regista duas expressões com o significado do equivalente do manuscrito (降官): 降革 (*jiànggē*), *depor*, e 降級 (*jiàngjí*), *abaixar graos de distinção*, ou seja, *abaixar a uma hierarquia inferior*. Antigamente, na China, quando um mandarim cometia um erro, um dos castigos mais comuns era ser colocado num posto inferior, ou mesmo perder a categoria de mandarim. Veja-se a frase registada na obra histórica de *Qīng Shǐ Gǎo*, 刑部尚書王士禎以失出降官 — que podemos traduzir como "O mandarim de categoria elevada do Ministério de Justiça, Wang Shizhen, foi baixado do seu posto como castigo leve de um erro cometido"¹³, ou outra achada em Gonçalves (1833, p. 77): 既經降調, 自應來京青訓 / Tendo tu sido abaixado, e removido, convem vir à corte a pedir as Nossas Instruções.

2.2.8. Deuaça dos mandarins

Figura 12. Verbetes 18, fólho 147 do códice 3306 da BNP

Deuara	單審 tān xīn
Deuara Guin	遮無。折去蕩浪。廠浪。蕩浪。廠光 che vū . sō kīu tam lam . cāim lam . tam lam . cān guām
De	蓋遮無。處掩 kay che . vū . chū yen
Deuara do manda- rio	冊否賢 cè fěi xián
Deuara mulher	樣賣。削賣。誠閨無。門閨無 yam mai . ciao mai . chēn guī wū . mēn guī wū
Deuara 1.º interrogar	訟聽。究查。問查。問訊。問審 sūn tīng . kiū chā . wèn chā . wèn xūn . wèn xīn
De	獄折。獄決 yō shē . yō kiūe
Deuara 1.º de saber alguém ou	調窺。望窺。視窺。瞰窺 cān guēy . wam guēy . xī guēy . cān guēy

¹³ Tradução nossa de Zhao (1977: II-265): 「刑部尚書王士禎以失出降官」.

Deuaça	单*審 tañ xièn
Deuaça cousa	遮無 o 所去*蕩浪 o 厥浪 o 蕩*浪 o 厥光 chē vû . sō kiú tam lam̃ . ċham lam̃ . tam lam̃ . ċham quam̃
Id.	盖遮*無 o 處*掩 kay chē . vû . ċhú yeñ
Deuaça dos mandarins	冊否賢 çě feù hieñ
Deuaça molher	樣賣 o 俏賣 o 誠閨無 o 門閨無 yam maí . ċiáo maí . ċhiñ quēy vû . muēñ quēy vû
Deuaçar s': inquirir	樣賣 o 俏賣 o 誠閨無 o 門閨無 sum̃ tīm̃ . kieú ċhà . veñ ċhà . veñ siñ . veñ xiñ
Id.	獄*折 o 獄*决 yǒ chē . yǒ kiue
Deuaçar s': descobrir algu'a cousa	矚窺 o 望窺 o 視窺 o 瞰窺 cañ quēy . vam̃ quēy . xy quēy . cañ quēy

No manuscrito apresenta-se em primeiro lugar o lema correspondente ao substantivo *devassa* e, em seguida, a entrada relativa ao adjetivo *devasso*, *-a*, que se distingue pela sua aplicação imediata ao nome polivalente e geral *cousa/coisa*, seguindo a tradição dos dicionários anteriores, desde o dicionário quinhentista de português-chinês de Ricci e Ruggieri (*Abastada cousa*; *Abastante cousa*, *Aberta cousa*, etc.). Separadamente, incluiu-se a entrada *Deuaça dos mandarins*, cujo equivalente chinês é composto por três caracteres, apresentando os dois primeiros, isoladamente, os seguintes significados etimológicos, conforme refere Joaquim Gonçalves: 贤 (*xián*), "Heroe extraordinario em talento, ou virtude", e 否 (*fǒu*), 'não' (Gonçalves, 1833, pp. 862; 252); quando usados em conjunto, podemos considerar que o termo 贤否 significa 'ter talento e virtude, ou não'. No sistema de inspeção dos mandarins da dinastia Ming havia uma regra para selecionar aqueles que pretendiam ser inspetores do governo; para tal, o talento e a virtude dos candidatos eram avaliados durante um período fixo, que normalmente correspondia a três meses; depois classificavam-se em três grupos, de acordo com o seu comportamento — os primeiros dois grupos iriam trabalhar como inspetores do governo e os demais eram geralmente mandados para novo treino (Li, 1989, p. 45).

A regra de inspeção foi posteriormente alargada aos mandarins em geral, especialmente aos que governavam fora da capital, os mandarins regionais. De três em três anos, estes apresentavam-se na corte imperial durante o décimo-segundo mês do ano para participar nos encontros com o imperador e para serem avaliados.

Na dinastia Qing, o sistema de inspeção manteve-se. Os mandarins traziam com eles o 贤否册 (*xián fǒu cè*), ou *caderno de Xian Fou*. Nele registavam todos os trabalhos realizados e os assuntos administrados durante três anos. Estes cadernos deviam ser entregues a determinado órgão imperial para serem avaliados (Chang, 2014, p. 52).

2.2.9. Informar aos Mandarins

Figura 13. Verbetes 21, fôlio 216 do códice 3306 da BNP

Informar ao Rey	宜事肖一〇报奏〇呈申〇報歲〇報奏 yí sù sùn yě pào cǎi . chīn xiān . pào suí . pào cǎi
Informar aos Mandarins	單報〇遞〇報月〇報〇詳 dān pào + tǐ . pào yuè . pào xiáng

Informar ao Rey	宜事肖一〇报奏〇呈申〇報歲〇報奏 yí sù sùn yě pào cǎi . chīn xiān . pào suí . pào cǎi
Informar aos mandarins	單報*遞〇報月〇報*詳 dān pào + tǐ . pào yuè . pào xiáng

No manuscrito existem verbetes separados para as ações de *Informar ao Rey* e *Informar aos mandarins*. Os dois primeiros equivalentes chineses desta última entrada (em português contemporâneo *informar os mandarins*), 詳報 (*xiáng bào*) e 月報 (*yuè bào*), partilham o carácter 報 (*bào*), que Gonçalves (1833, p. 192) traduz como *Corresponder, Avisar*. O carácter inicial do primeiro equivalente, 詳 (*xiáng*), significa "Miudeza, miúdo", enquanto o do segundo, 月 (*yuè*), quer dizer "Lua, mez" (Gonçalves, 1833, pp. 797; 472). Literalmente, o termo 詳報 (*xiáng bào*) corresponde em português a 'avisar com miudeza', e 月報 (*yuè bào*) a 'avisar cada mês'. No *Grande Dicionário da Língua Chinesa* (Luo, 1993: 202), o carácter 詳 (*xiáng*), além de ser um nome e adjetivo que tem a ver com 'minudência, pormenor, detalhe', também é um substantivo que indica o ato de os inferiores apresentarem relatório aos superiores ou pedirem resposta acerca de uma causa. Assim, na frase *informar aos mandarins* pressupõe-se que existe uma ação de baixo para cima.

Quanto ao terceiro equivalente, 遞報單 (*dì bào dān*), o carácter 遞 (*dì*) significa "passar de mão em mão", como refere Gonçalves (1833, p. 316), e o carácter 單 (*dān*), "rol" (Gonçalves, 1833, p. 269); juntamente com 報 (*bào*), 'corresponder, avisar', 遞報單 (*dì bào dān*), pode compreender-se como o ato de passar o rol de avisos, para os empregados tomarem conhecimento das notícias.

No clássico chinês *Jornada para Oeste* (西游记), refere-se que, tendo o Rei Macaco Sun Wukong aprendido com o Mestre Puti a arte de dominar uma nuvem para ser muito veloz, conseguindo com um salto superar uma distância de 54 000 quilómetros, os outros discípulos comentaram que, com esta arte, ele poderia ocupar-se a transportar documentos oficiais, em que se inclui o trabalho de 遞報單 (*dì bào dān*).

3. Conclusão

A informação veiculada pelo léxico português relativo à figura do mandarim revela-se no manuscrito em estudo muito rica e multifacetada, cobrindo diversos aspetos do âmbito das suas atividades, atitudes, responsabilidades e contingências profissionais, mas também do vestuário e utensílios que o caracterizam fisicamente, regalias, instalações, instrumentos de trabalho, subordinados, familiares, etc., que estudamos num segundo artigo.

Este trabalho procurou, em primeiro lugar, extrair sistematicamente do manuscrito, a cuja edição nos temos dedicado, a primeira parte desse conteúdo bilingue para conhecimento e investigação futuros, e, em segundo lugar, fazer uma abordagem preliminar que possa aprofundar e esclarecer esses aspetos. Não obstante, cada um deles coloca numerosos problemas no âmbito do estudo linguístico diacrónico e da investigação histórica e sociocultural, tanto da realidade chinesa como da portuguesa, que exigem o alargamento da pesquisa monográfica específica e da investigação lexicográfica, incluindo a comparação com outras obras de sinologia, e sobre a língua chinesa clássica, manuscritas e impressas entre os séculos XVI e XIX em diversas línguas europeias, mas também com obras chinesas nas quais esses termos possam figurar ou mesmo ser explicados. Por outro lado, importa pesquisar todo o léxico chinês relativo à figura do mandarim que não foi mencionado em português com recurso a essa palavra, uma vez que os equivalentes em chinês são relativamente abundantes, correspondendo a um simples lema em português, mas quase sempre sem mais explicações nesta língua, à exceção de raras anotações do significado etimológico de alguns equivalentes chineses, sob os mesmos, ora em português ora em latim. Essa informação poderá contribuir com esclarecimentos adicionais a respeito de alguns dos aspetos, ou até com conteúdos novos acerca dos mandarins.

Referências

- Academia Chinesa de Ciências Sociais (2016). *Xiàndài Hànyǔ Cídiǎn* [Dicionário de Chinês Contemporâneo] (7.^a ed.). Commercial Press.
- Bluteau, R. (1712–1728). *Vocabulario portuguez, e latino...* Collegio das Artes da Companhia de Jesu/Officina de Pascoal da Sylva.
- Bluteau, R., & Morais Silva, A. (1789). *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva....* Simão Tadeu Ferreira.
- Chang, Y.N. (2014). *Míngqīng shíqīde cháojìn kǎochá* [Inspeção e audiência na corte imperial nas dinastias Ming e Qing]. *Historical archives*, 2, 51–56.
- Cao, X. (2015). *Hónglómèng* [Sonho do pavilhão vermelho]. 21st Century Publishing House.
- Dalgado, S.R. (1919–1921). *Glossario luso-asiático* (2 vols.). Imprensa da Universidade/Academia das Ciências de Lisboa.
- Feng, S. (2016). *Zhōngguó gǔwénzìxué gàilùn* [Introdução à Paleografia Chinesa]. China Social Sciences Press.
- Gonçalves, J.A. (1829). *Arte china, constante de alfabeto e gramática*. Real Colégio de São José.
- Gonçalves, J.A. (1831). *Diccionario portuguez-china*. Real Collegio de S. Jose.
- Gonçalves, J.A. (1833). *Diccionario china-portuguez*. Real Collegio de S. Jose.

- Guan, H.Q. (s.d.). *Húdiémèng* [Sonho de borboleta]. *Yuánqǔ Xǔan* [Antologia de Versos da Dinastia Yuan]. vol. 29, pp. 9-10.
<https://archive.org/details/02111109.cn/page/n1/mode/2up>.
- Hao, X.J. (2005). “Lěichén” Biànxī [Discriminação do termo *leichen*]. *Modern Chinese*, 9.^a ed., p. 10.
- Huang, H.X., & Chen, F. (2005). *Zhōngguó Fènglù Zhìdù Shǐ* [História do sistema de ordenados na China] (2.^a ed.). Wuhan University Press.
- Lan, L.X.X.S. (1963). *Jīn Píng Méi Cíhuà* [A Ameixeira no Vaso de Ouro].
https://archive.org/details/20210211_20210211_0714/page/349/mode/2up
- Li, D.Y. (Ed.) (1989). *Ming Hui Dian* [O controlo dos mandarins] (tomo 20). Zhong Hua Book Company.
- Li, F. (Ed.) (1983). *Tài Píng Yù Lǎn* [Enciclopédia da era Taiping]. <https://ctext.org/zhs>
- Ling, M.C. (1632). *Èrkè Pāi Àn Jīngqí* [Surpreendido ao bater na mesa]. <https://ctext.org/zhs>
- Luo, Z.F. (Ed.) (1986–1993). *Hànyǔ Dàcídiǎn* [Grande dicionário da língua chinesa] (vols. 1–12). Shanghai Cishu Chubanshe.
- Mao, P.Q., & Chen, J. I. (1995). *Míng qīng xíngzhèng guǎnlǐ zhìdù* [Sistema de gestão administrativa Ming e Qing]. Shanxi People Publishing House.
- Mu, T.J. (2017). *Shìdàfū de Yuánliú — Rúshēng* [A origem da classe *Shidafu* — *Rusheng* e *Wenli*]. *Comprehensive Reading for Students*, 29, 46–47.
- Shi, N.A., & Luo, G.Z. (2005). *Shuǐ Hǔ Zhuàn* [Margem da água] (2.^a ed.). People’s Literature Publishing House.
- Wang, C. (Ed.) (1991). *Zhōngguó Yànyǔ Cídiǎn* [Dicionário de provérbios chineses]. Shaanxi Sanqin Publishing House.
- Wang, Q.Z., & Wu, G.H. (2013). “Bàiguān” Xīnquán [Uma nova visão do *Baiguan*]. *Journal of Nanjing University (Philosophy, Humanities and Social Sciences)*, 50(3), 129–138.
- Wang, X. (2016). *Tángwǔdài Hànlín Dàizhāo Kǎolùn* [Estudos sobre os Daizhao da Academia Hanlin na Dinastia Tang e no Período das Cinco Dinastias] [Tese de Doutoramento, Universidade Normal de Beijing].
- Witek, J.W. (Dir.) (2001). *Dicionário português-chinês*, Michele Ruggieri & Matteo Ricci. Biblioteca Nacional de Portugal/IPOR/Ricci Institute for Chinese-Western Cultural History.
- Wu, J.Z. (2018). *Rúlín Wàishǐ* [História dos letrados]. People’s Literature Publishing House. (Original publicado em 1750)
- Verdelho, T. (2008). *O encontro do português com as línguas não europeias: Exposição de textos interlinguísticos*. Biblioteca Nacional de Portugal.
- Yan, S.G. (1986). *Hàn shū zhù* [Explicação do Livro de Han], vol. 30. Shanghai Classics Publishing House.
- Yang, Y.F. (2013). *Zhongkuo fazhishi gaiyao* [Introdução à história do Direito chinês]. China Social Sciences Press.
- Zhang, X.S. (2013). “Zuòguān Fācái” Chuántǒng Héyǐ Miányánbùjué [Por que não acaba a tradição de se ser oficial para se ficar rico]. *Tribune of Social Sciences*, 8, 173–180.
- Zhang, Y.S. (Ed.) (2002). *Kāngxī Zìdiǎn* [Dicionário de Kangxi]. Hanyu Dacidian Chubanshe.
- Zhao, E.X. (Ed.) (1977). *Qīng Shǐ Gǎo* [Esboço da história da Dinastia Qing]. Zhonghua Book Company. (Original publicado em 1929)
- Zwartjies, O. (2011). *Portuguese missionary grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800*. John Benjamins.

[recebido em 10 de maio de 2024 e aceite para publicação em 25 de junho de 2024]

LIVROS PROVEITOSOS PARA APRENDER A LER, ESCREVER E FALAR: UM *VADE MECUM* DE SAÚDE E BEM-ESTAR

USEFUL BOOKS FOR LEARNING HOW TO READ, WRITE AND SPEAK: A *VADE MECUM* OF HEALTH AND WELL-BEING

Maria do Céu Fonseca^{*}
cf@uevora.pt

Ana Alexandra Silva^{**}
aasilva@uevora.pt

Fernando Gomes^{***}
fgomes@uevora.pt

Maria João Marçalo^{****}
mjm@uevora.pt

Olga Gonçalves^{*****}
obg@uevora.pt

Investigadores de ciências humanas e sociais interessados na história do uso da linguagem em contextos sociais podem encontrar na tradição dos guias de conversação fontes válidas para estudos interdisciplinares. Destinados ao ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras, estas fontes fornecem informações empíricas sobre saberes do complexo história/sociedade/ideologia/cultura que não se encontram em gramáticas de falantes nativos. Podem, por exemplo, através de componentes dos dados conversacionais, contribuir para o conhecimento contextual da área da saúde, da sua prevenção, da terapêutica de doenças, complementando dados recolhidos a partir de dicionários. Visa-se neste trabalho focar a microestrutura discursiva do núcleo temático *saúde*, em Guias de Conversação do século XIX, quer através de diálogos do tipo “Informar-se sobre a saúde”, “Com o médico, cirurgião, dentista”, quer em reportórios lexicais, como “Dos acidentes, das doenças, e das cousas que lhes pertencem”, “Remédios”. Qual o potencial dos diálogos, que codificam comportamentos metalinguísticos, e das nomenclaturas relativas à saúde do corpo humano, a enfermidades e curativos, para a história e historiografia linguísticas? Analisam-se ainda os conhecimentos e contextos culturais que condicionaram tais práticas discursivas sobre a temática da *saúde e bem-estar*, que, se hoje mobiliza a ação dos países, no século XIX foi veículo de ideias iluministas e de princípios da teoria do Utilitarismo.

Palavras-chave: Guias de Conversação. Século XIX. Saúde e bem-estar. Nomenclaturas. Diálogos.

* Centro de Estudos em Letras, Universidade de Évora, Portugal. ORCID: 0000-0002-1335-2262.

** Centro de Estudos em Letras, Universidade de Évora, Portugal. ORCID: 0000-0002-2677-0164.

*** Centro de Estudos em Letras, Universidade de Évora, Portugal. ORCID: 0000-0001-9579-973X.

**** Centro de Estudos em Letras, Universidade de Évora, Portugal. ORCID: 0000-0002-8326-644X.

***** Centro de Estudos em Letras, Universidade de Évora, Portugal. ORCID: 0000-0002-7316-6285.

Researchers in humanities and social sciences, with an interest in the history of language usage in social contexts, can find valid sources for interdisciplinary studies within the tradition of conversation guides. Designed for foreign language teaching and learning, these resources offer empirical insights into the knowledge of history, society, ideology, and culture which are often not covered in grammar books tailored for native speakers. For instance, by making use of components of conversational data, they can contribute to contextual knowledge in the field of health, covering aspects such as the prevention and the treatment of diseases, complementing data collected in dictionaries. This study aims to focus on the discursive microstructure of the topic *health* in 19th-century Conversation Guides, which encompass both dialogues, such as “Inquiring about health”, “With the doctor, surgeon, dentist” and lexical repertoires, including “Accidents, diseases, and related matters” and “Remedies”. What potential lies within dialogues that encode metalinguistic behaviors, as well as terminologies concerning human body health, illnesses, and treatments, in shaping the history and historiography of linguistics? Additionally, we examine the understanding and cultural contexts that shaped these conversational customs surrounding *health* and *well-being*. While nowadays they drive the initiatives of nations, in the 19th century they acted as conduits for Enlightenment ideas and principles of Utilitarianism.

Keywords: Conversation Guides. 19th century. Health and well-being. Nomenclatures. Dialogues.

•

1. Introdução

“Este livro he muy proveitoso para aprender a ler, escrever, e falar” são palavras do flamengo Noël de Berlaimont num texto prefacial do seu *Colloquia, et dictionariolum octo linguarum* (1662, p. 19), reiteradas vários séculos depois por Gallagher (2019, p. 67) para a caracterização dos “conversation manuals” do período da Inglaterra Moderna: “texts which aimed to inculcate competence in reading, writing, and – crucially – speech”. Fossem ainda outras as geografias e cronologias históricas e as mesmas palavras manteriam igual pertinência quanto à tipicidade dos instrumentos didáticos em referência. Em Portugal, os guias de conversação bilingues e plurilingues,¹ envolvendo o português no confronto interlinguístico europeu, formam um género que, do ponto de vista da afirmação editorial, só se concretizou no século XIX, bastante mais tardiamente do que a tradição de outras línguas europeias. São alguns destes guias de conversação oitocentistas que se analisam no corpus do presente trabalho (abordado no ponto 3), seleção de cinco títulos de manuais de ensino/aprendizagem de línguas modernas estrangeiras, incluindo o português.

Como se sabe, a gramática e o dicionário constituem os dois instrumentos básicos do processo de gramatização de uma língua (Auroux, 1994, p. 109). Mas já Chevalier (1968, p. 134) apresentava para o francês como língua estrangeira no princípio do século XVI, um ensino assente em, por um lado, “les manuels de grammaire qui sont organisés autour de quelques règles” e, por outro lado, “les recueils de tours, d’expressions, de

¹ Sendo frequentes as designações de “plurilingue” e “multilingue”, opta-se pela primeira em conformidade com a classificação de Porto Dapena (2002, pp. 57–58).

phrases qui se rapprochent soit du genre des Colloques soit d'un dictionnaire". Na verdade, os guias de conversação são um género textual híbrido entre a gramática e o dicionário, já que entram numa categoria de textos não estritamente gramaticais destinados a um ensino prático e elementar de línguas estrangeiras. Conta, por isso, com um público-alvo bastante mais heterogéneo, formado por viajantes, grupos profissionais ligados ao mundo dos negócios e à atividade comercial, além dos escolares.

Diálogos e materiais lexicográficos são os meios usados nestes guias de conversação bilingues ou plurilingues para classificar, sistematizar e categorizar entidades que representam realidades humanas e sociais, e permitem a construção do conhecimento. É através daqueles conteúdos que são expostas as situações mais variadas da vida quotidiana e familiar, desde as mais básicas ou primárias – categorias como *corpo humano, parentesco, vestuário, alimentação, doenças, remédios* –, às que envolvem relações mais complexas em torno do ser social – atividades como *viagem, música, virtudes, para escrever, visitas, jogos, o teatro* –, que ampliam a compreensão do mundo. São formas humanas de agir e atuar que envolvem o mundo dos negócios e das viagens, a atividade económica e comercial, a convivência em sociedade, as regras epistolográficas; enfim, temas, alguns dos quais ao gosto humanista, escolhidos segundo critérios funcionais e de utilidade.

Sejam temas sobre a compreensão do mundo, da sua natureza e física ou temas de reflexão sobre modos de existência humana, a sua presença nos guias de conversação é sistemática. Tratando-se de categorias ontológicas básicas da vida material e social, não é estranho que os temas se repitam de obra para obra e sejam constantemente retomados, configurando-se assim uma espécie de núcleo duro de temas, aplicado sucessivamente pelos autores a vários pares e grupos de línguas. Um dos conteúdos mais permanentes é o tema da saúde, da sua prevenção e da terapêutica de doenças, tema presente quer na interação dialógica (*cf.* ponto 4.1), quer na exploração lexical (*cf.* pontos 4.2 e 4.3). Assim, o presente trabalho volta-se para a memória dos estudos sobre o tema da saúde e sobre a sua conceção, credibilidade e sucesso nas práticas discursivas dos guias de conversação do século XIX. Resgatar esta memória permite reconstruir a lógica do tema e de procedimentos metodológicos que o configuraram, começando-se pela análise do contexto em foi produzido e validado o núcleo temático *saúde*, matéria que se aborda no ponto 2 seguinte.

2. Temática de saúde e bem-estar: quadro contextual do século XIX

Considerando o enfoque dos conceitos de saúde, bem-estar e doença nos guias de conversação do século XIX, importa perscrutar movimentos teóricos/intelectuais que os tenham impulsionado e analisar as suas heranças históricas. Refira-se, antes de mais, que o conceito de *bem-estar* surge na agenda política e social da Revolução Francesa ligado ao bem-estar dos povos e das cidades. O clima social gerado pela Revolução Francesa desencadeou mudanças no campo dos valores relativos à educação dos cidadãos, valores, por outro lado, exacerbados pelo Romantismo e pelo culto do indivíduo. Que contextos afetaram as práticas discursivas sobre estes temas de bem-estar e saúde?

Tendo-os por conceitos que indicam o acesso ao conhecimento e fazem uso da razão, as suas raízes ideológicas radicam no programa dos Enciclopedistas, baseado na divulgação do conhecimento humano, que tem como fonte o empirismo, e na explicação dos princípios racionais em que se fundam a ciência e as artes. Este programa do período da Ilustração, apresentado no “Discours préliminaire” da *Encyclopédie* (1751),² vai desenvolver a origem do conhecimento (a sua genealogia e filiação) a partir de sensações, de objetos externos, do recurso à experiência, que, mais do que as ideias inatas, permitem à existência humana ou ao sujeito tomarem consciência de si mesmos. Talvez a única certeza inata seja a de que “[r]ien n’est plus incontestable que l’existence de nos sensations; ainsi pour prouver qu’elles sont le principe de toutes nos connaissances, il suffit de démontrer qu’elles peuvent l’être” (D’Alembert, 1849, p. 15).

Assim, reitera-se, o primeiro conhecimento tributário das sensações é a própria existência humana; e, por outro lado, a relação com os objetos exteriores valida o conhecimento científico, dada a ação que sobre eles exerce o sujeito pensante, do qual dependem tais objetos. Ora, outra das formulações essenciais de D’Alembert centra-se numa conceção da realidade exterior que tende a enfatizar o corpo humano, enquanto matéria incluída nessa realidade. Mais um passo em direção ao conhecimento é a consciência pensante de “l’existence des objets extérieurs, parmi lesquels notre propre corps doit être compris, puisqu’il nous est, pour ainsi dire, extérieur, même avant que nous ayons démêlé la nature du principe qui pense en nous” (D’Alembert, 1849, p. 15). O ser humano é, pois, corpo e alma, e neste dualismo ontológico o corpo, na sua constituição e biologia, pode ser afetado pelo forte sentimento humano que é a dor, isto é, “une modification de l’ame, qui consiste dans une perception désagréable, occasionnée par un desordre dans le corps, par une lésion déterminée dans l’organe du sentiment en général”.³ O seguinte passo de D’Alembert (1849, p. 17) é elucidativo da reflexão sobre os males de que pode padecer o corpo humano, a par das satisfações e prazeres da sua saúde:

Sujet à mille besoins, et sensible au dernier point à l’action des corps extérieurs, il [notre propre corps] serait bientôt détruit, si le soin de sa conservation ne nous occupait. Ce n’est pas que tous les corps extérieurs nous fassent éprouver des sensations désagréables ; quelques-uns semblent nous dédommager par le plaisir que leur action nous procure. Mais tel est le malheur de la condition humaine, que la douleur est en nous le sentiment le plus vif.

Estas reflexões iniciais do discurso preliminar encontram eco em vários artigos da *Encyclopédie* sobre o saber médico, escritos por muitos colaboradores (Ménuret de Chambaud, Louis de Jaucourt, Diderot, Théophile de Bordeu, Pierre Tarin, Gabriel-

² Veja-se o excerto do “Discurso Preliminar”, assinado por D’Alembert (1849, p. 13): “comme *encyclopédie*, il [l’ouvrage] doit exposer autant qu’il est possible, l’ordre et l’enchaînement des connaissances humaines: comme *dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, il doit contenir sur chaque science et sur chaque art, soit libéral, soit mécanique, les principes généraux qui en sont la base, et les détails les plus essentiels, qui en font le corps et la substance”.

³ Cf. artigo “Douler”, consultado em

https://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/1re_%C3%A9dition/DOULEUR

François Venel e outros), ligados a vários ramos de uma disciplina fortemente desenvolvida a partir do meio do século XVII, em reflexo de uma preocupação crescente com a saúde pública e a higiene urbana que o conhecimento científico reconheciam. Artigos⁴ como *dor, doença, febre, cefalgia, gota, bem*,⁵ *saúde, medicina, charlatão, dieta, acidente, medicamento, sintoma, hospital* (e *Hôtel-Dieu*), *higiene*, além de muitos outros desenvolvidos em forma de árvore através de referências cruzadas, atestam esta presença na obra enciclopédica e justificam a obra de Barroux (2017) sobre a tradição e a modernidade da ciência médica da *Encyclopédie*.

De forma mais indireta, as mesmas matérias de saúde, bem-estar e doença beneficiaram também de ideias da teoria social do Utilitarismo de Oitocentos, que, por sua vez, é um reflexo da vitalidade do iluminismo francês. No século XIX, a felicidade como valor central “manifested itself in the Utilitarian Creed that the best society is one which provides ‘the greatest happiness for the greatest number’” (Veenhoven 1996, p. 11). Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873),⁶ ambos filósofos britânicos, foram os mentores intelectuais desta corrente esclarecida que maximizou a felicidade pessoal para todos os seres humanos, quer como forma de evitar a dor, quer como princípio social contra autoritarismos. A teoria é ampla e abrange uma variada matriz de ideias vinculada à filosofia e, por outro lado, à sociedade e ao Estado, que, tendo por base a ação humana, podem desencadear a dor, tanto quanto propiciar a realização da felicidade. Os princípios que impelem ao prazer só não são de tipo pavloviano, porque o comportamento é mediatizado pela ética e pelo social.

Estes dados contextuais interessam para perceber a produção e a validação do conhecimento em torno de temas de saúde, prevenção de doenças, cuidados de saúde pessoal e pública, terapêuticas e temas sobre o próprio exercício da medicina. Têm, por outro lado, um valor explicativo da atenção que lhes foi conferida lexicalmente e em interações sociais modelares, nos guias de conversação. Skopek (1979, p. 301) afirmou que “[t]o analyze why doctors and patients so frequently fail to understand each other, a conceptual framework is needed which captures the various factors involved in the success or failure of verbal communication”. Não que os guias de conversação configurem tal quadro conceptual; mas a sua orientação pragmática no retrato de realidades sociais contribui para a compreensão do processo da comunicação autêntica.

3. Sobre o Corpus

Selecionou-se para o presente trabalho o seguinte corpus de cinco guias de conversação do século XIX, que obedece a critérios de representatividade cronológica, de equilíbrio entre autores nacionais e estrangeiros, e de diversidade quanto à natureza bilingue e plurilingue dos conteúdos:

⁴ Todos os artigos que se seguem foram consultados em https://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/1re_%C3%A9dition

⁵ Na *Encyclopédie*, o artigo “Bien” contempla uma aceção no campo da saúde.

⁶ Veja-se o artigo “Utilitarismo” (Guisán, 2012).

- Bellenger, [William A.], [Henry] Witcomb, [Ignaz] Steuer, [Giuseppe] Zirardini, [Ramón] Pardal et [Caetano Lopes de] Moura (1846). *Nouveau Guide de Conversations Modernes ou Dialogues Usuels et Familiars (...), en Six Langues français - anglais - allemand - italien - espagnol - portugais (...)*. Paris: Baudry, Librairie Européenne.
- Fonseca, José da (1854). *Le Nouveau Guide de la Conversation en Français et Portugais, en deux parties, contenant (...)*. Paris: V^e J.-P. Aillaud, Monlon e C^e, Libraires de leurs Majestés l'Empereur du Brésil et la Reine de Portugal.
- Hamonière (1840). *A Nova Guia da Conversação em Italiano, e Portuguez, dividida em duas partes (...)*. Lisboa: Na Typographia Rollandiana.
- Roquete, J.[osé] I.[nácio] (1843). *Guia da Conversação Portuguez-Inglesz, para uso dos viajantes e dos estudantes (...)*. Paris: Carlos Hingray.
- Santos, José Miguel dos (1876). *Manual de Conversação em Portuguez e Francez (...)*. Lisboa: Typographia da Bibliotheca Universal.

A generalidade dos autores deste corpus é suficientemente conhecida no campo da gramaticografia e da lexicografia bilingue oitocentistas, graças a recenseamento e estudo conjunto já feitos em Verdelho & Silvestre (2011) de gramáticas, dicionários e guias de conversação da autoria (e coautoria) dos mencionados nomes. José da Fonseca (1788–1866) e José Inácio Roquete (1801–1870) fizeram parte da elite liberal portuguesa (Ramos, 1972, p. 42) que, exilada em França na primeira metade do século XIX por resistência ao absolutismo político, contribuíram por essa via para o desenvolvimento intelectual e cultural do país, nomeadamente através do eclodir de um mercado editorial português em França. Aí foram impressos vários títulos da lexicografia portuguesa (Verdelho, 2011, p. 34), da gramática portuguesa e de guias de conversação, o que explica as edições parisienses dos guias *supra* de Fonseca (1854) e de Roquete (1843). Por outro lado, no período histórico da restauração francesa (1814–1830), Paris tornou-se uma capital editorial poliglota (Cooper-Richet 2005), com livreiros-impressores nacionais e estrangeiros aí estabelecidos desde o princípio do século XIX – como Barrois, Baudry, Truchy, Galignani – a disputarem a primazia do sector tipográfico nas mais diversas línguas, literaturas e culturas estrangeiras.

O português está envolvido no confronto interlinguístico de vários guias de conversação destas importantes editoras parisienses, tal a Livraria Europeia de Louis-Claude Baudry, responsável pela coleção “Nouveau guide de conversations modernes”, que saiu durante todo o século XIX em edições bilingues e plurilingues com a autoria de Bellenger *et al.*⁷. Em relação ao presente *Nouveau guide de conversations modernes ou dialogues usuels et familiars contenant en outre de nouvelles conversations sur les voyages, les chemins de fer, les bateaux à vapeur, etc.*, é de salientar que, apesar da variedade de línguas e diferentes combinatórias nas versões bilingues e de quatro/seis línguas, o conteúdo e a forma textual da coleção mantêm-se, com adaptações ocasionais às línguas tratadas.

⁷ O *et al.* depende da edição e combinação de línguas, mas, em termos genéricos, identificam-se: o responsável William A. Bellenger para o francês; o brasileiro Caetano Lopes de Moura (1780–1860) e José Inácio Roquete no tocante à autoria da parte do português; Ramón Pardal e Eugenio de Ochoa para o espanhol; Giuseppe Zirardini e Antonio Ronna para o italiano; Charles Witcomb e Lelon Smith para o inglês; Adler Mesnard e Ignaz Steuer para o alemão.

O *A Nova Guia da Conversação em Italiano, e Portuguez, dividida em duas partes* (1840), do conhecido gramático francês G. Hamonière (1789–?) faz também parte da extensa coleção bilingue “Le nouveau guide de la conversation (...) en trois parties”, toda ela da autoria do mesmo Hamonière, lançada pelo livreiro “Théophile Barrois, Fils” (e sucessores “Bobée Hingray”), cujo período de atividade decorreu entre 1780 e 1830. O guia agora em apreço já saiu em data posterior (1840), na tipografia Rolandiana de Lisboa, e apresenta algumas singularidades em relação aos demais da coleção⁸. Ao contrário dos anteriores, é constituído apenas por duas partes, “Vocabulario de palavras usuaes por ordem alfabética” e “Sessenta dialogos sobre diferentes objectos”, não possuindo matéria lexicográfica de idiotismos/expressões familiares/provérbios, nem textos prefaciais.

O guia de conversação bilingue de Santos (1876) foi reeditado em 1881, em Lisboa. Embora se desconheçam outros dados sobre José Miguel dos Santos (1838–?), sabe-se que foi autor de vários livros de francês e “Professor da língua franceza do Collegio Britannico, do Collegio Nascimento e da Escola Moderna” (1876, folha de rosto).

4. Microestrutura do núcleo temático *saúde e bem-estar* nos Guias de Conversação

“Speaking Books” é a expressão usada por Gallagher (2019, p. 64) para designar o género textual dos manuais de conversação, que, usados com objetivos sociocomunicativos, adquiriram grande popularidade na Inglaterra Moderna. O género caracteriza-se por uma estrutura formada de “dialogues or collections of conversational phrases (...) in English and at least one other language” (Gallagher 2019, p. 67) e define-se como instrumento típico do ensino de línguas estrangeiras, herdeiro da tradição textual dos diálogos escolares usados na prática das línguas vulgares. Àqueles conteúdos bilingues ou plurilingues mencionados por Gallagher, acresce uma componente lexical de natureza “pré-dicionarística” (Verdelho, 2011, p. 17), constituída por léxico temático (ou nomenclaturas), provérbios, fraseologia diversa. São estas duas componentes – diálogos e vocabulário – que se destacam doravante para visar a dimensão histórica da microestrutura do núcleo temático *saúde e bem-estar*, procurando-se descrever e interpretar a forma como, numa determinada época, autores de guias de conversação se apropriaram de uma realidade social e a representaram em práticas discursivas.

4.1. Diálogos

Saúde do corpo e cuidados médicos são temas desenvolvidos por todos os autores do corpus (e não só deste) numa parte canónica dos guias de conversação que é a dos diálogos,

⁸ Nomeadamente, os seguintes guias bilingues: inglês/francês (*Le nouveau guide de la conversation, en anglais et en français, en trois parties*, 1815, 1818, 1824); espanhol/francês (*Le nouveau guide de la conversation, en espagnol et en français, en trois parties*, 1815, 1823, 1835); italiano/francês (*Le nouveau guide de la conversation, en italien et en français, en trois parties*, 1816); português/francês (*Le nouveau guide de la conversation, en portugais et en français, en trois parties*, 1817, 1827); e “brésilienne”/francês (*Le guide de la conversation brésilienne et française, en trois parties*, 1825).

classificados como escolares, familiares, didáticos ou elementares para distinção do género do diálogo literário e, de um ponto de vista discursivo, tidos por modelos de conversação entre interlocutores com diferentes papéis preestabelecidos, por exemplo: vendedor-cliente, anfitrião-convidado, professor-aluno, médico-paciente. Os *loci* destes contextos diferenciam-se em termos de *quem/com quem, o quê, onde, quando e como*. Estes tipos de ação envolvem obrigatoriamente uma dimensão praxiológica e uma unidade temática que configuram de forma distintiva cada um dos discursos conversacionais. Esta é a razão por que os diálogos bilingues e plurilingues são instrumentos pedagógicos fundamentais para o desenvolvimento de habilidades e competências comunicativas numa ou em várias línguas estrangeiras. No caso em apreço da relação entre médico e paciente, tida por suficientemente importante para justificar a atenção que lhe têm dado cientistas sociais, médicos e linguistas (Skopek, 1979, p. 301), interessam, além das normas praxiológicas ligadas à autoridade da figura do médico universal, a unidade temática do diálogo, que é o estado patológico do paciente. Nos guias de conversação do presente corpus, os temas dos diálogos sobre saúde são bastante próximos da autenticidade, quer ao nível de vocabulário específico, quer ao de ações principais (“visitar um doente”, por exemplo):

- Com um Medico (Bellenger *et al.*, 1846, p. 159)
- Pour visiter un malade / Pâra visitar úm doente (Fonseca, 1854, p. 113)
- Avec le dentiste / Côm ô dentista (Fonseca, 1854, p. 129)
- Col Medico, col Cirurgo, e col Cavadenti. / Com o medico, cirurgião, e dentista (Hamonière, 1840, pp. 139–143)
- Um medico e um doente. / A physician and a patient. (Roquete, 1843, p. 278)
- Informar-se da saúde. / S’informer de la santé. (Santos, 1876, p. 7)
- Doenças / Maladies (Santos, 1876, p. 65)

Nesta situação comunicativa que é a relação médico-paciente, podem identificar-se algumas constantes. Quanto ao uso de vocabulário específico mais significativo, deve mencionar-se a lista de substantivos *médico, doente, dentista, cirurgião, saúde e doenças*. Ainda ao nível lexical, ou melhor, léxico-sintático, são referidas ações principais da situação apresentada no tema: *visitar um doente; informar-se da saúde; (estar) com um médico/cirurgião/dentista; (falar sobre) doenças*. Em termos sintáticos, poder-se-ia entender que há lexemas e estruturas sintagmáticas que, em contexto e em situação, correspondem a enunciados, como, por exemplo: *Quais são as minhas doenças?, Vou ter uma consulta com um médico*. Por fim, os diálogos, mais ou menos prototípicos correspondem à pesquisa aplicada de vocabulário, de ações características e de frases-chave em imitação da interação verbal. Reproduzem-se passos dos diálogos do corpus na Tabela 1:

Tabela 1. Guias de Conversação: diálogos

Com o medico, cirurgião, e dentista (Hamonière, 1840, pp. 139–140)	Um medico e um doente (Roquete, 1843, p. 278)	Pâra visitar úm doente (Fonseca, 1854, p. 113)	Doenças (Santos, 1876, p. 7)
--	---	--	------------------------------

<i>Como passou V. m. a noite?</i>	Que doença é a sua. Padeço d'um reumatismo.	Cômo passou Vm. â nôite?	Bons dias, senhor...
<i>Muito mal; tive huma febre violenta, e agora sinto-me fraco.</i>	Dóe-me garganta. Tenho dores nos ossos.	Múito mal, não púde dormir. Tive fébre toda â nôite. Sinto dôres em todo o corpo.	Como passa? Como vai a saude?
<i>V. m. tem máo semblante.</i>	Tenho uma colica. Dóe-me muito a cabeça.	Vejâmos â língua; têm Vm. vontáde dê vomitár?	Como vai isso? Como passou a noite?
<i>Vejamós a lingua. Ella está muito carregada.</i>	Tenho espasmos nervosos, palpitações no coração.	Algúmas vezes. Está Vm. sequiôso?	Bem, obrigado e o senhor?
<i>O pulso está agitado. Tem precisão de purgar-se.</i>	Tem vontade de comer?	Sim, senhôr; tenho sêde â miúde, Dêixe-me apalpár-lhe ô púlso.	Não me sinto bem. Que tem? Estou doente.
<i>Dar-lhe-hei huma muito suave.</i>	Não, senhor, tenho ansias de vomitar.	Têm fébre. Júлга Vm. â minha doença perigósa?	Doe-me a cabeça. Tenho febre.
<i>V. m. a tomará amanhã pela manhã, e beberá com frequencia até que ella tenha feito o seu effeito.</i>	Vejamós a lingua. Tem sêde?	Â súa situação não é dê cuidado.	Desde quando está doente? Desde hontem.
<i>Que me receita para beber?</i>	Sim, senhor, tenho muitas vezes sêde. Sente amargores de boca?	Eu vòu escrevêr â recêita para mandál-a ao sêu boticário.	Tem tomado alguma cousa? Não tomei nada.
<i>Caldo de hervas. Hoje guardará huma dieta rigorosa.</i>	Quando me levanto, sempre a tenho amargosa. Faz exercicio?	Dê quê consta ô remédio quê êu dêvo tomár?	Como está seu pae? (...)
<i>Naõ me será difficil; tenho fastio, tudo me enjoa.</i>	Saio muito pouco. Dou todos os dias um passeio de três ou quatro horas.	Dê rheubarbo, cremor-dê-tártaro, etc.	
<i>Eis-aqui a receita da purga; mande-a ao Boticario, para que a prepare.</i>	Dorme bem? Não senhor, não posso pregar olho.	Vm. tomará, câda hóra, úma colher d'êsta poção.	
<i>Seria igualmente util pôr-lhe hum caustico, e talvez mesmo hum cauterio no braço, porque V. m. tem muitos humores.</i>	Tem o ventre solto? Ha muito tempo que V. sente esse mal? Ha cinco ou seis dias. Deixe ver o pulso, V. tem febre.	Hôje obsêrve diêta. (...)	
(...)	Preciza ser sangrado. (...)		

Nota. Reproduz-se, de forma tão fiel quanto possível, o *layout* gráfico da versão portuguesa dos diálogos.

A leitura integral do conjunto dos diálogos evidencia muitas repetições discursivas entre os mesmos quanto a enunciados, atos de fala, tópicos e turnos conversacionais, de tal forma que algumas sequências tendem a agrupar-se em unidades imediatamente reconhecíveis. Na verdade, percebe-se que alguns dos diálogos reproduzem modelos que já circulavam em guias de conversação anteriores, tal como se verifica nas nomenclaturas. Vários passos destes diálogos caracterizam-se por um elevado grau de artificialismo, que, sem a imprevisibilidade, sem a espontaneidade nem a criatividade da interação verbal, caricatura o processo da comunicação autêntica. Por vezes, não há verdadeiro conversar,

nem coesão discursiva, porque nem sempre a sequência de enunciados configura um texto dialógico; quando muito, inferem-se, a partir de elementos contextuais, nexos de coerência, que, em todo o caso, permitiam a sua reprodução em situações de uso da língua. A partir de gravações de interações autênticas, Skopek (1979, p. 303) estabeleceu para o estudo da estrutura conversacional entre médico e paciente, ligada a relações interlocutivas, várias divisões conversacionais principais (“Main Conversational Divisions”), que incluem⁹:

- a) Sequências narrativas ou unidades textuais respeitantes ao relato de sintomas, doenças e factos alusivos, isto é, um dispositivo de informações ou atos ilocutórios constativos/assertivos, segundo a tipologia de atos de fala de Austin (1962) e Searle (1981). Os seguintes enunciados, por exemplo, descrevem a posição do paciente: “Estou doente”, “Não me sinto bem”, “Tenho uma colica” ou “Dou todos os dias um passeio” (cf. Tabela 1). Parecem igualmente fazer parte deste mesmo nível narrativo, declarações assertivas (Searle 1981, pp. 19–20) cujo propósito ilocutório é a asserção com força declarativa. Assim, “V. tem febre”, “Preciza ser sangrado”, “Hôje observe diéta” (cf. Tabela 1) ou “V. m. tem hum dente podre, que he preciso tirar” (Hamonière, 1840, p. 142).
- b) Sequências explicativas ou enunciados que visam assegurar a compreensão, refletir colaborativamente e adiantar razões para acontecimentos narrados. São exemplos os seguintes enunciados da Tabela 1.:

“Seria igualmente util pôr-lhe hum caustico, e talvez mesmo hum cauterio no braço, porque V. m. tem muitos humores”;
“V. m. a tomará ámanhã pela manhã, e beberá com frequencia até que ella tenha feito o seu effeito”;
“(…) e eu observei exactamente as suas ordens” (Hamonière, 1840, p. 142).

- c) Tópico interrogativo, de extensão variável, para obter informações mais ou menos detalhadas através de perguntas e respostas, por exemplo, “Dê quê consta ô remédio quê êu dêvo tomár?” (cf. Tabela 1).
- d) Conversa casual entre médico e paciente sobre assuntos marginais, mas que rodeiam a interação conversacional; *vd.*, por exemplo, “Como está seu pae?” (cf. Tabela 1).

Além desta estrutura de conversação, Skopek (1979, p. 304) aponta vários níveis de análise linguística, nomeadamente sintático, lexical, conceptual e pragmático. Vejam-se algumas matérias sintáticas, cuja exploração nos diálogos se revela pertinente:

- O uso do sintagma *estar + adjetivo* em “Estou doente”, “Estou indisposto”, “Ella está muito carregada”, “O pulso está agitado” e, em Bellenger *et al.* (1846, p. 159), “Não

⁹ O elenco completo dos oito “Main Conversational Divisions” de Skopek (1979, p. 303) é o seguinte: “Opening/Closing”, “Narrative”, “Explanation”, “Interrogation”, “Elicitation”, “Bantering”, “Idling” e “Discussing”.

- estou muito bom”. Em muitos guias de conversação, o uso diferenciado de *ser* + *adjetivo* é destacado em seção gramatical: “Não sou surdo” *versus* “Elle não esteve doente” (Bellenger *et al.*, 1846, p. 18).
- A expressão da força ilocutória da ordem através do uso convencional do imperativo afirmativo: *v.g.*, “Faça dieta”; “Tome algumas ajudas”; “Conserve-se quente”; “Coma pouco, e a miudo” (Hamonière, 1840, p. 142).
 - O recurso a expressões lexicalizadas que evidenciam a realização de tipos de atos expressivos, como “Deus nos preserve d’elle [o cholera]!” (Santos, 1876, p. 67).
 - As ocorrências de vários padrões de colocação dos pronomes clíticos, que revelam mudanças linguísticas relativamente a cronologias anteriores: *v.g.*, Tabela 1, “Dar-lhe-hei huma [purga] muito suave”; “V. m. a tomará amanhã”; “(...) mande-a ao Boticario”.
 - A estrutura argumental de verbos, que Roquete (1843, pp. 30–33) aflora também na nomenclatura “Molestias, accidentes / Maladies, accidents” (ponto 4.2. *infra*): o verbo ativo em frases simples (“Tenho espasmos nervosos”) e em frases complexas (“Receio que sejam bexigas”, Santos, 1876, p. 66) *versus* o verbo neutro “Cahiu pela escada” (Santos, 1876, p. 66).

Qualquer um destas construções corresponde a uma manipulação de estruturas sintáticas da língua que é comum em exercícios de natureza didática.

4.2. Vocabulário, Nomenclaturas

Passe-se para o vocabulário ou nomenclaturas bilingues e plurilingues, organizados por domínios temáticos em colunas paralelas, tantas quantas as línguas tratadas. Estes reportórios lexicais temáticos, já estudados por Ayala Castro (1990), têm características de vocabulário onomasiológico, organizados por domínios de significação e, estando ligados às mais variadas situações de comunicação, são materiais muito frequentes em instrumentos de ensino/aprendizagem de L2, seja em gramáticas ou manuais e guias de conversação,¹⁰ embora com algumas diferenças em termos de conceção. Do ponto de vista macroestrutural, a sua organização assenta em construções taxionómicas, a partir das quais se estabelecem paradigmas lexicais conforme a ideia que expressam ou o referente, podendo tal ordenamento seguir a ordem alfabética dos dicionários comuns (*e.g.*, Hamonière, 1840, pp. 1–4).

No caso, interessam os seguintes temas, apresentados de forma bilingue com o português ora como língua de entrada (Roquete, 1843; Santos, 1876), ora como língua alvo (Bellenger *et al.*, 1846; Fonseca, 1854; Hamonière, 1840). São conjuntos lexicais mais ou menos extensos, relativos a doenças, a saúde pública, a prevenção higiénica/sanitária e, em síntese, ao exercício da arte médica:

¹⁰ Segundo Alvar Ezquerro (2013, p. 23), “[c]uando se consolidan los métodos para la enseñanza de segundas lenguas, a finales del siglo XVIII, y, sobre todo, en el siglo XIX, (...) se fija también la forma y el contenido de las nomenclaturas”.

- Accidenti, malattie e cose relative. / Dos accidentes, das doenças, e cousas que lhes pertencem (Hamonière, 1840, pp. 1–4; 86 entradas)
- Molestias, acidentes / Maladies, accidents (Roquete, 1843, pp. 30–33; 58 entradas)
- Maladies. / Doenças (Fonseca, 1854, pp. 19–20; 22 entradas)
- Remèdes. / Remédios (Fonseca, 1854, pp. 20–21; 25 entradas)
- Doenças / Maladies (Santos, 1876, p. 149; 27 entradas)

Tratando-se da mesma realidade social, são compreensíveis as coincidências lexicais entre os autores, que, quanto mais frequentes são os temas, mais os reproduzem como modelos, muito embora o modelo único de nomenclatura e de entradas se torne redutor de diferenças culturais. O fenómeno, que é característico de todas as nomenclaturas, pelo menos das de línguas europeias relativas a universos culturais equivalentes,¹¹ permite observar uma linha de continuidade entre elencos lexicais que se sucedem. Exemplificam-se a seguir tais elencos nos autores tratados, distinguindo-se várias estruturas sintagmáticas:

- (i) A apoplexia. / Uma ferida. / Uma queimadura. / Um cancro. / Uma cataracta. / Uma queda. / A cólica. / Uma contusão. / Uma dor. / Uma frieira. / Uma epidemia. / Um inchaço. / A rouquidão. (Roquete, 1843, pp. 30–33); hum Achaque. / as Bexigas. / o Calafrio. / hum Calo. / a Catarata. / huma Cicatriz. / a Cólica. / hum Defluxo. / o Desmaio. / a Dieta. / a Disenteria. / a Gangrena. / hum Golpe. / huma Papeira. / a Peste. / os Remedios. / a Rouquidão. / a Sangria. / o Sarampo. / a Sarna. / hum Tumor. / huma Úlcera. / a Vaccina. (Hamonière, 1840, pp. 1–4).
- (ii) Febre. / Bexigas. / Sarampo. / Constipação. / Sarna. / Arranhadura. / Pontada. / Soltura. / Peste. / Borbulha. / Paralysis. / Chaga. / Tosse. (Santos, 1876, p. 149); Rheubarbo. / Séne. / Xarópe. / Triága. (Fonseca, 1854, p. 21).
- (iii) Dôr de cabeça. / Dôr de dentes. / Ventre preso. (Santos, 1876, p. 149); a Dôr de barriga (Hamonière, 1840, p. 2); Ô fluxo de sângue (Fonseca, 1854, p. 20); A febre amarella. / A febre malina. (Roquete, 1843, p. 32).
- (iv) Doente. / Enfermo. (Santos, 1876, p. 149).

Além do léxico, as nomenclaturas permitem a exploração de aspetos gramaticais de natureza elementar, nomeadamente no tocante a classes de palavras e categorias morfológicas. Ayala Castro (1990, p. 439) já atestou que a categoria gramatical mais corrente é o substantivo, determinado por artigo definido/indefinido, como em (i), ou sem determinação de artigo, como em (ii). São igualmente frequentes os compostos morfológicos do tipo de (iii), ao contrário da presença residual da classe do adjetivo (iv).

¹¹ Para ilustrar de forma rápida, aluda-se a *Manual Prático de Conversação em Português e Mussele, dialecto do “Umbundu”* (1955), de António da Silva Maia. Embora de diferente cronologia, este manual bilingue relativo a uma língua angolana inclui no vocabulário do tema “Doenças”, lexemas pouco comuns como *Feitiçaria, Feiticeiro, Feitiço* (Maia, 1955, p. 155) e, na “Conversação”, referências ao medicamento *quinino* (Maia, 1955, p. 159), usado para prevenir a malária em países africanos.

Em relação a (iv), importa referir a menção feita por Roquete (1843, pp. 32–33), em subentradas nominais, a processos de formação de adjetivos derivados. Assim, a partir de substantivos, o autor forma os seguintes adjetivos por adição dos sufixos *-oso*, *-ado* (ambos com o valor semântico de “posse ou provimento”) e do sufixo *-nte* (com valor de “agente”):

- A gota > *Gotoso*, a.
- A lepra > *Leproso*, a.
- A raiva > *Raivoso* (damnado, a.)
- A peste > *Empestado* / *Pestilente*, 2 g.

A exploração gramatical da nomenclatura estende-se à sintaxe verbal. Além de processos de parassíntese e de verbalização por afixos verbais, Roquete (1843, pp. 30–33) fornece informação sobre a sua estrutura argumental de verbos ativos (abreviatura *a.*), neutros (abreviatura *n.*) e reflexivos (abreviatura *r.*):

ferir, esfolar, arranhar, empestar, constipar, paralisar (verbos ativos); *parir, agonizar, desfalecer, enlouquecer, desmaiar, inchar, tossir, ensurdecer* (verbos neutros); *cegar, vomitar* (verbos ativos e neutros); *constipar-se, gangrenar-se* (verbos reflexivos).

Além desta estrutura típica de diálogos e vocabulário, os guias incluem outra matéria variada, como afirma McLelland (2017, p. 94): “Texts might also contain a word-list, proverbs, some texts for Reading, and other practice material”. Veja-se a seguir um exemplo destes materiais que Verdelho (2011, p. 65) considera de natureza paralexográfica.

4.3. Frases elementares

Também ao nível do trabalho com o léxico, a matéria bilingue e plurilingue prolonga-se numa outra componente, constituída por fraseologia, provérbios, idiotismos ou apenas, como no caso que para agora interessa, expressões familiares em torno de determinado assunto. O guia plurilingue de Bellenger *et al.* (1846, pp. 39–41) apresenta, sob o título “Encontro”, um conjunto de “Phrases elementares” alusivas, que mobilizam um léxico e uma componente sociocultural ligados ao campo semântico da saúde. Embora imitação da interação verbal, a situação comunicativa apresentada caracteriza-se por um elevado grau de artificialismo que desvirtua o processo da comunicação autêntica. Quer o léxico específico, quer as frases exemplificativas de trocas comunicativas, quer ainda o diálogo não explicitado nem sequencial correspondem a estruturas pregramaticalizadas, no sentido em que parecem programadas para um ensino mais próximo do uso escolar do que do uso quotidiano.

Apresenta-se um exemplo de Bellenger *et al.* (1846, pp. 39–41)¹²:

¹² O traço oblíquo duplo [//] é aqui usado para indicar uma unidade prosódica correspondente a fim de enunciado.

E como está a senhora sua mãe? // Minha mãe está hoje um pouco melhor. // Não está muito bem. // Está indisposta. // Está doente. // Está gravemente doente. // Está muito mal. // Está a finar-se. // Está a agonizar. – Está a morrer. // Esfriou-se. // Está muito encatarrhoada. – Tem um grande defluxo. // Tem febre. // A quanto ha que está doente. // Não sabia que estava doente. // Que doença tem? // Toma algum remédio? // O medico a vem ver todos os dias. // O medico assegura que não ha de ser cousa de cuidado. // A senhora sua irmã ainda está doente? // Está ainda indisposta? // Ainda não está de todo curada. // Mas tem muitas melhoras. // Muito folgo com isto.

Depois de uma seção gramatical sobre a conjugação dos verbos *haver*, *ter*, *ser* e *estar* em frases afirmativas, negativas e interrogativas (Bellenger *et al.*, 1846, pp. 2–20), a aplicação destas construções e vocabulário em estruturas sintáticas simples, constitui o foco do objetivo de aprendizagem, tendo por base metodológica a atividade repetitiva.

5. Observações finais

Não havendo já oportunidade de analisar em detalhe as várias dimensões conceptuais do núcleo temático *saúde* e *bem-estar*, sistematiza-se apenas o processo de organização deste conhecimento.

Como primeiro passo para o desenvolvimento da matéria, pode-se construir um paradigma ou modelo da forma como a matéria foi observada, descrita e analisada nos diálogos e nomenclaturas do corpus estudado. A categorização em tipos das entidades existentes envolve um conjunto exemplificativo de conteúdos lexicais e sintagmáticos estruturados da forma que se propõe:

- a) Locais, serviços e pessoas: o hospital, o hospital militar, o hospício (ou, em variação diastrática, “a casa de doidos”, Roquete, 1843, p. 82), o boticário, o médico, o dentista, o cirurgião, a vacinação, a ambulância.
- b) Anatomia e fisiologia: a garganta, os dentes, a língua, os olhos, os pés, o pulso, os ossos, a boca, o ventre, a cara, as pernas, o peito, a tremura.
- c) Patologias
 - c1) Doenças, enfermidades, estados patológicos: a febre/a febre amarela, a constipação, o cancro, o sarampo, a papeira, a cárie dentária, a cefalgia, a gota, o reumatismo, a tosse, a lepra, a peste, doenças do aparelho digestivo (cólera, soltura, diarreia, cólica), doenças do aparelho respiratório.
 - c2) Regime alimentar: a dieta; o caldo de ervas; a falta de apetite, a prescrição.
- d) Fármacos e terapêuticas
 - d1) Substâncias medicinais e meios de tratamento: o xarope, a infusão, o láudano, o unguento, a teriaga, o maná, o opiato, o ruibarbo, o cautério, o cremor de tártaro.
 - d2) Processos de tratamento: arrancar/chumbar um dente, cauterizar, purgar, sangrar, operar.

e) Generalidades relativas à medicina: visitar o doente, procurar o médico.

O preenchimento destas categorias de existência difere de autor para autor quanto ao seu desenvolvimento. Considerando comparativamente o corpus em apreço, Hamonière (1840) e Roquete (1843) são os autores cujas nomenclaturas e diálogos possuem maior extensão e, portanto, funcionalidade informativa, enquanto em Santos (1876), quer a nomenclatura “Doenças”, quer os dois diálogos “Informar-se da saúde” e “Doenças” caracterizam-se pela sua reduzida dimensão. Já quanto à obra de Bellenger *et al.* (1846), a sua natureza plurilingue e a presença de uma seção gramatical sobre a conjugação verbal tem implicações na redução da matéria lexicográfica.

De forma mais ou menos desenvolvida, as nomenclaturas, os diálogos e, mais genericamente, os guias de conversação são importantes repositórios de valores culturais e constituem um património textual que, em Portugal, atingiu o seu pico num período (o do século XIX) de correntes histórico-comparativas em que surgiram as primeiras gerações de linguistas ou filólogos portugueses (*cf.* Prista & Albino, 1996). Desde finais do século XVIII que reformas educativas e a consolidação de métodos para o ensino de línguas estrangeiras (sobretudo inglês, francês e italiano) tinham efeitos numa significativa produção editorial de gramáticas de português como língua estrangeira e de guias de conversação com o português no confronto bilingue e plurilingue.

Financiamento: Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no âmbito do Centro de Estudos em Letras, com a referência n.º UIDB/00707/2020 (DOI 10.54499/UIDB/00707/2020 – <https://doi.org/10.54499/UIDB/00707/2020>).

Referências

- Alvar Ezquerro, M. (2013). *Las nomenclaturas del español. Siglos XV-XIX*. Liceus.
- Auroux, S. (1994). *La révolution technologique de la grammatisation*. Pierre Mardaga.
- Austin, J. (1962). *How to do things with words*. Oxford University Press.
- Ayala Castro, M. C. (1990). El concepto de nomenclatura. *Actas del IV Congreso Internacional EURALEX'90*, 437–444.
- Barroux, G. (2017). *La médecine de l'Encyclopédie. Entre tradition et modernité*. CNRS.
- Bellenger, W. A., Witcomb, H., Steuer I., Zirardini, G., Pardal, R., & Moura, C. L. (1846). *Nouveau Guide de Conversations Modernes ou Dialogues Usuels et Familiers Contenant en Outre de Nouvelles Conversations sur les Voyages, les Chemins de fer, les Bateaux à vapeur, etc en Six Langues français - anglais - allemand - italien - espagnol - portugais (...)*. Baudry, Librairie Européenne.
- Berlaimont, N. de (1662). *Colloquia, et dictionariolum octo linguarum, Latinae, Gallicae, Belgicae, Teutonicae, Hispanicae, Italicae, Anglicae, & Portugallicae*. Apud Henricum Aertsens. (original publicado em 1530)
- Chevalier, J.-C. (1968). *Histoire de la syntaxe. Naissance de la notion de complément dans la grammaire française (1530-1750)*. Librairie Droz.
- Cooper-Richet, D. (2005). Paris, capitale des polyglottes ? Edition et commercialisation des imprimés en langues étrangères sous la Restauration. In Jean-Yves Mollier, Martine Reid & Jean-Claude Yon (Dirs.), *Repenser la Restauration* (pp. 197–209). Nouveau Monde éditions.

- D'Alembert (1894). *Discours Préliminaire de L'Encyclopédie* [Publié intégralement d'après l'édition de 1763 (...) par F. Picavet]. Armand Colin et C^{ie}, Éditeurs. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k75526p/f129#>
- Fonseca, J. (1854). *Le Nouveau Guide de la Conversation en Français et Portugais, en deux parties, contenant (...)*. V^o J.-P. Aillaud, Monlon e C^e, Libraires de leurs Majestés l'Empereur du Brésil et la Reine de Portugal.
- Gallagher, J. (2019). *Learning languages in early modern England*. Oxford University Press.
- Guisán, E. (2012). Direito Natural. In A. Marques & D. Pires Aurélio (Coords.), *Dicionário de Filosofia Moral e Política* (1.^a série). Instituto de Filosofia da Nova. <https://www.dicionariofmp-ifilnova.pt/>
- Hamonière, G. (1840). *A nova guia da conversação em italiano, e portuguez, dividida em duas partes (...)*. Na Typographia Rollandiana.
- Maia, A. S. (1955). *Manual prático de conversação em português e mussese dialecto do "Umbundu"*. Quanza-Sul – Angola. Escola Tipográfica das Missões.
- McLelland, N. (2017). *Teaching and learning foreign languages. A history of language education, assessment and policy in Britain*. Routledge.
- Porto Dapena, J.-A. (2002). *Manual de técnica lexicográfica*. Arco/Libros.
- Prista, L. & Albino, C. (1996). *Filólogos portugueses entre 1868 e 1943*. Associação Portuguesa de Linguística.
- Ramos, V. (1972). *A edição de língua portuguesa em França (1800-1850)*. FCG.
- Roquete, J. I. (1843). *Guia da conversação Portuguez-Inglez, para uso dos viajantes e dos estudantes, Por _____, autor do Novo Dicionario Portuguez-Francez, contendo (...)*. Carlos Hingray.
- Santos, J. M. (1876). *Manual de conversação em Portuguez e Francez (...)*. Typographia da Bibliotheca Universal.
- Searle, J. R. (1981). *Expression and meaning*. Cambridge University Press. (original publicado em 1979)
- Skopek, L. (1979). Doctor-patient conversation: A way of analyzing its linguistic problems. *Semiotica*, 28(3-4), 301–312. <https://doi.org/10.1515/semi.1979.28.3-4.301>
- Veenhoven, R. (1996). The study of life satisfaction. In W. E. Saris, R. Veenhoven, A.C. Scherpenzeel & B. Bunting (Eds.), *A comparative study of satisfaction with life in Europe* (pp. 11–48). Eötvös University Press.
- Verdelho, T. (2011). Lexicografia portuguesa bilingue. Breve conspecto diacrónico. In T. Verdelho & J. P. Silvestre (Eds.), *Lexicografia bilingue. A tradição dicionarística Português-Línguas Modernas* (pp. 13–67). Centro de Linguística da Universidade de Lisboa / Universidade de Aveiro.
- Verdelho, T., & Silvestre, J. P. (Eds.). (2011). *Lexicografia bilingue. A tradição dicionarística Português-Línguas Modernas*. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa / Universidade de Aveiro.

[recebido em 22 de janeiro de 2024 e aceite para publicação em 23 de maio de 2024]

THE MATERIALITY OF TYPESCRIPTS IN PEDRO HOMEM DE MELLO'S WRITING PRACTICE

A MATERIALIDADE DOS DATILOSCRITOS NA PRODUÇÃO ESCRITA DE PEDRO HOMEM DE MELLO

Elsa Pereira*

elsa.pereira@edu.ulisboa.pt

This article addresses the main typewriting habits of Portuguese poet Pedro Homem de Mello (1904–1984), as evidenced in documents belonging to his family's private estate and scattered collections owned by public archives and libraries. After examining his work in several spheres of activity (his personal and professional correspondence, his newspaper collaborations and essays as a folklorist, his work as an author and presenter of TV and radio programs), the essay focuses on material aspects of Homem de Mello's literary typescripts, such as page management strategies, the use of coloured ribbons, the occurrence of mechanical errors, or the combination of handwritten corrections and carbon-paper duplicators as a favoured revision technique. It concludes by questioning how the author's multimodal typewriting ecosystem may have contributed to stylistic changes in his poetry, catalysing freer modes of expression in the traditional forms of his choice.

Keywords: Typewriter. Creativity. Revision. Genetic Criticism. Modernism. Portugal.

Este artigo ocupa-se dos hábitos datilográficos do poeta português Pedro Homem de Mello (1904–1984), conforme evidenciado nos documentos do espólio familiar e em coleções dispersas por vários arquivos e bibliotecas públicas. Depois de examinar o seu trabalho em diversas esferas de atividade (a correspondência pessoal e profissional, as suas colaborações em jornais na qualidade de folclorista, a sua atividade de autor e apresentador de programas de televisão e rádio), o ensaio debruça-se sobre aspetos materiais dos datiloscritos literários de Homem de Mello, nomeadamente algumas estratégias de gestão espacial da página escrita, o emprego de fitas coloridas, a ocorrência de erros mecânicos e a introdução de correções manuscritas em cópias a papel químico, enquanto técnica revisória favorita. No final, procura-se averiguar de que modo o ecossistema multimodal de escrita mecânica deste autor pode ter contribuído para algumas alterações de estilo na sua poesia, favorecendo a introdução de modalidades mais livres nas formas tradicionais da sua preferência.

Palavras-chave: Máquina de escrever. Criatividade. Revisão. Crítica Genética. Modernismo. Portugal.

•

* University of Lisbon, School of Arts and Humanities, CLUL, Lisbon, Portugal. ORCID: 0000-0001-5113-2060.

1. Introduction

In recent decades, scholars from different backgrounds have drawn attention to the impact of the typewriter on 20th-century writing practices.² Relying on case studies from Germany, France, Belgium, Finland, the USA, the UK, and Australia, those critics concluded that “responses to the typewriter were never uniform” and “we must now extend the geographical sphere” of research (Lyons, 2021, pp. 89, 15) to promote a greater understanding of the machine’s influence on literary creativity throughout the 20th-century. Accordingly, this article focuses on a Portuguese author, Pedro Homem de Mello (1904–1984), whose prolific and multifaceted writing activity presents an interesting case study for textual and genetic criticism.³

Besides being an award-winning poet of the so-called Second Portuguese Modernism – “a broad literary and artistic movement”⁴ (Silvestre, 2003, p. 17) associated with the journal *Presença* (1927–1940), which involved different generations and aesthetic orientations lying “on the margins or alongside the avant-garde”⁵ (Sena, 1977, p. 31) – Homem de Mello practised law and worked as a school principal and teacher, as well as a folklorist and audiovisual personality with several programs aired from the late 1950s until mid-70s. To comprehensively assess his writing habits, we shall, therefore, examine the author’s work within several spheres of activity: his personal and professional correspondence, his essays and newspaper collaborations as a folklorist, his work as an author and presenter of TV and radio programs, and his vast poetic oeuvre.

Based on extensive research into the author’s documentary estate⁶, this article will try to associate different uses of the machine with specific text genres before

² Kittler (1999); Lyons (2021); Pulkkinen (2020a, 2020b, 2023); Sullivan (2013); Viollet (1996).

³ Genetic criticism is a scholarly approach that emerged in France during the second half of the 1960s as an answer to the dominance of structuralism in textual studies. It succeeded in adding a temporal, paradigmatic dimension to the text, regarded as a process rather than a product, by investigating “the observable traces of intellectual production over literary, scientific and philosophical manuscripts” (Hay, 2017, p. 531), as well as typescripts, and other materials of the “editorial genesis” (Mahrer et al., 2015).

⁴ Translated from the Portuguese by the author of this article.

⁵ Translated from the Portuguese by the author of this article.

⁶ The investigations leading to this article date from 2014 to 2017, when systematic research was conducted into the archive of Pedro Homem de Mello at Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa), E14. Bought in 1986 but never properly curated, this vast repository contains different sorts of material, including manuscripts and typescripts of poems, articles, television / radio scripts, and correspondence. Additional research was also led into the documentation in the hands of the poet’s granddaughters – Rita Homem de Mello (Porto, now in Madrid) and Mariana Homem de Mello (Lisbon, now in Caminha) – and scattered collections owned by several private and public institutions: Biblioteca Nacional de Portugal, E5 (collection António Pedro), E11 (collection Vitorino Nemésio), E15 (collection Adolfo Casais Monteiro), E16 (collection João Gaspar Simões), E22 (collection Mário Henrique Leiria), E35 (collection Ruben A.), E37 (collection João Ameal), E48 (collection Natércia Freire), E64 (collection Sophia de Mello Breyner Andresen), N28 (collection Cabral do Nascimento), N36 (collection Luís Forjaz Trigueiros), Esp. A/5023-5025 (collection José Campos de Figueiredo); Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (collection Natália Correia); Museu do Neorealismo (Vila Franca de Xira), ESP/LIT/ARA (collection António Ramos de Almeida); Fundação António Quadros (Rio Maior), collection António Ferro / Fernanda de Castro, collection António Quadros; Casa-Museu Vasco de Lima Couto (Constância); Centro de Estudos Regionais (Vila do Conde), collection José Régio; Biblioteca Pública Municipal do Porto, M-SER (collection Alberto de Serpa), M-AF (collection Antero de Figueiredo), ML (Museu de Literatura collection), M-EA-phm (collection Eugénio de Andrade – owned by Câmara Municipal do Porto, this last

concentrating on material aspects of his literary typescripts to briefly interrogate how that multimodal mechanical writing may have “structured or influenced [...] creativity” (Lyons, 2021, p. 4), enforcing potential stylistic changes in his poetry over the years.

2. Pedro Homem de Mello's uses of the typewriter

Although Pedro Homem de Mello's estate provides abundant material evidence of his typewriting, there is no precise information about the kind of machine(s) the author owned in his lifetime, whether he used only mechanical devices or tried the electromechanical models that became popular after the 1960s. In the absence of forensic examinations to identify typewriter brands or models,⁷ we may only assume he must have used some machines from Portuguese manufacturer Messa, with an HCESAR keyboard and dual-function keys.⁸

In July 1937, a protectionist measure of Salazar's dictatorial regime against foreign competition determined that any typewriter imported or produced in Portugal should adopt a specific keyboard (Figure 1), which differed from the international standards at the time.⁹ Until the early 1970s (when the French AZERTY and the English QWERTY designs were accepted again), many people managed to deceive the authorities, masking the keyboard configuration of imported typewriters for customs clearance (Pinheiro, 2021b), but that seems unlikely to be the case for our author, considering that he was close to the regime and worked in several official institutions during the dictatorship period (1932–1974).

archive is presently housed at Casa dos Livros, under the custody of CECUP, although the article still follows the original identification system when BPMP was the custodian of the material. The various typescripts analysed within the research project range from the early 1930s to the late 1970s.

⁷ According to forensic science, “every typewriter and document written on it is identifiable” (Pulkkinen, 2023, p. 33). “For many years, different typewriter manufacturers used different typefaces on their machines and the typefaces also changed in the course of time. With the help of a comprehensive collection of typeface samples, such as the Haas Atlas, it is possible to identify the manufacturer of the typewriter and its approximate date of manufacture” (Pulkkinen, 2023, p. 41).

⁸ The Portuguese company was founded in Algueirão-Mem Martins in 1958 and ceased production in 1985 (Pinheiro, 2021a).

⁹ According to art 1 (2) of Decree-law no. 27:868, “the signs of the Portuguese keyboard diagram that are not alphabet characters, phonic notations (accents) or syntactic notations (punctuation marks) may be suppressed on typewriters that have less than forty-six keys” (translated from the Portuguese by the author of this article).

Figure 1. Portuguese HCESAR keyboard (Decree-law 27:868, of the 17th of July, 1937).



Besides inquiring about the device(s) employed by our author, we should also ask “how, when, and where” Pedro Homem de Mello used the machine (Lyons, 2021, p. 4).

While it is uncertain whether he always typed his texts or occasionally passed the task to a secretary, as did many contemporary writers,¹⁰ the author must have learned basic typing skills throughout his education, becoming self-sufficient and independent from a young age. Indeed, the machine already coexisted with pens and pencils in his earliest writings for publication during the 1930s.¹¹ Initially, it was employed only for fair copying and revision since typing up a manuscript often “modified the writer’s ‘point of view’”, introducing “a distance between the author and the text” that “allowed a more critical reading” (Viollet, 1996, p. 204).¹² However, the author also gradually started using the typewriter for primary composition, as his cursive became hasty and indecipherable.

When we compare manuscripts produced over the years,¹³ the handwriting deterioration is apparent and frequently mentioned in correspondence with friends and family. In 1938, for example, he admitted to fellow poet José Régio that his handwriting was “atrocious”,¹⁴ while his mother, Maria do Pilar, repeatedly complained of illegible letters one could hardly make out:

¹⁰ “Male writers depended on female typists – professionals, lovers, wives – to turn drafts into presentable texts. In so doing, they inherited work practices already enshrined in the corporate office world”. “Innumerable authors relied on the professional services of secretarial agencies. Literary associations with an office background were therefore numerous” (Lyons, 2021, p. 21). In Pedro Homem de Mello’s estate there is a letter from a typist woman offering her services in March 1967 (owned by Biblioteca Nacional de Portugal – BNP, E14, cx. 16 [folder 3]), which suggests he may have resorted to assistance for specific commissions.

¹¹ Homem de Mello’s early publications took place in the family’s newspaper *Soberania do Povo* in 1926, even though his first book of poems, *Caravela ao Mar*, was printed only in 1933. The typescript of this book is currently owned by one of his granddaughters, Rita Homem de Mello.

¹² Translated from the French by the author of this article.

¹³ Compare, for example, the handwritten parts in the typescript of *Caravela ao Mar* (1933) and the manuscript of the book *Ecce Homo* (1974) – both documents owned by Rita Homem de Mello.

¹⁴ José Régio (1901–1969) was the founder of *Presença*, a journal published in Coimbra from 1927 to 1940, which is associated with a *Second Modernism* in Portugal. Adolfo Casais Monteiro (2003, p. 42), one of its most prominent members, recognised Pedro Homem de Mello as an indisputable member of this movement, despite being an occasional contributor at the end of series I (Mello, 1938). This quotation belongs to a letter answering Régio’s personal invitation to participate in *Presença* – Pedro Homem de Mello’s letter to José Régio, 7 January 1938. Owned by Centro de Estudos Regianos (CER, 7814).

Precisas de ver como escreves agora, pois é desconsolador precisar de ler as tuas cartas 2 e 3 vezes para as poder decifrar e nem sempre consigo fazel-o. É pelo sentido muitas vezes que descubro o que queres dizer, tu que tão boa letra tinhas.

[You must watch out how you are writing because it is heartbreaking to read your letters two and three times and not always be able to decipher them. I often guess the meaning from the context. You, who used to have such good handwriting.]¹⁵

Therefore, for the sake of legibility, he started using the machine to correspond with many of his acquaintances, typing letters straight onto the keyboard.

Researchers have already noted the “distancing effect of the typewriter and its disturbing ability to depersonalise texts” (Lyons, 2021, p. 22) by concealing “the hand, [...], character and identity of the writer” (Pulkkinen, 2023, p. 36), which explains why it suited business letters over private correspondence as an individual form of expression and communication. For that reason, many 20th-century writers “felt a residual guilt about typing personal letters” (Lyons, 2021, p. 90), as seems to be the case with Pedro Homem de Mello. Typically, our author would write private missives to friends and family by hand and resort to the typewriter only for professional correspondence¹⁶ and formal purposes, such as dealing with debts¹⁷, family apologies,¹⁸ invitations to dinner parties,¹⁹ or addressing transcriptions of poems to literary peers.²⁰ However, after many complaints about deplorable calligraphy and letters returned as non-deliverable due to illegible

¹⁵ Maria do Pilar Homem de Mello's letter to Pedro Homem de Mello, 18 July 1943. Owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 2 [folder 11]). Translated from the Portuguese by the author of this article.

¹⁶ The author's archive at the Portuguese National Library holds several typescript letters from the 1950s and 60s, addressing the head of the general postal administration, Luís d'Albuquerque, about annual contracts for the publication of Christmas postcards with poems by Pedro Homem de Mello – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (e.g., BNP, E14, cx 1 [folder 13]; BNP, E14, cx 14 [folder 6]; BNP, E14, cx 16 [folder 1]). See also a typescript letter to a bookshop owner in Coimbra, addressing copies of his book *O Desterrado* for sale in 1971 – at Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 13 [folder 4]).

¹⁷ For example, typescript letter to Manuel Homem de Mello describing his numerous debts and the maturity of a letter of credit in 1969 – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx 11 [folder 5]). See also a typescript letter to the head of the tax office of Viana do Castelo in 1961 – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 13 [folder 4]).

¹⁸ For example, typescript missive on letterhead with the Mello coat of arms, expressing formal apologies on behalf of his family – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 13 [folder 4]).

¹⁹ For example, typescript letters to Ruben A., inviting this fellow writer to party dinners in September 1953 and September 1954 – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E35, cx. 33 [folder II]; BNP, E35, cx. 33 [folder III]).

²⁰ For example, typescript letter accompanying poems addressed to José Régio on 28-01-1941 – owned by Centro de Estudos Regianos (CER, 7818); typescript letter with the poem “Esperança”, addressed to Ruben A. on 05-02-1958 – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E35, cx. 33 [folder V]); typescript poem “A História da Negra Farda” accompanying a manuscript missive to Natércia Freire on 12-09-1953 – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E48, cx. 24). Among other examples, we will highlight a typescript letter to Eugénio de Andrade, dated 02-05-1953, asking his dear friend in Lisbon to find a suitable publication outlet for a poem typed within the letter (owned by Câmara Municipal do Porto – BPMP, M-EA-phm[13-11], N.º INV 1159B). Eugénio de Andrade must have expressed some reservations about this poem, since Homem de Mello sent a corrected typescript version (BPMP, M-EA-phm[13-12], N.º INV. 1145B), which appeared in the literary magazine *Ler* a few weeks later (Mello, 1953, p. 5).

addresses, he also started typing trivial letters to family members²¹ and friends (including the respective envelopes²²). In such cases, though, the poet was careful to add a handwritten signature²³ – occasionally with a salutation line²⁴ or even a short personal message by hand – to preserve some mark of individuality and intimacy.

Many letters in the archives of his contemporaries demonstrate that Homem de Mello started writing correspondence on the typewriter even before midcentury, progressively embracing the new technology as a compositional tool in different spheres of activity over the 1950s, 60s, and 70s. Some draft articles for newspapers and tourism magazines at the time, for instance, had lists of words typed on the back of sheets²⁵, suggesting that the author was already organising and planning part of his writing directly on the machine.

Like other 20th-century writers who worked as journalists, he must have become “accustomed to fast typing to meet short deadlines, with little time for revision” (Lyons, 2021, p. 63), especially in connection to some experiences as an author and presenter of radio and television programs aired since the late 1950s, which made him work around the clock.²⁶ Clearly, “the typewriter did not eliminate handwriting” (Lyons, 2021, p. 200), and our author’s preference for writing in cafés²⁷ would keep him drafting verse as much as prose²⁸ and TV/radio scripts²⁹ in longhand before committing texts to the machine.³⁰

²¹ For example, typescript letter to Maria do Pilar Homem de Mello on 24-08-1960 – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 1 [folder 4]).

²² For example, typescript letter and envelope addressed to Eugénio de Andrade in February 1972 (owned by Câmara Municipal do Porto – BPMP, M-EA-phm[13-111], N.º INV. 1109B) after the previous handwritten version (BPMP, M-EA-phm[13-112], N.º INV. 1110B) had been returned by the post office.

²³ For example, typescript letter to Eugénio de Andrade on 26-09-1953 (owned by Câmara Municipal do Porto – BPMP, M-EA-phm[13-16], N.º INV. 1171B).

²⁴ E.g. typescript letter to Eugénio de Andrade on 08-09-1954 (owned by Câmara Municipal do Porto – BPMP, M-EA-phm[13-23], N.º INV. 1142B).

²⁵ For example, typescript of an article about folklore dances in the village of Soajo, containing a typed list of place names and dances on the back of the sheet – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 9 [folder 5]).

²⁶ Besides the much popular “Danças e Cantares” (a folklore TV show aired every Sunday afternoon from 1958 until the 1974 Revolution), Pedro Homem de Mello was responsible for several TV and radio programs on the national broadcaster, such as the series “Poesia, Canto e Dança” and “Poetas Portugueses”. Additionally, he was involved in a TV drama adaptation of a short story penned by his own father, António Homem de Mello (Toy) – typescript owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 17 [folder 3]). Despite being “a lot of work”, Pedro Homem de Mello “tenaciously” grasped these jobs, because they were “very well-paid”. The confession is made in a letter to his mother on 13-02-1960, where he admitted: “I get my hands on anything that will give me money” – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 2 [folder 15]). Translated from the Portuguese by the author of this article.

²⁷ See, for example, notebook with manuscript poems dated from “Porto, Tivoli Café, 1 January 1953” – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 5 [folder 12]). See also a letter to his mother, on 28-12-1960, referring to some poems the author had composed in a coffee shop, while crying profusely, to the other people’s astonishment – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 14 [folder 7]).

²⁸ E.g. manuscript article “Liberdade” dated 16 January 1950 – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 6 [folder 3]); manuscript article “Alberto de Serpa e eu” dated 1 January 1950 – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 13 [folder 4]).

²⁹ For example, manuscript of a poetry recital for RTP – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 9 [folder 6]).

³⁰ For example, manuscript of a poem about Amália Rodrigues, accompanied by the respective typescript – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 13 [folder 3]); manuscript of the poem “Berço”, accompanied by a corrected typescript version – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 22 [folder 1]); manuscript of the article “A Crítica”, accompanied by the respective typescript – owned by

However, the two writing modes frequently coincided, as during “the 1950s and 1960s, drafting by hand and then typing up was artisanal, slow, deliberate, and often retrospective; working straight on to the machine was fluid, spontaneous, future-oriented, and not necessarily selective” (Sullivan, 2013, p. 255).

In our author's practice, correspondence, newspaper articles, and audiovisual scripts more likely tended to motivate generative typing, while poetry remained associated with longhand. Still, the experiences on radio and television were responsible for introducing a typing habit that would positively influence his poetic enterprise.

To facilitate teamwork and comply with protocols of the National Information Secretariat,³¹ which required prior approval of TV and radio scripts, Homem de Mello started typing on sheets of carbon paper³² to produce multiple copies simultaneously. In the next section, we will see that this procedure, imposed on his professional activity for pragmatic reasons, was assimilated into the poet's composition method as a favoured revision technique, indicating the tight imbrication of all his writing. Rather than compartmentalised uses of the machine attached to specific text genres, one should thus regard Pedro Homem de Mello's multimodal typing as a network ecology of writing “in which anything that affects one strand of the web vibrates throughout the whole” (Cooper, 1986, p. 370).

We will now briefly examine his literary typescripts to question how that multifaceted mechanical writing may have led to stylistic changes in his poetry over the years.

3. The materiality of literary typescripts

It has been noted how the technical and mechanical complexities of the typewriter posed numerous challenges, never fully overcome “until the word processor enabled immediate correction as well as the wholesale manipulation of texts” (Lyons, 2021, p. 39). The machine was most unsuitable for complex corrections or “vertical revisions” (Tanselle, 1990, p. 53), such as displacements of text, but even small deletions could be problematic as they implied interrupting the writing course to reverse the text.³³

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 3 [folder 17]); manuscript of an article about the inclusion of Toy in a school textbook, accompanied by the respective typescript – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 9 [folder 6]).

³¹ During the dictatorial regime Estado Novo (1932–1974), censorship, propaganda, and popular culture were controlled by a governmental institution called SPN (Secretariado de Propaganda Nacional), later SNI (Secretariado Nacional de Informação), and also SEIT (Secretaria de Estado da Informação e Turismo) (Côrte-Real, 2002).

³² The author's archive at the Portuguese National Library holds numerous duplicated scripts. We list just a few examples: two copies of a radio script about poet António Sardinha, approved by the National Information Secretariat on 01/04/1961 – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 6 [folder 5]); three copies of a TV script entitled “Folclore da Ribeira de Ovar”, dated 18/12/1965 – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 4 [folder 6]); two copies of a TV script entitled “Rancho Folclórico de Vila das Aves (Santo Tirso)”, dated 27/02/1972 – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 3 [folder 12]).

³³ Veijo Pulkkinen notes that “[w]hen working on the typewriter, composing and editing are two distinct activities, while with longhand or a word processor these textual operations blend together. It is not easy to correct and revise a typescript on the run with a typewriter, even more so once the paper has been removed from the machine” (Pulkkinen, 2020a, p. 206).

Many 20th-century authors developed specific techniques to address correctability either by performing “a sort of ‘blind revision’” (Pulkkinen, 2020a, p. 206)³⁴ or using Tipp-Ex strips (developed in West Germany around the 1970s) and attaching new typed sections over the pages with the help of “scissors and glue (or pins, staples)” (Viollet, 1996, p. 203).³⁵ Pedro Homem de Mello, however, preferred a different approach: he would type “xx” over small mistakes for immediate corrections while resorting to carbon paper to duplicate his typescripts and experiment with retrospective layers of revision³⁶ in several copies. The method, apparently developed while working on radio and television, was soon incorporated into his poetry, providing the ideal multiple canvases for revision since “the very existence of this visually intermediate stage” was “a better spur to rewriting than [...] a homogeneous manuscript” (Sullivan, 2013, p. 8).

Pedro Homem de Mello’s documentary estate, housed at the Portuguese National Library and in the hands of his family, affords abundant material evidence of this practice throughout the 1960s and 70s. He would provide up to five mechanical copies for many such typed poems and experiment with handwritten revisions, introducing local corrections but also structural adjustments, such as additions and transpositions of entire stanzas connected through metamarks (usually arrows and numbers).³⁷

The author’s revision occurred within a network of different media, going back and forth between the typewriter and pens or pencils in consecutive editing campaigns.³⁸ However, not all handwritten corrections consisted of “substantive” revisions (i.e. “readings of the text [...] that affect the author’s meaning or the essence of his expression” – Greg, 1951, p. 22); sometimes, they would only correct “errors by execution”³⁹; i.e. accidents caused by technical challenges of the machine – what Walter Greg (1951, p. 22) calls “the accidentals”. In fact, the typewriter was particularly prone to typos due to the proximity of keys and the disconnection of one’s eyes, fingers, and inscription, “located in a place entirely apart from where the hand works” (Beyerlin as cited in Kittler, 1990, p. 195).

A previous article (Pereira, 2018) already identified Homem de Mello’s most frequent typewriting errors by execution, involving the addition, repetition, suppression, or exchange of words and characters. Among these, special mention goes to punctuation marks, capital letters, and diacritics, which the author often avoided by adding them only by hand due to the mechanical complexity of such characters in the Portuguese dual-

³⁴ Pulkkinen (2020a) calls “blind revision” to a specific sort of generative typing practiced by such writers as D. H. Lawrence and Jalmari Finne, who “did not read and correct previous drafts but rather inserted a blank paper in the machine and typed an altogether new version of the text without copying the previous version”.

³⁵ Translated from the French by the author of this article.

³⁶ In the French bibliography, immediate corrections are often referred to as *writing variants* (“variantes d’écriture”) and retrospective revisions as *reading variants* (“variantes de lecture”) – Grésillon (1989, p. 184).

³⁷ For example, typescript of the poem “Conquista” with handwritten corrections and transpositions – owned Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 21).

³⁸ According to genetically oriented scholars, each folio contains “traces of written works that usually represent the outcome of a continuous and specific working session [...] to which other sequences may have been added afterwards, in the form of consecutive editing campaigns” (De Biasi, 1999, pp. 16–17).

³⁹ Dionísio (2021, p. 118) defines “errors by execution” as authorial errors resulting from momentary or mechanical distractions while writing.

function keyboard. Also recurrent was a series of spacing errors, such as line-break and stanza-break cancellations, motivated by page management strategies to save paper⁴⁰ and avoid introducing new sheets in the typewriter's receptor – as that would interrupt the workflow.

For the same reason, instead of adding a new folio, the poet sometimes folded his typed sheet in half and fed the machine with a revised version of the poem under composition, applying different page orientations for better differentiation.⁴¹

When ink faded out in the middle of the text, Homem de Mello would also switch to the red ink option of the machine instead of replacing the bicoloured ribbon in use.⁴² Even though only headings were intentionally red highlighted in his *modus scribendi*,⁴³ he would take on the coloured option to complete the task without pausing the work session and keep using the red side of the ribbon in the following typescripts⁴⁴, both for economy and practicality.

To all these material considerations, briefly drawn from text genetics and palaeographic analysis of authorial documentation, typewriter forensics could add yet another layer of information on such things as misaligned characters (Pulkkinen, 2023, p. 38) or the force employed in pressing keys onto the keyboard (Pulkkinen, 2023, p. 37), which allegedly reveal much about the mental state of the operator of a typewriter,⁴⁵ contributing to further insight into one's writing. We shall now conclude by questioning whether the author's increased use of typewriters might have impacted creativity, enforcing potential stylistic changes in his poetry.

4. Impact on literary creativity

Genetic critics often underestimate the interaction between the typewriter and literary creativity (Viollet, 1996, p. 206). Throughout the 20th-century, the machine initiated “a

⁴⁰ In an effort to save paper, Pedro Homem de Mello also reused typewritten sheets from previous articles and TV scripts to compose his poems. For example, typescript of the article “Pássaro Azul” (1 f.), with a handwritten poem on the back of the sheet – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 9 [folder 6]); typescript of the article “Mapa das danças do Alto-Minho” (6 ff.), with a handwritten poem on the back of f. 6 – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 17 [folder 1]); typescript of an article about Arcádia's confectionery, with the handwritten poem “Esperança” on the back of the sheet – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 22 [folder 16]).

⁴¹ For example, two versions of the poem “Ave-Maria” with different page orientations on the same document – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 14).

⁴² For example, typescript of the poem “Canção Futura”, with the title and the last verses in red ink – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 21). Bicoloured typewriter ribbons, patented by Samuel A. Neidigh in 1921, usually comprised black and red inks applied “at opposite sides of the alkali line” (Neidigh, 1919).

⁴³ Among the numerous poems with headings typed in red uppercase, see, for example, a typescript of the poem “Triângulo”, dated 1957 (owned by Câmara Municipal do Porto – BPMP, M-SER-554); typescript of the poem “Cruz” owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 21 [folder 46]); typescript of the poem “Cântaros” owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 22).

⁴⁴ See, for example, a typescript of the poem “Canção Futura”, which starts in black and changes to red in the middle of the text – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 21 [folder 130]) – and the following version of the same poem “Canção Futura”, typed only in red – owned by Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, E14, cx. 22 [folder 111]). The author's archive at the Portuguese National Library holds numerous other typescripts entirely in red.

⁴⁵ This type of forensic analysis follows in footsteps of graphology and other allied approaches to handwriting, according to which distress and mental disorders often interfere with a person's writing style.

fundamental mutation in the mode of existence of language” (Wellbery, 1990, p. xiv) and “changed compositional practices”, offering writers “new opportunities, for speed” as well as “critical distance” (Lyons, 2021, p. 5). Recent studies additionally demonstrate that many modernist writers used the new technology to challenge poetic conventions (Lyons, 2021, p. 200) and develop a style free of traditional constraints of rhyme, metre, line, and stanza (Lyons, 2021, p. 67).

As a poet whose outlook is closer to post-romantic traditions than to neo-modernist verse style,⁴⁶ Pedro Homem de Mello never really sought freedom from verse and rhyme patterns from the oral tradition – which he diligently studied as a folklorist. His composition drafts also remained primarily attached to longhand, as many notebooks with manuscript poems in his estate demonstrate.⁴⁷ For him and many other poets,⁴⁸ pens seemed like a more natural form of lyrical expression – just like some writers who had reflected their memories on paper saw it “more natural to try and recover the past with a pen in your hand than with your fingers poised over a keyboard”, since it materially worked “like a tool, a cutting or digging tool, slicing down through the roots, probing the rock bed of memory” (Lodge, 2011, p. 260).

Still, one could wonder whether the typewriter contributed to enforcing freer modes of expression in the traditional poetic forms of his choice. Comparing some poems from the 1920s with other compositions written in the 1950s, 60s, and 70s,⁴⁹ we realise that the author’s style has become more diverse. Discursive poems adhering to strict formal constraints never disappeared from his work but were gradually combined with a loosened style of composition, with short, concatenated rhythms that bear a resemblance to the sound of a keyboard and could evoke T.S. Eliot’s letter to Conrad Aiken in 1916, referring to the impact of the typewriter on the length of his sentences:

Composing on the typewriter, I find that I am sloughing off all my long sentences which I used to dote upon. Short, staccato, like modern French prose. The typewriter makes for lucidity, but I am not sure that it encourages subtlety (Eliot, 2009, p. 158).

⁴⁶ Many critics have noted that Pedro Homem de Mello’s poetry is characterised by a “psychological accent and dramatization associated with the resumed romantic tradition” (Guimarães, 1982, p. 84 – translated from the Portuguese by the author of this article).

⁴⁷ One of his latest manuscript notebooks, dating from the mid-1970s, was posthumously published in facsimile, under the title *Eu, Poeta e Tu, Cidade* (Mello, 2007).

⁴⁸ Fernando Pessoa, for instance, considered typeface to be unpoetic: “É pena que vá tudo em letra de máquina, que torna a poesia pouco poética, mas assim é mais rápido e nítido” [It is a shame that this is all in typefont, which makes poetry less poetic, but it is faster and clearer this way] (Pessoa, 1985, p. 43, letter to Armando Cortês-Rodrigues on Janeiro 19th, 1915) and even his heteronym Álvaro de Campos, the futurist poet of technology, refers to the “banally sinister” clicking of typewriters in a poem entitled “Dactilografia” [Typewriting] (Pessoa, 1993, p. 301). However, Pessoa also admitted that the typewriter accelerated his thoughts and expression, for writing on the machine was almost like speaking: “Em eu começando a falar – e escrever à máquina é para mim falar –, custa-me a encontrar o travão” [When I start speaking – and writing on a typewriter is speaking for me –, it’s difficult to find the brake] (Pessoa, 1999, p. 342, letter to Adolfo Casais Monteiro, 13 January 1935).

⁴⁹ Compare, for example, the sonnet “Não choreis os mortos” (Mello, 1926) and the poem “Melodia” (Mello, 1974, p. 79). For copyright reasons, this article cannot reproduce the texts.

The correlation between writing technologies and literary creativity is difficult to assess. While Nietzsche noticed the link as early as the late 19th-century,⁵⁰ we cannot say if this more diverse style of composition that emerged in Pedro Homem de Mello's oeuvre around the 1950s was materially structured by the daily use of typewriters or otherwise reflected environmental literary and cultural changes. The only safe assumption is that the author's multimodal typewriting has significantly impacted his work of revision, favouring continual improvement of texts and presumably changing his perception of the "textual ecology – the shape of the poem on the page, the spatial and sonic relationship that its parts bear to one another" (Weston, 2016), as the machine "supposes (or implies) page management strategies, visual effects, rewriting systems, a specific connection between semantics and semiotics" (Viollet, 1996, p. 208).⁵¹

So far, "interdisciplinary fields [...] particularly interested in managing the discourse" of time and materiality (Layne, 2014, p. 63) have rarely explored 20th-century literary typescripts,⁵² and further research into the archives of our authors is necessary for a systematic comparative outlook, since "the way [...] authors use a typewriter can differ significantly, and its role in the genesis of a work by a single author may change from one project to another as well" (Pulkkinen, 2023, p. 33). Meanwhile, the material evidence collected from Pedro Homem de Mello's textual and documentary heritage will be instrumental in helping us evaluate how literary creativity was "supported, inspired, and restricted by writing technologies" (Pulkkinen, 2023, p. 33) in 20th-century Portugal.

Funding: The research leading to this article was supported by Portuguese national funds through FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP, within the scope of DL57/2016/CP1443/CT0033 <<https://doi.org/10.54499/DL57/2016/CP1443/CT0033>> and UIDB/00214/2020 <<https://doi.org/10.54499/UIDB/00214/2020>>.

Acknowledgements: From 2014 to 2019, the author of this article worked in close collaboration with the heirs of Pedro Homem de Mello, who gave her unlimited access to the documentation under their control. However, in 2019, the same heirs, represented by the Portuguese Society of Authors (SPA), informed the scholar that Homem de Mello's oeuvre was no longer available for the research project. Because SPA and the heirs also refused authorisation to use copyrighted texts in this article, we cannot reproduce poems or images of the author's typescripts and manuscripts deposited in public institutions, since these may only be perused with prior authorisations from the copyright holders (Pereira, 2023).

⁵⁰ Nietzsche "observed in one of his few typed letters that 'Our writing tools are also working on our thoughts' [...]. When the progressively myopic retired philologist began using a typewriter [...] he [...] began to change his way of writing and thinking from sustained argument and prolonged reflection to aphorisms, puns, and 'telegram style'" (Wutz & Winthrop-Young, 1999, p. xxix).

⁵¹ Translated from the French by the author of this article.

⁵² Among those few publications is Lawrence Rainey's (2005) study of T.S. Eliot's typescripts of *The Waste Land* from 1921–1922 and Veijo Pulkkinen's genetic analysis of typescripts by Finnish writers Jalmari Finne (Pulkkinen, 2020a), Juha Mannerkorpi (Pulkkinen, 2020b), and Elina Vaara (Pulkkinen, 2023).

References

- Cooper, M. M. (1986). The ecology of writing. *College English*, 48(4), 364–375. <https://doi.org/10.2307/377264>
- Côrte-Real, M. S. J. (2002). Musical priorities in the cultural policy of Estado Novo. *Revista Portuguesa de Musicologia*, 12, 227–252. <https://rpm-ns.pt/index.php/rpm/article/view/117>
- De Biasi, P.-M. (1999). Editing manuscripts: Towards a typology of recent French genetic editions: 1980–1995 (H. Erlichson, Trans.). *Text: An Interdisciplinary Annual of Textual Studies*, 12, 1–30.
- Decreto-lei no. 27:868 da Presidência do Conselho (1937, July 17). *Diário do Governo: série I, no. 165/1937, p. 691*. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1937/07/16500/06910692.pdf>
- Dionísio, J. (2021). *Doença bibliográfica*. Imprensa Nacional.
- Eliot, T. S. (2009). *The letters of T. S. Eliot: Volume I, 1898–1922* (V. Eliot & H. Haughton, Eds.). Faber & Faber.
- Greg, W. W. (1951). The rationale of copy-text. *Studies in Bibliography*, 3, 19–36. <http://bsuva.org/wordpress/studies-in-bibliography>
- Grésillon, A. (1989). Fonctions du langage et genèse du texte. In L. Hay (Ed.), *La naissance du texte* (pp. 177–192). José Corti.
- Guimarães, F. (1982). *Simbolismo, modernismo e vanguardas*. IN–CM.
- Hay, L. (2017). Genetic criticism: Another approach to writing? In S. Plane, C. Bazerman, F. Rondelli, C. Donahue, A. N. Applebee, C. Boré, P. Carlino, M. M. Larruy, P. Rogers & D. Russell (Eds.), *Research on writing: Multiple perspectives* (pp. 531–547). The WAC Clearinghouse. <https://doi.org/10.37514/INT-B.2017.0919.2.29>
- Kittler, F. A. (1990). *Discourse networks: 1800/1900* (M. Meteer & C. Cullens, Trans.). Stanford University Press.
- Kittler, F. A. (1999). *Gramophone, film, typewriter* (G. Winthrop-Young & M. Wutz, Trans.). Stanford University Press.
- Layne, M. K. (2014). The textual ecology of the Palimpsest: Environmental entanglement of present and past. *Aisthesis*, 2, 63–72. <https://doi.org/10.13128/Aisthesis-15290>
- Lodge, D. (2011). *Therapy*. Vintage Books.
- Lyons, M. (2021). *The typewriter century: A cultural history of writing practices*. University of Toronto Press.
- Mahrer, R., Angelis, A., Lungo, A., Grésillon, A., Lebrave, J.-L., Sarailon, V. N., Poibeau, T., Mélanie-Becquet, F., & Vauthier, B. (2015). Editorial genesis: From comparing texts (product) to interpreting rewritings (process). In G. Cislaru (Ed.), *Writing(s) at the crossroads: The process-product interface* (pp. 151–170). John Benjamins Publishing Company. <https://doi.org/10.1075/z.194.08mah>
- Mello, P. H. (1926). Não choreis os mortos. *Soberania do Povo*, 4414, 2.
- Mello, P. H. (1938, March). Confissão. Romance. Ascensão. Presença. Dança velada. *Presença*, 3(51).
- Mello, P. H. (1938, November). Fuga. Dúvida. Vendo rir Cleópatra. *Presença*, 3(53/54).
- Mello, P. H. (1953, June). Solidão. *Ler*, 2(15), 5.
- Mello, P. H. (1974). *Ecce Homo*. [n.p.].
- Mello, P. H. (2007). *Eu, poeta e tu, cidade*. Quasi Edições.
- Monteiro, A. C. (2003). *A poesia da 'Presença': Estudo e antologia*. Livros Cotovia.
- Neidigh, S. A. (1919). Bicolored typewriter-ribbon and process of making the same. Patented in January 1921. <https://patents.google.com/patent/US1364788A/en>
- Pereira, E. (2018). Erros de autor em testemunhos dactilográficos: Para uma edição digital da poesia de Pedro Homem de Mello. *CEM: Cultura, Espaço & Memória*, 9, 275–285. <http://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/article/view/6231>
- Pereira, E. (2023) Authors' rights vs. textual scholarship: A Portuguese overview. *Journal of Intellectual Property, Information Technology and E-Commerce Law*, 14(4), 510–524. <https://www.jipitec.eu/jipitec/article/view/19>

- Pessoa, F. (1985). *Cartas de Fernando Pessoa a Armando Côrtes-Rodrigues* (J. Serrão, Introd.). Livros Horizonte.
- Pessoa, F. (1993). *Poesias de Álvaro de Campos*. Ática.
- Pessoa, F. (1999). *Correspondência 1923-1935* (M. P. Silva, Ed.). Assírio & Alvim.
- Pinheiro, A. (2021a). Messa, a marca portuguesa. *Computatio Lusitana*. Retrieved April 27, 2024, from <https://computatiolusitana.wordpress.com/2021/08/27/messa-a-marca-portuguesa>
- Pinheiro, A. (2021b). As teclas que enganaram Salazar. *Computatio Lusitana*. Retrieved April 27, 2024, from <https://computatiolusitana.wordpress.com/2021/03/24/as-teclas-que-enganaram-salazar/>
- Pulkkinen, V. (2020a). The taming of matter: Jalmari Finne and the typewriter. *Textual Cultures*, 13(2), 197–228. <https://doi.org/10.14434/textual.v13i2.31601>
- Pulkkinen, V. (2020b). The diary, the typewriter and representative reality in the genesis of Juha Mannerkorpi's Päivänsinet. *European Journal of Life Writing*, 9, 1–21. <https://doi.org/10.21827/ejlw.9.35712>
- Pulkkinen, V. (2023). A curious thing: Typescripts and genetic criticism. In S. Katajamäki, V. Pulkkinen & T. Dunderlin (Eds.), *Genetic criticism in motion: New perspectives on manuscript studies* (pp. 33–57). Finnish Literature Society. <https://doi.org/10.21435/sflit.14>
- Rainey, L. (2005). *Revisiting "The Waste Land"*. Yale University Press.
- Sena, J. (1977). *Régio, casais, a "Presença" e outros afins*. Brasília Editora.
- Silvestre, O. M. (2003). Prefácio. In A. C. Monteiro, *A poesia da 'Presença': Estudo e antologia* (pp. 13–22). Livros Cotovia.
- Sullivan, H. (2013). *The work of revision*. Harvard University Press.
- Tanselle, G. T. (1990). *Textual criticism and editing*. University Press of Virginia.
- Viollet, C. (1996). Écriture mécanique, espaces de frappe : Quelques préalables à une sémiologie du dactylogramme. *Genesis*, 10, 193–208. https://www.persee.fr/doc/item_1167-5101_1996_num_10_1_1075
- Wellbery, D. E. (1990). Foreword. In F. A. Kittler, *Discourse networks 1800 / 1900* (pp. vii–xxxiii). Stanford University Press.
- Weston, D. (2016). Contemporary poetic ecologies and a return to form. *C21 Literature: Journal of 21st-Century Writings*, 4(1), 5. <https://doi.org/10.16995/c21.5>
- Wutz, M. & G. Winthrop-Young. (1999). Translator's introduction. In F. A. Kittler, *Gramophone, film, typewriter* (pp. xi–xxxviii). Stanford University Press.

[received on 18th January 2024 and accepted for publication on 23rd May 2024]

A EDIÇÃO DIGITAL DE FORAIS MEDIEVAIS PORTUGUESES COM O SUPORTE DE UM SISTEMA DE EDIÇÃO COLABORATIVA EM BASE DE DADOS

THE DIGITAL EDITION OF PORTUGUESE MEDIEVAL MUNICIPAL CHARTERS WITH THE SUPPORT OF A COLLABORATIVE EDITING SYSTEM IN A DATABASE

João Paulo Silvestre *
jpsilvestre@ua.pt

Oswaldo Pacheco **
orp@ua.pt

José Sousa ***
jvcs@ua.pt

Filipa Roldão ****
anaroldao@edu.uletras.pt

Joana Serafim *****
joana.faroserafim@uzh.ch

O artigo aborda a necessidade de um plano de investigação para a edição digital de forais medievais portugueses, destacando três requisitos essenciais. Primeiramente, destaca-se a importância de estabelecer um corpus textual coeso, evidenciando lacunas e desafios interpretativos de maneira consistente. Em segundo lugar, enfatiza-se a necessidade de metodologias e colaboração interdisciplinar, dada a complexidade desses documentos, que exigem contribuições de áreas como História, Diplomática, Paleografia e Linguística. Por fim, ressalta-se a importância de ferramentas digitais para recolha de dados e disseminação de edições digitais em formato aberto. O corpus apresenta desafios, como a interdependência entre documentos e a existência de várias versões dos forais, produzidas ao longo dos séculos. No âmbito do projeto *iForal*, *Forais Medievais Portugueses: uma perspetiva histórica e linguística na era digital*, identificaram-se cerca de 180 forais, com aproximadamente 400 testemunhos sobreviventes. A maioria dos testemunhos encontra-se em latim, representando um desafio linguístico. Desenvolveu-se um *Sistema de Edição Digital Colaborativa* (EDICOLAB) que inclui um módulo de edição, destinado ao trabalho colaborativo dos editores, e um módulo de visualização, destinado ao público geral. Trata-se de uma aplicação em ambiente web, que possibilita que os utilizadores não treinados em marcação XML possam contribuir para a edição

* Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal. ORCID: 0000-0002-5980-0075.

** Departamento de Eletrónica, Telecomunicações e Informática - Instituto de Engenharia Eletrónica e Informática de Aveiro, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal. ORCID: 0000-0002-3098-7163

*** Instituto de Engenharia Eletrónica e Informática de Aveiro, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal. ORCID: 0000-0001-7163-5116.

**** Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. ORCID: 0000-0001-8760-6133

***** Universität Zürich, Zúrique, Suíça / Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. ORCID: 0000-0002-3206-6878.

eletrônica, com intervenções diferenciadas como a correção da transcrição ou a adição de comentários.

Palavras-chave: Forais medievais, Humanidades digitais, Edição crítica.

The article addresses the need for a research plan for the digital edition of Portuguese medieval municipal charters, highlighting three essential requirements. Firstly, it emphasizes the importance of establishing a cohesive textual corpus, consistently highlighting gaps and interpretative challenges. Secondly, it underscores the need for methodologies and interdisciplinary collaboration, given the complexity of these documents that require contributions from areas such as History, Diplomacy, Paleography, and Linguistics. Finally, it highlights the importance of digital tools for data collection and the dissemination of digital editions in an open format. The corpus presents challenges such as the interdependence between documents and the existence of various versions of charters produced over the centuries.

Within the iForal project, *Portuguese Medieval Charters: a historical and linguistic perspective in the digital age*, approximately 180 charters were identified, comprising around 400 surviving testimonies. The majority of these testimonies are in Latin, posing a linguistic challenge. A Collaborative Digital Editing System (EDICOLAB) was developed, including an editing module for collaborative work among editors and a visualization module for the public. It is a web-based application that allows users without XML markup training to contribute to electronic editing with differentiated interventions, such as transcription correction or the addition of comments.

Keywords: Municipal charters, Digital humanities, Critical edition.

•

1. Introdução

Ao estabelecer um plano de investigação sobre forais medievais portugueses identificam-se três necessidades fundamentais. Em primeiro lugar, é essencial delinear um corpus textual coeso e editá-lo de maneira consistente, evidenciando as lacunas na edição e os desafios interpretativos. Em segundo lugar, é necessário estabelecer metodologias e criar as bases para uma colaboração interdisciplinar, uma vez que o estudo desses documentos exige contribuições das áreas de História, Diplomática, Paleografia, Filologia e Linguística e da edição, tanto na crítica textual como nas humanidades digitais. Por fim, a investigação deve apoiar-se em ferramentas digitais que facilitem a recolha de dados, a sua partilha entre os membros da equipa e a disseminação dos resultados de pesquisa num formato de acesso aberto. Embora estes desafios sejam comuns em projetos de edição de manuscritos, há uma particularidade no corpus textual que requer requisitos especiais no sistema de informação: existe uma relação de dependência entre os documentos, ainda não completamente descrita, que a investigação permitirá reconstruir e que deve ser destacada na edição digital.

No âmbito do projeto *iForal*, *Forais Medievais Portugueses: uma perspetiva histórica e linguística na era digital*, desenvolveu-se um Sistema de Edição Digital Colaborativa (EDICOLAB) que inclui um módulo de edição, destinado ao trabalho colaborativo dos editores, e um módulo de visualização, destinado ao público geral. Trata-

se uma aplicação em ambiente web, que possibilita que os utilizadores não treinados em marcação XML possam contribuir para a edição eletrónica, com intervenções diferenciadas como a correção da transcrição ou a adição de comentários.

O projeto *iForal* encontra-se sediado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tendo como unidades de investigação o Centro de História da Universidade de Lisboa e o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Trata-se de um projeto interdisciplinar nos domínios da História, da Linguística e das Humanidades Digitais que congrega seis universidades portuguesas, uma universidade no estrangeiro, através de 23 investigadores e seis bolseiros de investigação¹. A Universidade de Aveiro, instituição participante deste consórcio, é a promotora do desenvolvimento do sistema de informação de suporte à edição digital, que inclui também a criação de um glossário de palavras em português.

2. O corpus de forais portugueses medievais

O projeto *iForal* consiste no estudo e edição digital das mais antigas cartas de foral outorgadas pelos primeiros monarcas portugueses às comunidades locais até ao final do reinado de D. Afonso III, isto é, até 1279. Nestas cartas, definiam-se normas de convivência entre habitantes e entre estes e os poderes locais e os reis em âmbitos tão diversos como a justiça, o pagamento de tributos ou impostos, a hierarquia e a convivência social, a defesa militar, a transação de bens e animais, a delimitação do espaço concelhio, entre outros (Costa, 1971).

Os forais produzidos e copiados neste período encontram-se maioritariamente escritos em língua latina, tendo conhecido, ao longo dos séculos seguintes, novas versões não só em latim, mas também em língua vernacular. Por este motivo, o projeto abarca uma cronologia de estudo mais lata, que se estende até ao final do século XV, de modo a compilar os testemunhos sobreviventes destes forais, antes mesmo da renovação administrativa e burocrática a que a chancelaria régia estará sujeita a partir do reinado de D. Manuel (Roldão & Serafim, 2021).

Estes testemunhos foram produzidos, ao longo dos séculos, por circunstâncias diversas, por iniciativa quer de monarcas, quer das comunidades e poderes locais a que se destinavam. Por um lado, a transição de reinado implicava, na maior parte dos casos, a confirmação por escrito das concessões e privilégios outorgados pelo rei ou reis anteriores, conferindo maior legitimidade ao exercício do poder pelo novo rei. As cartas de foral são disso um bom exemplo. Por outro lado, no seio das comunidades a que se destinavam os forais, revelava-se, periodicamente, a necessidade de renovar o testemunho vigente do foral da terra, por motivos relacionados com a perda ou destruição da carta de foral, pela deterioração das existentes ou mesmo porque eram já incompreensíveis os seus conteúdos, em latim e em letra manuscrita difícil de ler. Alegando tais motivos, pedia-se ao rei uma nova cópia do foral ou, em reunião da câmara do concelho, decidia-se atribuir a um escrivão, nomeadamente a tabeliães públicos, a produção de novos testemunhos autênticos do foral, agora já não em latim, mas em vernáculo.

¹ Mais informações sobre o projeto podem encontrar-se em <https://iforal.hypotheses.org/>.

Por este motivo, cada foral terá conhecido várias versões, produzidas em instâncias de escrita e sob critérios de execução diferenciados e em registos de língua com variações ao longo dos séculos. Todos estes testemunhos se revelam de enorme interesse histórico e linguístico para o projeto, não só porque permitem definir as circunstâncias de transmissão ao longo de quase quatro séculos de uma mesma carta de foral, assim como permitem estabelecer comparações com os forais de outras terras.

Esta comparação torna-se ainda mais aliciante quando procuramos conhecer as lógicas de atribuição de cartas de foral às comunidades. Na verdade, existiram três modelos principais e orientadores para a redação de uma carta de foral pelo rei, adotados no século XII para muitas localidades portuguesas: dois modelos ibéricos e um português. O mais antigo é o modelo de foral da cidade leonesa de Salamanca, introduzido em Portugal pela primeira vez em Numão, em 1130, e que se espalhou principalmente pelas regiões norte e noroeste do território. Posteriormente, surgiu o modelo castelhano de Ávila, perdido e apenas conhecido através dos seus “descendentes”, nomeadamente o foral de Évora, atribuído a esta cidade em 1166. Este modelo disseminou-se principalmente nas regiões do centro-sul e sul de Portugal. Por último, temos o tríplice foral de Coimbra-Santarém-Lisboa, de origem portuguesa, adotado por essas cidades em 1179 e presente principalmente na região centro e litoral do território (Reis, 2002, 2006).

Outros forais agrupam-se em famílias de menor expressão ou, eventualmente, não estão integradas em nenhuma família, sendo ainda necessário confirmar as informações de algumas famílias de forais, integrar testemunhos e ainda definir a situação de um conjunto significativo de forais. De qualquer modo, sabe-se, pela própria descrição da carta de foral e pela colação dos testemunhos, a forma como se deu a transmissão destes textos. O texto atribuído à primeira localidade, ou seja, o foral-modelo era transmitido a outras localidades, dependendo do seu estatuto e situação geográfica, entre outros fatores. No entanto, este texto-modelo não era copiado integralmente: apesar de as principais cláusulas constarem na grande maioria dos forais, havia, com bastante frequência, uma adaptação do conteúdo ou até da redação às características da localidade que estava a receber o foral (aspetos geográficos, produtos de comércio, privilégios militares, etc.). Por sua vez, estes forais que recebem o foral-modelo — forais-variante — podiam ser atribuídos a outras localidades, tornam-se, ele próprios, também em forais-modelo. Vejamos um exemplo: o foral de Salamanca foi atribuído a Numão (1130), Freixo de Espada à Cinta (1152), Mós (1162), Trancoso (1157–1169), Linhares (1169) e Guarda (1199); por sua vez, apenas os forais de Numão e Mós não foram atribuídos a outras comunidades; por exemplo, o foral de Trancoso foi o modelo concedido a dez outras localidades, entre as quais Celorico (1157–1169), que por sua vez serviu de modelo a Vila Boa do Mondelo em 1216 (Reis, 2002, 2006). Temos, portanto, uma sequência de forais-modelo que se convertem em forais-variante e esta interdependência é, pois, bem visível com o cotejo dos textos.

O projeto *iForal* identificou cerca de 180 forais, num total de aproximadamente 400 testemunhos de cartas de foral sobreviventes no período em apreço, considerando, como acima descrito, os mais antigos forais régios atribuídos até ao final do reinado de D. Afonso III e as suas cópias latinas e vernaculares até ao final do século XV.

Este corpus apresenta características que o tornam um desafio para o seu estudo. Por um lado, apenas 5% dos testemunhos coligidos correspondem a cartas de foral originais, já que se perderam os documentos autênticos emanados pelas chancelarias dos reis outorgantes destas cartas e que, por consequência, teriam sido enviados às comunidades. Na maioria dos casos, as cartas de foral sobreviveram no corpo do texto de traslados e de confirmações feitos por reis posteriores, ou mesmo no interior de uma carta de foral que diz copiar o foral de outra terra, hoje perdido. Por estes motivos, a maioria dos testemunhos encontra-se copiada em livro, designadamente, nos livros da chancelaria régia dos primeiros monarcas.

Por outro lado, dos 400 testemunhos coligidos, apenas cerca de 10% correspondem a documentos em vernáculo, prevalecendo, por isso, os forais em língua latina, uma vez que esta era ainda a língua utilizada na chancelaria para a redação dos documentos oficiais, apesar de o português circular como língua de comunicação oral já há muito tempo. Destes forais em vernáculo, cinco (num total de 13 testemunhos) chegaram até nós exclusivamente sem um texto correspondente em latim². De qualquer modo, podemos afirmar que 90% do corpus se encontra disponível apenas para conhecedores da língua latina.

Finalmente, a relação que se assume existir entre testemunhos, no seio de uma transmissão textual dentro de uma família de forais e/ou sob um mesmo modelo de foral, está por confirmar e reinterpretar quer no âmbito da historiografia portuguesa, quer nas áreas da crítica textual e da filologia latina e portuguesa.

Na verdade, estas características não têm condicionado apenas o estudo destes manuscritos, mas também as iniciativas de edição que ao longo dos séculos têm vindo a incidir sobre os mais antigos forais régios.

Com efeito, foi Alexandre Herculano, no século XIX, que pioneiramente apresentou, nos volumes dos *Portugaliae Monumenta Historica*, (PMH) dedicados às leis e costumes, a edição crítica da maioria dos forais que compõem o nosso corpus de outros outorgados por outros senhores que não o rei (Herculano, 1856–1977). Nessa edição, Herculano apresentava os testemunhos sobreviventes, algumas notas de crítica interna e externa sobre os mesmos, um aparato de variantes, assim como, nos casos possíveis, a versão em vernáculo dos testemunhos latinos. Contudo, o esforço de compilação de Herculano não teve continuidade nas edições que os forais vieram a conhecer posteriormente, já no século XX. Talvez também por desinteresse historiográfico sobre o próprio documento/monumento “foral” e os seus significados, os forais foram tendencialmente editados no seio de publicações mais vastas que incidiram na edição completa dos livros de chancelaria em que se encontravam copiados. Ou, do mesmo modo, editados apenas no âmbito de publicações que privilegiaram a edição dos documentos emanados por um rei. Perdia-se, assim, a lógica de edição de forais, enquanto corpo documental autónomo, composto por múltiplos testemunhos, conservados em fundos e em arquivos diferenciados, para se atender à lógica da unidade de instalação ou do próprio reinado a que o foral estaria associado.

² Trata-se dos forais de Almada, Condado, Guardão, Póvoa d’El-Rei e Telões de Aguiar.

Paralelamente, a profusão de edições de forais por organismos de poder ligados às comunidades, por eruditos locais ou até por investigadores em trabalhos científicos, ainda que assumam importância num panorama global, tendem a acentuar a dispersão editorial dos forais medievais (Coelho, 2011).

Mais recentemente, uma nova edição dos PMH, em dois volumes, da autoria de António Matos Reis veio possibilitar voltarmos a dispor de um corpus de forais medievais como objeto autónomo e relacional, ainda que não se trate de uma edição crítica (Reis, 2019, Reis, 2023).

Em qualquer dos casos acima mencionados, as edições disponíveis não esgotam o universo de testemunhos que é possível identificar para o período medieval e, mais importante, encontram-se em papel e foram preparadas para atender a esse formato. Na verdade, não existia, até agora, uma edição digital de forais medievais, ainda que seja possível consultar algumas das publicações acima mencionadas na sua versão digitalizada.

Ora, esta circunstância, aliada à complexidade das relações de dependência que se conhecem e se intuem nestes documentos, assim como à necessidade de identificar e analisar criticamente cada testemunho sobrevivente, evidencia, com clareza, a importância de criar um sistema de informação capaz de atender a estes desafios. Na verdade, a resposta que o projeto *iForal* propõe para este corpus é, antes de mais, uma resposta adaptável a outros conjuntos documentais que necessitem de uma edição digital.

3. A edição digital

Uma edição académica digital de um conjunto de textos interrelacionados requer informações que descrevam a estrutura complexa dos textos, o seu conteúdo e a forma como foram transmitidos no formato manuscrito, resultando numa apresentação clara destes elementos ao leitor.

O desafio, no que respeita à organização do trabalho editorial, é permitir que os membros da equipa responsáveis por criar cada nível de informação possam registar esses dados de maneira autónoma, contribuindo assim diretamente para a edição digital. A automatização desse processo é crucial, evitando a dependência de um membro da equipa dedicado exclusivamente à codificação de dados previamente elaborados.

Existem poucas ferramentas que dispensam o conhecimento explícito de linguagem de marcação, o que acarreta desafios para a participação efetiva dos membros da equipa na codificação de uma edição digital em XML TEI, particularmente quando essa edição envolve um aparato crítico.

Para uma edição digital não é suficiente a disponibilização do fac-símile do manuscrito ou de uma transcrição do texto. Distingue-se também das edições impressas que foram convertidas para o formato digital através de digitação ou outro processo automático, conhecidas como edições digitalizadas.

As edições concebidas como digitais devem oferecer soluções que não se encontram nas edições tradicionais impressas, como meios de leitura, exploração e análise do texto. Adicionalmente, podem incluir identificadores das relações com outros textos.

As informações de carácter filológico a incluir na edição digital dão conta de dificuldades relacionadas com a escrita, leitura e interpretação. No caso dos forais medievais, a edição depara-se com problemas de deterioração do suporte e legibilidade, variação nas convenções de representação escrita, bem como problemas de omissões e erros introduzidos pelos escrivães no processo de cópia. Os editores devem avaliar cuidadosamente esses erros e tomar decisões fundamentadas sobre se os corrigem ou mantêm na versão editada, procurando equilibrar a preservação da autenticidade do documento com a sua compreensibilidade para os leitores contemporâneos. Na edição digital, os editores tornam visíveis as suas intervenções no sentido de modernizar a linguagem, bem como a interpretação de passagens obscuras ou ilegíveis.

Os forais frequentemente fazem referência a outros documentos, indivíduos ou lugares. Os editores estabelecem a relação entre esses elementos e anotam o documento para fornecer contexto histórico, explicações e esclarecimentos, sem alterar o texto original. A relação com outros forais contribui para criar uma representação mais completa do documento que está a ser editado. Como de alguns forais existem várias cópias, cada uma com variações inerentes ao processo de transmissão, os editores podem necessitar de comparar as diferentes versões para justificar uma solução de edição.

Por último, a qualidade filológica da edição digital não reside apenas na transcrição, mas também na adição de informação codificada com metadados que possibilitam a utilização em investigações futuras, com um alto grau de compatibilidade com os sistemas informáticos, contribuindo assim para a preservação digital e acessibilidade.

4. Exemplos de projetos de edição digital

Uma análise de sistemas de informação de suporte à edição, resultantes de projetos de investigação, permite constatar a preferência por tecnologias de base de dados que priorizem a persistência e manipulação de dados no formato XML. Por tratarmos da edição de manuscritos, referimos os projetos *CEED*, *Patrimonivm Editor* e *EVT* (Sousa, 2023, pp. 10–12).

O *Cooperative Web-Based Editor for Critical Editions (CEED)* é uma solução desenvolvida no contexto do projeto *PhiBor*, focado no estudo de manuscritos medievais de filosofia árabe (Marotta, 2021). O objetivo principal deste sistema de informação é otimizar o processo de edição crítica e facilitar a colaboração entre utilizadores durante esse processo. A edição colaborativa concorrente é alcançada por meio do desenvolvimento de um mecanismo que permite a divisão do documento em partes atribuídas a diferentes utilizadores. Essa abordagem inova ao combinar eficiência com a simplicidade do *locking*, evitando a perda de dados numa edição concorrente.

Do ponto de vista tecnológico, o sistema é construído utilizando o *framework* Angular e a linguagem Typescript. A comunicação com o *backend* segue a arquitetura Representational State Transfer (REST), utilizando objetos *JavaScript Object Notation* JSON. No *backend*, a base de dados empregada é o BaseX, otimizado para a persistência de XML, e a linguagem XQuery é utilizada para a transformação e consulta de dados estruturados e não estruturados. O armazenamento de imagens segue os padrões do *International Image Interoperability Framework*, assegurando a interoperabilidade entre

sistemas e possibilitando a visualização ao lado do editor de texto (Sousa, 2023, pp. 10–12).

O *Patrimonivm Editor* é um sistema de informação desenvolvido no âmbito do projeto *Patrimonivm*, com o intuito de realizar um estudo multidisciplinar sobre o papel político, social e económico das propriedades dos imperadores romanos (Broux, 2019). Para além de simplificar o processo de edição colaborativa entre os investigadores, este sistema apresenta uma nova funcionalidade em comparação com projetos anteriores.

Para além da edição de texto, suporta a georreferenciação dos locais mencionados nos manuscritos. Apesar de os autores terem um foco na adoção do TEI, há uma preocupação em oferecer suporte a marcações não sistematizadas. Para tal, disponibilizam um conversor de marcação que reconhece automaticamente a simbologia não sistematizada e a converte posteriormente para TEI. O *frontend* do sistema é renderizado do lado do servidor utilizando XQuery e XSLT, devolvendo ao cliente a página pronta para ser apresentada em HTML, Javascript e CSS (Sousa, 2023, pp. 12–13).

O EVT é uma aplicação web para visualização de edições críticas em TEI, desenvolvida no âmbito do projeto *The Digital Vercelli Book*, que tem como objetivo a edição digital do livro de Vercelli e a disponibilização da edição resultante (Rosselli del Turco, 2019; Rosselli del Turco et al., 2014). O propósito desta aplicação é proporcionar aos editores a capacidade de gerar automaticamente uma página web, onde seja possível visualizar o documento editado através de um visualizador TEI. Esta abordagem inovadora visa simplificar a maneira como as edições são apresentadas aos leitores, uma vez que em outros contextos é comum haver um desenvolvedor web cuja única função é converter manualmente um documento TEI para HTML.

A aplicação é desenvolvida utilizando o framework *Angular* e utiliza transformações XSLT para criar um arquivo HTML, pronto para ser renderizado no navegador, a partir de um arquivo TEI XML. De forma geral, as transformações XSLT possibilitam a conversão parcialmente automática de uma linguagem baseada em XML para outra. A interface do sistema procura simular um livro que pode ser folheado. Na data em que a informação pública sobre este projeto foi consultada, os autores desenvolvem uma nova versão que permitirá aos utilizadores personalizar a interface, carregar um aparato crítico e criar marcadores em cada página (Sousa, 2023, pp. 14–15). O projeto CEED é o que implementa o maior número de funcionalidades necessárias para a edição crítica de forais medievais. No entanto, a falta do glossário e de um visualizador do documento torna essa solução incompleta, indicando a necessidade de desenvolver um novo sistema de informação que integre editor, visualizador e glossário.

Nenhum dos projetos estudados implementa um modo de edição colaborativa totalmente concorrente, optando por mecanismos de bloqueio para garantir a consistência dos dados. Esta escolha é justificada pelo nível de complexidade envolvido na edição concorrente, que só se torna justificável em projetos que exigem a edição simultânea por várias pessoas.

Um problema identificado em todos os projetos é a falta de documentação relacionada à implementação dos sistemas de informação. Preferencialmente, descrevem-se as características do texto e os critérios de edição, deixando de fora aspetos técnicos

relevantes para a engenharia de software. Uma exceção é o projeto EVT, que disponibiliza o código-fonte e documentação detalhada sobre a implementação.

5. A codificação da edição digital dos forais

A prática predominante nas Humanidades Digitais envolve a utilização da linguagem XML-TEI, desenvolvida pela Iniciativa de Codificação de Texto (TEI, 2007), devido às vantagens que proporciona na criação de edições com múltiplos níveis de informação. Em primeiro lugar, a linguagem XML é uma forma de marcação que descreve o texto, a sua estrutura lógica e os aspetos semânticos, formalizando o conhecimento do editor sobre o texto a ser anotado e facilitando a sua interpretação pelos leitores. Esta difere de marcações mais simples, como o HTML, que apenas definem como o texto deve ser processado.

A adoção desta linguagem estabelece uma base comum de trabalho para os colaboradores de um projeto e, do ponto de vista dos sistemas de informação, maximiza a interoperabilidade entre sistemas. Uma vantagem substancial é que um grupo de trabalho não fica vinculado a uma solução de software específica, permitindo a migração para uma nova ferramenta sem a necessidade de reeditar os documentos.

Dado que os forais representam apenas um entre vários tipos de textos manuscritos produzidos durante o período medieval, torna-se essencial desenvolver um sistema de edição e visualização com base na linguagem TEI, que ofereça versatilidade e adaptabilidade. Este sistema deve ter a capacidade de abranger diversos tipos análogos de textos, incorporando funcionalidades que permitam aos utilizadores personalizar o sistema conforme as exigências tanto da edição quanto do próprio texto. Estas funcionalidades podem incluir a definição de categorias de texto, variações de anotações e preferências de apresentação.

A marcação TEI revela-se suficientemente flexível para acomodar as características da maioria dos manuscritos medievais, possibilitando a descrição de aspetos tão diversos como fenómenos linguísticos complexos, informações topográficas ou a materialidade dos forais enquanto objetos arquivísticos.

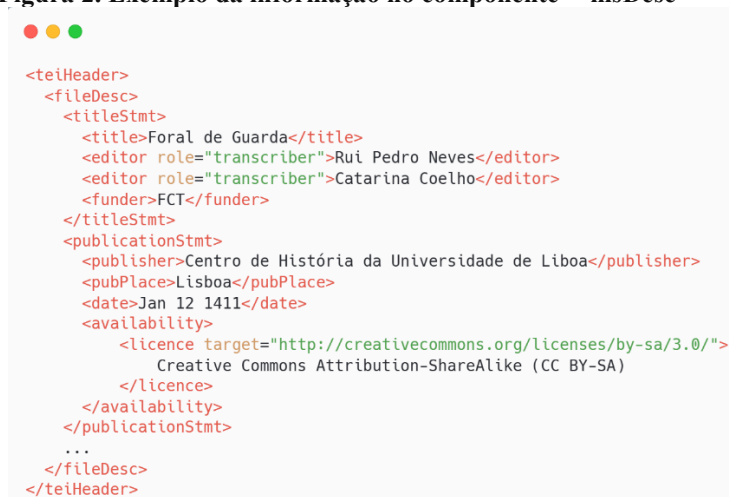
No entanto, a emergência de novos projetos de edição suscita a interrogação sobre se o padrão TEI deve ser aplicado em textos com requisitos particularmente específicos ou se é necessário desenvolver outros padrões de marcação. Um exemplo notório desse debate é a iniciativa do *Charters Encoding Initiative* (CEI), que procura estabelecer um padrão específico para textos legais medievais. Este grupo sustenta que as soluções oferecidas pela TEI são inadequadas ou excessivamente complexas para descrever aspetos específicos desses manuscritos. Uma das situações mais complexas é a marcação e descrição dos elementos de validação e certificação dos manuscritos, como assinaturas e selos de diversos tipos, assim como a autorização e certificação dos documentos. Este grupo de trabalho iniciou as suas atividades em 2004, analisando a versão P4 da linguagem TEI. Embora a versão atual, P5, já permita abordar alguns aspetos relacionados com a descrição dos elementos de autenticação, os membros do grupo consideram que, de certa forma, ainda é insuficiente para as suas necessidades específicas.

O modelo de codificação dos forais foi desenvolvido utilizando uma versão personalizada das Diretrizes P5 da Iniciativa de Codificação de Texto (TEI). O cabeçalho do TEI XML representa a primeira secção do documento, contendo informações sobre o texto e o seu formato. Este inclui metadados como título, autor, data de criação e idioma, sendo essenciais para que programas de processamento de texto possam reconhecer as características do documento e interpretá-lo corretamente. O cabeçalho, conforme ilustrado na Figura 1, é constituído por diversos componentes, tais como <fileDesc>, <encodingDesc>, <profileDesc>, <xDATA> e <revisionDesc>, cada um desempenhando um papel específico na descrição do documento.

Figura 1. Exemplo de marcação do cabeçalho de um documento TEI-XML.

```
<teiHeader>
  <fileDesc>
    <titleStmnt>
      <title>Foral de Guarda</title>
      <editor role="transcriber">Rui Pedro Neves</editor>
      <editor role="transcriber">Catarina Coelho</editor>
      <funder>FCT</funder>
    </titleStmnt>
    <publicationStmnt>
      <publisher>Centro de História da Universidade de Lisboa</publisher>
      <pubPlace>Lisboa</pubPlace>
      <date>Jan 12 1411</date>
      <availability>
        <licence target="http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/">
          Creative Commons Attribution-ShareAlike (CC BY-SA)
        </licence>
      </availability>
    </publicationStmnt>
    ...
  </fileDesc>
</teiHeader>
```

No interior do componente <msDesc>, representado na figura 2 e relevante para a edição de forais, são empregues outros componentes para codificar informações relacionadas à descrição do manuscrito, abordando aspetos como a localização espacial, características físicas e contexto histórico ou cultural. Dentro destes, apenas o componente <msIdentifier> é considerado obrigatório. Este componente desempenha um papel central ao identificar de forma única o manuscrito, fornecendo dados essenciais como números de catálogo, cota, ou outros identificadores que garantam a precisão e singularidade na referência ao documento em questão.

Figura 2. Exemplo da informação no componente ``<msDesc>``


```

<teiHeader>
  <fileDesc>
    <titleStm>
      <title>Foral de Guarda</title>
      <editor role="transcriber">Rui Pedro Neves</editor>
      <editor role="transcriber">Catarina Coelho</editor>
      <funder>FCT</funder>
    </titleStm>
    <publicationStm>
      <publisher>Centro de História da Universidade de Lisboa</publisher>
      <pubPlace>Lisboa</pubPlace>
      <date>Jan 12 1411</date>
      <availability>
        <licence target="http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/">
          Creative Commons Attribution-ShareAlike (CC BY-SA)
        </licence>
      </availability>
    </publicationStm>
    ...
  </fileDesc>
</teiHeader>

```

6. Objetivos e requisitos

O sistema de informação desenvolvido, designado *Sistema de Edição Digital Colaborativa* (EDICOLAB), visa simplificar a colaboração no processo de construção de uma edição crítica multidisciplinar, permitindo também a publicação das edições críticas numa página web acessível ao público. O sistema procurou cumprir os seguintes objetivos:

- Implementar um editor de texto TEI capaz de validar o código-fonte a nível sintático, facilitando o processo de edição tanto para utilizadores com diferentes níveis de experiência.
- Possibilitar a edição colaborativa de um documento, permitindo que vários utilizadores contribuam para a construção da edição de forma simultânea.
- Gerir as permissões de leitura e escrita dos diferentes utilizadores no modo edição, garantindo um controlo eficaz sobre quem pode aceder e modificar o documento.
- Implementar um visualizador TEI que construa uma representação visual a partir das etiquetas XML.
- Implementar um visualizador de imagens de alta resolução do documento, permitindo que os utilizadores se foquem em detalhes específicos.
- Possibilitar a construção de um glossário colaborativo que possa ser consultado durante a edição ou leitura de um documento, facilitando a compreensão de termos específicos.
- Desenhar uma arquitetura baseada em tecnologias web que assegure a escalabilidade horizontal do sistema, permitindo que este cresça em resposta à crescente utilização.

A edição colaborativa é uma funcionalidade associada a uma aplicação de edição de texto, que permite que duas pessoas ou mais modifiquem o mesmo documento. É utilizado um mecanismo de *locking*, que faz com que quando um utilizador abre um documento no modo de edição este fique com a exclusividade de o editar. Só quando o utilizador fecha o documento é que outro pode tomar o seu lugar e fazer alterações.

O visualizador compreende a leitura do documento e a visualização das imagens fac-símile. O visualizador do documento é uma aplicação que permite aos utilizadores visualizar um documento para além do seu código-fonte. Normalmente, os visualizadores interpretam as etiquetas XML e dão-lhes um aspeto gráfico. O visualizador das imagens fac-símile é um visualizador de fotografias de alta resolução do documento original.

O glossário, neste sistema, é entendido como uma lista de palavras que explicam o significado de termos através de definições, equivalências ou contextos textuais. Normalmente, numa edição crítica construída recorrendo a software de edição de texto, esta lista aparece no fim da edição de forma não sistematizada. Contudo, uma vez que o TEI prevê etiquetas próprias para a codificação de glossários, é possível sistematizar esta informação, enriquecendo assim a experiência de leitura de uma edição.

Da análise dos objetivos resultou uma lista de requisitos funcionais e não funcionais com diferentes prioridades. Os requisitos funcionais referem-se a funcionalidades do sistema, enquanto os não funcionais evidenciam comportamentos e características do sistema.

Entre os requisitos mais relevantes, destaca-se a introdução de um editor de texto WYSIWYG permite a marcação direta do corpo do documento. Esta é uma abordagem prática para utilizadores mais experientes que desejam manipular o código-fonte TEI de forma direta.

Figura 3. Editor de texto (Foral de Trancoso, 1217)

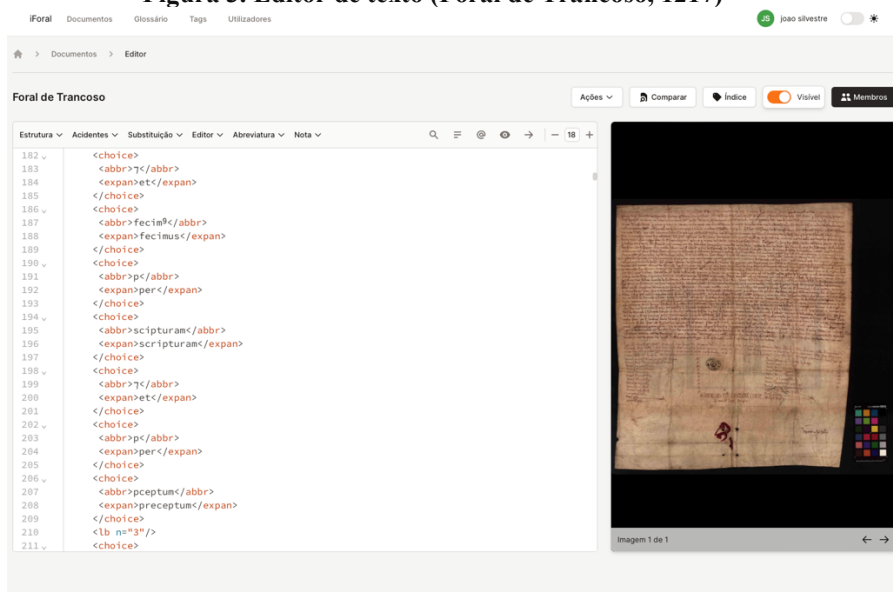
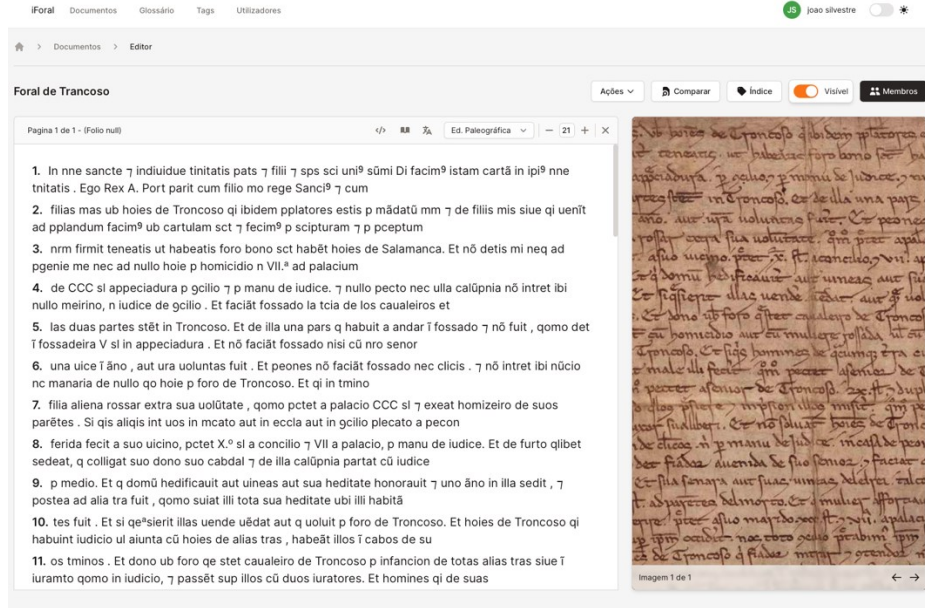


Figura 4. Visualizador de texto, edição paleográfica (Foral de Trancoso, 1217)

Ainda assim, a exigência de suporte para edição direta e indireta do código-fonte é assegurada pela presença de menus, que facilitam a personalização de etiquetas TEI para utilizadores menos experientes. Foi também considerado prioritário a criação de um formulário para a recolha de metadados do cabeçalho de uma edição TEI.

Figura 5. Formulário do cabeçalho TEI (Foral de Trancoso, 1217)

Editar cabeçalho	
Título Agrupar informações sobre o título da obra e os responsáveis pelo seu conteúdo.	Título da Obra <input type="text" value="Foral de Trancoso"/>
Editores Rui Pedro Neves <small>transcritor</small>	Financiadores FCT
Catarina Coelho <small>encoder</small>	<input type="text" value="FCT"/>
<input type="text" value="Vasco Sousa"/>	<input type="button" value="Selecionar papel"/>
Publicação	
Produtor Centro de História da Universidade de Lisboa	Local de Publicação Lisboa
Data de Publicação 10/12/2022	Licença Creative Commons Attribution-ShareAlike (CC BY-SA)
Descrição da Fonte	
País Portugal	Instituição Arquivo Nacional Torre do Tombo
Local Lisboa	Repositório Fetos da Coreia
Idno PT/TT/F/CI/001427	Data de Origem 01/10/1217 - 23/01/2024

A implementação de um mecanismo de pesquisa no texto existente na base de dados do sistema é igualmente um dos requisitos basilares deste projeto. Esta funcionalidade dá aos utilizadores a capacidade de filtrar os documentos por intervalo de datas, título do foral e língua em que está redigido. Para além da pesquisa básica, existe também um modo avançado de pesquisa de texto, que possibilita a inserção de palavras em pesquisa simples ou em contexto.

A compilação de um glossário TEI através de formulário garante a interoperabilidade do glossário construído no sistema de informação entre diferentes plataformas, promovendo a consistência e a eficaz utilização dos dados.

Assegurar a autenticação dos utilizadores é importante para possibilitar a colaboração em documentos, com base em permissões individuais. Isso permite que os administradores possam convidar novos membros para edição e impede que os membros da equipa alterem documentos dos quais não são editores.

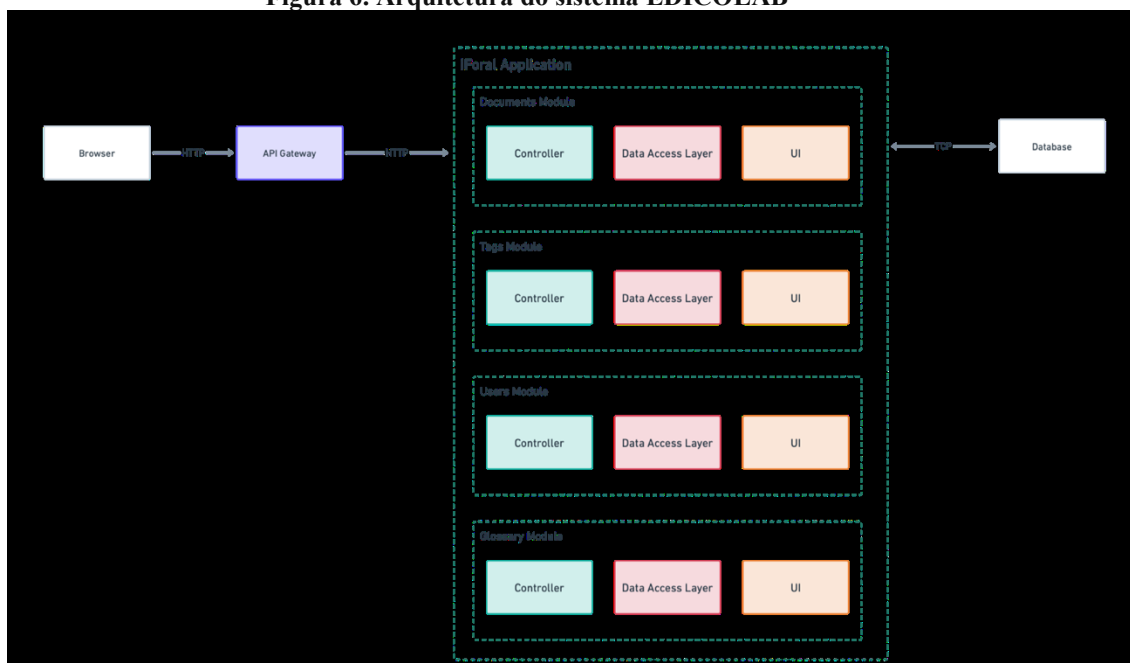
Por último, a implementação de um visualizador permite a consulta de imagens em alta resolução durante todo o processo de edição, simplificando a tarefa dos utilizadores e eliminando a necessidade de alternância entre duas aplicações.

No que diz respeito aos requisitos não funcionais, que não são o foco do presente trabalho, foram considerados requisitos que asseguram a usabilidade do sistema, a segurança e o desempenho.

A solução de arquitetura foi desenhada para dar resposta às necessidades do sistema de edição colaborativa, e também para que fosse possível implementá-la dentro do prazo estipulado para o projeto iForal. Trata-se de uma arquitetura monolítica modular, que agrega todas as funcionalidades num único executável que pode ser carregado para um servidor, eliminando a necessidade de comunicação na rede entre as diversas funcionalidades do sistema. Esta arquitetura é indicada para projetos com uma equipa de desenvolvimento pequena e com prazos de conclusão curtos.

Os detalhes técnicos do diagrama apresentado na figura 6 podem ser consultados em (Sousa, 2023, pp. 41–43).

Figura 6. Arquitetura do sistema EDICOLAB



7. Conclusão

Apesar de existirem várias soluções para a edição digital de manuscritos, justifica-se o desenvolvimento de um sistema de informação que seja adaptado às características documentais e linguísticas específicas dos forais medievais portugueses. Tal sistema deve também considerar a composição das equipas de investigadores dedicadas ao estudo e à edição desses documentos.

O contributo das tecnologias da informação incide sobre três áreas: a colaboração da equipa multidisciplinar, a codificação de textos e a experiência do utilizador.

Sobre a colaboração da equipa multidisciplinar, o sistema de informação deve facilitar a coordenação e distribuição de tarefas entre os colaboradores, promovendo uma comunicação eficiente. Além disso, a capacidade de introduzir informação de forma autónoma assegura que cada membro da equipa possa contribuir de acordo com a sua especialidade.

A codificação do texto de manuscritos medievais é complexa, pois o conjunto documental apresenta testemunhos de diferentes etapas da evolução da língua e das convenções de representação escrita. Embora existam normas de codificação, como a TEI, a aplicação é complexa e exige treino especializado. Neste contexto, é essencial desenvolver soluções tecnológicas que simplifiquem o processo de codificação e transcrição, tornando-o mais intuitivo e acessível aos editores e investigadores.

Financiamento: Esta pesquisa foi elaborada no âmbito do projeto *iForal, Forais Medievais Portugueses: uma perspetiva histórica e linguística na era digital* (PTDC/HAR-HIS/5065/2020), financiado por fundos nacionais pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior).

Referências

- Broux, Y. (2019). PATRIMONIVM: Geography and economy of the imperial properties in the Roman world. <https://patrimonium.huma-num.fr>
- Coelho, M. H. da C. (2011). Municipal power. In J. Mattoso (Dir.), M. de L. Rosa, B. Vasconcelos e Sousa, & M. J. Branco (Eds.), *The historiography of medieval Portugal c. 1950-2010* (pp. 209–230). Instituto de Estudos Medievais.
- Costa, M. J. de A. (1971). Forais. In J. Ferrão (Dir.), *Dicionário de história de Portugal* (vol. 2, pp. 279–281). Iniciativas Editoriais.
- Herculano, A. (Ed.). (1856–1977). *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum, iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis: Leges et consuetudines*. Biblioteca Nacional Digital. <https://purl.pt/12270> ei
- Marotta, D. (2021). Tracing a digital critical edition. The experience of the PhiBor project. *Umanistica Digitale*, 5(10), 89–114. <https://doi.org/10.6092/issn.2532-8816/12623>
- Reis, A. M. (2002). *Origens dos municípios portugueses* (2.^a ed.). Livros Horizonte.
- Reis, A. M. (2006). *História dos municípios (1050-1383)*. Livros Horizonte.
- Reis, A. M. (Ed.). (2019). *Leges et consuetudines: Forais e cartas de povoamento (1^a parte, 1050-1248)*. Academia das Ciências de Lisboa.
- Reis, A. M. (Ed.). (2023). *Leges et consuetudines: Forais e cartas de povoamento (2^a parte, 1244-1385)*. Academia das Ciências de Lisboa.

- Roldão, F., & Serafim, J. (2021). Os mais antigos forais régios portugueses: Uma proposta de estudo e de edição. In R. Martínez Peñín, & G. Caveró Domínguez (Coords.), *Poder y poderes en la Edad Media* (pp. 375–386). Sociedad Española de Estudios Medievales. https://medievalistas.es/wp-content/uploads/2021/08/poder-y-poderes_SEEM-16-WEB.pdf
- Sousa, J. (2023). *Sistema integrado de suporte à edição eletrónica de forais medievais portugueses e de desenvolvimento de um glossário* [Tese de mestrado, Universidade de Aveiro].
- TEI – Text Encoding Initiative. (2007). <https://tei-c.org/>
- Rosselli del Turco, R. (2019). Designing an advanced software tool for Digital Scholarly Editions: The inception and development of EVT (Edition Visualization Technology). *Textual Cultures: Texts, Contexts, Interpretation*, 12, 111–191. <https://doi.org/10.14434/textual.v12i2.27690>
- Rosselli del Turco, R., Pietro, C. D., Julia, K., & Raffaele, M. (2014). EVT - Edition Visualization Technology.

[recebido em 22 de janeiro de 2024 e aceite para publicação em 01 de julho de 2024]

DOS ORTÓGRAFOS PORTUGUESES AOS *PORTUGALLIAE MONUMENTA LINGUISTICA*: A REEDIÇÃO DOS TRATADOS METAORTOGRÁFICOS PORTUGUESES DOS SÉCULOS XVI A XVIII

FROM PORTUGUESE ORTHOGRAPHERS TO *PORTUGALLIAE MONUMENTA LINGUISTICA*: THE RE-EDITION OF PORTUGUESE METAORTHOGRAPHIC TREATISES FROM THE 16TH TO 18TH CENTURIES

Rolf Kemmler*
kemmler@utad.pt

Carlos Assunção**
cassunca@utad.pt

Sónia Coelho***
ccoelho@utad.pt

Susana Fontes****
sfontes@utad.pt

Desde o ano de 2019, a equipa de historiografia linguística portuguesa do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro tem vindo a dedicar uma parte importante da sua atividade de investigação à série monográfica *Ortógrafos Portugueses*, destinada à realização e publicação de edições semidiplomáticas, complementadas com os respetivos estudos introdutórios, da totalidade dos tratados metaortográficos da língua portuguesa desde 1574 até 1796. Para além dos volumes serem publicados em formato digital (pdf) no *site* do CEL, estes livros também farão parte do ‘Corpus Ortográfico do Português’, que integra um projeto de humanidades digitais, o *Portugalliae Monumenta Linguistica*, uma base de dados de apoio à divulgação, consulta e pesquisa de textos linguísticos antigos de origem portuguesa. No presente artigo, pretende-se apresentar a série monográfica *Ortógrafos Portugueses*, as diferentes edições que integram esta coleção, assim como o projeto *Portugalliae Monumenta Linguistica*.

Palavras-chave: Edições semidiplomáticas, Ortógrafos Portugueses, *Portugalliae Monumenta Linguistica*

* Departamento de Letras, Artes e Comunicação, Escola das Ciências Humanas e Sociais, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal. ORCID: 0000-0002-4389-6551.

** Departamento de Letras, Artes e Comunicação, Escola das Ciências Humanas e Sociais, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal. ORCID: 0000-0002-5739-0754.

*** Departamento de Letras, Artes e Comunicação, Escola das Ciências Humanas e Sociais, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal. ORCID: 0000-0002-8611-5209.

**** Departamento de Letras, Artes e Comunicação, Escola das Ciências Humanas e Sociais, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal. ORCID: 0000-0003-4414-9248.

Since 2019, the Portuguese linguistic historiography team at the Centre for the Studies in Letters (CEL) at the University of Trás-os-Montes and Alto Douro has been dedicating a significant part of its research activity to the monographic series *Ortógrafos Portugueses*, aimed at producing and publishing semi-diplomatic editions, complemented by the respective introductory studies, of all the metaorthographic treatises on the Portuguese language from 1574 to 1796. As well as the volumes being published in digital format (pdf) on the CEL website, these books will also form part of the ‘Corpus Ortográfico do Português’, which is part of a digital humanities project, the *Portugalliae Monumenta Linguistica*, a database to support the dissemination, consultation and research of old linguistic texts of Portuguese origin. The aim of this article is to present the monographic series *Ortógrafos Portugueses*, the different editions that make up this collection, as well as the *Portugalliae Monumenta Linguistica* project.

Keywords: Semi-diplomatic editions, Portuguese Orthographers, *Portugalliae Monumenta Linguistica*

•

1. Introdução

Em 1536, surgiu em Portugal a “[...] primeyra anotação que Fernão doliveyra fez da lingua Portuguesa” (Oliveira, 1536, fl. 1v), um tratado linguístico (Kemmler, 2007, p. 378), intitulado *Grammatica da lingoagem portuguesa* da autoria de Fernão de Oliveira (1507–1581). Quatro anos mais tarde, em 1540, surgiu a *Grammatica da lingua Portuguesa* de João de Barros (1496–1570), que foi considerada por Schäfer-Prieß (2019, p. 1) a primeira gramática portuguesa propriamente dita a ser impressa.

Ao longo de 13 dos 50 capítulos da sua obra, desde o “Capitolo seysto” até ao “Capitolo décimo oitavo” (Oliveira, 1536, fls. 5r–7r), Fernão de Oliveira dedica-se à descrição do que hoje se considerariam grafemas, sons e fonemas da língua portuguesa. Por seu turno, Barros (fls. 40r–50r) apresenta um capítulo intitulado “Da orthografia”, em que se encontram considerações detalhadas acerca dos grafemas e dos sons da língua portuguesa. À semelhança do que aconteceu com as primeiras gramáticas a serem impressas nos principais vernáculos neolatinos, ou seja, Nebrija (Espanha), 1492, Fortunio (Itália), 1516, e Meigret (França), 1550, as primeiras obras metagramaticais portuguesas apresentam uma forte preocupação com a ortografia da respetiva língua vernácula.

Graças a várias edições das obras metagramaticais e metaortográficas dos autores portugueses quinhentistas¹ e outros estudos científicos que Maria Leonor Carvalhão Buescu (1932-1999) realizou nas décadas de 1970 e 1980,² assim como devido a outros trabalhos que têm sido publicados desde a década de 1990,³ sabe-se que a tradição dos

¹ A autora editou as obras de Barros (1971), Gandavo (1981), Leão (1983) e Oliveira (1975), fazendo-as acompanhar de um estudo introdutório.

² Dentro da obra historiográfico-linguística da autora, merecem destaque as monografias *Gramáticos portugueses do século XVI* (Buescu, 1978), *Babel ou a ruptura do signo* (Buescu, 1983), *Historiografia da Língua Portuguesa: Século XVI* (Buescu, 1984), assim como os seus artigos de 1971, 1977, 1988, 2000.

³ Neste âmbito, são de destacar, em ordem sequencial, o artigo “Portugiesisch: Geschichte der Verschriftung” [O português: história da ortografia] de Winkelmann (1994), o artigo “Para uma História

tratados metaortográficos da língua portuguesa de cariz bibliograficamente independente teve o seu início em 1574, com a publicação das *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua portuguesa* de Pero de Magalhães de Gandavo (fl. 1574–1576 [explicação: fl. de lat. *Floruit*, não fólhos]), seguindo-lhe, em 1576, a *Orthographia da lingoa portvgvesa* de Duarte Nunes de Leão (ca. 1530–1608).

Ao contrário do que aconteceu em Itália e em França, os primeiros tratados metaortográficos portugueses não podem ser encarados como fruto de projetos e de polémicas que visavam uma reforma gráfica, mas como tratados linguísticos que viriam a estabelecer uma tradição independente em Portugal, desde o século XVI até aos nossos dias.

2. A série *Ortógrafos Portugueses*

Considerando a importância de preservar, divulgar e tornar acessível aos investigadores e público em geral os tratados metaortográficos portugueses dos séculos XVI a XVIII, surgiu a série monográfica *Ortógrafos Portugueses*, um projeto científico do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), que visa a reedição destas obras numa coleção única. A equipa de investigadores de historiografia linguística deste centro de investigação, sob a liderança do Professor Carlos Assunção, entendeu que havia necessidade de uma nova edição semidiplomática destas obras, que foram impressas ao longo dos primeiros três séculos da tratadística metaortográfica portuguesa.

Até finais de 2023, já foram publicados os primeiros oito volumes, dois em 2019, 2020, 2021 e 2022, respetivamente, estando prevista a publicação de um total de onze volumes. No âmbito deste projeto editorial, a equipa, composta por Carlos Assunção, Rolf Kemmler, Gonçalo Fernandes, Sónia Coelho, Susana Fontes e Teresa Moura, aposta nas Humanidades Digitais, oferecendo, em primeiro lugar, acesso gratuito *online* aos respetivos livros em formato pdf. Numa segunda fase, está prevista a impressão de um número reduzido de exemplares para disponibilização em bibliotecas e para oferta a especialistas.

As referidas edições semidiplomáticas, que visam respeitar a essência da composição tipográfica original de cada uma das obras históricas, são acompanhadas por um estudo introdutório de natureza biobibliográfica e linguística. Estas duas componentes constituem uma fonte documental importante para a disciplina da historiografia linguística de expressão portuguesa.

No prefácio do primeiro volume, a série é apresentada da seguinte forma pelo grupo de autores:

Com o título de *Ortógrafos Portugueses*, esta nova série do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro tem como foco principal a divulgação das obras dos ortógrafos portugueses quinhentistas, seiscentistas e setecentistas e irá reunir

da Ortografia Portuguesa: O texto metaortográfico e a periodização da ortografia do século XVI até aos prelúdios da primeira reforma ortográfica de 1911” de Kemmler (2001), assim como a obra monumental *As Ideias ortográficas em Portugal: De Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)* de Gonçalves (2003).

estudos e edições semidiplomáticas de todos os tratados metaortográficos portugueses do século XVI até ao final do século XVIII. Numa primeira fase, os textos serão publicados em formato impresso, seguindo-se uma divulgação em acesso aberto (Assunção *et al.*, 2019a, p. V).

A série *Ortógrafos Portugueses* começa com o primeiro tratado metaortográfico português, as *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua portuguesa*, que o historiógrafo e ortógrafo quinhentista Pero de Magalhães de Gandavo publicou em 1574. Desde então, até 2001, a obra de Gandavo teve um total de seis edições, sendo a edição organizada pelos investigadores do Centro de Estudos em Letras a sétima.

Figura 1. Gandavo (1574, fl. 1r)

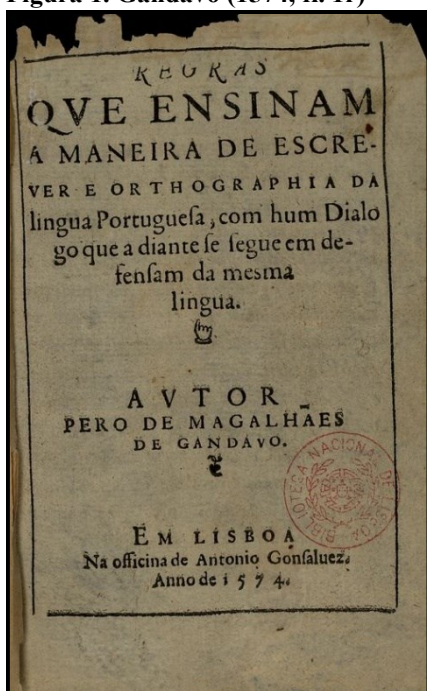
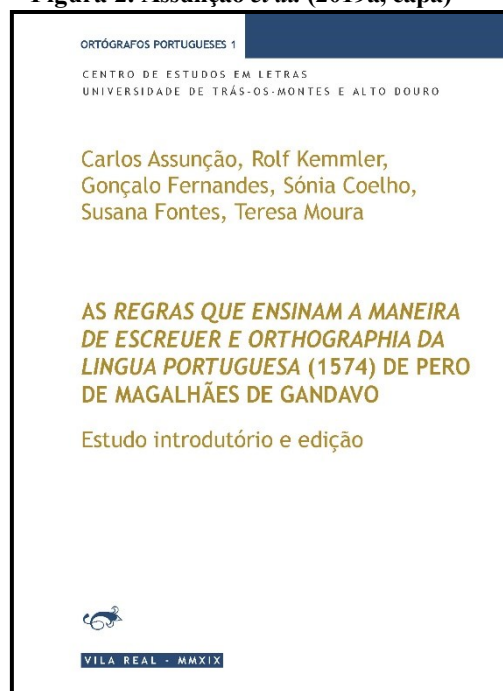


Figura 2. Assunção *et al.* (2019a, capa)



A partir deste ponto de partida da tradição metaortográfica portuguesa, a série *Ortógrafos Portugueses* está projetada para reunir a totalidade dos tratados metaortográficos do século XVI até finais do século XVIII, prevendo-se a publicação dos seguintes volumes:

- Volume 1: *As Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua portuguesa* (1574) de Pero de Magalhães de Gandavo;
- Volume 2: *A Orthographia da lingoa portvgvesa* (1576) de Duarte Nunes de Leão;
- Volume 3: *A Orthographia, ov modo para escrever certo na lingua portuguesa* (1631) de Álvaro Ferreira de Vera;
- Volume 4: *As Regras Gerays, breves, & comprehensivas da melhor orthografia* (1666) de Bento Pereira;
- Volume 5: *A Ortografia da lingva portvgveza* (1671) de João Franco Barreto;
- Volume 6: *A Orthographia, ou Arte de escrever, e pronunciar com acerto a Lingua Portuguesa* (1734) de João de Morais Madureira Feijó;
- Volume 7: *A Orthographia da lingua portugueza* (1736) de Luís Caetano de Lima;
- Volume 8: *O Compendio de Orthografia* (1767) de Luís do Monte Carmelo;

- Volume 9: *A Orthographia da lingua portugueza, ou regras para escrever certo* (1783) de Francisco Félix Carneiro Souto-Maior;
- Volume 10: *O Breve tratado da orthografia para os que não frequentáraõ os estudos* (1792) de João Pinheiro Freire da Cunha;
- Volume 11: *Miscelânea de ortografias seiscentistas e setecentistas* (Assunção *et al.*, 2019a, p. VI).

As edições semidiplomáticas destas obras seguem os seguintes critérios, estabelecidos no prefácio do primeiro volume da coleção:

- a) manteve-se qualquer grafia original e conservaram-se todas as variações gráficas encontradas, não se procedendo à correção de formas do texto original mesmo que os editores as possam julgar incorretas ou erradas existentes. Manteve-se, também, a pontuação original, removendo-se, porém, todos os espaços antes dos sinais de pontuação onde hoje não são habituais.
- b) foram mantidas as letras maiúsculas ou minúsculas conforme se encontram no texto original;
- c) separaram-se as palavras em fim da linha indicada mediante um hífen, mesmo quando ausente do texto original.
- d) manteve-se o itálico existente ao longo do texto original;
- e) mantiveram-se os caracteres <u> ~ <v> e <i> ~ <j>, independentemente do valor de vogal ou consoante;
- f) uniformizaram-se as ocorrências do <f, j, ß> longo com natureza alográfica mediante o emprego do <s> redondo (<s, s, ss>);
- g) substituíram-se os grafemas históricos como <C> (para et ou e) por <&>;
- h) não se procedeu ao desdobramento da nasalação operada pela notação léxica <~>, mantendo-se os demais sinais de abreviatura;
- i) manteve-se a paginação e distribuição em linhas conforme o original;
- j) indica-se do número de fólio ou da página original no fundo da página (Assunção *et al.*, 2019a, pp. VII–VIII).

A opção pela edição semidiplomática teve por objetivo preservar a integridade dos documentos, pensando no público-alvo destas publicações, que poderá estar interessado em realizar diversos estudos de carácter linguístico.

O primeiro volume dos *Ortógrafos Portugueses*, intitulado *As Regras que ensinam a maneira de escrever e ortografia da língua portuguesa (1574) de Pero de Magalhães de Gandavo: Estudo introdutório e edição*, incluindo os elementos paratextuais, ocupa [XXXIII], 72 páginas. No “Estudo introdutório”, que corresponde às páginas IX a XXV, apresenta-se uma panorâmica atualizada sobre a biografia e a bibliografia do primeiro ortógrafo quinhentista.

Depois de uma reflexão acerca da pronúncia do apelido de Pero de Magalhães de Gandavo⁴, que já havia sido objeto de discussão⁴ pela comunidade científica interessada, são apresentadas as obras do autor. Primeiramente, é feita uma introdução às obras

⁴ Mais recentemente, Kemmler (2022) levou a cabo um estudo de cariz monográfico com o título *Gandavo, não Gândavo*, que tem por base novas fontes, de modo a apresentar uma resposta segura e decisiva sobre a possível pronúncia e grafia do estrangeirismo *Gandavo* na língua portuguesa e no sistema gráfico atual.

extralinguísticas, seguindo-se um breve estudo bibliográfico intitulado “As Regras que ensinam a maneira de escrever”. Neste contexto, são apresentadas todas as edições conhecidas desta obra, o seu conteúdo e estrutura, assim como o “Dialogo em defesa da lingua Portuguesa”, que constitui uma parte integrante da famosa obra metalinguística gandaviana.

O estudo introdutório termina com o segundo capítulo, intitulado “As principais ideias ortográficas de Pero de Magalhães Gandavo”, que se detém sobre questões relacionadas com o vocalismo, o consonantismo e a análise das principais definições.

Após o estudo introdutório, segue-se a edição semidiplomática tendo por base a primeira edição das *Regras*. No cabeçalho da edição, a paginação é feita de forma sequencial em números árabes, ao passo que a contagem original de fólhos retos e versos é feita no fundo da página.

Figura 3. Leão (1576, fl. 1r)

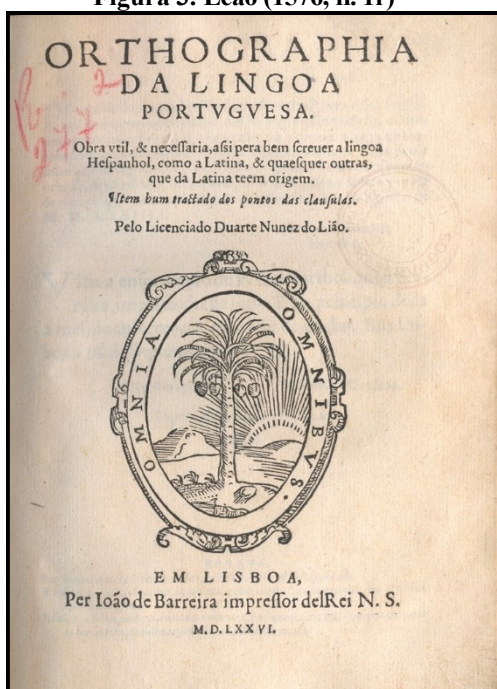
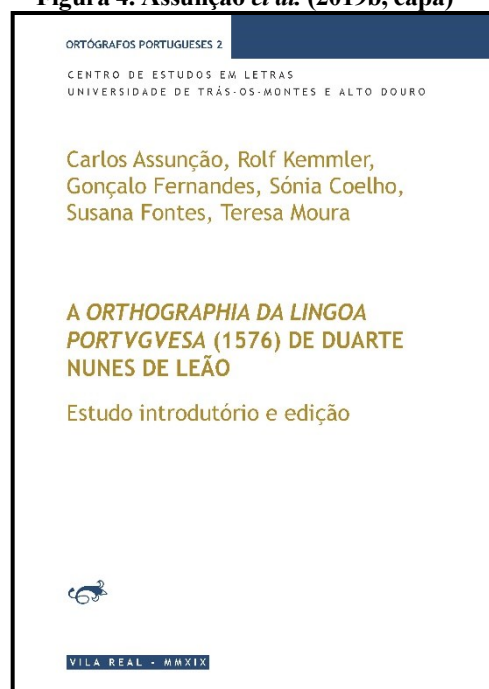


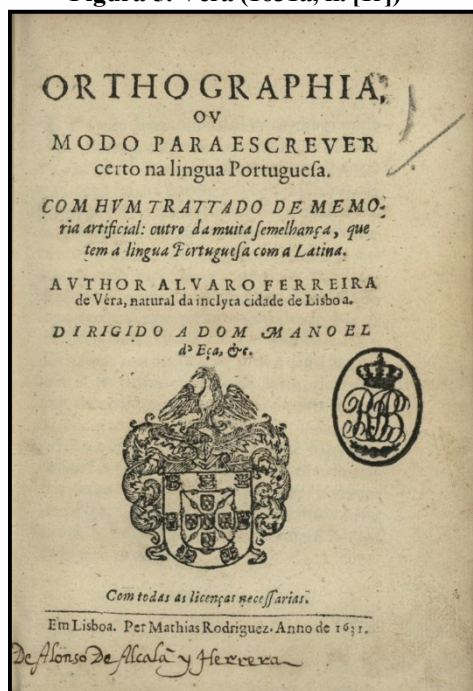
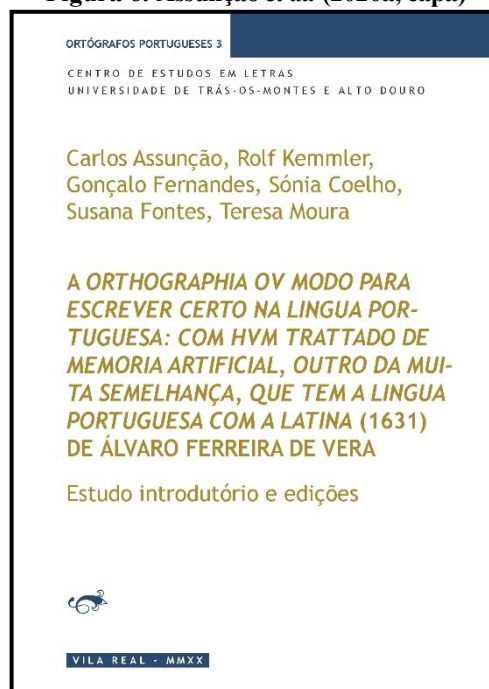
Figura 4. Assunção *et al.* (2019b, capa)



O segundo volume dos *Ortógrafos Portugueses* é dedicado à *Orthographia da lingoa portvgvesa* que o jurista eborense Duarte Nunes de Leão publicou em 1576. Como Leão foi um autor muito fecundo em várias áreas do saber, o “Estudo introdutório”, após um breve resumo da informação biográfica existente, entra em detalhe sobre a sua importante obra jurídica, historiográfica, geográfica e metalinguística. Nesta última área, para além do seu tratado metaortográfico, que é objeto desta edição, a *Origem da Lingoa Portvgvesa* (Leão, 1606) merece especial atenção, devido à importante investigação etimológica e comparatista que apresenta.

Embora tanto a *Orthographia* como a *Origem* tenham sido reeditadas em conjunto por opção dos respetivos editores em três das cinco novas edições (1784, 1864, 1983), nesta quinta edição absteremo-nos de manter esta unidade fictícia das duas obras metalinguísticas do autor quinhentista, reproduzindo, por conseguinte, apenas a *Orthographia* numa edição semidiplomática de um total de 164 páginas.

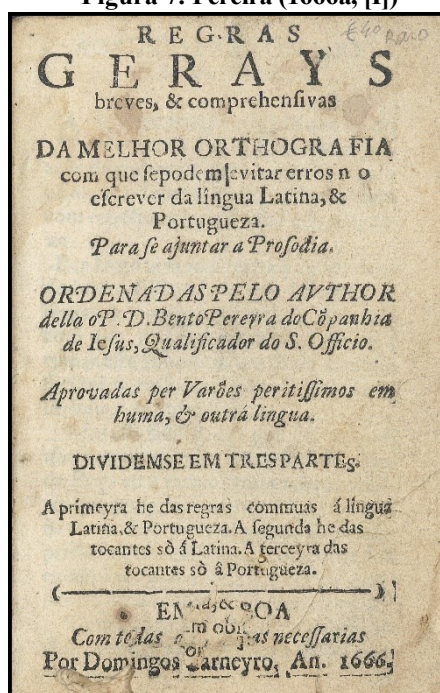
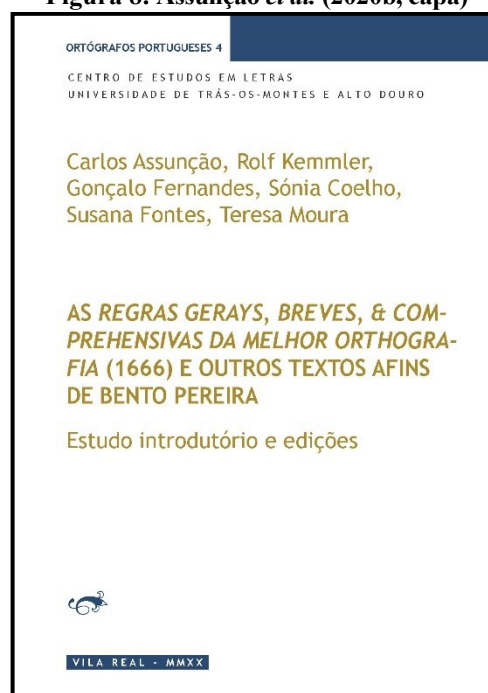
Figura 5. Vera (1631a, fl. [1r])

Figura 6. Assunção *et al.* (2020a, capa)

Publicado no ano de 2020, o terceiro volume da série é o conjunto intitulado *Orthographia, ov modo para escrever certo na lingua Portuguesa: Com hvv trattado de memoria artificial, outro da muita semelhança, que tem a lingua Portuguesa com a Latina*, que o genealogista lisboeta Álvaro Ferreira de Vera (fl. 1631–1646) publicou no prelo lisboeta de Matias Rodrigues em 1631 (Vera, 1631a, 1631b, 1631c, 1631d).

Dado que as reedições recentes de Vera (2009) e Maruyama (2011) não incluem as outras três partes do conjunto dos quatro opúsculos didáticos do autor, a presente edição semidiplomática não é apenas a quarta edição da *Orthographia*, mas é simultaneamente a segunda edição do conjunto completo das obras didáticas do autor. Como este conjunto tem [8] fólios não paginados, seguidos por 88 fólios paginados, a edição ocupa um total de 165 páginas.

Figura 7. Pereira (1666a, [I])

Figura 8. Assunção *et al.* (2020b, capa)

Quanto ao quarto tratado metaortográfico da língua portuguesa, as *Regras Gerays, breves, & comprehensivas da melhor orthografia com que se podem evitar erros n o* [sic!] *escrever da língua Latina, & Portugueza*, do jesuíta borbense Bento Pereira (1605–1681), no início dos trabalhos de edição de texto conheciam-se 'apenas' a primeira edição de Pereira (1666a) do prelo lisboeta de Domingos Carneiro, que se vê na imagem *supra*, e a segunda edição de Pereira (1733), que apareceu 67 anos mais tarde em Coimbra.

Quando o texto do opúsculo, com <ay> grego em 'Gerays' (Pereira, 1666a, [I]), o de Pereira (1733, [I]), com <ai> em 'Gerais', e o capítulo latino “Orthographia Lvsitana Latine breviter exposita tractatu duplici” da gramática latina portuguesa *Ars grammatica* pereiriana de 1672 (Pereira, 1672, pp. 286–323) já se encontravam em fase de revisão, constatámos que a ortografia do exemplar disponível na *Biblioteca Nacional Digital* diferia tão significativamente em termos gráficos da edição de 1666 que tivemos de assumir que esta edição, com <ae> em 'Geraes' (Pereira, 1666e, [I]), deverá ser uma variante setecentista.

A comparação mais pormenorizada dos exemplares das *Regras* existentes a nível mundial revelou que existem pelo menos cinco variantes diferentes datadas de 1666, devendo ainda ser considerados os exemplares divergentes de Pereira (1666b), Pereira (1666c) e Pereira (1666d). Neste contexto, Pereira (1666e) com <ae> destaca-se, porque esta edição apresenta, sem dúvida, características que não pertencem à *editio princeps* do autor seiscentista ou às outras edições presumivelmente seiscentistas, aproximando-se mais da prática (orto)gráfica setecentista.

Considerando que os autores de obras metaortográficas posteriores terão conhecido o texto de Pereira (1666a) ou de qualquer uma das quatro variantes principais existentes, optou-se por reproduzir não só o texto português de Pereira (1666a) e o texto latino do

referido capítulo de Pereira (1672), mas também as edições claramente posteriores (Pereira, 1666e e Pereira, 1733).

Figura 9. Barreto (1671, [I])



Figura 10. Assunção *et al.* (2021a, capa)

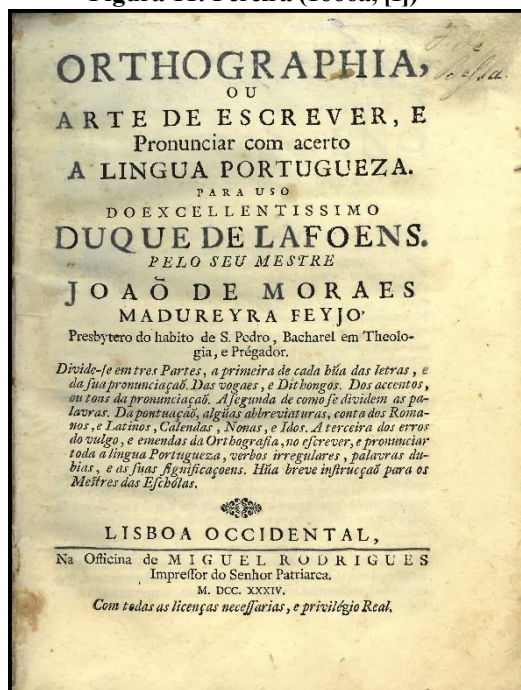
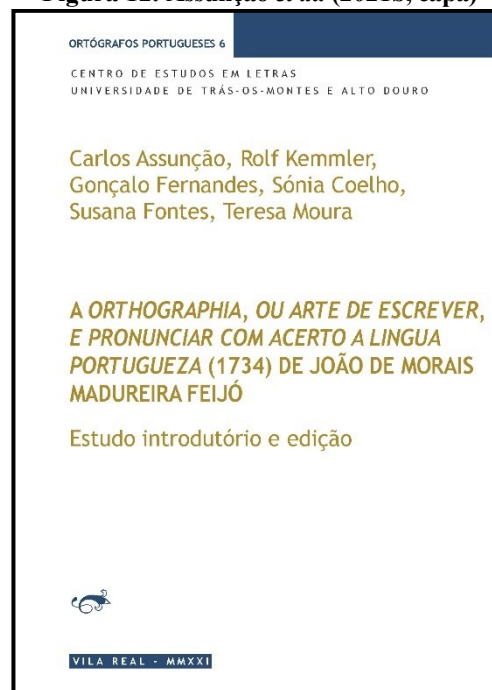


O quinto tratado metaortográfico da presente série é a *Ortografia da lingua portvgveza* da autoria do lisboeta João Franco Barreto (1600-pós-1672). Trata-se de uma obra bastante extensa, que contou apenas com uma única edição.

No início do “Estudo introdutório”, apresenta-se uma biografia sumária do autor, baseada na bibliografia secundária antiga e moderna, assim como em obras de arquivo e outros elementos ainda não considerados pelos investigadores. Atendendo à importância da obra extralinguística do autor na área da literatura, no subcapítulo dedicado às suas obras abordam-se, em primeiro lugar, as “Obras de natureza literária e histórica” para, em seguida, dedicar-se ao tratado metaortográfico do autor, complementado pelo habitual estudo das ideias ortográficas nele contidas. Da análise encetada, pode constatar-se que a *Ortografia* barretiana tem um papel de charneira no que concerne a uma ortografia mais fonetizante:

Na verdade, a reflexão sempre crítica dos preceitos apresentados pelos seus antecessores parece dar a Barreto o papel de continuador e renovador, sobretudo das ideias quinhentistas de Duarte Nunes de Leão, que tinham tanta importância para a teoria ortográfica do século XVII. Até finais deste século, pelo menos nos textos metaortográficos, mas também em outros géneros textuais, foi-se estabelecendo uma ortografia etimologizante baseada predominantemente em considerações de ordem fonética (Assunção *et al.*, 2021a, p. LXVII).

Figura 11. Pereira (1666a, [I])

Figura 12. Assunção *et al.* (2021b, capa)

O sexto volume da coleção é dedicado à *Orthographia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com acerto a Lingua Portugueza* do religioso transmontano João de Moraes Madureira Feijó (ca. 1688–1741). A primeira edição ocupa [X], 553, [III] páginas (Feijó, 1734, IV), sendo um tratado metaortográfico muito abrangente. Como foi constatado em Kemmler (2001, p. 207), “[...] a Orthographia de Feijó não é uma obra totalmente autónoma: trata-se do quarto volume de um comentário da obra *De institutione grammatica libri tres* do jesuíta Manuel Álvares (1572), chamado *Arte explicada*”. Para além das outras componentes do estudo linguístico, esta perspetiva e a verdadeira sequência dos vários volumes da *Arte Explicada* (Feijó, 1729, I/1, 1730, II/1, 1732a, II/2, 1732b, III, 1732c, I/2, 1734, IV) são apresentadas nos artigos “A primeira edição da *Arte explicada* (1729–1734) de João de Moraes Madureira Feijó (1688–1741)” (Kemmler *et al.*, 2018a) e “Um 'cartapácio' na *Gazeta de Lisboa Occidental: A Arte Explicada* (1729–1734) de João de Moraes Madureira Feijó (1688-1741)” (Kemmler *et al.*, 2018b).

O sétimo volume da coleção apresenta a *Orthographia da lingua portugueza* (1736) do teatino lisboeta D. Luís Caetano de Lima (1671–1757), uma obra de [XXIV], 217 [recte 213] páginas, que saiu do prelo lisboeta de António Isidoro da Fonseca (fl. 1735–1748 [mais uma vez fl. de *floruit*]). Com duas variantes impressas na mesma altura, a obra teve ainda uma edição recente, com o *Keyword in Context Index*, do lusitanista japonês Tōru Maruyama (2012).

Figura 13. Lima (1736a, [III])

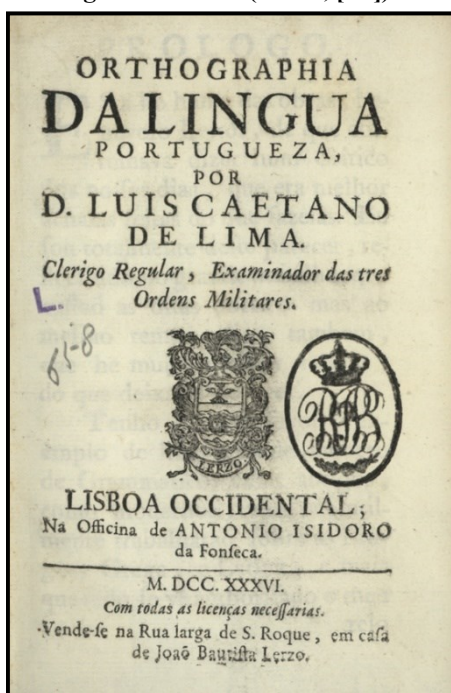
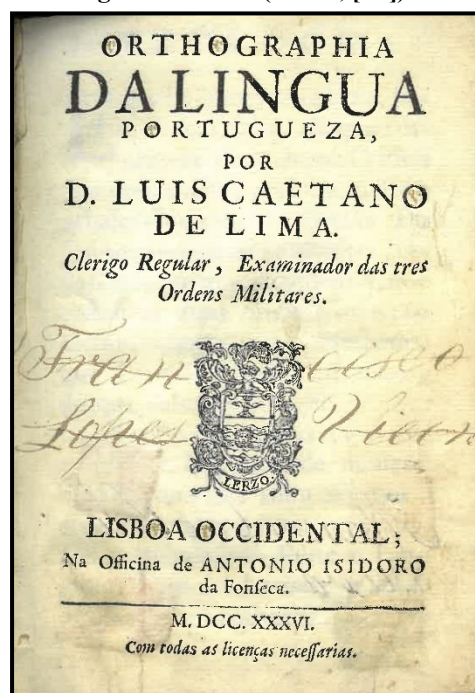
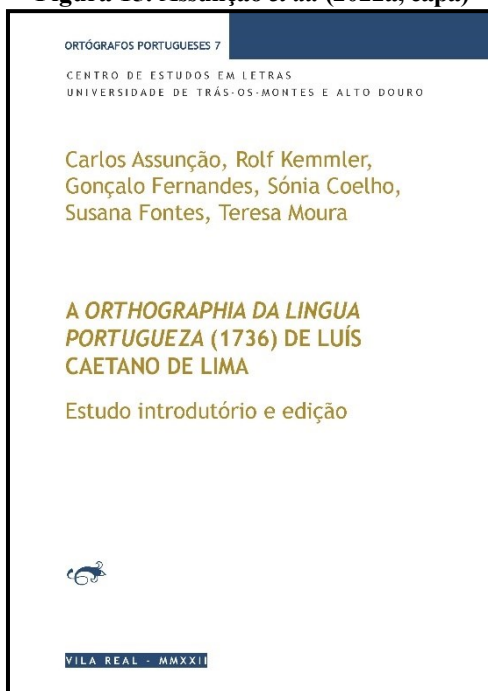
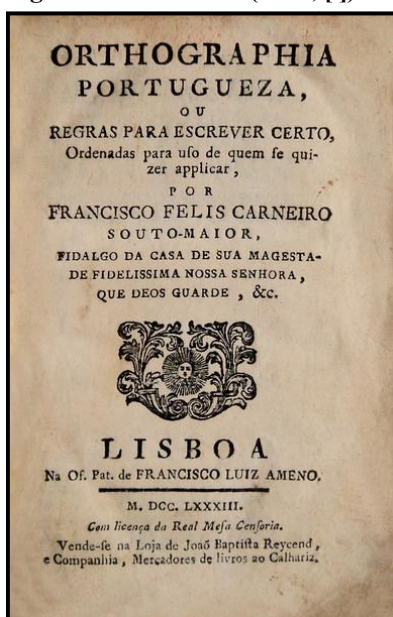


Figura 14. Lima (1736b, [III])

Figura 15. Assunção *et al.* (2022a, capa)

Até ao momento, o último tomo a ser publicado no âmbito da série é o nono volume que se dedica à *Orthographia Portugueza, ou Regras para escrever certo: Ordenadas para uso de quem se quizer applicar* (1783) de Francisco Félix Carneiro Sotomaior (1744–ca. 1827). Impressa em Lisboa por Francisco Luís Ameno (1713–1793), esta obra ocupa [XXXII], 111 páginas e constitui o décimo tratado metaortográfico da língua portuguesa.

Figura 16. Sotomaior (1783, [i])

Figura 17. Assunção *et al.* (2022b, capa)

No atual projeto estratégico do CEL, está prevista a publicação de dois volumes por ano da série *Ortógrafos Portugueses* desde 2019. Assim, prevê-se que a publicação desta série esteja concluída em 2025. Naturalmente, deve ter-se em conta que, devido ao volume da respetiva obra, poderão surgir imprevistos ou atrasos. Se se considerar, a título de exemplo, o *Compendio de Orthografia* de Monte Carmelo (1767), perceber-se-á que esta obra irá exigir muito dos editores do texto semidiplomático, uma vez que este tratado ortográfico de [XXVIII], 772, [VII] páginas, com o seu grande número de elementos paralexográficos, é muito difícil de reproduzir, devido a possíveis constrangimentos da mancha gráfica da série. Neste momento, a edição deste volume encontra-se em curso, juntamente com a edição do *Breve tratado da orthografia* (1792) de João Pinheiro Freire da Cunha, que constituirão os livros 8 e 10 da coleção.

Finalmente, no que diz respeito ao último volume da coleção, que visa reunir as obras de menor envergadura, a intenção é incluir todos os textos metaortográficos portugueses relevantes até finais do século XVIII.

3. A historiografia linguística portuguesa nos *Portugalliae Monumenta Linguistica* (PML)

Para além do supramencionado acesso aberto aos livros em formato pdf e a disponibilização gratuita de alguns exemplares a algumas bibliotecas selecionadas, está também disponível um *website* dinâmico que permite o acesso, a consulta e a pesquisa de textos linguísticos antigos de origem portuguesa, nomeadamente gramáticas e ortografias do português, desde o século XVI até ao início do século XX.

Este portal de apoio à divulgação, consulta e investigação, designado de “Portugalliae Monumenta Linguistica (PML) || Monuments of Portuguese Linguistics (MPL)”, contempla três subprojetos: 1. Corpus Gramaticográfico do Português (CGP) || Portuguese Grammaticographic Corpus (PGC), 2. Corpus Ortográfico do Português

(COP) || Portuguese Orthographic Corpus (POC) e 3. Corpus Linguístico Missionário Português (CLMP) || Corpus of Portuguese Missionary Linguistics (CPML).

Na senda de colaborações anteriores realizadas pelos investigadores do CEL em *corpora* estrangeiros para humanidades digitais, pretende-se, com este projeto, continuar a favorecer o *Open Access* e permitir que todos os investigadores do mundo que estudam a História da Linguística e da Ortografia Portuguesas e a Historiografia Linguística Missionária do Padroado Português tenham acesso a um conjunto de fontes primárias difíceis de obter, constituídas em edições semidiplomáticas cientificamente bem elaboradas e digitalizadas, tendo igualmente acesso às melhores edições facsimiladas.

O *website* funciona como uma base de dados dinâmica, no qual os utilizadores poderão pesquisar obras por títulos, autores, termos, entre outros aspetos. Aos investigadores do CEL, permite igualmente, através de *backoffice*, uma atualização constante da base de dados, quer pela inserção de novas obras, quer pela atualização de informações das obras listadas.

O portal destina-se a servir como uma bibliografia complementar muito relevante para os investigadores, mas deverá igualmente ser uma ferramenta de comunicação e de divulgação do trabalho e dos investigadores do CEL à comunidade científica, servindo-se, para este efeito, da criação de marca e identidade visual para o portal, tendo em conta a identidade visual do CEL. Para além disso, haverá ainda lugar a uma componente de criação de peças de apoio à divulgação do Portal nas redes sociais.

Para este projeto, as tecnologias utilizadas serão *ASP.NET*, juntamente com a biblioteca de *JavaScript jQuery*, *HTML5* e *CSS3*. O *layout* da plataforma será um *layout responsive*, estando assim adaptado a qualquer tipo de dispositivo (*PC*, *smartphone*, *tablet*). Relativamente ao sistema de base de dados, este irá assentar numa base de dados *MS-SQL*. Para a arquitetura da plataforma, será implementado um sistema multicamada em que cada uma assumirá responsabilidades diferentes dentro do próprio sistema. O sistema proposto garante também a integração e integridade de dados, automatizando assim os processos, bem como evitando a duplicação de informação na base de dados. Além disso, o sistema terá uma gestão de permissões, com a criação de grupos de utilizadores, com diferentes tipos de acessos, bem como de um registo de cada alteração efetuada nos dados. Será feito também o registo de toda a atividade quer no *backoffice*, quer no *frontoffice* do portal.

4. Conclusões

Para complementar o número considerável de estudos e de edições digitais das gramáticas portuguesas desde o século XVI até 1822 que já existem, a série de onze livros de edições semidiplomáticas da totalidade dos tratados metaortográficos portugueses desde 1574 até 1796, quer sejam bibliograficamente independentes quer tenham sido publicados em formato bibliograficamente dependente, vem colmatar uma lacuna na área da historiografia linguística portuguesa. Por outro lado, a disponibilização gratuita *online* dos livros com os correspondentes estudos introdutórios e a sua migração para o *Corpus Ortográfico do Português*, permite, pela primeira vez, à comunidade académica interessada o acesso completo ao corpus metaortográfico dos primeiros três séculos.

Além disso, a existência do *Corpus Ortográfico do Português* como um dos três pilares dos *Portugalliae Monumenta Linguistica* é uma mais-valia adicional, na medida em que permite o acesso aos textos disponibilizados numa base de dados pesquisável, na qual passarão a ser possíveis consultas *online* de lemas individuais, a elaboração e consulta de concordâncias, entre outras funcionalidades, constituindo-se, assim, como outra ferramenta relevante não só para a área da historiografia linguística, mas também para a linguística histórica.

Financiamento: Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no âmbito do Centro de Estudos em Letras, com a referência n.º UIDP/00707/2020 (DOI 10.54499/UIDB/00707/2020 – <https://doi.org/10.54499/UIDB/00707/2020>).

Referências

- Álvares, A. da S. (1715). *Regras de escrever certo, & Exemplar de Contas, em que se ensina com toda a clareza o methodo da boa Orthographia, e juntamente a praxe das quatro especies da Conta*, composto por Antonio da Sylva Alvares, natural da Cidade do Porto, e morador na de Coimbra. No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus.
- Assunção, C., Kemmler, R., Fernandes, G., Coelho, S., Fontes, S., & Moura, T. (2019a). *As Regras que ensinam a maneira de escrever e ortografia da língua portuguesa (1574) de Pero de Magalhães de Gandavo: Estudo introdutório e edição*. Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. https://www.utad.pt/wp-content/uploads/sites/7/2020/04/CEL_Orto%CC%81grafos-Portugueses_1-1.pdf
- Assunção, C., Kemmler, R., Fernandes, G., Coelho, S., Fontes, S., & Moura, T. (2019b). *A Orthographia da lingua portuguesa (1576) de Duarte Nunes de Leão: Estudo introdutório e edição*. Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. https://www.utad.pt/wp-content/uploads/sites/7/2020/04/CEL_Orto%CC%81grafos-Portugueses_2.pdf
- Assunção, C., Kemmler, R., Fernandes, G., Coelho, S., Fontes, S., & Moura, T. (2020a). *A Orthographia, ov modo para escrever certo na lingua portuguesa: Com hvm trattato de memoria artificial, outro da muita semelhança, que tem a lingua Portuguesa com a Latina (1631) de Álvaro Ferreira de Vera: Estudo introdutório e edições*. Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2021/03/CEL_Portuguese-Orthographers_3.pdf
- Assunção, C., Kemmler, R., Fernandes, G., Coelho, S., Fontes, S., & Moura, T. (2020b). *As Regras gerays, breves, & comprehensivas da melhor orthografia (1666) e outros textos afíns de Bento Pereira: Estudo introdutório e edições*. Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. <https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2021/07/OP4.pdf>
- Assunção, C., Kemmler, R., Fernandes, G., Coelho, S., Fontes, S., & Moura, T. (2021a). *A Ortografia da lingua portvgveza (1671) João Franco Barreto: Estudo introdutório e edição*. Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Assunção, C., Kemmler, R., Fernandes, G., Coelho, S., Fontes, S., & Moura, T. (2021b). *A orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza (1734) João de Moraes Madureira Feijó: Estudo introdutório e edição*. Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Assunção, C., Kemmler, R., Fernandes, G., Coelho, S., Fontes, S., & Moura, T. (2022a). *A orthographia da lingua portugueza (1736) de Luís Caetano de Lima: Estudo introdutório e edição*. Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

<https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2023/07/OP7-Ortografos-Portugueses-Lima-1736.pdf>

- Assunção, C., Kemmler, R., Fernandes, G., Coelho, S., Fontes, S., & Moura, T. (2022b). *A orthographia da lingua portugueza, ou regras para escrever certo (1783) de Francisco Félix Carneiro Sotomaior: Estudo introdutório e edição*. Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. <https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2023/07/OP9-Ortografos-Portugueses-Sotomaior-1783.pdf>
- Barreto, J. F. (1671). *Ortografia da lingua portvgueza*, per Ioam Franco Barreto, oferecida ao S^{or} Francisco de Mello, filho primogenito do S^{or} Garcia de Mello, do Conselho de S.A. & seu Monteyro môr. Na Officina de Ioam da Costa; A custa de Antonio Leyte Mercador de Livros, na rua nova. <https://purl.pt/18>
- Barros, J. de. (1540). *Grammatica da lingua portuguesa* (1.^a ed.). Apud Lodouicum Rotorigiũ Typographum.
- Barros, J. de. (1971). *Gramática da línguapPortuguesa: Cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da Viciosa Vergonha* (Leit., Introd., Notas, M. Buescu) [Reprodução fac-similada]. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Buescu, M. L. C. (1971). Dois Ortografistas do século XVI. *Boletim de Filologia*, 22, 33–42.
- Buescu, M. L. C. (1977). A Ortografia de Duarte Nunes do Lião. *Revista da Faculdade de Letras*, 1(4), 253–260.
- Buescu, M. L. C. (1978). *Gramáticos portugueses do século XVI*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação.
- Buescu, M. L. C. (1983). *Babel ou a ruptura do signo: A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Buescu, M. L. C. (1984). *Historiografia da Língua Portuguesa: Século XVI*. Livraria Sá da Costa.
- Buescu, M. L. C. (1988). A primeira anotação da língua portuguesa. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 2, 59–74.
- Buescu, M. L. C. (2000). 104: Les premières descriptions grammaticales du portugais. In S. Auroux, E. F. K. Koerner, H. J. Niederehe & K. Versteegh (Eds.), *History of the language sciences / Geschichte der Sprachwissenschaften / Histoire des sciences du langage : An international handbook on the evolution of the study of language from the beginnings to the present / Ein internationales Handbuch zur Entwicklung der Sprachforschung von den Anfängen bis zur Gegenwart / Manuel international sur l'évolution de l'étude du langage des origines à nos jours* (vol. I, pp. 756–764). Walter de Gruyter (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaften; Handbooks of Linguistics and Communication Science; HSK).
- Cunha, J. P. F. da. (1792). *Breve tratado da orthografia para os que não frequentáraõ os estudos: Ou Dialogos sobre as mais principaes regras da orthografia uteis para o povo menos instruído, que dezeja acertar na praxe sem grande multiplicidade de regras, que não lhe são faceis de comprehender, e muito mais proveitózos aos meninos, que frequentaõ as escólas*, seu author Joaõ Pinheiro Freire da Cunha, professor público de grammática latina, e portugueza, Septima impressaõ mais acrescentada. Na Officina de Antonio Gomes.
- Feijó, J. de M. M. (1729, I/1). *Explicationes in omnes partes Totius Artis R. P. Emmanuelis Alvarez è Societate Jesu, ad usum excellentissimi Ducis Allafonensis*, Expositæ à Magistro suo Joanne de Moraes Madureyra Feyjo', Ex Ordine Divi Petri Sacerdote Philosopho, ac Theologo, Et olim in præclarissima Societate Jesu Rhetorices Præceptore (1.^a ed.). Ex Prælo Michaelis Rodrigues, Cum facultate Superiorum.
- Feijó, J. de M. M. (1730, II/1). *Arte rxplicada: Segunda parte, Syntaxe, ad usum excellentissimi Ducis Allafonensis*, A' Magistro suo Joanne de Moraes Madureyra Feyjo', Ex Ordine Divi Petri Sacerdote Philosopho, ac Theologo, & olim in præclarissimâ Societate Jesu Rhetorices Præceptore (1.^a ed.). Ex Prælo Michaelis Rodrigues, Cum facultate Superiorum.
- Feijó, J. de M. M. (1732a, II/2). *Arte explicada: Appendiz da syntaxe perfeita, e segundo tomo da segunda parte, Escholios de nomes, e verbos*, Ad usum Excellentissimi Ducis Allafonensis, A Magistro suo Joanne de Moraes Madureyra Feyjo, Ex Ordine Divi Petri Sacerdote Philosopho, ac Theologo, contem todos os escholios dos adjectivos, e verbos, que traz a arte na syntaxe, com as suas significaçoes, casos, e uso, A cada nome adjectivo se ajunta

- o substantivo, o verbo, e adverbio de competente significação, para se variarem as orações, Os verbos se dividem todos pelos cinco generos de neutros, activos, passivos, communs, e depoentes, e no fim os impessoaes, Em cada nome, e verbo se declaraõ as syllabas breves, e longas para a pronunciação; e muitos usos da latinidade. Na Officina de Miguel Rodrigues, Com as licenças necessarias, e privilegio Real.
- Feijó, J. de M. M. (1732b, III). *Arte explicada: Terceira parte, e quarto tomo, syntaxe figurada, syllaba, e versos, com a sua medição*, ad usum excellentissimi Ducis Allafonensis, A Magistro suo Joanne de Moraes Madureyra Feyjo', Ex Ordine Divi Petri Sacerdote, Philosopho, ac Theologo. Na Officina de Miguel Rodrigues, Com todas as licenças necessarias, e privilegio Real.
- Feijó, J. de M. M. (1732c, I/2). *Additamento a' primeira parte da arte explicada, nominativos, e linguagens, contem todos os nomes declinados por todos os seus casos: e todos os verbos conjugados em todos os tempos de cada modo, com as linguagens latinas, e portuguezas, Em cada hum se ajunta a explicação de tudo, o que he necessario para a sua intelligencia, O mesmo se faz em cada modo, e em cada tempo dos verbos com as suas formaçoens, Em hum, e outro principio se ensinaõ os methodos de se perguntarem com mais utilidade*, Pelo seu Autor Joam de Moraes Madureyra Feijo, Mestre do excellentissimo Duque de Lafoens (1.^a ed.). Na Officina de Miguel Rodrigues, Com as licenças necessarias, e privilegio Real.
- Feijó, J. de M. M. (1734, IV). *Orthographia, ou Arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza, Divide-se em tres Partes, a primeira de cada hũa das letras, e da sua pronunciação, das vogaes, e dithongos, dos accentos, ou tons da pronunciação, A segunda de como se dividem as palavras, da pontuação, algũas abbreviaturas, conta dos romanos, e latinos, calendas, nonas, e idos, A terceira dos erros do vulgo, e emendas da orthografia, no escrever, e pronunciar toda a lingua portugueza, verbos irregulares, palavras dubias, e as suas significaçoes, Hũa breve instrucção para os mestres das eschólas*, Para uso do Excellentissimo Duque de Lafoens, Pelo seu Mestre Joaõ de Moraes Madureyra Feyjo', Presbytero do habito de S. Pedro, Bacharel em Theologia, e Prégador (1.^a ed.). Na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Senhor Patriarca.
- Fortunio, G. F. (1516). *Regole grammaticali della volgar lingva* (1.^a ed.). Ancona: per Bernardin Vercellese.
- Gandavo, P. de M. de. (1574). *Regras que ensinam a maneira de escreuer a orthographia da lingua portuguesa: com hum dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua*, autor Pero de Magalhães de Gandauo (1.^a ed.). Na officina de Antonio Gonsaluez. <https://purl.pt/12144>
- Gandavo, P. de M. de. (1981). *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da língua portuguesa: Com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua* (Introd., M. Buescu) [Edição fac-similada da 1.^a Edição]. Biblioteca Nacional.
- Gonçalves, M. F. (2003). *As Ideias ortográficas em Portugal: De Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência e do Ensino Superior.
- Kemmler, R. (2001). Para uma História da Ortografia Portuguesa: O texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911. *Lusorama*, 47–48, 128–319.
- Kemmler, R. (2007). *A Academia Orthográfica Portuguesa na Lisboa do século das luzes: Vida, obras e actividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*. Domus Editoria Europaea.
- Kemmler, R. (2022). *Gandavo, não Gândavo* (Apr., T. Verdelho; rev. científica, T Moura). Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Kemmler, R., Coelho, S., Fontes, S., Moura, T., & Assunção, C. (2018a). A primeira edição da *Arte explicada* (1729-1734) de João de Morais Madureira Feijó (1688-1741) / The first edition of *Arte explicada* (1729-1734) by João de Morais Madureira Feijó (1688-1741). *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, 19(2), 205–223.
- Kemmler, R., Coelho, S., Fontes, S., Moura, T., & Assunção, C. (2018b). Um 'cartapácio' na *Gazeta de Lisboa Occidental*: A *Arte explicada* (1729-1734) de João de Morais Madureira Feijó (1688-1741) / A 'Cartapácio' in the the *Gazeta de Lisboa 1994Occidental*: The *Arte explicada* (1729-1734) by João de Morais Madureira Feijó (1688-1741). *Diacrítica*, 32(1), 209–224. <https://doi.org/10.21814/diacritica.46>

- Leão, D. N. de. (1576). *Orthographia da lingoa portvgvesa: Obra vtil, & necessaria, assi pera bem screuer a lingoa hespanhol, como a latina, & quaesquer outras, que da latina teem origem, Item hum tractado dos pontos das clausulas, pelo licenciado Duarte Nunes do Lião* (1.ª ed.). Per João de Barreira impressor delRei N.S. <https://purl.pt/15>
- Leão, D. N. de. (1606). *Origem da lingoa portvgvesa*, Per Dvarte Nunez de Lião, desembargador da casa da svpplicação, natvral da incltyta cidade de Evora, Dirigida a el Rei Dom Philippe o II de Portugal nosso Senhor (1.ª ed.). Impresso por Pedro Crasbeeck. <https://purl.pt/50>
- Leão, D. N. de. (1784). *Origem, e orthographia da lingua portugueza: Obra util, e necessaria, assim para bem escrever a lingua portugueza, como a latina, e quaesquer outras que da latina tem origem: Com hum tractado dos pontos das clausulas*, Por Duarte Nunes de Liaõ, Desembargador da Casa da Supplicação, &c., Nova Edição Correcta, e emendada (2.ª ed.). Na Typografia Rollandiana.
- Leão, D. N. de. (1864). *Origem, e orthographia da lingoa portugueza: Obra util, e necessaria, assim para bem escrever a lingua portugueza, como a latina, e quaesquer outras que da latina tem origem, com hum tractado dos pontos das clausulas*, Por Duarte Nunes do Leão, Desembargador da Casa da Supplicação, &c., Nova Edição Correcta, e emendada, conforme a de 1784 (3.ª ed.). Typographia do Panorama.
- Leão, D. N. de. (1983). *Ortografia e Origem da Língua Portuguesa* (Int., notas, leitura, M. Buescu). Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Lima, L. C. de. (1736a). *Orthographia da lingua portugueza*, por D. Luis Caetano de Lima, Clerigo Regular, Examinador das tres Ordens Militares. Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca; Vende-se na Rua larga de S. Roque, em casa de Joaõ Bautista Lerzo.
- Lima, L. C. de. (1736b). *Orthographia da lingua portugueza*, por D. Luis Caetano de Lima, Clerigo Regular, Examinador das tres Ordens Militares. Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca.
- Maruyama, T. (2011). *Keyword in context index of the Orthographia ou modo para escrever certo na lingua portuguesa (1631) by Alvaro Ferreira de Vera*. Department of Japanese Studies, Nanzan University.
- Maruyama, T. (2012). *Keyword in context index of the Orthographia da lingua portugueza (1736) by D. Luis Caetano de Lima*. Department of Japanese Studies, Nanzan University.
- Meigret, L. (1550). *Le tretté de la grammere françoëze* (1.ª ed.). Chés Chrestien Wechel.
- Monte Carmelo, L. do. (1767). *Compendio de Orthografia, com sufficientes catalogos e novas regras, paraque em todas as provincias, e dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a orthología e prosódia, isto he, a recta pronunciaçam, e accentos proprios da lingua portugueza: accrescentado com outros novos catalogos, e explicaçam de muitos vocabulos antigos, e antiquados, para intelligencia dos antigos escritores portuguezes; de todos os termos vulgares menos cultos, e mais ordinarios, que sem algũa necessidade nam se devem usar em discursos eruditos; das frases, e dicçoens cómicas de mais frequente uso, as quaes sem hum bom discernimento nam se devem introduzir em discursos graves, ou sérios; e finalmente dos vocabulos, e diversos abusos da plebe, mais conhecidos, e contrarios ao nosso Idioma, os quaes sempre se-devem corrigir, ou evitar*, Composto pelo R. P. M. Fr. Luis do Monte Carmelo, religioso Carmelita Descalço, escritor da sua Ordem, consultor do Santo Officio, e examinador das tres Ordens Militares, impresso á custa de hum amigo do R. Auctor. Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.
- Nebrija, [E.] A. de. (1492). *A la mui alta τ assi esclarecida princesa doña Isabel la tercera deste nombre Reina i señora natural de españa e las islas de nuestro mar: Comiença la gramatica que nueva mente hizo el maestro Antonio de lebrixa sobre la lengua castellana, τ pone primero el prologo*. Imprenta de Antonio de Lebrixa.
- Oliveira, F. de. (1536). *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1.ª ed.). Acabouse dempremir esta premeira anotação da lingua portuguesa. por mandado do muy manifico senhor dom Fernando Dalmada. ã casa d[e] Germão galharde a. xxvij. dias do mes de Janeyro de mil & q[ui]nhêtos & trinta & seis annos de nossa saluaçam. Deo gratias.
- Oliveira, F. de. (1975). *A Gramática da Linguagem Portuguesa*, por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- Pereira, B. (1666a). *Regras gerays breves, & comprehensivas da melhor orthografia com que se podem evitar erros n o escrever da língua latina, & portugueza, Para se ajuntar a prosodia*, Ordenadas pelo avthor della o P. D. Bento Pereyra da Cõpanhia de Iesus, Qualificador do S. Officio, aprovadas per varões peritissimos em huma, & outrá lingua, *Dividemse em tres partes, A primeira he das regras commuas á lingua latina, & portugueza, A segunda he das tocantes só á latina, A terceyra he das tocantes só á portugueza* (1.^a ed.). Por Domingos Carneyro.
- Pereira, B. (1666b). *Regras gerays, breves, & comprehensivas da melhor orthografia com que se podem evitar erros no escrever da lingua latina, & portugueza: Para se ajuntar à prosodia*, Ordenadas pelo avthor della o P. D. Bento Pereyra da Companhia de Jesus, Qqalificador do S. Officio, aprovadas por vvroões peritissimos em huma, & outra lingua, *Dividemse em tres partes, A primeira he das regras commuas á lingua latina, & portugueza, A segunda he das tocantes só á latina, A terceyra he das tocantes só á portugueza* (1.^a ed.). Por Domingos Carneyro.
- Pereira, B. (1666c). *Regras gerays, Breves, & comprehensivas da melhor orthografia, com que se podem evitar erros no escrever da lingua latina, & portugueza: Para se ajuntar à prosodia*, Ordenadas pelo avthor della o P. D. Bento Pereyra da Companhia de Jesus, Qualificador do S. Officio, aprovadas por varões peritissimos em huma, & outra lingua, *Dividemse em tres partes, A primeira he das regras commuas à lingua latina, & portugueza, A segunda he das tocantes só à latina, A terceyra he das tocantes só à portugueza* (1.^a ed.). Por Domingos Carneyro.
- Pereira, B. (1666d). *Regras gerays, breves, & comprehensivas da melhor orthografia, com que se podem evitar erros no escrever da lingua latina, & portugueza: Para se ajuntar à prosodia*, Ordenadas pelo avthor della o P. D. Bento Pereyra da Companhia de Jesus, qualificador do S. Officio, aprovadas por varoões peritissimos em huma, & outra lingua, *Dividemse em tres partes, A primeira he das regras commuas à lingua Latina, & portugueza, A segunda he das tocantes só à latina, A terceyra he das tocantes só à portugueza* (1.^a ed.). Por Domingos Carneiro.
- Pereira, B. (1666e). *Regras geraes, breves, e comprehensivas da melhor orthografia, com que se podem evitar erros no escrever da lingua latina, e portugueza: Para se ajuntar à prosodia*, Ordenadas pelo author della, o P. D. Bento Pereira da Companhia de Jesus, qualificador do Santo Officio, aprovadas por varões peritissimos em huma, e outra lingua, *Dividem-se em trez partes, A primeira he das regras commuas à lingua latina, e portugueza, A segunda he das tocantes só à latina, A terceira he das tocantes só à portugueza* (1.^a ed.). Por Domingos Carneiro. <https://purl.pt/29112>
- Pereira, B. (1672). *Ars grammaticæ pro lingva Lvsitana addiscenda Latino Idiomate proponitur: In hoc libello, velut in quædam academiola diuisa in quinque classes, instructas subseiliis, recto ordine dispertitis, vt ab omnibus tum domesticis, tum exteris frequentari possint, Ad finem ponitur Ortographia, ars rectè scribendi, vt sicut prior docet rectè loqui, ita posterior doceat rectè scribere linguam Lusitanam, In gratiam Italorum coniugationibus Lusitanis Italæ correspondent*, Authore P. Doct. Benedicto Pereira, Societ. Iesv, Portugallensi Borbano, in Supremo Lusitaniæ S. Inquisitionis Tribunali Censorio Qualificatore, & modò Romæ pro assistentia Lusitana Revisore (1.^a ed.). Sumptibus Lavrentii Anisson.
- Pereira, B. (1733). *Regras gerais, breves, e comprehensivas da melhor orthografia com que se pôdem evitar erros no escrever da lingua latina, & portugueza: Para se ajuntar à prosodia*, Ordenadas pelo author della O P. D. Bento Pereyra da Cõpanhia de Iesus, qualificador do S. Officio, *Aprovadas por varoões peritissimos em huma, & outra lingua, dividemse em tres partes, A primeira he das regras commuas à lingua latina, & portugueza, A segunda he das tocantes só à latina, A terceyra he das tocantes só à portugueza* (2.^a ed.). Na Of. de Joseph Antunes da Sylva, Impressor da Universidade.
- Schäfer-Prieß, B. (2019). *A gramaticografia portuguesa até 1822: Condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa* (Intr., C. Assunção & G. Fernandes; Trad., J. F. da Silva; Ed., R. Kemmler; Ver., S. Coelho & S. Fontes). Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2019/02/CEL_Lingui%CC%81stica_14.pdf
- Sotomaior, F. F. C. (1783). *Orthographia portugueza, ou Regras para escrever certo: Ordenadas para uso de quem se quizer applicar*, por Francisco Felis Carneiro Souto-Maior, Fidalgo

- da Casa de sua Magestade Fidelissima Nossa Senhora, que Deos guarde, &c.. Na Of. Pat. de Francisco Luiz Ameno.
- Vera, Á. F. de. (1631a). *Orthographia, ov modo para escrever certo na lingua portuguesa: Com hvm tratado de memoria artificial, outro da muita semelhança, que tem a lingua portuguesa com a latina*, Author Alvaro Ferreira de Véra, natural da inclyta cidade de Lisboa, Dirigido a Dom Manoel d'Eça &c. Per Mathias Rodriguez. <https://purl.pt/12>
- Vera, Á. F. de. (1631b). *Modo para saber contar per calendas, nonas, & idus: & pelas notas, & abbreviaturas dos romanos, & gregos*, Feito pelo mesmo Author Alvaro Ferreira de Véra. Per Mathias Rodriguez.
- Vera, Á. F. de. (1631c). *Memoria artificial ov modo para adquirir memoria per arte*, Dirigido a Dom Manoel d'Eça &c., Per Alvaro Ferreira de Véra. Per Mathias Rodriguez.
- Vera, Á. F. de. (1631d). *Breves lovvores da lingva portvgvesa, com notaveis exemplos da muita semelhança, que tem com a lingua latina*, Dirigido a Dom Manoel d'Eça &c., Per Alvaro Ferreira de Véra. per Mathias Rodriguez.
- Vera, Á. F. de. (2009). *Orthographia ov modo para escrever certo na lingua portuguesa* (Apr., transc., notas, W. Netto. São Paulistana Editora. <https://doi.editoracubo.com.br/10.4322/85-99829-04-1>.
- Winkelmann, O. (1994). Portugiesisch: Geschichte der Verschriftung. In G. Holtus, M. Metzeltin & C. Schmitt (Hrsg.), *Lexikon der Romanistischen Linguistik (LRL): Band VI/2, Galegisch / Portugiesisch* (VI/2, pp. 472–498). Max Niemeyer Verlag.

[recebido em 10 de janeiro de 2024 e aceite para publicação em 15 de maio de 2024]

A GRAMÁTICA DAS CRIANCINHAS E A GRAMÁTICA NO PAÍS DAS FORMIGAS: UM PROJETO DE EDIÇÃO

A GRAMÁTICA DAS CRIANCINHAS AND A GRAMÁTICA NO PAÍS DAS FORMIGAS: AN EDITING PROJECT

Sónia Coelho*
ccoelho@utad.pt

Susana Fontes**
sfontes@utad.pt

O ano de 1921 marca a publicação da primeira edição de *A Gramática das Criancinhas*, obra da autoria de Virgínia Faria Gersão, uma professora muito preocupada e comprometida com a aprendizagem das crianças e que, por isso, se empenhou em criar materiais didáticos para melhor alcançar esse fim. Esta gramática contou com uma segunda edição em 1932 e foi ainda revista e atualizada com o objetivo de ser publicada num formato inteiramente diferente. Assim, entre os anos de 1954 e 1958, a adaptação desta gramática foi publicada na revista *Os Nossos Filhos* sob o título de *A Gramática no País das Formigas*. Com o objetivo de preservar, divulgar e também conhecer as diferenças entre estes dois textos publicados em dois formatos completamente diferentes, surgiu o projeto de edição deste texto gramatical. No presente artigo, pretende-se dar a conhecer este projeto e, como tal, começa-se por apresentar os textos, de seguida traça-se o seu percurso editorial e, por fim, destacam-se algumas diferenças que sobressaem entre as duas versões da gramática.

Palavras-chave: *A Gramática das Criancinhas. A Gramática no País das Formigas. A revista Os Nossos Filhos. Edição semidiplomática.*

The year 1921 marks the publication of the first edition of *A Gramática das Criancinhas*, by Virgínia Faria Gersão, a teacher deeply concerned and committed to children's learning. Therefore, she dedicated herself to creating teaching materials to better achieve this goal. This grammar had a second edition in 1932 and was later revised and updated with the aim of being published in an entirely different format. Thus, between 1954 and 1958, the adaptation of this grammar was published in the magazine *Os Nossos Filhos* under the title *A Gramática no País das Formigas*. With the goal of preserving, disseminating and also learning about the differences between these two texts published in two completely different formats, the project to edit this grammatical text emerged. In this article, we aim to introduce this project, starting by presenting the texts. Subsequently, we outline the editorial process, and, finally, we highlight some differences that stand out between the two versions of the grammar.

* Departamento de Letras, Artes e Comunicação, Escola das Ciências Humanas e Sociais, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal. ORCID: 0000-0002-8611-5209

** Departamento de Letras, Artes e Comunicação, Escola das Ciências Humanas e Sociais, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal. ORCID: 0000-0003-4414-9248

Keywords: *A Gramática das Criancinhas*. *A Gramática no País das Formigas*. The magazine *Os Nossos Filhos*. Semidiplomatic edition.

•

1. Introdução

A Gramática das Criancinhas foi publicada, pela primeira vez, no ano de 1921, sendo da autoria de Virgínia Faria Gersão (1896–1974). Esta mulher destacou-se no panorama cultural português da época, pois teve um papel bastante ativo em diversas áreas de atuação (Coelho & Fontes, 2021). No âmbito do ensino, ao qual dedicou toda a sua vida, foi “[...] uma brilhante professora e educadora dos ensinamentos primário, normal e secundário, tendo dedicado grande parte da sua vida profissional ao ensino e à cultura no Liceu Infanta D. Maria, em Coimbra” (Pinheiro, 2004, p. 86). O seu espírito ativo não se reduziu à sua participação na vida do liceu, mas ultrapassou largamente estes domínios, tendo sido deputada à Assembleia Nacional entre os anos de 1945 e 1949, facto que é de destacar pois, durante o Estado Novo, foram poucas as mulheres que tiveram assento na Assembleia.¹ Nos seus discursos, debateu-se afincadamente sobre as questões do ensino, condenando o excesso de esforço e sobrecarga exigidos aos alunos, a desadequação dos programas de ensino, assim como o excessivo número de horas que as crianças passavam nas escolas, impossibilitando-as de brincar e despender tempo com as suas famílias. Esta preocupação com o ensino levou-a a construir materiais pedagógicos inovadores, que pudessem satisfazer as necessidades dos pequenos aprendizes e se coadunassem com os movimentos que na época agitavam o ideário educativo. Movida por este objetivo, escreveu *A Geometria das Criancinhas* (1933) e *A Gramática das Criancinhas* (1921), textos que se caracterizam pelo seu forte pendor pedagógico e que mais tarde foram adaptados e publicados na revista *Os Nossos Filhos* (Pessoa, 2005).

No âmbito do presente estudo, interessa-nos particularmente a segunda obra, que tem um carácter inovador, pois a autora apresenta a gramática de uma forma original e motivadora, conferindo à criança um papel central e ativo na aprendizagem. Para além de se tratar de um texto redigido e estruturado num estilo completamente diferente das tradicionais gramáticas, destaca-se ainda o facto de ter sido escrito por uma mulher, numa época em que a participação feminina na produção de textos gramaticais era quase inexistente. Note-se que, nas duas primeiras décadas do século XX, há apenas registo de outra autora feminina a produzir gramáticas portuguesas.

Atendendo ao enunciado e tendo em conta que *A Gramática das Criancinhas* foi publicada inicialmente em formato de livro e posteriormente adaptada e publicada na revista *Os Nossos Filhos*, dois formatos diferentes e com um público-alvo necessariamente diferente, considerou-se de maior interesse e utilidade elaborar uma edição desta obra, permitindo ao público em geral aceder mais facilmente a estes dois

¹ Para mais informações acerca da sua participação na Assembleia Nacional, leia-se Braga (2014) e Fontes e Coelho (2022a).

textos, que são pouco conhecidos, divulgados e estudados. No presente artigo, pretende-se dar conta deste projeto de edição, apresentando o texto nos seus diversos formatos, o percurso editorial por que a obra passou, documentado por fontes primárias do punho da própria autora, assim como registar alguns exemplos do que distingue os dois textos.

2. *A Gramática das Criancinhas* e *A Gramática no País das Formigas*: percurso editorial

A Gramática das Criancinhas foi publicada inicialmente em formato de livro e posteriormente em artigos na revista *Os Nossos Filhos*. Estes dois tipos de publicação implicaram alterações diversas, não só ao nível do título, mas também na estrutura e conteúdo apresentados.

No que diz respeito à edição em livro, esta obra contou com duas edições, datando a primeira de 1921 e a segunda de 1932.² A primeira edição foi publicada pela Imprensa da Universidade de Coimbra, com um formato de 24 cm e conta com XII, 132 páginas. A segunda edição é da chancela da Livraria Gonçalves, possui um formato de 21 cm e tem XVI, 144 páginas. As duas edições são dedicadas ao seu sobrinho, Carlos Augusto Gersão Ventura (1916–1992), filho da sua irmã Augusta Faria Gersão Ventura e antigo professor da Escola Secundária de Avelar Brotero, em Coimbra.

Figura 1. Gersão (1921)

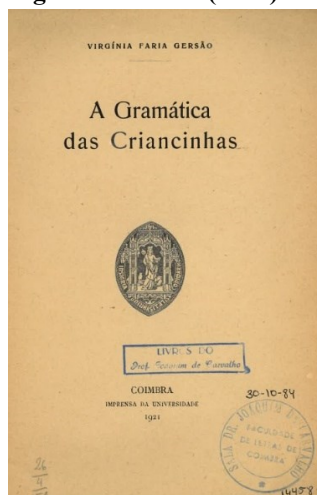
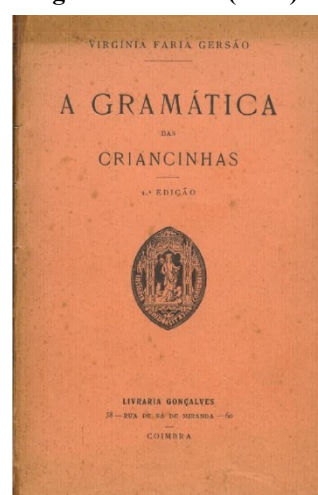


Figura 2. Gersão (1932)



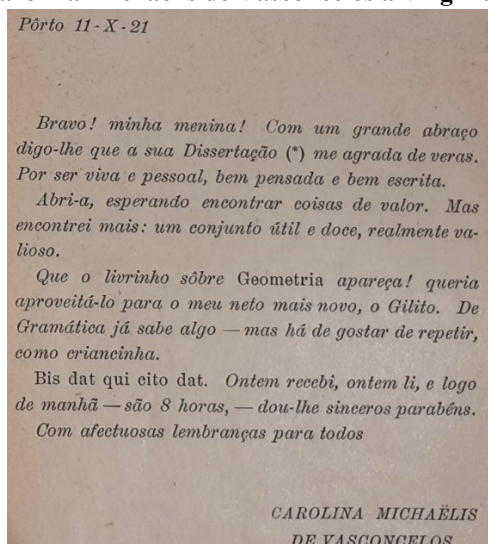
Como a própria autora menciona na 2.^a edição desta obra, *A Gramática das Criancinhas* foi redigida com o propósito de se constituir como a sua dissertação para o Exame de Estado do Curso de Habilitação para o Magistério Normal Primário. Virgínia Gersão ingressou na Escola Normal Primária de Coimbra em 1911, tendo concluído esta formação em 5 de agosto de 1914, com a nota máxima de 20 valores, como se pode confirmar no *Livro de termos – exames da Escola Normal para o sexo feminino em Coimbra (1905-1914)* (Arquivo da Escola Superior de Educação de Coimbra [AESEC], 1915), o que é revelador da sua competência académica (Fontes & Coelho, 2022b, p. 4). É de destacar que, desde muito cedo, a autora manifestou uma preocupação com o ensino

² Acerca desta obra, leia-se também Coelho e Fontes (2018).

da gramática, revelando um espírito crítico e inconformista relativamente às práticas tradicionais de ensino e, por consequência, procurou criar novos materiais pedagógicos que assegurassem uma maior eficácia na aprendizagem.

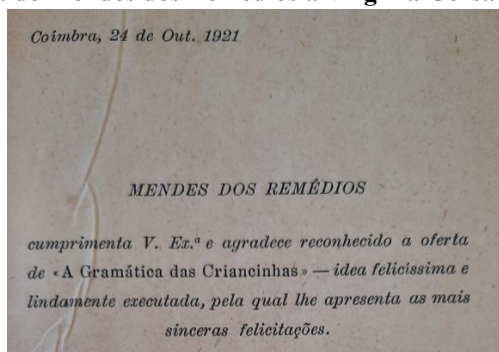
A criação desta obra valeu-lhe os elogios de importantes figuras da época, entre os quais se destacam os de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1951–1925) e de Joaquim Mendes dos Remédios (1867–1932), que são reproduzidos nos paratextos impressos da segunda edição. O primeiro dos paratextos é uma carta datada de 11 de novembro de 1921, da autoria de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1951–1925), que foi professora de Filologia Portuguesa de Virgínia Gersão na secção de Filologia Românica na Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra. A autora enviou a gramática a Vasconcelos³ para que esta a pudesse apreciar e comentar, o que resultou no excerto que se segue:

Figura 3. Carta de Carolina Michaëlis de Vasconcelos a Virgínia Gersão (1932, p. [V])



Também o seu antigo professor de Literatura Portuguesa, diretor da Faculdade de Letras e Reitor da Universidade de Coimbra, Joaquim Mendes dos Remédios, elogia quer a ideia da conceção desta obra quer a sua execução:

Figura 4. Carta de Mendes dos Remédios a Virgínia Gersão (1932, p. [VII])



³ Temos registo de várias cartas trocadas entre ambas desde que Virgínia Gersão terá sido sua aluna.

Não se pode descurar o facto de que simplificar uma matéria complexa era uma tarefa difícil e que exigia uma grande capacidade por parte da autora. A este propósito, veja-se o que refere António Cândido de Figueiredo (1846–1925), que também redigiu uma gramática destinada à primeira infância: “Eu sei que é difícil escrever para crianças, porque difícil é escrever com simplicidade e naturalidade, embora aos leigos se afigura o contrário” (Figueiredo, 1925, p. 6).

Estes paratextos introdutórios não surgem na primeira edição, assim como a errata que se pode encontrar no final do livro. Quanto ao conteúdo gramatical propriamente dito, é o mesmo nas duas edições, encontrando-se organizado em 26 lições, não coincidindo no número de páginas, o que se justifica pelo diferente formato editorial adotado.

Para além da publicação desta obra em formato de livro, a gramática foi ainda “completamente revista, ampliada e actualizada” (*A Gramática no País das Formigas*, 1954, p. 8) pela autora para ser publicada na revista *Os Nossos Filhos*, de 1954 a 1958, sob o título de *A Gramática no País das Formigas*, acompanhada de ilustrações da autoria de Vera Bordalo Pinheiro.

Figura 5. Exemplo de uma página de *A Gramática do País das Formigas*



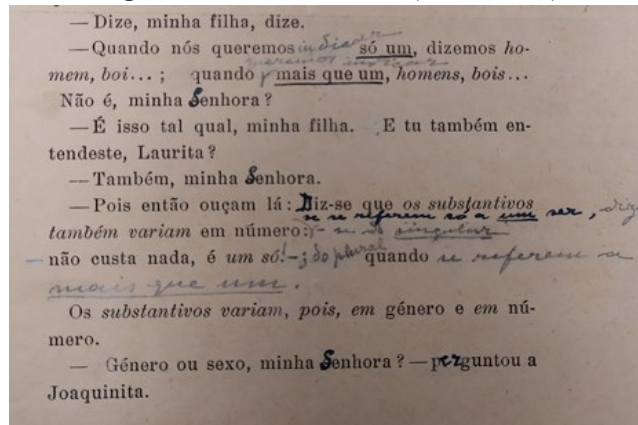
A colaboração de Virgínia Gersão nesta revista iniciou-se em 1942 a convite da diretora da mesma, Maria Lúcia Vassalo Namorado⁴ (1909–2000), que pretendeu criar uma revista de educação feminina produzida num contexto de resistência ao Estado Novo (Pessoa, 2016, p. 97), destinada a mulheres da classe média, de forma a esclarecê-las acerca de diversos temas.

A Gramática no País das Formigas começou a ser publicada em fevereiro de 1954, no número 141 da revista, e a sua autora acompanhou sempre todo o processo de forma muito próxima, dedicada e cuidadosa, evidenciando bastante rigor e profissionalismo, como se pode confirmar através dos documentos existentes no espólio de Maria Lúcia Namorado. Entre esses documentos, encontram-se partes das lições revistas pelo punho

⁴ Para além da relação estabelecida no âmbito da colaboração na revista, Virgínia Gersão e Maria Lúcia Namorado chegaram a ter uma relação de amizade.

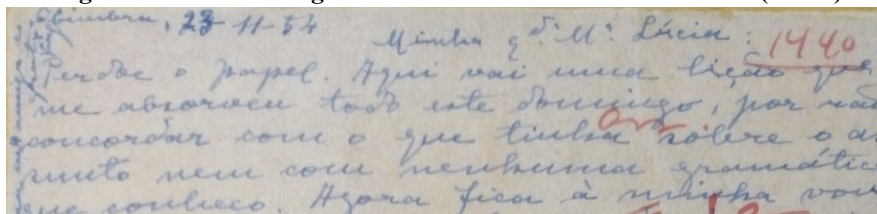
da própria autora, com anotações diversas que nos permitem confirmar as alterações introduzidas na versão impressa na revista.⁵ Segue-se um exemplo retirado das provas da segunda lição:

Figura 6. Provas da lição 2 (Gersão, s.d.)



Entre os documentos do espólio de Maria Lúcia Namorado, encontra-se muita correspondência trocada entre ambas que nos permite perceber o grau de intervenção que Virgínia Gersão teve em todo o processo editorial. São vários os momentos em que refere o cuidado que teve na reelaboração das lições, o tempo despendido e a reflexão em torno dos próprios conceitos gramaticais abordados, como se comprova no excerto que se segue:

Figura 7. Carta de Virgínia Gersão a Maria Lúcia Namorado (1954c)



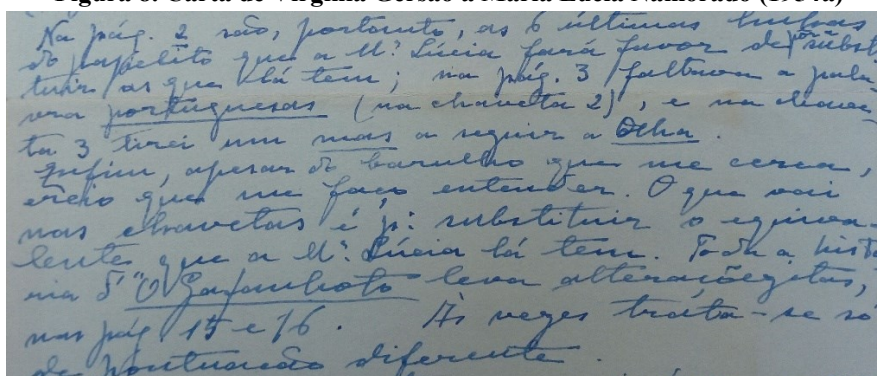
[Minha querida Maria Lúcia:

Perdoe o papel. Aqui vai uma lição que me absorveu todo este domingo, por não concordar com o que tinha sobre o assunto nem com nenhuma gramática que conheço.] (Transcrição das autoras)

Apesar da distância física (Lisboa-Coimbra) que as separava, Virgínia Gersão nunca descurou a revisão de todo o texto, aludindo em muitas cartas à necessidade de correção de diversos aspetos no texto, que vão desde questões de conteúdo a aspetos ortográficos e de estilo:

⁵ Apesar de geralmente as indicações da autora serem acolhidas e incorporadas na versão final do texto, estes documentos também nos permitem perceber que houve momentos em que tal não aconteceu.

Figura 8. Carta de Virgínia Gersão a Maria Lúcia Namorado (1954a)

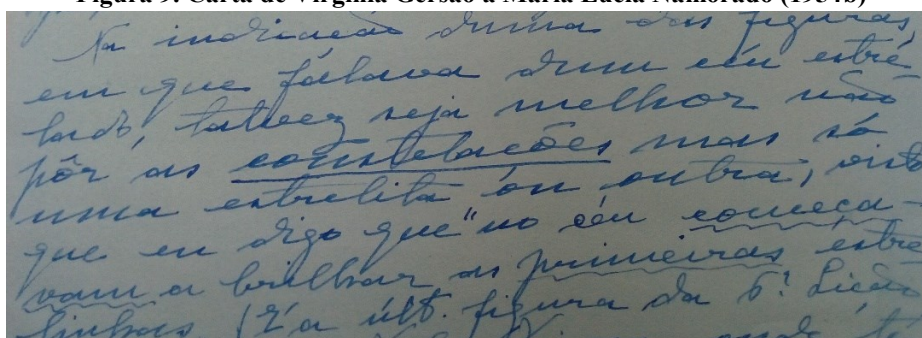


[Na pág. 2 são, portanto, as 6 últimas linhas do papelito que a Maria Lúcia fará favor de pôr a substituir as que lá tem; na pág. 3 faltava a palavra portuguesas (na chaveta 2), e na chaveta 3 tirei um mas a seguir a olha.

Enfim, apesar do barulho que me cerca, creio que me faço entender. O que vai nas chavetas é para substituir o equivalente que a Maria Lúcia lá tem. Toda a história d'O Gafanhoto leva alteraçõeszitas, nas págs. 15 e 16. Às vezes trata-se só de pontuação diferente]. (Transcrição das autoras)

Um cuidado muito especial que a autora teve prendeu-se com as ilustrações que deviam acompanhar cada uma das lições da gramática, aspeto que considerava muito importante. Como tal, apresenta com bastante pormenor sugestões do que as ilustrações devem representar, tendo o cuidado de que estas coadjuvem a mensagem transmitida pelo texto.

Figura 9. Carta de Virgínia Gersão a Maria Lúcia Namorado (1954b)



[Na indicação duma das figuras, em que falava dum céu estrelado, talvez seja melhor não pôr as constelações mas só uma estrelita ou outra, visto que eu digo que "no céu começavam a brilhar as primeiras estrelinhas". (É a última figura da 6.ª Lição).] (Transcrição das autoras)

A publicação da gramática na revista *Os Nossos Filhos* teve um bom acolhimento, havendo registo, na correspondência, de vários pedidos da coleção completa da gramática.

3. A Gramática das Criancinhas e A Gramática no País das Formigas: Edição

O projeto de edição de *A Gramática das Criancinhas* tem o propósito de divulgar e tornar acessível aos investigadores e público em geral este texto pouco conhecido e que

apresenta uma abordagem inovadora. Estamos perante uma publicação destinada à primeira infância, visando, portanto, um público-alvo bem delimitado e com características específicas, que se pretendeu constituir claramente como uma rutura com os manuais didáticos existentes e com a forma como o aluno encarava a gramática:

E é tam profunda a antipatia que todos os alunos sentem por êsse livro, cujo valor não compreendem, que eu acho indispensável que as *primeiras noções de Gramática* sejam ensinadas brincando, com um ensino *racional*, explicando a razão dos termos adoptados, e *sugestivo*, falando de coisas que os interessem mais, relacionadas com estas lições. (Gersão, 1932, p. XII).

Não foram muitos os autores que se interessaram por construir este tipo de materiais, por um lado, porque a tarefa, apesar de uma aparente simplicidade, implicava uma grande capacidade de adaptação e simplificação, o que não seria fácil, mas também, por outro lado, porque esta tarefa era considerada por muitos como de menor valor. Cândido de Figueiredo dá-nos conta precisamente desta perspetiva:

Em geral, os gramáticos de mais competência e saber não escreveram para crianças. Homens de ciência, adestrados na técnica da alta filologia, dificilmente baixam da sua elevada esfera, para que os ouçam e os compreendam as pequenas criaturas, que procuram o primeiro ensinamento metódico da arte de falar e escrever sua língua; e o modesto professor, que fala a essas crianças, e a quem não impende a missão do reformador, acata o processo dos sábios (Figueiredo, 1925, p. 5).

Neste contexto, é pertinente e interessante uma comparação com outras obras congéneres, que surgiram num período muito próximo, de modo a perceber se existem diferenças e se os autores destas gramáticas adaptaram verdadeiramente as suas obras ao público-alvo a que se destinavam. Um exemplo deste tipo de gramáticas é precisamente a do autor supracitado, que publicou, em 1919, *A Gramática das Crianças*, com o objetivo de simplificar os conteúdos gramaticais, eliminando tudo o que não fosse adequado à capacidade de compreensão dos principiantes na aprendizagem desta área. Tendo em conta a análise realizada por Molina acerca das gramáticas da primeira infância de Jacob Bensabat (1823–1916), *Resumo da Grammatica Preparatoria da Infancia por perguntas e respostas* (1899), de Augusto Epifânio da Silva Dias (1841–1916), *Grammatica Portuguesa Elementar* (1894), e de António Cândido Figueiredo, *Grammatica das Crianças* (1925), a investigadora concluiu que estas obras são maioritariamente densas e se detêm em minúcias desnecessárias, “pressupondo um leitor já conhecedor do objeto gramatical” (Molina, 2019, p. 321). Este não é um problema que se verifica em *A Gramática das Criancinhas*, pois Virgínia Gersão começou desde logo por apresentar uma obra que desconstrói a habitual estrutura de uma gramática e, através de uma narrativa, vai apresentando os conteúdos gramaticais, o que não só se torna mais interessante e motivador, mas também mais fácil e acessível para o aprendente.

Face às características enunciadas, trata-se de uma obra que merece ser divulgada, o que justifica a realização do presente projeto de edição, que futuramente será

complementado com a divulgação na base de dados *Portugaliae Monumenta Linguistica*.⁶

Considerando a existência de duas edições impressas em livro, adotou-se na edição o texto de 1932, por se tratar da última versão publicada e revista pela autora, tendo nela introduzido algumas alterações relativamente à primeira. Para o estabelecimento do texto da edição publicada na revista, foram consultados todos os números desde 1954 a 1958 em que foram reproduzidas as lições da gramática.

Com o objetivo de interferir o mínimo possível no texto, corrigindo maioritariamente gralhas, de modo a permitir ao investigador interessado um contacto mais próximo com o texto original, optou-se pela realização de uma edição semidiplomática, que terá por base os seguintes critérios:

- a) manteve-se a grafia original, corrigindo-se, no entanto, formas do texto original consideradas incorretas;
- b) manteve-se a pontuação original;
- c) mantiveram-se as letras maiúsculas ou minúsculas conforme se encontram no texto original, com exceção dos títulos das lições, em que se optou pelo uso de letras minúsculas, forma mais frequente, eliminando-se as oscilações existentes;
- d) uniformizaram-se, com recurso a itálico, os destaques existentes ao longo do texto original;
- e) não se manteve a paginação conforme o original, no entanto a informação da página original é intercalada no corpo do texto entre parênteses retos.

4. A Gramática das Criancinhas e A Gramática no País das Formigas: Conteúdo e estrutura

Tendo a gramática sido publicada em dois formatos distintos, colocou-se desde logo a necessidade de perceber se a autora procedeu a mudanças no texto e que tipo de alterações foram efetuadas. Uma análise comparativa põe imediatamente em evidência o título escolhido para cada uma das publicações. Na edição em livro, a autora adota o título *A Gramática das Criancinhas* nas duas edições. Através desta escolha, fica evidente o público-alvo desta obra, sendo a criança colocada claramente no centro de todo o processo, facto que não lhe retira valor e rigor, como a autora reconhece na introdução à obra:

A minha Gramática é destinada às Criancinhas; é feita para elas [...].

Engana-se quem julgar – se é que alguém o pode supor – que trato a Gramática irrisoriamente, que brinco com regras quasi sagradas, e que num curso muito mais desenvolvido assim brincaria também: não, esta é a *Gramática das Criancinhas*, a que as há de levar a querer saber a Gramática desenvolvida, a Gramática que as há de ensinar a falar bem (Gersão, 1932, p. XIII).

⁶ *Portugaliae Monumenta Linguistica* (PML) [Monumentos da Linguística Portuguesa] é uma base de dados de diferentes tecnologias metalinguísticas de apoio à divulgação, consulta e pesquisa de textos linguísticos antigos de origem portuguesa, tais como gramáticas, dicionários/vocabulários/glossários e ortografias do português, desde a publicação da primeira gramática da língua portuguesa (1536) até ao início do século XX.

No título destaca-se ainda o recurso ao uso do diminutivo que nos remete não só para um lado mais afetuosos, que é visível ao longo de toda a obra, mas também reforça a ideia de se tratar de uma gramática destinada à primeira infância.

Na versão publicada na revista *Os Nossos Filhos*, a autora alterou o título para *A Gramática no País das Formigas* provavelmente por se tratar de uma narrativa que tem como protagonistas as formigas e por se destinar ao grupo de leitores mais vasto, já não estando em foco apenas as criancinhas.

No que diz respeito à organização interna da obra, a edição de 1932 apresenta dois paratextos iniciais, a dedicatória e a introdução, seguidos de 26 lições dedicadas aos conteúdos gramaticais. A obra finaliza com um índice e uma errata. Na introdução, a autora reflete sobre a importância dos estudos gramaticais, particularmente sobre a metodologia habitualmente adotada pelos professores, destacando a necessidade de se quebrar com um ensino tradicional e baseado na memória, conferindo ao professor um papel importante na concretização desta nova abordagem. Suporta as suas ideias em autores consagrados, como Ferdinand Brunot, Fenélon e Charrier, que cita diretamente na introdução. Estas questões debatidas na introdução não surgem na edição publicada na revista, que começa logo com a publicação da primeira lição.

Apresenta-se, de seguida, uma tabela síntese com o elenco das lições constantes nos dois textos:

Tabela 1. Lições de *A Gramática das Criancinhas* e de *A Gramática no País das Formigas*.

<i>A Gramática das Criancinhas</i>	<i>A Gramática no País das Formigas</i>
1. ^a LIÇÃO Necessidade de regras gramaticais. Origem da nossa língua	1. ^a LIÇÃO Necessidade de regras gramaticais Origem da nossa língua
2. ^a LIÇÃO O Substantivo - Género – Número	2. ^a LIÇÃO O Substantivo Género – Número
3. ^a LIÇÃO Breves observações sobre o substantivo. O artigo	3. ^a LIÇÃO Breves observações sobre o substantivo. O artigo
4. ^a lição O Substantivo. -(Continuação)	4. ^a lição O Substantivo (continuação)
5. ^a Lição O Adjectivo	5. ^a Lição O Adjectivo
6. ^a Lição Vantagem de saber ler - O adjectivo. Graus	6. ^a lição Adjectivos - continuação
7. ^a Lição Adjectivos (continuação) - O superlativo	7. ^a Lição Adjectivos - Continuação O Superlativo
8. ^a Lição A biblioteca da Joaquinita - Numerais	8. ^a LIÇÃO OUTRA DESCOBERTA DA JOAQUINITA SUBSTANTIVOS ABSTRACTOS - PREFIXOS
9. ^a Lição O jôgo das bandeirinhas - Pronomes pessoais	9. ^a LIÇÃO A BIBLIOTECA DA JOAQUINITA NUMERAIS
10. ^a Lição As descobertas do Joaquim	10. ^a LIÇÃO O JOGO DAS BANDEIRINHAS

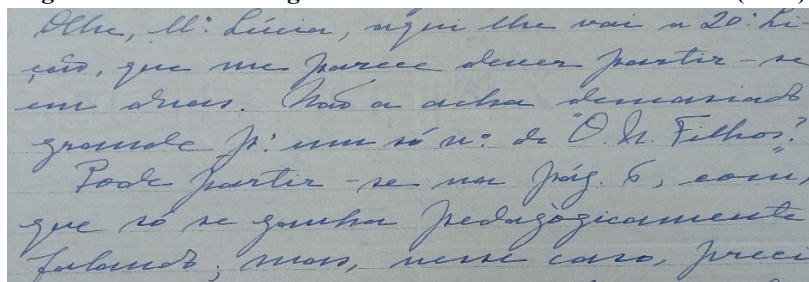
Pronomes pessoais (continuação)	PRONOMES PESSOAIS
11. ^a Lição O Joaquim continua a fazer descobertas. Pronomes possessivos	11. ^a LIÇÃO AS DESCOBERTAS DO JOAQUIM PRONOMES PESSOAIS (continuação)
12. ^a Lição A matrícula da Aninhas. Pronomes demonstrativos	12. ^a LIÇÃO O Joaquim continua a fazer descobertas PRONOMES POSSESSIVOS E ADJECTIVOS DETERMINATIVOS POSSESSIVOS
13. ^a LIÇÃO O ébrio – Pronomes relativos	13. ^a LIÇÃO A MATRÍCULA DA ANINHAS PRONOMES DEMONSTRATIVOS E ADJECTIVOS DETERMINATIVOS DEMONSTRATIVOS
14. ^a LIÇÃO Mais descobertas dos dois amigos. Pronomes interrogativos	XIV LIÇÃO O ÉBRIO – PRONOMES RELATIVOS E ADJECTIVOS DETERMINATIVOS RELATIVOS
15. ^a LIÇÃO Na escola do Joaquim. Pronomes indefinidos	XV LIÇÃO A CAROCHINHA - PRONOMES INTERROGATIVOS E ADJECTIVOS DETERMINATIVOS INTERROGATIVOS
16. ^a LIÇÃO Uma lição do Joaquim - Verbos. Os tempos principais	XVI LIÇÃO NA ESCOLA DO JOAQUIM PRONOMES INDEFINIDOS E ADJECTIVOS DETERMINATIVOS INDEFINIDOS
17. ^a LIÇÃO Os alunos do Joaquim começam a gostar dos verbos. Os tempos secundários	17. ^a LIÇÃO <i>Uma lição do Joaquim - Verbos.</i> <i>Os tempos principais</i>
18. ^a LIÇÃO Modos - Mais descobertas da Joaquinita. O tema verbal geral	18. ^a LIÇÃO <i>Os alunos do Joaquim começam a gostar dos verbos.</i> <i>Os tempos secundários</i>
19. ^a LIÇÃO Tempos compostos. O gerúndio e o adjectivo verbal	19. ^a LIÇÃO MODOS. - MAIS DESCOBERTAS DA JOAQUINITA. O TEMA VERBAL GERAL
20. ^a LIÇÃO Advérbios	20. ^a Lição <i>O ADJECTIVO VERBAL E O GERÚNDIO - TEMPOS COMPOSTOS</i>
21. ^a LIÇÃO Preposições. O Joaquim resolveu o seu problema	21. ^a LIÇÃO A MICAS E A LILI CONJUGAÇÃO REFLEXA
22. ^a LIÇÃO Uma lição de sintaxe feita pela Joaquinita	22. ^a LIÇÃO OS ABORRECIMENTOS DO JORGE E O PRESENTE DO ZÊZITO <i>Conjugação Pronominal</i>
23. ^a LIÇÃO Conjunções. As conjunções coordenativas	XXIII LIÇÃO - O D. PERIFÚNCIO -
24. ^a LIÇÃO	XXIV LIÇÃO

Um bilhete para o Joaquim – Conjunções subordinativas	Advérbios – Sufixos
25. ^a LIÇÃO Outra lição de Sintaxe. A voz passiva – O nome predicativo	25.^a LIÇÃO Preposições
26. ^a LIÇÃO O casamento do Joaquineta. Interjeições	26.^a LIÇÃO UMA LIÇÃO DE SINTAXE FEITA PELA JOAQUINITA
	27.^a LIÇÃO CONJUNÇÕES As conjunções coordenativas
	28.^a LIÇÃO CONJUNÇÕES SUBORDINATIVAS (Continuação)

Uma primeira leitura permite-nos desde logo perceber uma diferença no número de lições apresentadas, o que se pode justificar pelo facto de, na edição da revista, haver um maior aprofundamento dos assuntos e o tratamento de temas que não surgiam na edição em formato de livro. Veja-se, a título de exemplo, a 23.^a lição, intitulada O D. Perifúncio, que aborda a linguagem perifrástica, tema que é uma novidade na edição da revista.

Por outro lado, a diferença no número de lições também se justifica pelo facto de a autora ter uma preocupação em não apresentar lições demasiado extensas, que se tornassem fastidiosas e desadequadas ao contexto da própria publicação, sem, no entanto, nunca descurar a questão pedagógica. Tal como aconteceu noutros momentos, a sua correspondência assume-se como um documento muito valioso e informativo, permitindo-nos ter acesso às suas ideias e ver como acompanhou e orientou todo o processo editorial. O excerto que se segue ilustra precisamente o pedido da autora para se proceder à divisão de uma lição:

Figura 10. Carta de Virgínia Gersão a Maria Lúcia Namorado (1955)



[Olha, Maria Lúcia, aqui lhe vai a 20.^a lição, que me parece dever partir-se em duas. Não a acha demasiado grande para um só n.º de “Os Nossos Filhos?”

Pode partir-se na pág. 6, com que só se ganha pedagogicamente falando [...].] (Transcrição das autoras)

Ao nível do conteúdo gramatical, os títulos das lições também nos permitem identificar diferenças e antecipar um tratamento mais completo dos conceitos, pois alguns deles estendem-se ao longo de mais lições, de que é exemplo o verbo.

A inclusão de mais conteúdos na edição publicada na revista pode justificar-se pelo facto de o público-alvo ser mais abrangente e diversificado, sendo necessário um maior

aprofundamento dos conteúdos por forma a responder às necessidades dos diferentes leitores da revista.

Um exemplo de uma abordagem mais completa e aprofundada verifica-se no âmbito do tratamento do *substantivo*. Uma pesquisa pelo próprio termo nos dois textos apresenta resultados bastante diversos: na edição de 1932, existem 57 ocorrências deste termo, enquanto na edição da revista registam-se 102 ocorrências. Esta divergência também pode ser comprovada se atendermos ao número de lições em que este conteúdo é tratado: o substantivo é estudado na 2.^a, 3.^a e 4.^a lições na edição de 1932, a que se acrescenta, na outra edição, a 8.^a lição.

De seguida, apresenta-se um exemplo para ilustrar as diferenças de tratamento nos dois textos no âmbito do substantivo:

Tabela 2. O substantivo em *A Gramática das Criancinhas* e *A Gramática no País das Formigas*

<i>A Gramática das Criancinhas</i>	<i>A Gramática no País das Formigas</i>
Portanto - ¡reparem bem! - <i>substantivos são os nomes de pessoas, animais e coisas</i> (2. ^a lição, p. 6)	Portanto - repare bem! – <i>substantivos concretos são os nomes de pessoas, animais e coisas</i> . (2. ^a lição, p. 8)
	Para admitirmos estes substantivos - os que tu descobriste e os que eu te mostrei agora - temos de fazer uma <i>abstracção</i> , isto é, temos de isolar, de separar mentalmente uma das qualidades ou das propriedades dum todo, dando-lhe foros de vida independente, que afinal não tem: <i>a esperteza é a qualidade</i> daquele que é <i>esperto</i> , mas só existe nele e nos seus semelhantes, naqueles que também são <i>espertos</i> . Há, portanto, Joaquinita, duas categorias de <i>substantivos</i> . Foi bom termos chamado aos primeiros <i>concretos</i> , para os distinguirmos destes, a que podemos, talvez, chamar <i>abstractos</i> (8. ^a lição, p. 9)

Em *A Gramática das Criancinhas*, Virgínia Gersão aborda apenas o *substantivo concreto*, sem, no entanto, fazer referência a esta designação, como se pode confirmar pela definição acima transcrita, ao passo que na outra edição recorre à mesma definição acrescentando a terminologia *concreto*. No caso do *substantivo abstrato*, este surge apenas na edição da revista, conteúdo que a autora deixa intencionalmente de parte na edição em formato de livro, por considerar que é demasiado complexo para quem está a iniciar a aprendizagem dos estudos gramaticais:

Por vezes, nas minhas exposições, não sou completa: quando dou, para citar um só exemplo, a noção do substantivo, o substantivo que eu defino é o substantivo concreto, aquele que as crianças podem compreender sem dificuldade, e que apercebem por intermédio dos seus sentidos: as pessoas, os animais e as coisas (Gersão, 1932, p. XII).

Um aspeto que é constante ao longo de todo o texto é a preocupação da autora em apresentar explicações mais detalhadas e mais claras, o que é visível inclusive pela própria extensão de texto. No exemplo que se segue, em que Gersão explica o conceito de *pronome possessivo*, podemos ver estas características: o texto inicial é o mesmo, no entanto, na edição para a revista, a autora apresenta com maior detalhe a informação, de forma a torná-la mais inteligível. É relevante também destacar o cuidado em remeter o leitor para conteúdos já apresentados e do seu conhecimento, como é o caso da referência aos pronomes pessoais, que já haviam sido tratados em lição anterior.

Tabela 3. O pronome em *A Gramática das Criancinhas* e *A Gramática no País das Formigas*

<i>A Gramática das Criancinhas</i>	<i>A Gramática no País das Formigas</i>
<p>Êsses pronomes - continuou êle - <i>não indicam as pessoas que entram no discurso: que falam, com quem falamos ou de quem se fala; mas indicam a pessoa ou pessoas a quem pertencem os objectos que mencionamos.</i></p> <p>Se eu te disser, falando-te destes livros, que o meu é melhor que o teu, <i>ç</i> com estas palavrinhas meu e teu não exprimo a posse? Chamei-lhes, por isso, pronomes possessivos. (11.^a lição, p. 55)</p>	<p>- Esses pronomes - continuou ele - <i>não indicam as pessoas que entram no discurso: que falam, com quem falamos ou de quem se fala - não são pronomes pessoais; - mas indicam a pessoa ou pessoas a quem pertencem os objectos que mencionamos.</i></p> <p>Se eu te disser, falando-te destes livros, que «o meu é melhor que o teu» com estas palavrinhas meu e teu não quererei dizer que o livro que me pertence, o meu, é melhor do que o livro que te pertence a ti, o teu?</p> <p>O meu e o teu, que se referem à palavra livro - que lá não está! - não indicarão a posse? Não mostrarão que eu e tu é que possuímos esses livros, que os temos?</p> <p>Chamei-lhes, por isso, pronomes possessivos (12.^a lição, p. 8)</p>

No âmbito do ensino do Português, as diretrizes programáticas da época destacavam a importância de o ensino se basear em exemplos variados, de modo a permitir ao aluno observar e inferir a regra (Decreto n.º 6:203, 1919, p. 203). Esta preocupação está presente logo na primeira edição da gramática, em que a autora “introduz os conteúdos a partir de exemplos diversificados e relacionados com as vivências das personagens, e só posteriormente apresenta o conceito a que se refere, levando a que sejam os alunos a concluir a regra através do diálogo” (Coelho & Fontes, 2019, p. 15). Esta análise comparativa permite concluir que a exemplificação ainda se tornou mais abundante na edição impressa na revista, sendo vários os momentos em que a autora acrescenta palavras ou frases para ilustrar a regra que está a ser apresentada. O excerto que se segue é uma inovação desta edição para ilustrar as várias possibilidades de uso dos *pronomes e adjetivos determinativos possessivos*:

Tabela 4. Exemplos de uso dos pronomes e adjetivos determinativos possessivos em *A Gramática no País das Formigas*

A Gramática no País das Formigas

Eu vou para *minha* casa - para *a minha*;
Eu vou para *tua* casa - para *a tua*;
Eu vou para casa dele; para *sua* casa - para *a sua*;
Eu vou para casa dela; para *sua* casa - para *a sua*;
Eu vou para *nossa* casa - para *a nossa*;
Eu vou para *vossa* casa - para *a vossa*;
Eu vou para casa deles; para *sua* casa - para *a sua*;
Eu vou para casa delas; para *sua* casa - para *a sua*.
E tanto o *masculino* como o *feminino* destas palavras têm *plural*, como podes ver por estes exemplos:
Eu dou os *meus* livros e as *minhas* borrachas - *os meus... as minhas*;
Eu dou os *teus* livros e as *tuas* borrachas - *os teus... as tuas*;
Eu dou os *seus* livros e as *suas* borrachas (dele ou dela) - *os seus... as suas*;
Eu dou os *nossos* livros e as *nossas* borrachas - *os nossos... as nossas*;
Eu dou os *vossos* livros e as *vossas* borrachas - *os vossos... as vossas*;
Eu dou os *seus* livros e as *suas* borrachas (deles ou delas) - *os seus... as suas*. (12.^a lição, p. 8)

O tratamento do verbo é o momento em que se verificam maiores diferenças quer ao nível do conteúdo quer ao nível da extensão e do número das lições. Enquanto que na edição de 1932 este tema é tratado em quatro lições, na edição da revista este conteúdo ocupa sete lições. Relativamente à ocorrência do termo *verbo*, verificam-se, na edição de 1932, 95 ocorrências, ao passo que na edição da revista registam-se 166 ocorrências. No tratamento desta classe de palavras, pode verificar-se uma grande diversidade de alterações, nomeadamente mudanças ao nível de nomenclatura gramatical, como acontece, por exemplo, na divisão dos tempos verbais, que na primeira edição são agrupados em *tempos principais*, *primários* ou *absolutos* e *tempos secundários*, *relativos* ou *históricos* e na edição publicada na revista são apenas designados por *tempos principais* e *tempos secundários*. Também o esforço para tornar as explicações ainda mais próximas do quotidiano do leitor fica evidente em alguns momentos do texto, de que é exemplo o tratamento do pretérito imperfeito, em que a autora, para além da explicação do conteúdo gramatical, recorre ao exemplo das Capelas Imperfeitas do Mosteiro da Batalha:

Chamei-lhe o *imperfeito*, porque, se *perfeito* quer dizer que está acabado, *imperfeito* quer dizer que não está acabado.

É por isso que àquelas maravilhosas Capelas do Mosteiro da Batalha – que os meninos viram nesses postais que lhes mostrei -, chamaram *Imperfeitas*, sendo afinal uma obra de Arte que não tem imperfeição nenhuma. *Imperfeito* quer dizer «por acabar», «por terminar» (Gersão, 1955, n.160, p. 10).

Por outro lado, há um conjunto de conceitos que são acrescentados, como é o caso do reconhecimento da existência do infinitivo pessoal e do infinitivo impessoal, o participio

passado duplo e as regras para o uso de forma regular e irregular, a conjugação pronominal e a conjugação reflexa ou ainda a linguagem perifrástica.

À semelhança do que acontece noutras partes da gramática, também no tratamento do verbo são vários os momentos em que a autora vai acrescentando mais informações e maior detalhe nas informações que fornece, conferindo um maior rigor ao texto, o que se compreende, pois já não estamos perante uma gramática destinada exclusivamente às crianças. Ilustra-se precisamente esta situação nos extratos que se seguem em que a autora sistematiza e define os modos verbais:

Tabela 5. Os modos verbais em *A Gramática das Criancinhas* e *A Gramática no País das Formigas*

<i>A Gramática das Criancinhas</i>	<i>A Gramática no País das Formigas</i>
Há 4 modos: - Indicativo, que indica simplesmente uma acção;	Há quatro modos:
Conjuntivo, ou modo da dependência, que indica que a afirmação depende doutra;	O <i>indicativo</i> - que indica a acção como uma <i>realidade</i> ;
Imperativo, que exprime uma ordem;	O <i>conjuntivo</i> ou modo da <i>dependência</i> - que enuncia a acção, <i>apenas ideal</i> , como <i>dependente doutra</i> ;
Infinitivo, que indica a acção dum modo vago, indeterminado. (18. ^a lição, p. 97)	O <i>imperativo</i> - que exprime uma <i>ordem</i> , um <i>pedido</i> , um <i>conselho</i> ;
	O <i>infinitivo</i> - que indica a acção dum <i>modo vago</i> , indeterminado. (19. ^a lição, p. 28)

5. Considerações finais

Nas últimas décadas, têm vindo a ser realizadas e divulgadas edições de textos metalinguísticos, nomeadamente ortografias e gramáticas, tendo um grupo de investigadores do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro apresentado um importante contributo para a preservação e divulgação destes textos, o que resultou recentemente na criação de uma importante base de dados, os *Portugaliae Monumenta Linguistica*.

O presente projeto de edição de *A Gramática das Criancinhas* e *A Gramática no País das Formigas* pretende dar a conhecer um texto pouco conhecido na atualidade, que merece um lugar de destaque por possuir características inovadoras, tendo sido escrito por uma mulher num período ainda pouco favorável à participação feminina na produção e publicação de textos, sobretudo gramaticais. Para a consecução deste projeto, foram recolhidas e consultadas diversas fontes que ajudaram a traçar o percurso editorial destes textos. Estes documentos e a análise comparativa de *A Gramática das Criancinhas* e de *A Gramática no País das Formigas* permitem concluir que a autora se empenhou sempre em construir materiais adaptados aos seus destinatários, facto que justifica as inovações inseridas na publicação realizada na revista *Os Nossos Filhos*.

Para além da presente edição, pretende-se de futuro divulgar este texto na base de dados *Portugaliae Monumenta Linguistica*, constituindo-se como mais um contributo para o subprojeto “Corpus Gramaticográfico do Português”, uma memória textual de referência.

Financiamento: Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no âmbito do Centro de Estudos em Letras, com a referência n.º UIDP/00707/2020 (DOI 10.54499/UIDB/00707/2020 – <https://doi.org/10.54499/UIDB/00707/2020>).

Referências

- Arquivo da Escola Superior de Educação de Coimbra (1915). *Livro de termos: Exames da Escola Normal para o sexo feminino em Coimbra (1905-1914)*. AESEC.
- Bensabat, J. (1899). *Resumo da Grammatica Preparatoria da Infancia por perguntas e respostas*. Typ. Occidental.
- Braga, P. D. (2014). A educação em debate na Assembléia Nacional portuguesa: O contributo das mulheres deputadas (1945-1957). *Caderno Espaço Feminino*, 27(1), 1–23. <https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/27782>
- Coelho, S. & Fontes, S. (2018). The role of women in the history of portuguese grammar in the early 20th century. *Dossiers d'HEL, SHESL. Aspects historiques des grammaires portugaises et brésiliennes*, 12, 88–99. <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01896988>
- Coelho, S. & Fontes, S. (2019). A gramática das criancinhas: Um projeto inovador da educadora portuguesa Virgínia Gersão. *Revista História da Educação*, 23, 1–23. <https://doi.org/10.1590/2236-3459/87497>
- Coelho, S. & Fontes, S. (2021). Virgínia Faria Gersão (1896-1974): A Portuguese teacher, grammarian and member of the National Assembly. *ARENAL. Revista de Historia de las Mujeres*, 28(2), 503–522. <https://doi.org/10.30827/arenal.v28i2.15768>
- Dias, A. E. da S. (1894). *Grammatica Portugueza Elementar*. Livraria escolar de A. Ferreira Machado & ca.
- Decreto n.º 6: 203 do Ministério da Instrução Pública. (1919, 7 novembro). *Diário do Governo*: série I, n.º 227/1919, p. 2229. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1919/11/22700/22292385.pdf>
- Figueiredo, A. C. (1925). *A gramática das crianças* (2.ª ed.). Livraria Clássica Editora - A. M. Teixeira & C.a (Filhos).
- Fontes, S. & Coelho, S. (2022a). Um olhar sobre a participação feminina na Assembleia Nacional: a deputada Virgínia Faria Gersão. *Faces de Eva, Revista de Estudos sobre a Mulher*, 47, 77–97. <https://doi.org/10.34619/bzgg-vwfo>
- Fontes, S. & Coelho, S. (2022b). Ensino de português nos inícios do século XX: análise do documento inédito de Virgínia Gersão. *Educação e Pesquisa*, 48, e244603. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248244603por>
- Gersão, V. F. (1921). *A gramática das criancinhas*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Gersão, V. F. (1932). *A gramática das criancinhas*. Livraria Gonçalves.
- Gersão, V. F. (1933). *A geometria das criancinhas*. Livraria Gonçalves.
- Gersão, V. F. (1954–1958). A gramática no país das formigas. *Os Nossos Filhos*, 141–199.
- Gersão, V. F. (1954). A gramática no país das formigas. *Os Nossos Filhos*, 6(141).
- Gersão, V. F. (s.d.). Provas da lição 2. *Espólio de Maria Lúcia Vassalo Namorado*. Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação.
- Gersão, V. F. (1954a, 11 janeiro). Carta de Virgínia Gersão a Maria Lúcia Namorado (11-01-1954). *Espólio de Maria Lúcia Vassalo Namorado*. Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação.
- Gersão, V. F. (1954b, 14 janeiro). Carta de Virgínia Gersão a Maria Lúcia Namorado (14-01-1954). *Espólio de Maria Lúcia Vassalo Namorado*. Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação.
- Gersão, V. F. (1954c, 23 novembro). Carta de Virgínia Gersão a Maria Lúcia Namorado (23-11-1954). *Espólio de Maria Lúcia Vassalo Namorado*. Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação.

- Gersão, V. F. (1955, 9 novembro). Carta de Virgínia Gersão a Maria Lúcia Namorado (09-11-1955). *Espólio de Maria Lúcia Vassalo Namorado*. Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação.
- Molina, M. (2019). Gramáticas portuguesas da infância: Séculos XIX e XX. *Cadernos do CNLF*, 23, 304–323.
- Pessoa, A. M. (2005). *A educação das mães e das crianças no Estado Novo: A proposta de Maria Lúcia Vassalo Namorado* (Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa).
- Pessoa, A. M. (2016). Revista *Os Nossos Filhos*: Resistência e oposição ao Estado Novo: Um olhar sobre as ligações sociais e profissionais da sua autora. *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, 36, 97–114.
- Pinheiro, J. E. M. (2004). *Textos dispersos sobre educação e cultura*. Escola Superior de Educação de Lisboa.

[recebido em 18 de janeiro de 2024 e aceite para publicação em 27 de maio de 2024]

WHITMAN'S DEMOCRATIC CITIZEN

O CIDADÃO DEMOCRÁTICO DE WHITMAN

Jorge C. Pereira*

jorgepereira@elach.uminho.pt

In 1858 a series of essays titled *Manly Health and Training* made their appearance in the New York Atlas, written by Walt Whitman under the penname of Mose Velsor. The professed goal was to discuss suggestions and ideas to improve the general physical condition of its readers. Whitman regarded this as a necessary condition to match America's democratic character. Indeed, from reading his guide we can see how for him the health of the body politic is dependent on the health and physical vigour of its citizens. In typical Whitman fashion, the essays address a multitude of topics other than the usual issues expected of a fitness manual. Besides the customary issues of diet and exercise, he also talks politics, morality, the weather, longevity, Greek athleticism, hygiene habits. This article will focus on Whitman's thoughts about the physical standards he believed the American people ought to meet to sustain American democracy, link this with Whitman's view of Ulysses Grant as an example of the 'ideal' American citizen and also venture why he was so understanding towards the latter during his troubled presidency.

Keywords: Whitman. America. Democracy. Citizen. Grant.

Em 1858, uma série de ensaios sob o título *Manly Health and Training* foi publicada no New York Atlas, escrita por Walt Whitman sob o pseudónimo Mose Velsor. O objectivo declarado era discutir sugestões e ideias para melhorar a condição física geral dos leitores. Whitman via esta como uma condição necessária para ir ao encontro do carácter democrático do país. Da leitura do seu guia percebemos como, para ele, a saúde do corpo político depende da saúde e do vigor físico dos seus cidadãos. De uma forma típica a Whitman, os ensaios abordam uma multiplicidade de tópicos para além das questões habituais esperadas de um manual de saúde e condição física. Para além das questões habituais de dieta e exercício, Whitman fala também de política, moralidade, clima, longevidade, atletismo grego, hábitos de higiene. Este artigo centrar-se-á nas ideias de Whitman sobre os padrões físicos que, na sua opinião, o povo americano deveria alcançar para escorar a democracia americana, relacionando-as com a visão que Whitman tinha de Ulysses Grant como um exemplo do cidadão americano 'ideal' e aventurando-se também a explicar por que razão o poeta foi tão compreensivo para com este último durante a sua conturbada presidência.

Keywords: Whitman. América. Democracia. Cidadania. Grant.

•

* DEINA/ELACH, Universidade do Minho, Braga, Portugal. ORCID: 0000-0003-3902-8062

1. Introduction

In 1858, Walt Whitman published a series of essays on *Manly Health and Training* under the penname Mose Velsor. His goal was to discuss tips and ideas on how to improve the general physical condition of his readers as a necessary requisite to match America's democratic character. Indeed, from reading this guide it is clear that, for him, the health of the body politic is dependent on the health and physical vigour of its individual citizens. In typical Whitman fashion the essays address a multitude of topics other than the usual issues expected of a fitness manual. Besides the customary issues of diet and exercise, he also talks politics, morality, the weather, longevity, Greek culture, hygiene habits. The list goes on, but the general purpose is the organic welfare of the American community. Likewise, in Whitman's poetic work we can see him trying to work out the outline of a democratic citizen in keeping with the country's project of equality. As will be pointed out ahead, Whitman was a firm believer in the founding principles of the country as expressed in the Declaration of Independence. Thus, both his prose and his poems can be seen as working in tandem with the goal of improving the American experiment.

Although *Manly Health and Training* focuses on the encouragement of standards of male beauty, his overall artistic intentions might be better understood if we look at them as pointing to a purpose or finality associated with being a citizen - man or woman - for as he declared "I am the poet of the woman the same as the man, And I say it is as great to be a woman as to be a man." (Whitman, 2004, p. 49). I will begin by arguing that in Whitman's thoughts regarding the development of the democratic citizen we can see him concerned with ensuring the fulfilment of three key aspects. I will try to show how his ideas about the most appropriate physical standards sketched in *Manly Health* address two of those purposes: one is for each individual to attain the best possible condition of body and mind, a sound physical constitution that will strengthen a second condition which is the development of individual virtues most appropriate for a successful democratic society. The third one points to a solid commitment to the principles of the country's founding, an aspect which emerges from a lesser-known composition of his. In the end, I will highlight Whitman's admiration for Ulysses Grant whom he considered to contain the best portion of all three features, and someone whom he believed exemplified the best qualities of what it meant to be an American. I will argue that Whitman's praise for Grant can be traced to the poet's pre-war articulation of what he considered to be the necessary virtues in an ideal democracy.

2. Physical and political health

The Greek philosopher Plato was among the first to equate the political community to a human body. His metaphor stressed fitness and well-being as essential to overcome illness, a disorder occurring whenever the various 'organs' of the polis fail to carry out their proper functions. Walt Whitman's *Manly Health* is an attempt at reconciling and maintaining the harmony of the different elements of the system. His main concern is the nation, but his worries concerning the overall health of his countrymen arise from profound changes that were taking place in American society. Immigration,

industrialization, westward expansion, all were challenges that the country needed to meet head-on and which placed deliberate emphasis on the role of citizens. Such anxieties would be compounded during the final decades of the 19th century and give rise to worried debates about the most important qualities Americans should possess. A wide array of manuals and pamphlets were published with instructions on personal fitness, health, and physical culture. *Manly Health* can be seen as an early, and quite particular, example of response to this sociocultural alarm which would continue into the early 20th century and find expression, for example, in Theodore Roosevelt's praise of personal strife and hardship for the betterment of the country in his speech "The Strenuous Life."

It is my contention that Whitman had his very own ideas about the right qualities Americans should possess, and these were closely associated to the metaphor of the body politic. I would like to begin by mentioning in his articles about *Manly Health and Training* a significant use of words related to physical or bodily structure, appearance, and physical development. He uses the words when talking of individuals and also about the country itself which, in 1858, as he notes in his guide, was going "through several important *physiological* processes and combinations" (Whitman, 2016, p. 262, emphasis added). In the same vein he predicts that the Western expansion towards the Pacific coast following the Mexican-American War was "destined to have a huge influence on the future *physique* of America" (Whitman, 2016, p. 262, emphasis added). The association is not accidental. As the nation was growing and shaping its geographical figure, so to speak, Whitman believed its inhabitants should likewise develop their own bodies to recommend themselves as Americans. He is therefore concerned with coaching Americans to make them and the nation equal and whole, complete.

To be sure, energy and strength are required by the American geography itself, a vast, varied expanse of forests and open-air arenas demanding fit and robust men and women, a people in physical harmony with the American continent. This notion that the people is to be equal with its land recalls Whitman's preface to *Leaves of Grass* where he declares that the American bard is "commensurate with a people" and that "his spirit responds to his country's spirit, he incarnates its geography and natural life and rivers and lakes" (Whitman, 2004, p. 9). In his manual Whitman worried that his fellow countrymen did not match the country's spirit and topography. At one point he makes it clear that "America has mentality enough, but needs a far nobler physique" (Whitman, 2016, p. 210). Despite the inviting natural features of the land, the nation suffered from too much indoor living and not enough outdoors activity. The most troubled segments of the population were all those in sedentary employments, and in his essays he singles out students, clerks, lawyers, desk workers, and all who live in overcrowded cities. The nation's plight was intensified by the excessive intellectual activities demanded by such occupations, which he claimed strained the nerves producing anxiety. In his manual he laments that the country is taken over by "too much brain action" and that his countrymen "think too much, and too morbidly... We are too intellectual a race" (Whitman, 2016, pp. 296–297). Not that these were unworthy livelihoods, but Whitman argued that they should be combined with strenuous physical action to ensure the development of a sound mind in a sound body, the first pillar in the structuring of his democratic citizenry.

For the poet, failure to achieve a healthy condition could have dire consequences for the nation's political body. Physical exercise, for Whitman, was essential to prepare individuals to fulfil the responsibilities of democracy, as he links bodily development with character-building and the improvement of personal moral qualities. He readily confesses that he is "of those who believe, therefore, that a certain natural moral goodness is developed in proportion with a sound physical development" (Whitman, 2016, p. 204). These include self-reliance, endurance, and courage, along with civic virtue and responsibility for self and others, qualities needed for the success of any self-governing society. The observance of certain moral standards that will command and direct individual actions within the community is the second end of his programme to educate the population for democracy.

Whitman tells his readers that a system of training that is whole and true will look to exercise both the physical and the moral parts, the bodily development and the encouragement of habits of discipline and commitment to teach personal self-control. His model of complete training is that of classical Greece. Whitman makes several allusions to ancient Greek athleticism and how it fostered individual virtues, a concern consistent with his preoccupation with training citizens that will equal the American experiment. He says that it was thanks to the harshness of the exercises that "the Greeks not only prepared themselves for the hardships and contests of war, but for the enjoyment of life, and to acquire a happy and vigorous national temper" (Whitman, 2016, p. 192). Whitman tops his argument telling his readers that the ancient Greeks were "one of the healthiest, handsomest, hardiest, and happiest nations that ever lived" (Whitman, 2016, p. 93), the alliteration highlighting the perfect match between physical beauty and poetic and moral standards. He holds the examples of classical Greece as the ones to be imitated because they praise camaraderie, healthy and energetic competition, and a striving for perfection: these were key elements that he believed would energise the country and preserve its democratic qualities despite all the changes it was going through.

Behind these considerations is a distinct belief in the possibility of improvement and perfectibility, both individual as well as communal. Change being constant and unavoidable, Whitman is sure that individual fitness and social well-being were the key to ensure the survival of the body politic. The word is not used lightly. Charles Darwin published his landmark study *On the Origin of Species* in 1859 (one year after Whitman's *Manly Health*), but Jean-Baptiste Lamarck, a French naturalist, had some decades prior advanced a theory of transformation of living organisms. All living creatures change and adapt to better ensure their survival, but whereas Darwin saw it as a haphazard development, Lamarck believed that the changes reflected progress toward an ultimate purpose. As Zachary Turpin points out, Whitman was aware of these novel ideas and even adapted them to his own purposes, most notably in *Manly Health* (Turpin, 2016, pp. 169–170). It is Lamarck's teleological view of change that seems to have influenced Whitman, especially regarding American democracy and its underlying principles as the final stage of a process of political evolution.

3. The presidential office: locus of manly virtue

It is a fair assumption to say that Whitman's family viewed the presidential office as the focal point of the country's politics; three of his brothers were named after US Presidents, namely George Washington, Thomas Jefferson and Andrew Jackson. The first seems an obvious choice given his status as the 'father of the country,' instrumental in liberating America from British rule. Thomas Jefferson was the man who defeated the Federalists in the 1800 election prompting what was then regarded as a second American revolution; he also concluded the Louisiana Purchase which opened up the continent's interior lands to pioneers and farmers. Jackson was twice elected on the back of a campaign as the man of the people against the financial and political elite of his time, and who many historians credit as having extended male suffrage while President. All three were critical actors committed to the project of American democracy, as well as men of decisive action.

For Whitman, his family's champions drew a sharp contrast with the men that held the office during the 1850s. The reputation of the successive Presidents during the decade that preceded the Civil War was tarnished for their handling of the increasingly fierce tensions prompted by the question of slavery: they sought to avoid, or at least delay, a violent confrontation by collaborating with the slave-states, when not actively upholding their interests. Whitman gave free flow to his bitterness in an essay written for the 1856 election campaign, but which was never published. Entitled "The Eighteenth Presidency!", it is a political manifesto exhibiting his deepest feelings regarding slavery and politics, at times violent in its language, perhaps the reason why it was never published.

In taking a position regarding these questions, Whitman focuses on what he regards is the meaning of America. He begins by reminding us that the country broke free from a tradition of hierarchical societies and aristocratic government lasting for millennia and still the norm in much of the world at the time. The Republic's new form of government is laid out in the Federal Constitution which is, for him, "a perfect and entire thing, an edifice put together, not for the accommodation of a few persons, but for the whole human race... It is the grandest piece of moral building ever constructed" (Whitman, 1996, p. 1342). The Federal Constitution is the practical expression of the ultimate significance of America expressed in the Declaration of Independence which considers "all men to be born free and equal into the world, each one possessed of inalienable rights to his life and liberty" (Whitman, 1996, p. 1342). For Whitman the fulfilment of the proposition of human equality as an abstract truth, applicable to all men at all times is, as he says, "the covenant of the Republic from the beginning, now and forever" (Whitman, 1996, p. 1343). This for him is the American order of things which structures the country's system of government and binds its citizens because their actions ought to be referred to this covenant. This is the third and highest purpose of each American individual as it holds the whole edifice together and gives it meaning.

Whitman recognizes that although much had been done to accomplish the American theory of democratic government, there was still much left to be done, namely the elimination of slavery. And here Whitman makes known his feelings over the subject and his conviction regarding the purpose of America. The political intrigues and compromises

in Washington that prevented slavery's abolition enraged him. The object of his fiercest attack is the incumbent president, Franklin Pierce (1853–1857), who viewed the abolitionist movement as dangerous to the nation's unity. Pearce supported the Kansas-Nebraska Act of 1854 which allowed the expansion of slavery to new territories earning from Whitman the following remark: "The President eats dirt and excrement for his daily meals, likes it, and tries to force it on The States" (Whitman, 1996, p. 1334). Franklin Pierce and his predecessor, Millard Fillmore (1850–1853), are labelled as villains and despots, weak and corrupt holders of an office which he says is "bought, sold, electioneered for, prostituted, and filled with prostitutes" (Whitman, 1996, p. 1333). The vitriol reflects Whitman's conviction that the sacred covenant of the Republic was willingly ignored by a political establishment which he describes as being composed of "swarms of dough-faces, office-vermin, kept-editors, clerks, attaches of the ten thousand officers and their parties" (Whitman, 1996, p. 1333). This violent rhetoric is directed at men who worked in political and administrative activities, indoors mostly, the same men, we may presume, whom Whitman judged two years later to be in need of his manual so as to develop their physique and, accordingly, their moral character.

If these men are unfit to discharge their democratic duties, then a new kind of man must emerge. Whitman longs for a Redeemer President as he called it (Whitman, 1996, p. 1345), who would fully realize the rights of all individuals as promised by the Declaration of Independence. Despairing of finding in the existing statesmen the one who will uphold the covenant of the Republic, he looks to the common working man, whom he asserts displays more dignity and bravery than all the official dignitaries and worthies. Here is how he describes his new President:

I would be much pleased to see some heroic, shrewd, fully-informed, healthy-bodied, middle-aged, beard-faced American blacksmith or boatman come down from the West across the Alleghanies [sic], and walk into the Presidency, dressed in a clean suit of working attire, and with the tan all over his face, breast, and arms. (Whitman, 1996, p. 1332).

For Whitman, a healthy body, simplicity, and hard-work are the makings of a solid character, of a principled individual commensurate with the country and its democratic experiment. It is hard not to see a populist strain to Whitman's preference for an accessible and unpretentious president, a man much like Andrew Jackson, who was not afraid to confront those he charged as the corrupt political and financial elite of his day, men, no doubt in Whitman's assessment, of poor physical condition.

This radicalism and rejection of mainstream politicians was mirrored by growing segments of the population, who also yearned for a new man, a 'redeemer.' The Whig Party had in Millard Fillmore its last President, and collapsed soon after torn by internal divisions on how to deal with the issue of slavery. Abolitionists increasingly gave up on the Democratic Party as the party of the status quo, and many rallied to the banner of the new Republican Party, which by 1858 was quickly becoming the principal focus of opposition to the dominant Democratic Party. In 1856, Whitman voted for John C.

Frémont, the nominee for the Republicans (Hirschhorn, 1998), signalling his break and putting him on a path to look elsewhere for his 'complete' American.

4. Whitman's ideal Democratic Man

An argument can be made that in Whitman's estimation the best American specimen, like Gaul, would be divided into three parts, and that the complete American would have all three to their fullest degree: a physically fit individual with unimpeachable moral integrity, and devoted to the cause of America. An obvious choice for the title would in all likelihood be Abraham Lincoln, the 'hardy rail splitter' whose death would in later estimations elevate him to a figure of both intellectual and moral supreme virtues, and to whom Whitman dedicated several heartfelt elegiac poems.

As is well-known, Abraham Lincoln came from the West and was of humble origins, an industrious, self-educated man who became a lawyer and who made the most of the country's opportunities to enter politics. More significantly, he did become the Redeemer President that Whitman had been waiting for. For saving the Union during the Civil War and freeing the slaves Whitman would forever hold a special devotion towards Lincoln, a feeling intensified by the latter's premature death one week after the end of the war. Whitman wrote a series of poems lionising the dead president as the liberator and saviour of the nation, a martyr to the sacred meaning of America. Much has been written about this, much more than about the other western man that arose during the Civil War to prove himself worthy of Whitman's admiration, and which he would, I believe, place next to Lincoln.

Although he never wrote such high poetic praise about Ulysses Grant, Whitman looked to him as equal to Lincoln. Grant was also a Westerner. Born in Ohio to a working class family, he graduated from West Point Military Academy as an army officer and fought in the Mexican-American war where he distinguished himself for bravery. He would become the commanding General who defeated the Confederacy at the head of the Union armies and was later elected President of the United States for two terms, usually regarded by most historians as troubled by corruption scandals.

Grant and Lincoln are for Whitman examples of how people from the more modest ranks of society can attain greatness in America. The wider significance of political rulers emerging from the common people was not lost for Whitman, who reflected about the

rank-and-file workingmen, mechanics, Lincoln, Johnson, Grant, Garfield, brought forward from the masses and placed in the Presidency, and swaying its mighty powers with firm hand - can we not see that these facts have bearings far, far beyond their political or party ones? (Whitman, 1892, p. 335).

For Whitman they are the vindication of the merits of the American promise of democracy. But they are also the most salient examples of the worth of the working man. Whitman begins "The Eighteenth Presidency!" manifesto with the following observation regarding his country:

Before the American era, the programme of the classes of a nation read thus, first the king, second the noblemen and gentry, third the great mass of mechanics, farmers, men following the water, and all laboring persons. The first and second classes are unknown to the theory of the government of these States; the likes of the class rated third on the old programme were intended to be, and are in fact, and to all intents and purposes, the American nation, the people. (Whitman, 1996, p. 1331).

Social hierarchies such as then still existed in Europe were removed from American politics. The idea that the lower rungs of society were unfit to participate in the government of the country was denied credence with the examples of men of modest beginnings who rose to positions of power and influence. In the American republic there was no place for hierarchical orders. Whitman makes clear his belief that the common people, the self-determining ruler, are just as capable of deciding what is best for the whole as the most experienced politician, nay, even better because they are the nation; in them are united the three components that the poet considers essential for the survival of American democracy: a fit and healthy physical constitution owing to its outdoors work and life, a strong democratic ethics, and an unflinching commitment to the principles enshrined in the Declaration of Independence and the 1787 Constitution. Consequently, the constitutional mandate of the people cannot be challenged, and the election of the common man to the highest positions is the fulfilment of the democratic promise and the surest guarantee of its success.

Ulysses Grant was for Whitman an illustration of the best qualities of the American people and of the union of all three conditions. After his two-term administration ended in 1877 immersed in scandal, Whitman nonetheless hailed Grant two years later with this description of him, possibly one of the most genuine American panegyrics:

What a man he is! What a history! What an illustration - his life - of the capacities of that American individuality common to us all. Cynical critics are wondering 'what the people can see in Grant' to make such a hubbub about. They aver (and it is no doubt true) that he has hardly the average of our day's literary and scholastic culture, and absolutely no pronounced genius or conventional eminence of any sort. Correct: but he proves how an average western farmer, mechanic, boatman, carried by tides of circumstances, perhaps caprices, into a position of incredible military or civic responsibilities, (history has presented none more trying, no born monarch's, no mark more shining for attack or envy,) may steer his way fitly and steadily through them all, carrying the country and himself with credit year after year - command over a million armed men - fight more than fifty pitched battles - rule for eight years a land larger than all the kingdoms of Europe combined - and then, retiring, quietly (with a cigar in his mouth) make the promenade of the whole world, through its courts and coteries, and kings and czars and mikados, and splendidest [sic] glitters and etiquettes, as phlegmatically as he ever walked the portico of a Missouri hotel after dinner. (Whitman, 1892, pp. 153–154).

After Grant's death in 1885, when the collective memory of his achievements and his failures was beginning to fade, Whitman paid his tribute to Grant concentrating on the man rather than the public figure, saying that he was

the typical Western man: the plainest, the most efficient: was the least imposed upon by appearances, was most impressive in the severe simplicity of his flannel shirt and his utter disregard for formal military etiquette. (Traubel, 1915, p. 139)

Whitman's appreciation of Grant's outward appearance reflects his conviction that simplicity is the surest sign of the inner virtue of the man who wears the flannel shirt.

Ulysses Grant is perhaps the most fascinating character of the Civil War era, apart from Abraham Lincoln. Unlike Lincoln, however, Grant was devoid of oratorical powers and was known for his silence and quiet determination. His unassuming demeanour did not stop contemporary independent observers from acknowledging his integrity and courage. Theodore Lyman, who was a member of the highest of the Boston high society, usually looked down on westerners as rough and uneducated, but he regarded Grant as an exceptional individual, noticing his bravery and his rough dignity during the war. In his notebooks dating from the Civil War Lyman documents the following episode involving Grant.

This morning we heard a heavy explosion towards City Point, and there came a telegraph in a few minutes that an ordnance barge had blown up with much loss of life. 'Rosie,' Worth, Cavada and Cadwalader were in a tent at Grant's Headquarters when suddenly there was a great noise, and a 12-pounder shot came smash into the mess-chest! They rushed out - it was raining shot, shell, timbers, and saddles (of which there had been a barge-load near)! Two dragoons were killed near them. They saw just then a man running towards the explosion - the only one - it was Grant! And this shows his character well. (Lowe, 2007, p. 248).

Lyman described how Grant's simplicity and modesty were natural and not affected, famously saying of him that "He is the concentration of all that is American" (Agassiz, 1922, p. 156). Walt Whitman agreed fully with this valuation. In 1891 he summed up his view of Grant saying "We have had no one from the keel up so American as Grant." (Traubel, 1996, p. 10).

Where others saw lack of sophistication, Whitman recognised the common man's simple virtues, the workingman's practicality and common sense. Grant's love of outdoors activities, especially horse-riding, at which he excelled, brought him closer to the type that Whitman promotes in *Manly Health and Training*, combining a sound mind in a sound body. Many of the common democratic virtues that Walt Whitman praised were manifest in Grant. His love of equality was reinforced during the discharging of his military duties during the war, which echoed Whitman's much admired images of Greek camaraderie and 'bands of brothers' sacrificing together in pursuit of a noble collective goal. The poet was not indifferent to martial endeavour: he has left us a permanent record of familial pride in his brother, George Washington Whitman, who fought in the Civil War, listing the multiple battles where he was present, his consecutive re-enlistments and his move up the ranks to lieutenant colonel (Whitman, 1892, p. 77). Here again, a common man proving his worth in the great contest that defined the future of the American project.

Ulysses Grant was not without faults, and contemporaries were very aware of his failings. His first stint in the military was cut short amidst rumours of disorderly conduct prompted by immoderate alcohol consumption. Perhaps better established are the political scandals that tarnished his service as President. I would venture to say that Whitman overlooks Grant's failings and political scandals in his appraisal because he empathises with him, with his human frailty manifest in his alcohol problems, his personal financial difficulties, to which Whitman could relate, and because of his natural and down-to-earth attitude. In a letter to his mother, he is fond of telling her that "I saw Grant to-day [sic] on the avenue walking by himself - (I always salute him, & he does the same to me)" (Miller, 1961, p. 147). In singing the American citizen, Whitman is hailing a unpretentious, genuine individual, warts and all; Grant certainly fit the bill. Topping it all in Whitman's estimation, perhaps, was Grant's service during the Reconstruction period that followed the war. His forceful defence of former slaves' freedoms and rights in the old Confederacy despite the multiple attempts to thwart emancipation and the constant threats has been lauded as essential to secure the constitutional gains of the war. Grant was essential in upholding the law and breaking up violent groups such as the Ku Klux Klan who created a reign of terror against black Americans in the South. As we saw, the covenant of the Republic was for Whitman a sacred trust, and Grant lived up to this duty.

5. Conclusion

In Ulysses Grant were combined in good measure the three key elements that Whitman regarded as the most important for any American citizenry that would ensure America's democratic success. To be an American was of particular significance both for Whitman and for Grant, for it meant being a member of a Republic committed to the cause of democracy. To be a member of such a community was a source of pride. The standards and responsibilities were higher than in countries where the people, having no say in the government, had no immediate responsibility, and therefore nothing was asked of them. As he was dying of cancer, in a final act of self-discipline and fortitude, Grant wrote his personal memoirs in order to pay off his debts and provide some money for his family. He completed the task less than a week before his death. The first sentence he wrote reads: "My family is American, and has been for generations, in all its branches, direct and collateral" (Grant, 1990, p. 17).

There is another individual that could conceivably be hailed as the 'complete American' in Whitman's structure. That would be the poet himself. Keeping physically fit was a concern of his, not just articulated in his *Manly Health and Training* but actually carried out in long walks of several miles which he describes as "never to be forgotten" (Whitman, 1892, p. 77). Later in life he continued his workouts, struggling with oak saplings to exercise his arms and chest (Whitman, 1892, p. 98, 413). As we saw, he endorsed an ethics based on male comradeship much as he imagined it in ancient Greece. A defender of human nature in all its manifold shades, a lover of the individual as a whole, comprising good and evil as part of the divine plan, both playing their part in the cosmic drama that will culminate with the dominance of good. Here was Whitman whose love of Man was perhaps only matched by his love of America, the third part of his triad.

References

- Agassiz, G. (Ed.). (1922). *Meade's headquarters, 1863-1865: Letters of Colonel Theodore Lyman from the Wilderness to Appomattox*. Atlantic Monthly Press.
- Grant, U. (1990). *Memoirs & selected letters*. Library of America.
- Hirschhorn, B. (1998). Political views. In J.R. LeMaster and D. Kummings, (Eds.), *Walt Whitman: An encyclopedia*. Garland Publishing. *The Walt Whitman Archive*.
https://whitmanarchive.org/criticism/current/encyclopedia/entry_599.html
- Lowe, D. (Ed.). (2007). *Meade's army: The private notebooks of Lt. Col. Theodore Lyman*. Kent State University Press.
- Miller, E. H. (Ed.). (1961). *The correspondence of Walt Whitman – Volume II*. New York University Press.
<https://whitmanarchive.org/biography/correspondence/tei/pml.00034.html>
- Traubel, H. (1915). *With Walt Whitman in Camden* (Vol. 2). Small, Maynard & Co.
<https://whitmanarchive.org/item/med.00002>
- Traubel, H. (1996). *With Walt Whitman in Camden* (Vol. 8). W L Bentley Publishing.
<https://whitmanarchive.org/item/med.00008>
- Turpin, Z. (2016). Introduction to Walt Whitman's "Manly health and training". *Walt Whitman Quarterly Review*, 33, 147–183. <https://doi.org/10.13008/0737-0679.2205>
- Velsor, M. (2016). Manly health and training, with off-hand hints toward their conditions. *Walt Whitman Quarterly Review*, 33, 184–310.
- Whitman, W. (1892). *Complete prose works*. David McKay.
<https://whitmanarchive.org/item/ppp.00504>
- Whitman, W. (2004). *Leaves of Grass – First and 'death-bed' editions*. Barnes and Noble Classics.
- Whitman, W. (1996). The eighteenth presidency! Voice of Walt Whitman to each young man in the nation, North, South, East, and West. In J. Kaplan (Ed.) *Walt Whitman, poetry and prose* (pp. 1331–1349). Library of America.

[received on 26th February 2024 and accepted for publication on 23rd May 2024]

O DIREITO E O QUE É DIREITO SOBRE A LITERATURA

THE LAW AND WHAT IS LAW ABOUT LITERATURE

Fábio Roberto Lucas*
frlfrlucas@gmail.com

Janaina Freire de Oliveira dos Santos**
janafro@gmail.com

O presente ensaio visa discutir o célebre texto de Antonio Candido, “O direito à literatura”, na perspectiva da contemporaneidade, questionando critérios classificatórios e inclusivos, assim como algumas abordagens no âmbito da crítica literária. O ensaio de Candido é confrontado com textos como os de Marcos Piason Natali, Marília Librandi-Rocha, Rodrigo Navas, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto Zular, Tomaz Amorim Fernandes Izabel, Mariana Ruggieri, João César de Castro Rocha, Raul Antelo, Silviano Santiago, Marcos Siscar, Iumna Maria Simon, Paulo Henrique Britto, Flora Sússekind e Viveiro de Castro, a partir das quais elencamos algumas análises críticas e reflexivas acerca das questões abordadas por Candido em 1988, momento em que o país iniciava o processo de redemocratização, como também indagava o escopo da literatura brasileira, sua relação com a perspectiva nacionalista, seus responsáveis, o direito e a democratização do acesso a essa literatura.

Palavras-chave: Literatura. Crítica literária. Antonio Candido. Direito à literatura.

This essay aims to discuss Antonio Candido's famous text “The right to literature” from a contemporary perspective, questioning classificatory and inclusive criteria, as well as some approaches within the scope of literary criticism. Candido's essay is compared with texts such as those by Marcos Piason Natali, Marília Librandi-Rocha, Rodrigo Navas, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto Zular, Tomaz Amorim Fernandes Izabel, Mariana Ruggieri, João César de Castro Rocha, Raul Antelo, Silviano Santiago, Marcos Siscar, Iumna Maria Simon, Paulo Henrique Britto, Flora Sússekind and Viveiro de Castro, from which we list some critical and reflective analyzes about the issues addressed by Candido in 1988. This was a time when the country was beginning the process of redemocratization, while also questioning the scope of Brazilian literature, its relationship with the nationalist perspective, those responsible for it, the right to and the democratization of the access to this literature.

Keywords: Literature. Literary criticism. Antonio Candido. Right to literature.

•

* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil. ORCID: 0000-0002-4195-6565

** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil. ORCID: 0000-0002-9732-4233

1. Introdução

O papel do crítico é ao mesmo tempo reduzido e ampliado. Ampliado na medida em que todo mundo pode tornar-se crítico. Este foi o sonho das Luzes e, talvez, o do fim do século XVII: por que todo leitor não poderia ser considerado capaz de criticar as obras, fora das instituições oficiais, das academias, dos sábios? É a querela dos Antigos e dos Modernos, na França, no fim do século XVII, que faz nascer a ideia segundo a qual cada leitor dispõe de uma legitimidade própria, do direito a um julgamento pessoal (Chartier, 2009, p. 17).

Pensar o papel da crítica literária e sua personificação no sujeito, no crítico, na contemporaneidade, torna-se uma reflexão extremamente complexa, sobretudo quando o papel deste sujeito e sua função/utilidade são questionadas e colocadas à prova. Roger Chartier, nas reflexões acima, expôs esse dilema, ao mesmo tempo que concedeu ao leitor potencial crítico, uma vez que seria possível, a partir dele, analisar e melhor compreender as dimensões culturais e sociais, desvinculadas de qualquer academicismo.

Atualmente, com a massificação das redes sociais e dos influenciadores literários, os quais compartilham em suas redes e seus perfis dicas e resenhas de leituras, por algumas vezes fundamentadas, enquanto noutras tantas, e infelizmente muitas, pautadas em opiniões impressionistas vagas, como também na relação estabelecida, seja de amor ou de ódio, com o autor, o papel e a função do crítico vêm sendo questionados. Seria esse o crítico ideal, idealizado pela escola da recepção? Sob esta perspectiva, em qual medida o papel do crítico fundamenta-se hoje? Esse papel é ampliado ou reduzido? E, afinal, o que de fato pode e/ou deve ser considerado como literatura, para que, a partir de então, possa se estabelecer o papel desse crítico literário? Torna-se relevante destacar e não desprezar que mesmo esses influenciadores pouco preocupados em pautar suas críticas em fundamentações e concepções teóricas relevantes para a literatura exercem enorme influência na formação de novos leitores e na disseminação da literatura.

Tendo em vista que Chartier (2009) discutiu o papel do leitor enquanto possível crítico literário, propomos dialogar sobre o direito à literatura e qual literatura, convergindo com questões relacionadas ao juízo estético na atualidade, como também sobre o papel da crítica literária em meio à enorme influência digital.

Antes, vale ressaltar que o papel do crítico sempre foi concebido como o de mediador na construção intersubjetiva do gosto, da relação da obra com o público. Nos séc. XVIII e XIX, o papel do crítico foi extremamente relevante, sofrendo na atualidade uma transformação neste papel e nesta função da crítica. Afinal, nos dias de hoje não se consegue garantir o que é arte de modo evidente, como também, como exposto por Garramuño (2014), Sussekind (2013) e outros estudiosos da literatura em campo expandido, não se consegue estabelecer os limites da arte, as classificações, as "molduras" as quais denominam e garantem o que é ou não considerado arte, uma vez que estas passaram a ser definidas pela experiência estética do leitor e não mais por um referencial (im)posto.

Mallarmé defendia uma prática poética livre, onde o leitor exerceria papel fundamental para a constituição do poema e assim, crítico do mesmo, visto que a partir

de suas múltiplas relações, fundamentais e subjetivas, poderiam ser constituídos significados àquilo que era lido (Gasparetti, 2020).

Estas reflexões mostram-se complexas, uma vez que para o próprio artista tornou-se difícil classificar sua produção, enquanto para o crítico ficou extremamente complicado compartilhar sua visão julgadora, tendo em vista ter-se tornado mais difícil compartilhar sentimentos comuns.

2. O direito à literatura. O quê e a quem cabe esse direito

Ao publicar em 1988 *O Direito à Literatura*, Antonio Candido (2011) defendeu esse direito para todos, independentemente de classes sociais e/ou grau de instrução, como também a racionalidade da forma literária e o domínio sobre a natureza irracional. Defendeu ser a literatura uma das responsáveis pelo equilíbrio social, tal como o sonho é o responsável pelo equilíbrio psíquico. Defendeu caber à literatura o papel humanizador, complexo e contraditório, uma das suas funções mais relevantes e essenciais. Concedeu às palavras o poder de comunicar com o espírito das pessoas, possibilitando às mesmas uma (re)organização para, a partir de então, organizar o mundo. Esta função (re)organizadora contribui para seu papel humanizador, visto que tende a possibilitar a reflexão, auxiliar na aquisição de saberes, promover e ampliar a disposição ao próximo como também auxiliar no afinamento das emoções. Para Candido (2011), a literatura, além de sua função humanizadora, também apresenta uma função social, expondo mazelas e propondo reflexões sobre feridas sociais profundas, porém necessárias de serem abordadas, tendo visto seu poder em denunciar e explicitar as misérias, a exploração econômica e a marginalização social a partir da palavra. Desse modo, defendeu o acesso à literatura como um direito humano, social e cultural, de forma a garantir que aquilo que falta é a oportunidade ao acesso e aquisição a todas as classes sociais e não a capacidade das pessoas em compreender, apreciar e consumir literatura.

As afirmações trazidas por Candido (2011), tão necessárias e pertinentes quando o assunto é a formação de leitores, de sujeitos sociais e críticos, como também a função social da literatura, encobrem questões e contradições, no mínimo incoerências, difíceis de serem percebidas num primeiro momento, mas que suscitam atenção quando se trata da questão da universalização da literatura. Vale ressaltar ser extremamente custoso elencar tais apontamentos nas concepções de Antonio Candido, uma vez que ele apresenta, em boa parte de suas reflexões, questões relativas à humanização da literatura, à capacidade de propiciar a reorganização do caos interior dos sujeitos, como também a defesa e garantia de acesso de “todas” as literaturas a todos.

Marcos Piason Natali (2006), em *Além da Literatura*, propôs-se discutir e questionar a universalização da literatura trazida por Candido. Ele apontou tensões relevantes no texto de Candido, como sendo: a) a expansão do termo literatura, ao considerar todas as criações com toque poético, ficcional e/ou dramático de todos os povos e culturas, ampliando o conceito e ao mesmo tempo classificando e distinguindo as produções em populares e eruditas, seguindo os critérios herdados do iluminismo europeu; b) a literatura como um instrumento poderoso na formação de uma consciência

mais humanizadora; e c) a crença no seu potencial de elaboração estética e de conteúdos, ou seja, a ideia de que quanto mais esteticamente eficaz fosse um texto, maior seria sua eficiência humanizadora.

Segundo Natali (2006), Candido concebia uma literatura de engajamento, pautada em denúncias sociais, como também defendia a fruição estética da literatura brasileira, que deveria ter seu acesso ampliado, universalizado como um direito, para que as massas pudessem ler todas as produções, inclusive as tidas como eruditas. Ao refletir sobre essas questões apontadas no texto de Antonio Candido, Natali identificou tensões, ao mesmo tempo que trouxe para a reflexão contrapontos relevantes para a crítica literária na contemporaneidade e ao papel do crítico.

Inicialmente, questionou a universalização da literatura, apontando para o que e/ou quem teria a responsabilidade de escolher aquilo que deveria ser lido e/ou tido como literatura. Expôs que esse esforço universalizador esconde pressupostos modernos eurocêntricos, uma vez que não fica explícito a forma e o meio dessa universalização, ao mesmo tempo que, como problema maior, assinala a violência cultural gerada por essa universalização, ao promover pressupostos e especificidades com potencial segregador e excludente. Assim, Natali (2006) concluiu que a literatura não é tão universal quanto se pretende, como vislumbrava Antonio Candido (2011), visto ser fruto de interesses, os quais tendem a definir aquilo que as camadas mais populares "devem ou não" consumir, criticando a democratização e a noção de inclusão/união de categorizações deturpadas na modernidade.

Ora, se Candido (2011) amplia e iguala todas as produções literárias, porém numa concepção eurocêntrica de categorização da literatura, Natali (2006) não deixaria de reafirmá-la, ainda que com o intuito de sublinhar suas tensões e limites, sobretudo no que diz respeito ao confronto com questões éticas e políticas, cujos anseios nem sempre coincidem com ou reafirmam o valor atribuído à autonomia da literatura e da cultura.

É neste ponto que unimos a essas prerrogativas o texto de Marília Librandi-Rocha (2014), "A Carta Guarani-Kaiowá e o Direito a uma Literatura com Terra e das Gentes". Nele, a crítica questiona o poder da palavra indígena no cerne da literatura escrita do Brasil. A autora trouxe para a discussão a concepção de literatura de Luiz Costa Lima, que afirmou estar a literatura num campo discursivo heterogêneo que inclui formas híbridas e em constante mutação. Reconhece o direito à literatura como território discursivo aberto, cujos limites e distinções internas são equívocos, o que permite a possibilidade de considerar poéticas e práticas de competência ágrafa extraocidentais no mesmo patamar de valorização. Librandi-Rocha (2014) buscou evidenciar a importância de uma literatura que esteja conectada com a terra e com as pessoas, em particular com as comunidades indígenas. O principal ponto abordado pela autora nesse texto foi a busca pela valorização e o respeito à diversidade cultural e à cosmovisão dos povos indígenas ao argumentar que a literatura, assim como outras formas de expressão artística, deve ser inclusiva, permitindo que diferentes vozes e perspectivas sejam ouvidas e representadas. A partir dessa premissa, defendeu a necessidade de se reconhecer a literatura indígena como uma forma legítima de produção cultural, respeitando sua autonomia e suas características próprias, trazendo à tona vozes marginalizadas, ampliando a diversidade de perspectivas e contribuindo para um diálogo intercultural mais rico e inclusivo.

Todas estas discussões nos levam a refletir sobre a vasta miscigenação cultural existente no território brasileiro, uma vez que podemos questionar o quanto de popular existe nas letras de Chico Buarque, considerado compositor erudito, e o quanto de erudito há nas de Cartola, músico popular. Como também o quanto de literatura há na carta Guarani-Kaiowá, um documento com objetivos políticos e reivindicatórios, porém com elevado potencial artístico e estético percebido na forma como a mensagem é elaborada, na escolha das palavras, na estrutura e na força emocional transmitida; e o quanto esta carta manterá sua originalidade e atributos característicos da gente que fala quando retirada e analisada a partir de outro(s) contexto(s).

A abordagem e as questões trazidas por Librandi-Rocha (2014) despertam discussões sobre o entrecruzamento e as relações entre obras, como também o fim das vanguardas, a pluralidade das poéticas possíveis, as expansões midiáticas e antropológicas, levando-nos a questionar se de fato existe uma arte caracteristicamente brasileira. É fato que o sentimento de inferioridade, da falta de uma tradição artística no Brasil, sempre assombrou tanto artistas quanto críticos de arte. E as amarras coloniais ainda sustentam a necessidade de se buscar "fora" referenciais e parâmetros de juízo e de valores estéticos, tanto para as produções quanto para as ponderações.

Pautado sob estas e outras questões mais, Rodrigo Naves (2015), na introdução de *A Forma Difícil: Ensaios Sobre a Arte Brasileira*, texto em que expõe seus critérios sobre a passagem "Da dificuldade de forma à forma difícil", buscou refletir sobre a falta de apego e as irregularidades das produções artísticas no país até meados da década de 1970. O crítico destacou que as produções nacionais ainda são tímidas, presas a formalismos e formalidades, não se permitindo extravasar para outros campos e/ou incursões, não por ignorância ou desconhecimento, mas muitas vezes pelo sentimento de inferioridade ainda muito presente e a incessante busca por esse tal referencial de nacionalidade. Ou seja, para o autor, o país encontra-se ainda atravessado pelo impasse modernista, o qual desejou despertar na sociedade valores liberais/socialistas, uma sociedade crítica dos padrões burgueses e das mazelas sociais, que de fato não se concretizou.

Aparentemente, essa concepção de inferioridade e de falta de identidade percebida por muitos reflete um ideal conceutivo extremamente eurocentrista, uma vez que, conforme declarou o escritor indígena Yaguarê Yamã, em entrevista para o projeto Ciência Aberta do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Crítica Literária da PUC-SP (Yamã, 2022) seria essencial ao povo brasileiro conhecer para então reconhecer e assim apropriar-se das produções literárias dos povos originários, uma vez que estas produções constituem a identidade não apenas da literatura nacional, mas sobretudo do povo brasileiro. Ao mesmo tempo em que a estudante negra, deficiente, moradora da periferia de São Paulo, Giovanna Fernanda, em entrevista para o mesmo projeto, relatando as influências que despertaram seu gosto pela poesia, afirmou "encontrar-se" com a literatura e "reconhecer-se" nas produções marginais de poetas e autores negros e periféricos, que dialogam com sua realidade, suas dores e suas angústias (Fernanda, 2022).

Com concepções convergentes às de Naves, Sérgio Buarque de Holanda (1996), em "O Lado Oposto e Outros Lados", expôs suas distâncias tanto em relação ao tradicionalismo quanto em relação aos outros artistas modernistas, sobretudo aqueles que

se engajavam numa concepção orgânica e intelectualizada da cultura brasileira, supondo que uma arte de expressão nacional nasceria apenas da imposição de uma ordem “que estrangulassem de vez este nosso maldito estouvamento de povo moço e sem juízo” (Holanda, 1996. p. 225). Holanda (1996) apresentou em suas reflexões que a sociedade brasileira foi moldada por influências que remontam à colonização portuguesa e que tais influências desempenharam um papel fundamental na definição das características e estruturas sociais do país, influenciando na constituição do patrimonialismo, do personalismo e do individualismo, que, segundo ele, foram transferidos da Europa para o Brasil durante a colonização. Esses traços moldaram as relações sociais, políticas e econômicas no país, contribuindo para a formação de uma sociedade hierárquica, desigual e com dificuldades de construir instituições sólidas e duradouras.

O mesmo ainda comparou as produções artísticas do início do século XX. Tal como muitos, Holanda entendeu ter ocorrido, com o modernismo, um movimento em favor de uma genuína arte brasileira, propondo o rompimento com idealismos e com o que chamou de “poesia bibelô”. Contudo, reconheceu que ainda havia amarrações coloniais as quais deveriam ser combatidas, não negando sua existência nem as produções existentes em nome de uma arte nacional, mas propondo o surgimento de uma arte livre dessas amarras, sem se prender a tradições, a normatizações, porém ousada criativamente.

Articulando as reflexões de Holanda e Naves, Roberto Zular (2022), no artigo “No Cipó das Falações: a Forma Difícil da Poética Modernista”, apresentou os impasses dessa busca modernista por uma identidade artística nacional, observando que nela o maior interesse estaria na produção de um limiar criativo e produtivo. No contexto contemporâneo, essas questões vão esbarrar no que foi denominado, por Marcos Siscar (2010), de “crise”; uma crise iniciada com o anúncio do “fim” das vanguardas e a pluralidade presente nas inúmeras possibilidades poéticas, abertas pelas expansões de linguagens artísticas, meios técnicos, cosmovisões e epistemologias, como também pelo juízo de valor estético da contemporaneidade, pautado muito no repertório dos sujeitos, no questionar e classificar a arte, seus limiares, entrelugares, a forma, a cisma, o problema do lugar e do ter lugar.

A partir dessas discussões, abriu-se precedentes para questionar e refletir sobre o lugar de fala e o lugar de falta na estética artística brasileira. O lugar de fala com suas debilidades, o elitismo, o eurocentrismo e falta de reconhecimento para com as (maio)minorias, ao mesmo tempo que esse mesmo lugar de falta escancara as fragilidades e a ausência de representatividade das “minorias” nas produções artísticas em geral. Desse modo, questiona-se o direito à literatura para além da literatura praticada e produzida, uma literatura com terra e das gentes; uma literatura que não fique presa e apegada ao passado, mas que recorra a ele para avaliar, rever e ponderar as violências praticadas; uma literatura que rompa com a busca por enquadramentos, uma vez serem estes responsáveis por exclusões e categorizações elitizadas.

Em resumo, ao mesmo tempo que Candido (2011) defendeu a literatura como bem universal, essa defesa esbarrou em questionamentos e contrapontos relevantes. Ao se conceber a literatura dessa maneira, Natali (2006) expôs que o risco desta tal universalização configura uma violência por conceber uma literatura seguindo os mesmos padrões formais, desconsiderando especificidades. E mesmo os poetas modernistas, que

propunham uma ruptura com as convenções estéticas e literárias do passado, buscando uma nova linguagem poética que refletisse a realidade e a identidade brasileira, ainda se viam presos aos paradigmas dos meios europeus e eruditos, especialmente da escrita, o que Naves (2015) classificou como a dificuldade da forma, a dificuldade em se desapegar do formalismo e compreender como a oralidade se apresentava nos poemas escritos.

Ainda refletindo sobre o direito à literatura defendido por Antonio Candido, Tomaz Amorim Fernandes Izabel (2019), em “O Direito e o Além da Literatura”, buscou explorar as conexões entre literatura, direito e filosofia, examinando como a literatura e a narrativa podem contribuir para uma compreensão mais ampla do direito e da justiça. Tomaz Amorim (2019) concordou com Candido (2011) ao afirmar crer na literatura como um poderoso instrumento na formação de uma consciência humanizadora. Porém, o autor ressaltou que Candido, de certa forma, hierarquiza as produções literárias, atribuindo maior relevância às obras eruditas, consideradas por ele num estágio elevado de fruição e consumo. Tomaz Amorim (2019) debateu ainda sobre o papel do crítico ao compará-lo a um antropólogo, devendo este buscar e analisar as obras literárias por um viés amplificador e inclusivo, porém distanciado do esforço modernizador, que tende ao formalismo e ao estruturalismo. Desse modo, tal como Natali (2006), realizou uma crítica à universalização e à mera inclusão de produções por acreditar tratem-se estes de meios reducionistas modernos, classificando e especificando o que é literatura e de certa forma sua qualidade.

Esta visão crítica sobre o direito à literatura de Antonio Candido também está presente no texto de Mariana Ruggieri (2020), “Ainda Sobre o Direito à Literatura”. A autora iniciou seu posicionamento crítico questionando como se discute o direito à literatura se cada povo, cada população ao menos, possui uma literatura característica? Ou seja, como discutir o direito a algo que já lhe é intrínseco? Estaria aí um pressuposto indizível no ensaio de Candido, uma justificação subreptícia de que o “direito à literatura” traria consigo a exigência de passar das formas nativas de produção verbal (chamadas de “folclore, lenda, chiste”) “até as formas mais complexas e difíceis das grandes civilizações” (Candido, 2011, p. 174), passagem que reproduziria a lógica da colonização.

Também na visão da autora, Candido (2011) percebe a pluralidade literária existente, mas de certo modo, como apontado também por outros pesquisadores, atribuiu-lhe níveis hierárquicos. Assim, concluiu que para uma literatura humanizadora, a mesma deveria ser, sobretudo, emancipatória, propondo o repensar dos hábitos teóricos e historiográficos para assim acolher todas as produções do universo, em todos os meios, sejam eles acadêmicos ou não.

Ao refletir sobre o que, de fato, é ou não literatura na atualidade, esbarra-se em produções diversas e diversificadas, produzidas sem apego a formalismos estruturais e estéticos, mas com enorme apelo social, como é o caso do Slam. Considerado uma manifestação artística, o Slam compreende uma forma de poesia falada que surgiu nos Estados Unidos na década de 1980, unindo a literatura oral à performance. Pensar o Slam como literatura é romper com o tradicionalismo da crítica, ampliando a percepção para o *lugar* e para *quem* fala/falta, percebendo que as (maio)minorias produzem uma literatura “com terra e com gente”, denunciando questões históricas, porém necessárias à contemporaneidade, como política, identidade, justiça social e empoderamento. Ao

mesmo tempo que muitos lutam para que o Slam seja considerado literatura, Ruggieri (2020) ponderou que, ao fazê-lo seria o mesmo que retirar-lhe toda sua perspectiva selvagem e sua natureza de certa forma indomada, arrancando-o de seu habitat, de sua essência, tal como fizeram os românticos numa tentativa de incorporação e domesticação dos “índios”; tal como fizeram com Carolina Maria de Jesus (2019) na publicação de seu livro, *Quarto de Despejo*, em 1960, colocando-a como uma figura no mínimo exótica e pitoresca para a sociedade de então. Tanto o Slam quanto os textos de Carolina precisam ser lidos, ouvidos, apreciados, contemplados, questionados, criticados, solicitando, antes de tudo, seu próprio espaço de escuta. Essas produções precisam de voz, pois apresentam representatividade em suas veias. Mas torna-se extremamente relevante pensar e questionar a forma como essas produções serão ofertadas ao público.

Em “A Guerra de Relatos no Brasil Contemporâneo ou: A Dialética da Marginalidade”, João César de Castro Rocha (2006) expôs ser a dialética da marginalidade a voz da periferia se fazendo ouvir, na busca por superar desigualdades e a exploração, expondo assim as violências sofridas. Segundo Rocha (2016), o papel do malandro, que por muito tempo foi conciliador, encontrava-se presente em muitas obras literárias. Porém, com a violência tomando lugar da inocência, uma nova perspectiva se configurou, expondo as mazelas, as opressões, as desigualdades e as relações sociais. Vozes da periferia passaram a ecoar entre ambientes acadêmicos, obrigando a crítica a ter que, ao menos, ouvir o que tinham a dizer. Eis que surge a dialética da marginalidade, consumida ainda que desconfortavelmente pela crítica. O conceito de dialética da marginalidade consiste numa abordagem teórica que busca compreender essa guerra de relatos e suas emoções sociais, políticas e culturais. Refere-se à dinâmica contraditória entre os discursos de poder e de resistência que emergem nas periferias, das vozes que historicamente foram caladas e marginalizadas, mas que estão cada vez mais ganhando visibilidade e espaço.

As produções periféricas constituem produtos literários diversos, flexíveis, os quais permitem e possibilitam a inclusão e a conexão de outras linguagens artísticas, como a música, a performance, o desenho, entre outros, levando-nos a refletir sobre a quebra de fronteiras e do limiar classificatório, tão presentes nas batalhas de Slam, no Hip Hop e no Rap. Porém, ainda não é dado real valor a essas produções, visto que não se consegue, ou se deseja, aplicar teorias existentes (as quais precisam ser revistas e reformuladas), como também ainda não existem teorias com competência para abarcar e constituir novas fórmulas de análise e diálogo.

O conceito de fronteiras na literatura e como elas influenciam a compreensão do mundo e das relações humanas constitui o cerne do pensamento de Raul Antelo (2008) no texto “Lindes, Limites, Limiares”. Antelo investigou os limites da linguagem e do pensamento, discutindo a capacidade da linguagem de representar e expressar a realidade, além de questionar e repensar suas próprias concepções e percepções, relacionadas com a reflexão sobre os limites físicos, emocionais, conceituais e éticos que moldam e definem nossa existência e interação com o mundo ao nosso redor. Raul Antelo (2008) abordou as fronteiras literárias na América Latina como um tema central em sua análise crítica. Para o autor, a questão das fronteiras literárias na região é complexa e multifacetada, influenciada por uma série de fatores históricos, políticos, culturais e linguísticos.

Antelo questionou essas fronteiras geográficas tradicionais e as noções de centro e periferia na literatura latino-americana, argumentando que a região não deve ser vista como um conjunto homogêneo, mas como um espaço heterogêneo e plural, composto por uma variedade de tradições literárias, vozes e perspectivas. Uma das ideias centrais de Antelo (2008) é a interconexão e a permeabilidade das fronteiras literárias na América Latina, destacando as influências mútuas entre os países da região, as trocas culturais e os diálogos transnacionais que ocorrem através das obras literárias. Enfatizou a importância de superar visões simplistas e estereotipadas da literatura latino-americana, reconhecendo sua diversidade e complexidade.

As discussões sobre os limiares fronteiriços da literatura latino americana abrem para a análise do texto de Silviano Santiago (2004), *O Cosmopolitismo do Pobre*. Neste, Silviano explorou como experiências de marginalização e pobreza podem moldar a identidade e a perspectiva de um indivíduo, levando a uma visão de mundo mais aberta e conectada globalmente. O conceito do cosmopolitismo refere-se à ideia de que os seres humanos possuem uma identidade global ou pertencem a uma comunidade mundial além de suas identidades nacionais, étnicas ou culturais. Neste contexto, a ideia trazida pelo autor é a de que mesmo aqueles indivíduos socialmente marginalizados ou economicamente desfavorecidos podem desenvolver uma perspectiva cosmopolita, moldada por suas experiências de deslocamento, migração, diáspora e, em geral, pela experiência de viver nas margens da sociedade. Reconhece que indivíduos em situações precárias frequentemente estão expostos a diferentes culturas, línguas e realidades sociais e que essas experiências podem acarretar sensibilidade para além das fronteiras nacionais, permitindo uma visão mais ampla e inclusiva do mundo. Ou seja, de certo modo, Santiago (2004), ao mesmo tempo em que discorda de Antelo (2008) ao conceber não haver fronteiras geográficas as quais consigam separar e dissociar as culturas, uma vez que existe a permeabilidade, também concorda com ele por conceber existir a troca e a influência mútua entre pessoas e culturas.

Pensar na crise da crítica literária na contemporaneidade, em seus limiares, frente a questões estéticas e teóricas, como também na busca incessante por um “lugar”, pelo “ter lugar”, como diz Siscar, em meio às novas formas e meios as quais a literatura passou (ou não) a abarcar, é uma tarefa contínua, também quando abordamos as questões da poesia.

Enquanto escritor, poeta e crítico literário, Marcos Siscar (2008) em seu texto *Poetas à beira de um ataque de versos* levantou questões sobre a poesia contemporânea, a relação entre poesia, linguagem e sociedade, explorando argumentos estéticos e teóricos. Neste, buscou analisar e interpretar a produção poética contemporânea após o que chamou de "ruptura" provocada pelos poetas concretistas, dividindo o campo poético entre o verso tradicional e o com potencialidade. Segundo Siscar, Mallarmé foi quem iniciou a chamada "crise do verso", caracterizada pela insatisfação com as formas tradicionais de poesia e pela busca por novas abordagens estéticas e de expressão, retirando o verso, a poesia da inércia. Mallarmé acreditava que a poesia deveria transcender a mera comunicação de ideias e sentimentos e alcançar uma dimensão mais elevada de linguagem, onde a musicalidade, a sonoridade e a evocação se tornassem elementos centrais. Ele buscava explorar o potencial da linguagem poética e a relação entre palavras, sons e silêncios, criando uma poesia complexa e abstrata.

Já Iumna Maria Simon (2015), em *A retraditionalização frívola: o caso da poesia*, retomou questões relevantes sobre a tradição e as contradições presentes na poesia contemporânea brasileira. Para a autora, na modernidade, a tradição não deve ser tida como uma herança, mas uma conquista do trabalho consistente e coletivo. Já para o poeta contemporâneo, o passado constitui-se de materiais disponíveis que podem ser usados, copiados e adequados para durar até quando der e, se der, numa retraditionalização desculpabilizada, com charme libertador, formal; sem constituir verdades canônicas, mas plurais; não confrontando tendências dominantes, onde ainda fica explícito o paradigma da insatisfação e da busca por uma identidade (idealismo modernista).

Em contrapartida, Paulo Henrique Britto (2013), em *Brazilian Poetry Today*, afirmou que a poesia brasileira hoje é marcada por uma diversidade de estilos, vozes e temas, destacando a ausência de uma tendência dominante ou de uma estética unificadora, característica da contemporaneidade. Britto argumentou que essa multiplicidade reflete a (re)descoberta da complexidade e da riqueza da sociedade brasileira atual. O autor enfatizou a importância da experimentação e da inovação na poesia brasileira contemporânea, observando a exploração de novas formas, linguagens e recursos poéticos, desafiando as convenções tradicionais. Britto (2013) valorizou a liberdade criativa e a capacidade dos poetas de romperem com as expectativas estabelecidas, buscando novas maneiras de expressar suas visões do mundo.

Além disso, Britto (2013) salientou que a poesia brasileira hoje reflete questões e desafios enfrentados pela sociedade, abordando temas como desigualdade, violência, identidade, política e questões ambientais. Ele acredita que a poesia tem um papel importante na reflexão e na crítica social, fornecendo uma voz poética para as experiências e perspectivas individuais e coletivas. Porém, o autor ressalta não ser/estar tranquila esta perspectiva crítica social, haja visto ainda haver resquícios do ideal modernista de constituição de uma identidade artística nacional. Segundo ele, o ideal poético sofreu significativas mudanças com o decorrer da história e dos acontecimentos sociais. Se o paradigma romântico e modernista, vigente até o fim do século XX, consistia na busca pela liberdade das amarras coloniais, o poeta de hoje está preocupado com a produção de bons poemas. Alguns momentos dessa transição são destacados, como a geração de 1945, uma corrente contra modernista, que almejou o retorno da dicção elevada e sublime, ideal posteriormente contrariado pela poesia concreta de 1960, que reivindicou a morte do verso como unidade do discurso poético. É interessante ressaltar a enorme contribuição e a significativa confluência entre artes visuais e poesia proposto pelo concretismo, onde à poesia foram agregados novos significados e significantes.

Vale a pena se deter sobre o movimento da poesia concreta, os poetas buscavam romper com a tradição lírica e subjetiva, explorando as possibilidades visuais e sonoras das palavras. Os poemas concretos eram caracterizados pela disposição espacial das palavras, formando imagens visuais, utilizando recursos como a tipografia, as cores e diferentes tamanhos e formas de articulação das letras. Esses artistas exploravam a objetividade e a racionalidade, buscando criar obras independentes da realidade e que se baseassem em elementos concretos, como formas e cores puras. O movimento teve um papel importante na renovação da arte e da poesia brasileiras, rompendo com a tradição e explorando novas possibilidades de expressão. Contribuiu para a aproximação entre a

arte e a vida cotidiana, questionando a ideia de que a arte deveria ser algo distante e inacessível, presa em galerias e em museus.

Exemplo disso pode ser visto no desejo de Julio Plaza em ampliar e democratizar o acesso a arte, tirando-a dos museus, aproximando-a mais da população no geral. Plaza desejava romper com a reclusão intramuros que a história impôs à arte, tornando-a mais acessível e presente no cotidiano urbano, acolhida por todos que ali estivessem, todos que ali transitassem, como foi destacado por Santaella (2009). Britto (2013) salientou, porém, que mesmo com toda aspiração por uma poesia que rompesse com o lirismo, com regras e fórmulas, ficando mais próxima da população, em 1976 iniciou-se o movimento de poesia marginal, ou a "geração mimeógrafo", em oposição ao concretismo e aos formalistas também, buscando uma poesia mais plural, dando voz a todos e almejando por estes ser reconhecida. A poesia marginal caracterizou-se pela produção e circulação de poesias de forma independente, muitas vezes em pequenas tiragens, fazendo uso do mimeógrafo como meio de reprodução. Os poetas marginais buscavam uma ruptura com a poesia tradicional e com as instituições literárias estabelecidas, enquanto manifestação artística de resistência, que expressasse angústias, anseios e vivências de uma geração. Suas obras eram marcadas pela liberdade criativa, experimentalismo linguístico, temáticas urbanas e uma forte crítica social e política, buscando uma poesia mais próxima do cotidiano.

Visto que tanto a arte quanto a literatura contemporânea passaram a ter um olhar mais sensível a esta polifonia social que representamos e na qual nos encontramos, Flora Süssekind, tanto no texto *Objetos Verbais não Identificados* (2023), quanto em *Sobre o Coro* (2022), traz para a reflexão a dificuldade, mas também a não necessidade de classificação, de categorização na arte. Para Süssekind (2023), se a literatura pretende abarcar as inúmeras vozes, de inúmeros sujeitos, como no caso das redes sociais na atualidade, há a necessidade de se pensar nesta voz enquanto um lugar comum, longe de preconceitos, sem autoritarismos, contrária a posicionamentos conservadores e opressores. A autora, tal como muitos pesquisadores, reforçou não existir mais a época áurea das vanguardas, mas sim ter havido uma virada antropológica a qual passou a abarcar com maior porosidade algumas linguagens, suscitando debates sobre a literatura e sua expansão.

Pensar em literatura em campo expandido é pensar numa abordagem mais ampla e inclusiva da literatura, que vai além dos formatos tradicionais e das fronteiras convencionais. Esta tende a explorar novas formas de expressão literária, experimentando novas formas de criação, rompendo com as convenções tradicionais da escrita e da narrativa, incorporando elementos novos e avessos, como a multimídia, a interatividade, a hipertextualidade e outras técnicas inovadoras. Pretende desafiar as fronteiras e categorias da literatura tradicional, em busca de associações com outras linguagens artísticas, como as artes visuais, o cinema e a música. Além disso, procura a intersecção com outras áreas de conhecimento, como a filosofia, a sociologia e os estudos culturais (Garramuño, 2014). Torna-se interessante refletir sobre as possibilidades que a literatura em campo expandido e a promoção da diversidade e da inclusão com o objetivo de valorizar e garantir a representação e a participação das diferentes vozes, identidades e

perspectivas sociais, desafiando e contrapondo-se às narrativas hegemônicas, abrindo espaço para histórias das (maio)minorias, marginalizadas e subalternas.

Sob essa perspectiva de literatura em campo expandido relacionada ao direito à literatura, porém não esquecendo de questionar sobre qual literatura numa visão inclusiva e diversa, Viveiro de Castro (2018) em *Perspectivismo e Multiculturalismo na América Indígena* apresentou conceitos relacionados à antropologia e aos estudos sobre as culturas indígenas nas Américas, buscando compreender a cosmovisão das sociedades indígenas das Américas, em particular na região amazônica. Castro (2018) concebeu que as sociedades indígenas reconhecem o mundo a partir de múltiplas interpretações, nas quais os seres humanos não são vistos como superiores aos demais seres da natureza, mas como parte de um conjunto de entidades com habilidades e intenções específicas, desafiando a dicotomia ocidental entre natureza e cultura, assim como a distinção entre sujeito e objeto.

A cosmovisão ameríndia tem buscado influenciar a forma como a literatura é lida e consumida, uma vez que desafia as estruturas narrativas ocidentais convencionais, introduzindo concepções múltiplas, a valorização da oralidade e da tradição oral. Através de suas narrativas, poesia e prosa, autores e escritores indígenas têm expressado suas identidades culturais, problematizam questões sociais e políticas, e contribuem para a preservação e revitalização de suas línguas e tradições, dando vez e voz à cultura e à população indígenas, desafiando narrativas dominantes e contrapondo-se aos estereótipos (im)postos. Vale ressaltar que as concepções de Castro (2018) corroboram os anseios de Yaguarê Yamã, como discutido anteriormente, numa busca constante pela (re)significação do lugar de falta e de fala.

3. Conclusão

Se Candido (2011) defendeu o direito à literatura, de todas as literaturas para todos, mesmo apresentando um viés hierarquizador, pensar na crítica literária na contemporaneidade consiste numa reflexão que se expande para o além da classificação. Esta tarefa compreende perceber a literatura e suas diferentes e diversificadas formas, organizações e apresentações, ao mesmo tempo que requer abertura e aceitação, considerando muito mais do que julgando e categorizando, incluindo e garantindo o direito de todas as literaturas a todos. Ou seja, garantindo o lugar e fala a todos.

Consiste na percepção e consideração das transformações, tanto no mundo quanto no campo literário e a interação entre diferentes formas de expressão artística, associadas à especificidade cultural e social daquele que a produz, não se apegando a excessos conteudistas, por correr o risco de se perder a essência e o conceito de arte como se almeja. Consiste em acreditar nos vazios e nas inconclusões, propositais ou não, mas nunca tê-las como equívocos, como menores, ruins ou inadequadas. Consiste em abrir caminhos para novas experiências no campo das artes, aceitando sua porosidade e a inter-relação entre linguagens, povos, pessoas. Consiste em aceitar que existe uma arte caracteristicamente nacional, de qualidade e que esta deve ser exaltada e valorizada.

A crítica literária hoje não é e nem poderá mais ser como antes, uma vez que é fruto de mudanças não apenas culturais, mas também tecnológicas e sociais, as quais têm impactado na forma como a literatura é percebida, consumida e compreendida. E o

próprio conceito de literatura hoje também não se restringe mais às produções canônicas e eruditas. Abarca a diversidade cultural e social, devendo considerar abordagens sensíveis e muitas vezes polêmicas. A crítica literária enfrenta na atualidade o desafio de propor uma visão mais cuidadosa e substancial à leitura e à análise das obras; deve adaptar-se a essas formas emergentes e desenvolver novas metodologias para sua análise; não deve relegar nem negar a forte influência e pressão do mercado editorial, como também deve considerar o posicionamento crítico dos leitores e influenciadores, tendo esses embasamentos teóricos ou não.

Provavelmente, nem Chartier (2009) nem a corrente francesa do final do séc. XVII poderiam conceber os desafios da crítica literária na contemporaneidade...

Referências

- Antelo, R. (2008). Lindes, limites, limiaries. *Boletim de Pesquisa NELIC*, 1, 4-27. <https://doi.org/10.5007/1984-784x.2008nesp1p4>
- Britto, P. H. (2013). *Brazilian poetry today*. LARB - Los Angeles Review of Book. <https://lareviewofbooks.org/article/brazilian-poetry-today-2/>
- Candido, A. (2011). *Vários escritos* (5.^a ed.). Ouro Sobre Azul.
- Castro, E. V. (2018). *Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena* (Coleção Argonautas). Ubu Editora.
- Chartier, R. (2009). *A aventura do livro: Do leitor ao navegador*. UNESP.
- Fernandes Izabel, T. A. (2019). O direito e o além da literatura. *Nau Literária*, 16(2), 119–132.
- Gasparetti, A. M. (2020). *A leitura performática da obra Poemóbiles, de Augusto de Campos e Júlio Plaza*. Appris.
- Garramuño, F. (2014). *Frutos estranhos: Sobre a inespecificidade na estética contemporânea*. Rocco.
- Holanda, S. B. (1996). O lado oposto e outros lados. In A. Prado (Org.), *O espírito e a letra. Estudos de crítica literária I, 1920-1947* (Vol. 1, pp. 224–228). Companhia das Letras.
- Jesus, C. M. (2019). *Quarto de despejo*. Ática.
- Librandi-Rocha, M. (2014). A Carta Guarani Kaiowá e o direito a uma literatura com terra e das gentes. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, (44), 165–191. <https://doi.org/10.1590/2316-4018448>
- Martins, S. B. (2015). A dificuldade da forma difícil. *Revista VIS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais*, 13(1).
- Natali, M. P. (2006). Além da literatura. *Literatura e Sociedade*, 11(9), 30–43.
- Naves, R. (2015). *A forma difícil: Ensaios sobre arte brasileira*. Ática.
- Programa de Pós-graduação em Literatura e Crítica Literária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (2022). Leitura, oralidade e ancestralidade. *Plataforma Ciência Aberta*. <https://lcl-cienciaaberta.pucsp.br/literatura-oralidade-e-ancestralidade/>
- Rocha, J. (2006). A guerra de relatos no Brasil contemporâneo ou: “a dialética da marginalidade”. *Revista Letras*, 32, 23–70. <https://doi.org/10.5902/2176148511909>
- Ruggieri, M. (2020). Ainda sobre o direito à literatura. *Revista Criação & Crítica*, (26), 71–87.
- Santaella, L. (2009). *Lições e subversões*. Lazuli Editora: Companhia Editora Nacional.
- Santiago, S. (2004). *O cosmopolitismo do pobre*. Editora UFMG.
- Siscar, M. (2010). *Poesia e crise: Ensaios sobre a “crise da poesia” como topos da modernidade*. Editora da Unicamp.
- Simon, I. (2015). A retraditionalização frívola: O caso da poesia. *Cerrados - Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura*, 24(39), 212–224.

- Siscar, M. (2008). Poetas à beira de um ataque de versos. In I. Alves & C. Pedrosa (Org.), *Subjetividades em devir: Estudos de poesia moderna e contemporânea*. 7Letras.
- Süssekind, F. (2013, 21 setembro). Objetos verbais não identificados. *O Globo*. <https://iedamagri.files.wordpress.com/2015/04/objetos-verbais-nc3a3o-identificados-um-ensaio-de-flora-sc3bcssekind-prosa-o-globo.pdf>
- Süssekind, F. (2022). *Coros, contrários, massas*. Cepe Editora.
- Zular, R. (2022). No cipó das falações: A forma difícil da poética modernista. In A. Gênese (Org.), *Modernismos 1922-2022* (pp. 196–230). Cia das Letras.

[recebido em 17 de janeiro de 2024 e aceite para publicação em 20 de junho de 2024]

POLÍTICA E ONTOLOGIA DA FIGURA NO PENSAMENTO DE GILLES DELEUZE

POLITICS AND ONTOLOGY OF THE FIGURE IN GILLES DELEUZE'S THOUGHT

Diogo Nóbrega*
diogonobrega15@gmail.com

Este artigo ocupa-se do conceito de 'Figura' tal como Deleuze no-lo dá a pensar, sobretudo, nos ensaios *Francis Bacon – Logique de la Sensation*, *Cinéma 1 – L'Image-mouvement* e *Cinéma 2 – L'Image-temps*. Pretendemos defender a hipótese seguinte: a Figura deve compreender-se a partir de um *conflito* interior entre movimentos, modelos distintos. Por um lado, um desejo de conformidade ideal com um modelo discernível, estável; por outro lado, a deformação, a morte como modelo, morte múltipla, impessoal, sem relação necessária com um instante derradeiro, uma posição definitiva num quadro temporal a compreender em termos cronológicos, dizendo, distintamente, respeito a um elemento transformativo, vital, implicando uma possibilidade iterativa, ou de iteração, o eterno retorno da morte. Interessa-nos, em particular, acompanhar a repetição desta estrutura nos conceitos que a Figura solicita, que constituem a sua exo-consistência, como sejam os conceitos de 'Imagem', 'corpo sem órgãos', 'Memória', 'perversão' e 'democracia'. Concluímos justamente sublinhando o alcance não apenas estético-artístico, mas, também, político da Figura, forçando-nos a repropor de novo e diferentemente a questão da democracia enquanto tarefa, devir-democrático, para além de qualquer espécie de forma-Estado que adequadamente a concretize.

Palavras-chave: Figura. Imagem. Corpo sem órgãos. Morte. Memória. Democracia.

This article explores Deleuze's notion of Figure as it is presented in *Francis Bacon – Logique de la Sensation*, *Cinéma 1 – L'Image-mouvement* and *Cinéma 2 – L'Image-temps*. We begin with the following hypothesis: The Figure must be understood through a complex inner relationship between two different movements, models. On the one hand, a desire for conformity with a discernible model; on the other hand, deformation, death as a model, multiple, impersonal death, with no necessary relation to an ultimate instant, a definitive position in a temporal framework to be understood in chronological terms, but that which is concerned with a transformative, vital element, implying an iterative possibility, death's eternal return. We are particularly interested in following the repetition of this structure in the concepts that constitute the Figure's exoconsistency, that is, the concepts of 'Image', 'Body without organs', 'Memory', 'perversion' and 'democracy'. I conclude by underlining the Figure's political significance, which obliges us to reposition the question of democracy as a task, a becoming-democratic, beyond any kind of state-form that adequately realises it.

Keywords: Figure. Image. Body without organs. Death. Memory. Democracy.

* Instituto de Filosofia da Nova (Ifilnova), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova, Lisboa, Portugal. ORCID: 0000-0002-0515-4442



1. Introdução

O conceito de Figura, de resto como todo e qualquer conceito em sede deleuziana, não é um conceito simples, relativo a um perímetro estável, mas a relação que estabelece com outros conceitos. Trata-se de uma questão de vizinhança, de coexistência: “todo o conceito”, observa, efetivamente, Deleuze “bifurca-se sobre outros conceitos, compostos de outra maneira, mas que constituem outras regiões do mesmo plano, que respondem a problemas conectáveis, participando de uma co-criação.” (1991, p. 24).¹ De modo que a dilucidação do conceito de Figura não pode, necessariamente, prescindir da dilucidação dos operadores que determinam a sua consistência externa, como sejam, vê-lo-emos em detalhe, operadores como ‘imagem’, ‘corpo sem órgãos’, ‘morte’, ‘memória absoluta’, ‘perversão’ e ‘democracia’.

Este estudo interessa-se, precisamente, pelos deslocamentos da Figura, pelas pontes que a Figura entretece com outros conceitos. Pretendemos, em particular, corroborar a hipótese seguinte: tal como Deleuze a concebe, a Figura diz respeito não apenas a um campo de problemas relativos à esfera artística, mas, também, a uma exigência política, formulável em termos de devir-democrático.²

Deleuze ocupa-se especialmente do conceito de Figura no ensaio *Francis Bacon – Logique de la Sensation* (1981) e, em menor grau, em *Cinéma 1 – L’Image-mouvement* (1983) e *Cinéma 2 – L’Image-temps* (1985). Trata-se, em todo o caso, de um indicador não apenas relativo às artes visuais, mas que nos permite recapitular, designadamente, o essencial da produção do filósofo em torno da literatura, correspondente à fase inicial da sua obra. Leia-se, a esse respeito, a entrevista *La peinture enflamme l’écriture*, concedida por Deleuze a Hervé Guibert, para o *Le Monde*, a 3 de dezembro de 1981, lá onde não apenas Francis Bacon, mas, também, Sacher-Masoch, Proust, Kafka ou Beckett “são autores de Figuras.” (2003, p. 167).³ A meditação de Deleuze nesta matéria tem, portanto, como horizonte imediato a aproximação de “qualquer coisa que seja um fundo comum das palavras, das linhas e das cores, e mesmo dos sons.” (2003, p. 171). A questão da Figura é, então, em primeira instância, a questão da arte de um modo geral, o motivo condutor de toda e qualquer espécie de investigação nesse sentido.⁴

¹ Para uma discussão exaustiva do conceito deleuziano de ‘conceito’, veja-se Smith (2012) e Dias (2012).

² Trata-se de uma hipótese integralmente por considerar no quadro dos estudos deleuzianos, lá onde a Figura mobiliza, predominantemente, uma questão de âmbito estético. A este propósito vejam-se Montebello (2007), Collins (2008) e Ieven (2011). Rodowick (2002) vislumbra, no coração da Figura deleuziana, o ponto de indiscernibilidade entre estética e filosofia, sem, portanto, jamais referir a dimensão política que aqui nos interessa sublinhar.

³ Ideia múltiplas vezes reafirmada, de resto, no próprio ensaio sobre Bacon: “Proust (...) não queria uma literatura figurativa, ilustrativa ou narrativa, apta a contar uma história. Aquilo que lhe interessava e que queria trazer à luz do dia era uma espécie de Figura arrancada à figuração, destituída de toda e qualquer função figurativa: uma Figura em si mesma, por exemplo a Figura em si de Combray. Ele próprio falava de verdades escritas com a ajuda de figuras.” (1981, p. 66).

⁴ De resto, a reflexão sobre arte a partir do conceito de Figura domina, é bem conhecido, o pensamento ocidental pelo menos desde Winckelmann. A esse respeito, Hegel (1986b, 1986c, 1986d) e Heidegger

“A Figura”, lê-se na primeira página do ensaio sobre Bacon, é “uma Imagem, um Ícone.” (1981, p. 11). Eis as coordenadas conceptuais, semânticas, que nos devem, portanto, orientar. O vocábulo ‘Ícone’ reaparecerá mais à frente, no Capítulo 13, no contexto da teoria de Charles Sanders Peirce. O semiólogo, observa Deleuze, “define à partida os ícones pela semelhança e os símbolos pela presença de uma regra convencional”, embora reconheça “que os ícones puros extravasam amplamente a semelhança qualitativa (...)” (1981, p. 109). Haveria, então, que distinguir entre ícone e ícone puro, Ícone, de acordo com a inicial maiúscula que Deleuze significativamente lhe concede. O elemento de distinção diz respeito à semelhança que o Ícone concretiza, ou de que é portador, a compreender para além de qualquer qualidade identificável.

O que é, porém, uma semelhança não qualitativa, privada de referente? A palavra *eikōn*, é bem conhecido, constitui um dos nomes para ‘imagem’ no extenso vocabulário grego. Tal como os verbos *eískō* ou *eikázō*, ‘assemelhar’, e o adjetivo *ikelos*, ‘semelhante’, *eikōn* deve compreender-se a partir do indo-europeu *weik-*, que indica uma relação de conformidade. A helenista Suzanne Saïd concede-nos elementos decisivos para que melhor se entenda o caráter da conformidade de que se trata. Em *Deux noms de l’image en grec ancien: idole et icône*, designadamente, Saïd sugere que apesar dos vocábulos *eidōlon* e *eikōn* partilharem uma proveniência comum, a saber, a raiz *wei-*, “apenas *eidōlon* pertence, pela sua formação, à ordem do visível, construindo-se a partir do tema *weid-*, que exprime a ideia de ver (tema sobre o qual se produz o latim *video* e que se encontra, em grego, no verbo *idéein*, ‘ver’, e no nome *eĩdos*, que se aplica sobretudo à esfera do visível).” (1987, p. 310). Seria, portanto, questão de compreender no e como *eidōlon*, refere, por fim, Saïd, “a cópia da aparência sensível”, e, enquanto *eikōn*, segundo uma fórmula que não é sem uma certa ambiguidade filosófica, “a transposição da essência.” (1987, p. 311).

Trata-se de uma distinção relevante para Deleuze. O Ícone que a Figura é não dispõe de um modelo discernível para ilustrar, ou narrar, *i.e.*, nos termos do filósofo, de uma “semelhança primária ou figurativa”, preservando as proporções do original em matéria de comprimento, largura, profundidade, e dotando cada um destes elementos da cor que lhe corresponde. (1981, p. 109). A Figura requer uma ponderação mais complexa, uma “semelhança mais profunda”. (1981, p. 148). Não se trata da apresentação de uma visibilidade ideal, mas da vinda à visibilidade de forças que o não são, forças elementares, como pressão, inércia, peso, atração, gravitação e germinação.

O que importa, porém, sublinhar é que a distinção entre *eidōlon* e *eikōn*, semelhança qualitativa e semelhança não qualitativa, não deve entender-se, ao longo do argumento do filósofo, enquanto oposição categórica, definitiva, entre termos inconciliáveis, mas enquanto síntese disjuntiva, de acordo com um movimento de implicação recíproca que jamais se resolve, *i.e.*, enquanto conflito, divisão perpétua no interior da imagem, do Ícone: por um lado, uma vontade de referente, de conformidade com um fundamento

(1977), salvaguardando, naturalmente, as diferenças entre os seus respetivos idiomas filosóficos, são referências fundamentais. Sobre esta questão veja-se também, Pontévia (1985) e Lacoue-Labarthe, Bailly, Cariolato, Ferrari, Maia e Nicolao (2008).

reconhecível; por outro lado, uma pretensão sem fundamento, ou para além do fundamento, de um para além localizável.⁵

2. Desfazer a vida orgânica das coisas

A divisão de que se trata, eis o que aqui se pretende defender, atravessa não apenas o conceito de imagem, mas, também, o conceito de morte. A Figura é o espaço, a arena, dir-se-ia, conceptual em que ambos os termos se articulam, ou, melhor, se solicitam, reconfigurando o nosso entendimento de cada um deles.

Avancemos, porém, com prudência, considerando cada um dos elementos que Deleuze nos concede nesse sentido. “A representação clássica”, observa o filósofo, “tem por objeto o acidente, mas capta-o dentro de uma *organização* ótica que faz dele algo de bem fundado (fenómeno) ou uma ‘manifestação’ da essência.” (1981, p. 118). O resultado da operação em apreço é ‘bem fundado’, lê-se, *i.e.*, manifesta o referente estável, ideal, que o precede e torna possível. Fundamento e manifestação do fundamento não são, portanto, a mesma coisa. É preciso distinguir, como bem no-lo lembra Platão, entre o ‘objeto representado’, o *eidōlon* a que precedentemente nos referimos, e o ‘objeto em si’. Note-se, de passagem, a sugestão patente no *Sofista* (240 a): “o que podemos dizer que uma imagem é (*eidōlon àn phaîmen eînai*), a não ser um objeto produzido à semelhança (*aphōmoiōménon*) do verdadeiro, mas outro?” (Platão, 1995, p. 422). De acordo com o filósofo, a distinção de que se trata diz respeito à privação essencial que atravessa a imagem: o *eidōlon* é uma “imagem sem vida (*eidōlon ápsukhon*)”, depara-se privado de *psukhē*. (Platão, 1907, p. 830). De modo que o conceito se aplica, desde logo, aos cadáveres: “os cadáveres são imagens dos mortos (*eidōla eînai tà tōn nekrōn sōmata*).” (1907, p. 959). A imagem é o contrário do que é vivo e, portanto, verdadeiro – *eidōlon* é, também, equivalente a *pseûdos*, “imagem e falsidade (*eidōlon kai pseûdos*)”, lê-se, por exemplo, no *Teeteto* (150c) (Platão, 1995, p. 291).

Deleuze vislumbra, através do conceito de ‘organismo’, o mesmo essencial liame entre morte e um determinado regime da imagem, a compreender, nos termos do autor, a partir da sua configuração ‘clássica’. “Se a representação mantém uma relação com um objeto”, começa por dizer o filósofo, “esta relação decorre da forma da representação; se esse objeto é o organismo ou a organização, é porque a representação é em primeiro lugar orgânica em si mesma,” o que é dizer, conclui Deleuze, “porque exprime antes de mais a vida orgânica do homem enquanto sujeito.” (1981, p. 118).

O que significa, exatamente, a fórmula ‘vida orgânica’? Em que medida diz respeito, segundo Deleuze, ao ‘homem enquanto sujeito’? Em primeiro lugar, é, talvez, preciso começar por esclarecer que uma ‘vida orgânica’ não é, em rigor, uma ‘vida’, mas a sua cristalização enquanto forma estável e, conseqüentemente, o fim da vida. A propósito dos corpos de Bacon, o filósofo fala-nos de “uma vida toda ela não orgânica, uma vez que o organismo não é a vida, mas sim aquilo que a aprisiona. O corpo é inteiramente vivo e, contudo, não orgânico.” (1981, p. 48). Trata-se de uma distinção

⁵ Já em *Logique du Sens* era questão de compreender, no coração da imagem, “duas metades de uma divisão”, de acordo com a relação que cada uma delas entretece com um fundamento, o que é dizer de repensar a semelhança “como produto desta diferença interna.” (Deleuze, 1969, pp. 297, 302).

famosamente estabelecida por Artaud: “O corpo é o corpo,/ está só/ e não precisa de órgãos,/ o corpo nunca é um organismo,/ os organismos são os inimigos do corpo (...).” (1974, p. 287). A título de conservação da vitalidade de um corpo, ou do que há de vitalidade num corpo, seria, então, preciso desfazemo-nos não exatamente dos órgãos, mas da organização dos órgãos a que se chama organismo.

Antes de ulteriores desenvolvimentos nesta matéria, permitamo-nos sinalizar, desde já, o seguinte: em primeiro lugar, a correlação entre representação clássica, enquanto movimento de organização totalizadora da vida, *i.e.*, do seu confinamento funcionalista e utilitário, e a produção de cadáveres (é preciso deixar que o termo ‘orgânico’ reverbere, aqui, em todos os sentidos, de modo a que escutemos, também, o *érgon*, o trabalho, a produção que repousa sob o *órganon*); em segundo lugar, necessariamente, a identidade entre o estético e o político no coração da representação assim compreendida. Eis o problema: a representação de que se trata concerne, refere Deleuze, ou exprime, ‘a vida orgânica do homem enquanto sujeito’, *i.e.*, enquanto ‘Eu’ universal. Isto significa que a representação é a relação e/ou a re-ligação, de resto sempre recomeçada, entre o seu objeto, o organismo ou a organização, e o sujeito⁶ que o organiza: numa palavra, a infinita repetição de um julgamento preliminar, o ‘julgamento de Deus’, segundo a fórmula de Artaud. Esta re-ligação inclui o político – não exatamente enquanto totalidade vivente, mas, de forma mais profunda, enquanto comunidade, povo, *Volkstum*. Como bem no-lo explica Philippe Lacoue-Labarthe, “a organicidade essencial do político é (...) a organicidade da comunidade.” (1987, p. 109). Eis a natureza do movimento a que chamamos ‘totalitarismo’, *i.e.*, a técnica, ou a arte, através da qual uma nação se apresenta a si mesma: “a organicidade política é o suplemento necessário para que uma nação se apresente e reconheça a si mesma.” (1987, p. 109). E é esta a função política da representação clássica.

A Figura deleuziana, a representação que nela e a partir dela se deixa pensar, supõe, na e para a organização de que se trata, um passo atrás, um movimento involutivo: “a Figura é precisamente o corpo sem órgãos (desfazer o organismo (...)).” (1981, p. 48). Eis o que importa de imediato reter: o ‘corpo’ a que o filósofo se dirige, o corpo que a Figura é, na medida em que a Figura ‘é’, não se pode ter, não é propriedade de ninguém, o corpo próprio ou vivido de ninguém, segundo a “insuficiente”⁷ hipótese fenomenológica, mas um movimento, uma exigência não pacificável⁸, ‘desfazer o organismo’, o que é dizer a ‘organização’ eficiente, produtiva, dos órgãos que nele se deixam compreender. E o corpo sem órgãos é, precisamente, “o improdutivo, o estéril, o in-engendrado, o inconsumível.” (1972, p. 14).⁹ De onde a dimensão equívoca da questão

⁶ Sobre a questão do sujeito veja-se Deleuze (1991).

⁷ Trata-se de uma palavra do autor: “A hipótese fenomenológica é, talvez, insuficiente, porque invoca somente o corpo vivido. Mas o corpo vivido é pouco em comparação com uma Potência mais profunda e quase invivível.” (1981, p. 47).

⁸ Movimento, de resto, justamente sublinhado por Kylie Message na entrada “Body without Organs (BwO)” do *The Deleuze Dictionary*: “o CsO (the BwO)”, observa a filósofa, “é contínuo e orientado apenas para o seu próprio processo ou movimento, e não no sentido de uma pontualidade de realização teleológica.” (2010, p. 38).

⁹ Deleuze e Guattari detêm-se em extensão sobre o problema em *Mille Plateaux*: “(...) o organismo não é, de todo, o corpo, o corpo sem órgãos (CsO), mas um estrato sobre o CsO, *i.e.*, um fenómeno de acumulação,

colocada por Deleuze e Guattari em *Mille Plateaux*, “como fazer para si um Corpo sem Órgãos?” (1980, p. 185). A resposta dos filósofos à sua própria questão é, rigorosamente, negativa. Não é possível fazer um corpo sem órgãos, na medida em que este pressupõe, de modo distinto, ‘desfazer’ (*défaire*) recomeçadamente qualquer espécie de acordo entre corpo e factibilidade, tal como, em geral, a soberania do fazer e o reino do que pode ser feito.

A impossibilidade, a negação de que se trata, porém, nada tem de privativo, de negação privativa, não paralisa, enfim, o movimento do corpo. Trata-se, se nos podemos oportunamente servir de uma fórmula de Heidegger, de “um não que é potência (*machtende Nein*).” (1996, p. 58). Repare-se: não um ‘poder’, uma potestade específica, necessariamente limitada enquanto tal, mas ‘potência’, *i.e.*, para além de qualquer espécie de resultado que adequadamente a concretize, esgotando-a. Precisamente nesse sentido, eis a explicação de Deleuze e Guattari: “desfazer o organismo nunca foi matar-se, mas abrir o corpo a conexões que supõe todo um agenciamento, circuitos, conjunções, andares e limiares, passagens e distribuições de intensidade, territórios e desterritorializações (...).” (1980, p. 198). Desfazer não significa, lê-se, ‘matar-se’, *i.e.*, encerrar definitiva e decisivamente o itinerário histórico de um corpo sobre a terra, mas ‘abrir o corpo’ à precedência do outro, ‘conexões’, ‘circuitos’, ‘passagens’, escrevem Deleuze e Guattari, concessão radical, no e como corpo, de uma hospitalidade sem condição a um evento que o desorganize.¹⁰ É um trabalho a recomeçar sempre, “procurar os pontos onde podemos paciente e momentaneamente desfazer essa organização dos órgãos a que se chama organismo.” (1981, p. 47).

O ‘como’ do movimento de que é questão, permanece, porém, enigmático. “Como desfazermo-nos de nós mesmos e desfazermo-nos nós mesmos?” (1983, p. 97). Eis, legível no quarto capítulo de *Cinéma I*, o negativo da questão formulada em *Mille Plateaux*. Apesar da incompatibilidade entre desfazer o organismo e toda e qualquer forma de transferência para o nada, de suicídio, entenda-se, o movimento que nele se deixa dizer, ou com o qual se confunde, não abdica de uma certa ideia de morte, de resto implicando uma reconsideração integral do conceito. A morte não é, ou não é apenas, como em Platão, uma questão de cadáver. É preciso dar à morte um corpo distinto, vivo: “o corpo sem órgãos é o modelo da morte”, escrevem, de facto, Deleuze e Guattari. (1972, p. 393). A morte de que se pretende dar conta não se deixa reduzir a uma determinação objetiva, não mais assinala o regresso do corpo existente à matéria inanimada, o termo ou o fim de uma vida, mas outra coisa, uma tarefa, rigorosamente, sem fim: “a morte”,

de coagulação, de sedimentação que lhe impõe formas, funções, ligações, organizações dominantes e hierarquizadas, transcendências organizadas para dele extrair um trabalho útil.” (1980, p. 197).

¹⁰ O conceito de corpo sem órgãos, eis qualquer coisa que permanece por pensar no âmbito dos estudos deleuzianos, exige uma reinvenção da hospitalidade. É preciso que o chegante, seja ele quem for ou o que for, resista na sua irredutível alteridade, absolutamente outro, ao mesmo tempo chance e ameaça, revertendo, portanto, os regimes tradicionais de hospitalidade, inerentes à soberania da forma ‘Estado’, *i.e.*, coincidentes, sob a insígnia da ‘integração’, com a neutralização do que há de outro no outro, com o devir-o-mesmo do outro. O corpo que Deleuze força a pensar não deseja a integração produtiva de um algures que o confirme, que contribua para a sua sobrevivência enquanto ‘tal’, idêntico a si, mas que o transforme. O corpo sem órgãos é sobretudo uma questão de exposição, um corpo exposto, em nome de uma transformação permanente.

escrevem os filósofos, “faz-se na vida e pela vida, em todas as passagens ou todos os devires, em todas as intensidades como passagens e como devires.” (1972, p. 394).

Nestas condições, a morte não apenas não se distingue da vida como constitui, enquanto força permanente de disrupção do organismo, o seu mais decisivo estímulo, tornando possível a transformação, o devir. Francis Bacon, explica Deleuze, visibiliza a ação de forças não visíveis que modalizam a Figura. A ante-primeira destas forças, o modelo que todas as outras repetem, é a morte. No célebre retrato que o pintor nos concedeu de Inocêncio X, o papa não grita diante da morte ou por causa da morte, reduzindo-a a um espetáculo: “a vida grita à morte,” escreve Deleuze, “mas precisamente a morte não é esse algo de demasiado-visível que nos faz fraquejar; é antes essa força invisível que a vida deteta, desaloja do seu esconderijo e dá a ver no ato de gritar.” (1993, p. 62).¹¹

Se a Figura é um corpo sem órgãos, a sua perpétua injunção de desfazer o organismo, a morte que lhe diz respeito jamais se conclui, de facto, com um cadáver, *i.e.*, de uma vez para sempre. O índice que lhe convém não é o *nekrōn* que Platão entrevê no coração da imagem concebida enquanto *eidōlon*. A Figura, *i.e.*, no dizer de Deleuze, ‘um Ícone’, mobiliza uma morte distinta, múltipla, a morte “de tudo aquilo que opera de uma vez para sempre.” (1968, p. 152).

O trabalho de Maurice Blanchot,¹² é bem conhecido, serve de base à resemantização da morte tal como aqui se anuncia: “Blanchot dizia que a morte tem dois aspetos: um, pessoal, que diz respeito ao Eu, ao si, e que posso enfrentar numa luta ou a ela juntar-me num limite, ou seja, encontrar num presente que tudo faz passar; mas o outro aspeto”, sugere, ulteriormente, Deleuze, “estranhamente impessoal, sem relação com o ‘eu’, nem presente nem passado, mas sempre por vir, fonte de uma aventura múltipla incessante numa questão que persiste.” (1968, p. 148).¹³

Trata-se, começamos a perceber, de uma questão temporal, de compreender duas temporalidades distintas: a primeira morte pressupõe uma posição determinada, definitiva, num quadro temporal a compreender em termos cronológicos. A segunda morte, por outro lado, inscreve-se no *Aiōn*,¹⁴ e implica a possibilidade de repetição, e de repetição infinita, o eterno retorno da morte.

Com efeito, “o eterno retorno”, sugere Deleuze, “está em relação essencial com a morte”, desde que compreendamos que o que nele e a partir dele retorna não é o mesmo, o idêntico, mas o excessivo, o desigual. (1968, p. 152) Nas notas conclusivas ao *VII*

¹¹ Sobre o conceito de ‘força’ no quadro da reflexão de Deleuze a respeito das artes, veja-se Sauvagnargues (2007) e Bogue (2013).

¹² Tal como a Imagem em Deleuze, a morte a que Blanchot se dirige é já sempre o nome de um ‘desdobramento’ (*dédoublement*) interior à própria morte: uma morte dupla. A este respeito, veja-se Blanchot (1955) e Pinat (2014).

¹³ Ideia reafirmada, por exemplo, em Deleuze (1969, p. 178 e ss.) e Deleuze e Guattari (1972, p. 383 e ss. 1980, p. 374 e ss.). Para uma explicitação desenvolvida do conceito de morte ao logo do pensamento de Deleuze, veja-se, dentre outros, Montebello (2011), Ansell-Pearson (1999, pp. 104-114), Adkins (2007) e Leites (2020).

¹⁴ Segundo Émile Benveniste seria preciso compreender a “convergência entre *Aiōn* e os advérbios saídos das formas aparentadas”, como seja, por exemplo, *aeí*, que significa ‘sempre’: “este sempre”, observa o linguista, “indica o que é perpetuamente recomeçado, antes de ser um ‘sempre’ permanente e imóvel.” (1937, p. 109).

colloque philosophique international de Royaumont, dedicado ao pensamento de Nietzsche, Deleuze fala-nos do eterno retorno em termos de “iteração”¹⁵. Ora, de acordo com o dicionário de Alfred Ernout e Antoine Meillet, o advérbio latino *iterum* significa, precisamente, “pela segunda vez.” (2001, p. 325) A palavra, explicam os filólogos, vem do sânscrito *itarah*, ‘outro’. De modo que o eterno retorno deve compreender-se a partir da co-pertença ontológica entre repetição e alteridade, *i.e.*, como eterno retorno do outro, infinitamente outro, sem precedência ou exemplo. A morte que com ele se confunde, ou que com ele entretetece, para o dizermos, uma vez mais, com Deleuze, ‘uma relação essencial’, desposa a lógica de uma repetição desta natureza: de cada vez um “novo dom do novo.” (Deleuze, 1983, p. 185).

A persistência do novo, de resto, não no sentido de ‘mais recente’, irremediavelmente refém, enquanto tal, da cronologia, de uma temporalidade linear, mas no sentido de anômalo, inaudito, é o elemento distintivo do conceito de Figura, de acordo com o ensaio seminal, homónimo, de Erich Auerbach. O vocábulo surge pela primeira vez atestado no *Eunuchus*, de Terentius: “[Parmeno] de que tipo é a tua [jovem rapariga]? [Chremes] O seu rosto é de um modelado jamais visto (*nova figura oris*).” (2010, pp. 316317) No mesmo sentido, note-se, também, a passagem contemporânea de Pacuvius: “Ela apresentou às nossas lanças uma peste estrangeira, modelada de forma jamais vista (*nova figura factam*).” (1852, p. 93) O contexto semântico de que se trata, a co-implicação arqui-originária entre Figura e novidade modelada, é, talvez, sugere Auerbach, um simples acidente, mas não deixa de ser um acidente significativo, “porque o renovamento, a mutação na permanência (*sich Wandelnde am Beständigen*) é uma característica que marcará toda a história do conceito.” (2018, p. 122) A Figura permanece mutante, de cada vez “o que aparece de novo (*neu Erscheinende*)”, *i.e.*, pela primeira vez.

Deleuze preserva a injunção de novidade inscrita na memória do conceito. É a tarefa fundamental da sua lógica da sensação, como bem no-lo indica Anne Sauvagnargues: “estabelecer a função da pintura através do inventário empírico do surgimento (*surgissement*) da Figura em Bacon.” (2007, p. 49) A Figura não cessa de surgir, de novo e diferentemente, de transformar-se. Eis o que importa, para Deleuze, preservar. A morte é a nascente desta “extraordinária vitalidade”, como persistência, na e como Figura, de uma força não visível de des-organização que a vida captura e visibiliza. (1981, p. 61) “É uma maneira de introduzir o tempo no quadro”, explica o filósofo, “e em Bacon há uma grande força do tempo, o tempo é pintado.” (1981, p. 50) A morte da Figura, por fazer, por cumprir sempre, é a persistência do devir na Figura, enquanto Figura, o seu eterno recomeço.

3. A memória da Figura – Uma leitura de *Kagemusha*, de Akira Kurosawa

Da ação de persistir, da persistência da morte, depreende-se, antes de mais, que a morte resta apesar de tudo, *i.e.*, irredutível ao tempo presente e como a atestação de um passado sem presente, de um passado que ainda não acabou de passar e que, por isso mesmo, no seu contra-tempo, constitui o por vir do próprio porvir: “o evento é que jamais alguém

¹⁵ Veja-se Deleuze (1966, pp. 275–288).

morre, mas vem sempre de morrer e vai sempre morrer ainda no presente vazio do *Aiôn*, eternidade.” (Deleuze, 1968, p. 80). Isto não significa que a morte não disponha de memória, ou, melhor, que a Figura que com ela se confunde deva considerar-se, como o pretende Pierre Montebello, do lado de uma “pura amnésia” (2007, p. 139).¹⁶ Propomos, distintamente, que a morte da Figura, tal como Deleuze a entende, mobiliza uma memória que não se distingue da amnésia.

O que é que isto quer dizer exatamente? Para respondermos a esta questão devemos começar por esclarecer a natureza do passado de que uma tal memória se alimenta. Em *Différence et répétition*, por exemplo, Deleuze convida-nos a pensar um “passado puro”, ou seja, não compatível com um estatuto de simples anterioridade cronológica, “um passado que não foi, jamais, presente.” (1968, p. 111).

Trata-se de um problema cuja necessária explicitação filosófica exigiria um artigo à parte. Considere-se, a título de aproximação preliminar, a passagem seguinte: “se *Matière et Mémoire* é um grande Livro”, escreve Deleuze, “é, talvez, porque Bergson explorou profundamente o domínio desta síntese transcendental do passado puro, descobrindo todos os seus paradoxos constituintes.” (1968, p. 110). A síntese de que se trata diz respeito a um passado puro a partir de três domínios, ou pontos de vista, a saber, contemporaneidade, coexistência e preexistência: “o passado é contemporâneo do presente que ele foi, todo o passado coexiste com o presente em relação ao qual ele é passado, mas o elemento puro do passado em geral preexiste ao presente que passa.” (1968, pp. 111–112). De que forma, porém, pode um elemento puro do passado preexistir a um presente que passa? É, sobretudo, necessário preservar a natureza não representável do passado em questão. O que é representado é sempre o presente, enquanto presente-presente, presente-passado ou presente-futuro, “mas é pelo passado puro que o tempo se desdobra, assim, na representação.” (1968, p. 111). Há, portanto, um elemento substancial, absoluto (Lat. *ab-sollus*, separado), um em-si do tempo desempenhando o papel de fundamento.

O fundamento que assim se deixa pensar, *i.e.*, na condição de passado puro, de antepassado, de cada vez anterior a toda e qualquer espécie de anterioridade representável, não é, portanto, compatível com uma proveniência que pudéssemos situar e infinitamente repetir. É preciso compreender o carácter propriamente abissal de “um fundamento rebelde, irreduzível, que continua a agir sob o equilíbrio aparente da representação orgânica.” (1968, p. 55). De onde a explicitação seguinte do filósofo: “não podemos

¹⁶ Trata-se de um problema comum a alguns estudiosos que direta ou indiretamente se dedicaram à questão da Figura em Deleuze, a saber, o de governarem o seu discurso através de oposições categóricas, como seja a oposição entre corpo sem órgãos e organismo, presença e representação, amnésia e memória, real e fantasma, e, sobretudo, entre Figura, ou figural, e figurativo. (vd. Fadini, 2003; Collins, 2008) É, porém, “ingénuo”, escreve Deleuze, “opor o figural ao figurativo.” (1981, p. 91). A Arte procede não por oposições, mas por zonas de indeterminação. “A oposição da Figura ao figurativo processa-se numa relação interior muito complexa”, *i.e.*, não é, exatamente, uma oposição, mas uma aporia, “a Figura é ainda figurativa, representa ainda alguém, um homem que grita, um homem que sorri (...), de outro modo tratar-se-ia de uma composição meramente abstrata. (1981, p. 91). A figuração não pode ser completamente eliminada, “conserva-se sempre alguma coisa”, refere Deleuze, de modo que a tarefa da Figura, o seu combate contra o cliché figurativo, demonstra-se interminável: “só pode lutar-se contra o cliché usando de muita astúcia, perseverança e prudência: tarefa perpetuamente recomeçada, em cada quadro, em cada momento de cada quadro.” (1981, p. 91).

acreditar que o fundado permaneça o mesmo, o mesmo que era antes, quando não estava fundado, quando não tinha atravessado a provação do fundamento.” (1968, p. 200). A provação de que se trata deve, então, compreender-se nos termos seguintes: o fundamento “refere o que ele funda a um verdadeiro sem-fundo. É caso para dizer: não mais o reconhecemos. Fundar é metamorfosear.” (1968, p. 200).

Para Deleuze, “o fundamento do tempo é a Memória”, na medida em que o precipita, porém, num movimento de des-fundação universal, enquanto memória de um passado incerto, sempre anterior, prometida, enquanto tal, ao porvir do seu eterno retorno: Memória do futuro. (1968, p. 108). Esta Memória não deve naturalmente ser confundida com uma faculdade mecânica, uma aptidão, o exercício de reapropriação conservativa da experiência vivida pelo sujeito.

A distinção, ou mesmo a fratura, estabelecida pela *Enzyklopädie* (1986a, pp. 257–287) de Hegel, entre *Erinnerung* e *Gedächtnis*, *i.e.*, entre uma rememoração interiorizante e uma Memória pre-ocupada com um passado sem presente, não reanimável, enquanto tal, na e como interioridade de uma consciência, permite-nos situar um pouco mais completamente o problema.¹⁷ Deleuze está precisamente interessado numa *Gedächtnis* sem *Erinnerung*. Não existe, para o filósofo, uma linha de demarcação discernível entre memória e amnésia, segundo a sugestão de Montebello, mas um elemento híbrido, uma memória amnésica, não compatível com qualquer reapropriação simbólica de um *souvenir* interior. Eis do que se trata: “não essa memória que vem depois e que se opõe ao esquecimento, mas uma ‘memória absoluta’ (...) que se identifica ao esquecimento, porque ela própria é incessantemente esquecida para ser refeita.” (2014, p. 115).

A persistência da morte enquanto força eternamente ressurgente de des-organização do organismo, *i.e.*, enquanto princípio de vitalidade de um corpo sem órgãos, introduz o tempo, “os séculos de um *Aiōn*”, na Figura que Bacon dá a ver. (Deleuze, 1981, p. 81), Enquanto forma pura do tempo, a morte é o imemorial de uma Memória cuja fidelidade repousa em certos traços, sinais, forças elementares, sempre inadequadas a si e ao Mesmo, sem relação com qualquer espécie de forma de presença, presente ou passada, e “que não são mais do que as forças do porvir.” (1981, p. 61).

Em *Cinéma 1*, publicado dois anos depois do ensaio sobre Bacon, Deleuze estabelece, explicitamente, um acordo essencial entre a Figura e uma certa conceção de traço, de sinal. Segundo o filósofo, autores como Howard Hawks ou Akira Kurosawa souberam inventar uma ‘forma com deformação’ (*forme à deformation*), capaz de desfazer toda e qualquer visualidade ideal que pretenda enformar a ação em sede cinematográfica: “chamamos Figura ao sinal (*signe*) dessas deformações, transformações ou transmutações.” (1983, pp. 243–244).

A análise que Deleuze dedica a *Kagemusha*, do cineasta japonês, supõe, em particular, um amplo desenvolvimento do vocabulário em causa, da constelação semântica do sinal que a Figura nomeia, sobretudo através do vocábulo ‘impressão’ (*empreinte*, que significa, de facto, impressão, mas, também, ‘sinal’, ‘marca’, ‘traço’, ‘rasto’, ‘vestígio’ ou ‘pegada’, e que é utilizado por Deleuze para descrever a enigmática relação entre ação e situação). Considere-se a passagem seguinte:

¹⁷ Para esta questão, veja-se Derrida (1988).

Em *Kagemusha* o duplo (*le double*) tem de impregnar-se de tudo que rodeava o senhor, tem de tornar-se rasto (*devenir empreinte*) e atravessar as diversas situações (as mulheres, a criança e sobretudo o cavalo). (...) Aquilo de que o duplo tem de se impregnar é de todos os dados da questão que só o senhor conhecia, «rápido como o vento, silencioso como a floresta, terrível como o fogo, imóvel como a montanha». Não é uma descrição do senhor, é o enigma cuja resposta ele possui e leva consigo. Longe de facilitar a imitação, é isso que a torna sobre-humana ou lhe assegura um alcance cósmico.” (1983, p. 259).

O ‘duplo’ ou a ‘sombra’, o *Kagemusha*, enfim, que deverá assumir o papel do *daimyo* desfalecente diante dos clãs inimigos, não duplica uma forma, segundo um protocolo de produção de semelhança, de representação analógica da medida ideal concedida por um modelo, um original. O seu trabalho não desenha, apenas, um círculo autorreflexivo, impermeável a qualquer espécie de elemento externo. O duplo, *i.e.*, a Figura, deve tornar-se impressão, rasto de um enigma, duplicar um enigma, um rasto, o próprio ‘fora’. Há um movimento alucinatório de duplos e duplicações no coração da leitura que Deleuze nos concede. Na condição de rasto, de sinal, o duplo não reproduz, de facto, o que quer que seja, antes sinaliza, faz sinal, indicando a passagem de alguém ou de alguma coisa, e não *quem* ou *o que* passou: alguém ou alguma coisa enquanto sinal, rasto, para além de qualquer sinalização definitiva, identificadora.

Isto não quer dizer, sugere Deleuze, que o duplo renuncie ou exceda a ‘imitação’, a *mīmēsis*, mas que lhe confere, lê-se, um ‘alcance cósmico’. O que significa, porém, ‘cósmico’ neste contexto? E, sobretudo, o que significa imitar alguma coisa sem consistência reconhecível, vigente para além do reconhecimento? O cosmos, *i.e.*, a ordem ou o todo a que o filósofo se dirige, não constitui um sistema fechado, um conjunto, por exemplo. Um conjunto é composto por partes identificáveis, ‘a mulher, a criança, o cavalo’. O todo, por sua vez, existe numa dimensão virtual sem partes, “como aquilo que faz o conjunto passar de um estado qualitativo para outro, como o puro devir ininterrupto que passa por esses estados.” (Deleuze, 1981, p. 21). O todo não está dado nem pode dar-se, não apenas não se confunde com um conjunto fechado, como é, justamente, o que impede que o conjunto se conclua estavelmente. É o próprio tempo.

Não é possível imitar a existência de um todo em abertura, em devir, não sem repensar, integralmente, a natureza da imitação. Não é questão, para Deleuze, de contemplar ainda uma mimese passiva, subordinada ao desenho e soberania de um modelo estável que a enforme, mas uma hiperbólica do duplo, a sua interminável circulação: “não se trata de uma duplicação do Uno, mas de uma reduplicação do Outro. Não se trata de reproduzir o Mesmo, mas de repetir o Diferente.” (2014, p. 105). Esta circulação torna a ausência de qualidades, da primazia de um original e da origem de um modo geral, no seu contrário, um excesso de metamorfoses, duplicando as forças criativas do devir, como sejam o ‘fogo’ ou o ‘vento’, de acordo com a citação acima reportada.¹⁸

¹⁸ Considerar a natureza da *mīmēsis* significa considerar, pelo menos desde Aristóteles, a natureza do animal que lhe convém: “o imitar é congénito no homem (e nisso se distingue dos restantes viventes, pois, de todos, ele é o mais imitador (...)) (*zōōn hōti mimētikōtátōn esti*).” (1995, p. 36) Pelo que não surpreende que a determinação deleuziana da *mīmēsis* enquanto repetição do Diferente seja, rigorosamente, conforme à sua

A *mimēsis* não mais se produz a partir do idêntico, em perfeita conformidade, entenda-se, com um princípio ideal que a preceda: a forma como identidade a si. O modelo que lhe convém já não é o modelo do Mesmo, mas do Outro, o Outro como modelo. ‘Outro’ a cuidadosamente distinguir, notemo-lo, do ‘outro homem’, como em Levinas, de ‘outrem’, portanto, o outro do mesmo, do ego, um alter ego: “não mais um outrem, mas totalmente outro para além de outrem (*tout-autre qu’autrui*). Não uma réplica, mas um Duplo”, infinito e secreto na sua fonte. (Deleuze, 1969, p. 368). “A semelhança subsiste”, conclui Deleuze, “mas é a semelhança que se diz da diferença interiorizada, e a identidade, do Diferente como potência primeira.” (1969, p. 303).

Esta lógica repete-se, verificamo-lo, no ensaio sobre Bacon, lá onde o filósofo não distingue entre semelhança e dissemelhança, mas entre uma semelhança primária ou figurativa e uma semelhança mais profunda, uma “nova semelhança”, ou o ‘novo’ como semelhança, como potência do Outro, do Diferente como modelo. (1981, p. 113). A ‘potência’ de que se trata não deve compreender-se em termos ouiológicos, não dispõe de soberania sobre o devir, nem se esgota, para o dizermos com Agamben, no e como “*transitus de potentia ad actum*.” (1995, p. 56) Deleuze dirige-se, de facto, a um protocolo distinto: a potência, escreve, é “potência de produzir um efeito. Mas não é apenas no sentido causal (...) é no sentido de sinal, saído de um processo de sinalização” (1969, p. 304) O Duplo é este processo, um sinal na direção de um outro sinal, o eterno retorno de um sem-fundo em nós: “tudo perdeu o seu sentido, tudo se tornou simulacro e vestígio.” (1969, p. 304) No limiar do processo que nos ocupa não existe, com efeito, uma posição de sentido, mas uma forma com deformação, um movimento sensível e/ou do sensível, para além de qualquer espécie de decifração. Deleuze, leitor de Hölderlin: “Um sinal nós somos, e privado de sentido (*Ein Zeichen sind wir, und deutungslos*).” (1974, p. 694). Nestas condições, obtemos uma tripla determinação do sinal, a saber, enquanto sensível, irreduzível à linguagem e produtor de um efeito, lavrando a ‘lógica da sensação’ que Deleuze estabelece a partir de Bacon e que, de certo modo, constitui um abandono da ‘lógica do sentido’ por ele introduzida em 1969.

4. Perversão democrática

O processo de sinalização que a Figura é, sublinhemo-lo uma vez mais, consiste numa reduplicação permanente (do modelo) do Outro, não do Mesmo, mas do Outro, compreendendo, portanto, “uma perversão, um desvio essencial.” (Deleuze, 1969, p. 296).

Não uma perversão qualquer, em todo o caso, “não aquelas de que falava Freud”, adverte Deleuze, *i.e.*, uma perversão negativa, a perversão da norma e, enquanto tal, *ab* norma e patológica, mas uma “estranha perversão”. (1969, p. 353). A perversão não deve, simplesmente, reverter a norma, *i.e.*, todavia confirmando a estrutura que lhe subjaz, a sua soberania. É preciso que a perversão se perverta, antes de mais, a si mesma, abandonando toda e qualquer espécie de referente que qualifique e subordine o seu exercício. Perverter, escreve David Lapoujade, “é uma operação essencial em Deleuze.”

determinação do animal humano: “o homem é um animal já sempre em vias de desapossar a espécie”, de a privar de posse, de propriedade identificável, de devir, entenda-se, sobre-humano. (1953, xi).

(2014, p. 11) Não consiste em negar ou destruir, mas em “duplicar, reduplicar e deslocar, como um gigantesco método de dobragem” que explica, nomeadamente, “a intensa torção da Figura em Bacon.” (2014, pp. 129, 10).

Este gesto coloca um problema político. Existe uma extensa bibliografia dedicada às múltiplas declinações do conceito de perversão ao longo do trabalho de Deleuze, em todo o caso pouco sensível ao carácter político de que o termo se reveste. Lá onde a leitura se dispõe a uma declinação política do conceito, como nas importantes contribuições de Edward P. Kazarian (1998), Patricia MacCormack (2004) e Kai Heron (2022), permanece, porém, alheia à dimensão aristotélica deste debate.

A tentativa deleuziana de pensar, na e como Figura, uma perversão sem referente coloca-nos no centro da discussão de Aristóteles em matéria de democracia. Repare-se: no Livro III da *Política* o Estagirita distingue três formas ‘rectas’ (*orthai*) de governo e igual número de perversões, de ‘desvios’ (*parekbáseis*). “Os regimes que se exercem em nome do interesse comum”, lê-se, “são rectos, de acordo com a justiça absoluta; os que atendem apenas ao interesse dos governantes constituem perversões dos regimes rectos.” (1957, p. 80). Cada um destes conjuntos organiza-se segundo uma distribuição específica. Do lado das formas rectas a primeira e mais divina é o ‘reino’ (*basíleia*), *i.e.*, uma forma de monarquia, o governo de um segundo o que é vantajoso para a sua comunidade de súbditos; em segundo lugar, encontramos a ‘aristocracia’ (*aristokratía*), o governo de poucos, dos melhores, em benefício da cidade e dos seus membros; finalmente, “quando a pluralidade (*plēthos*) governa em conformidade com o interesse comum designamos esta forma de governo pelo nome genérico de regime constitucional (*politeiōn*), comum a todas as constituições.” (1957, p. 81). É uma questão de probabilidade, compreende-se: é mais provável que um único indivíduo se distinga pela excelência das suas qualidades do que um pequeno grupo, tal como é mais provável que as mesmas qualidades se concentrem num grupo restrito do que na generalidade das massas.

Do lado das configurações desviantes, Aristóteles identifica a ‘tirania’ (*turannís*), a perversão despótica do governo monárquico, a ‘oligarquia’ (*oligarkhía*), o governo de e para poucos, a corrupção dos melhores, e a ‘democracia’ (*dēmokratía*), “quando a pluralidade governa no seu interesse privado.” (1957, p. 80).

No esquema geral de Aristóteles a democracia ocupa uma posição anómala, excessiva, indicando uma perversão da própria perversão. Há, pelo menos, dois motivos para que assim seja: em primeiro lugar, o modelo que lhe convém não é mais do que um ‘nome genérico’, ‘comum’ (*koinòn ónoma*), inconcebível, portanto, enquanto norma explícita, enquanto modelo, justamente, da qual o caso específico possa retirar o seu valor probatório ou aferir a dimensão do seu desvio: não há uma forma recta, inteligível de democracia, um ideal que corrija a perversão democrática. Em segundo lugar, em contexto de democracia a diferença entre os domínios comum e particular não é evidente. Compreendemos, sem dificuldade, que a distinção entre o ‘um’ ou os ‘poucos’, os ‘melhores’, e os ‘muitos’, a restante indistinta multitude, abra de imediato a possibilidade de oposição entre interesses, *i.e.*, de sobredeterminação do interesse comum pelo interesse particular, conferindo à monarquia e à aristocracia os seus desvios correspondentes. No trânsito entre *politeia* e democracia, porém, o comum e o particular coincidem na forma

informe da ‘pluralidade’, de modo que não se vislumbra uma linha de demarcação clara entre ambas as esferas.

Aristóteles procura resolver esta dificuldade sinalizando, no coração da democracia, um mal de parcialidade: “nas democracias o soberano é o povo (*kúrios ho dêmos*)”, começa por dizer o filósofo, isto é, enquanto depositário de um ‘princípio de autoridade’, de ‘comando’ (*arkhê*). (1957, p. 78). O ‘povo’ de que se trata não é, todavia, a pluralidade indefinida, indefinível, a que precedentemente nos referimos: “a democracia é constituída, pelo contrário, por aqueles que não possuem bens substanciais, deparando-se sem recursos (*ousías all’ áporoi*).” (1957, p. 81) Os pobres ocupam o lugar do poder em democracia. Pelo que não há nenhuma diferença de princípio entre os regimes democrático e oligárquico. Ambos governam em nome de um grupo determinado de indivíduos, *i.e.*, em detrimento de todos os outros, os pobres em prejuízo dos ricos, os ricos em prejuízo dos pobres. “As diferenças numéricas”, indica Aristóteles, “não determinam diferenças políticas.” (1957, p. 82).¹⁹

A conformidade ideal da democracia consigo mesma, com o povo que nela e a partir dela dispõe do poder político, supõe a sua degradação oligárquica. Tal como refere Geoffrey Bennington, “esta paradoxal tendência da democracia para afastar-se de si na medida em que se aproxima de si, significa (...) que o fim da democracia é o fim da democracia.” (2021, p. 200). Pelo que o antídoto para uma tendência desta natureza, para a inclinação democrática, ou da democracia, para a conformidade com uma figura totalizante de si, seria uma espécie de retenção, uma democracia privada de si, de ipseidade, aquilo que desafia o próprio, o em-si. “A democracia”, sugere efetivamente Bennington, “apenas pode ser ela ‘mesma’ permanecendo aquém do seu *telos* aparente, pode apenas ser bem-sucedida falhando”, *i.e.*, comprometendo-se com uma perversão fundamental, não com uma forma recta, bem formada, mas com um desvio, uma ‘forma com deformação’, com a Figura que Deleuze força a pensar. (2021, p. 200).

De resto, de acordo com uma lógica que Aristóteles não controla inteiramente, apenas o compromisso democrático com um desvio perpétuo, com a pluralidade, bem entendido, se demonstra à altura da cidade a que o filósofo aspira. “Uma cidade é, por natureza, uma pluralidade (*plēthos gár ti tèn phúsin estìn hē pólis*)”, começa por sugerir Aristóteles, “e ao tornar-se ainda mais unitária, passará a uma família, e da família ao homem individual, já que a família é mais unitária do que a cidade, e o indivíduo mais do que a família.” (1957, p. 27). De modo que, infere o filósofo, “mesmo que se pudesse proceder desta forma, não se deve fazê-lo, porque destruiria a cidade.” (1957, p. 27). À cidade pertence um elemento irreduzível de pluralidade dispersiva e variegada, inviabilizando, de e como princípio, qualquer espécie de correspondência entre a cidade e um conjunto fechado. “A pólis é, na sua essência, plural”, sublinha, precisamente, Bennington, “isto significa que está, desde o início, contaminada, como um vírus, por alguma coisa da ordem da democracia, na medida em que a democracia nomeia alguma coisa desta essencial pluralidade na raiz do político.” (2021, p. 193).

¹⁹ Trata-se de uma ideia de algum modo já presente em Platão: “Há quem a designe por democracia e quem a designe pelo nome que mais lhe convém, na verdade é uma aristocracia com a aprovação da massa.” (2020, p. 47).

Do ponto de vista de Deleuze, o problema da concepção aristotélica de pluralidade é que tem por base uma ‘diferença específica’: “não só a cidade consiste numa pluralidade de seres humanos (*pleiōnōn anthrōpōn*), como estes também diferem em especificidade (*eidei diapherōntōn*).” (1957, p. 27). Isto significa que a pluralidade não será, jamais, uma pluralidade, *i.e.*, rigorosamente irreduzível ao plano estável de um *eidos*, à estabilidade e ao Estado de um modo geral, mas uma multiplicidade de elementos substanciais. Para Deleuze, a exigência democrática não se coaduna com uma diferença específica entre indivíduos lavrando o fundo de possibilidade de uma cidade que “não nasce”, no dizer de Aristóteles, “de indivíduos idênticos (*ou gār gínetai pólis ex homoíōn*).” (1957, p. 27). “A diferença específica”, comenta Deleuze, “responde a todas as exigências de um conceito harmonioso ou de uma representação orgânica”, sendo, portanto, “pouca coisa”: em Aristóteles “nunca se descobre um diferenciador da diferença.” (1968, p. 48). A questão da pluralidade deve compreender um indivíduo em diferendo consigo mesmo, diferendo de si. E é precisamente esta a cena democrática que Deleuze nos concede: é preciso deslocar o *plēthos* de Aristóteles para o interior do indivíduo.

De acordo com Paul Patton, o conceito de democracia não ocupa um lugar central na obra de Deleuze. Não há, de facto, “uma aproximação descritiva ou normativa dos processos políticos democráticos.” (2010, p. 161). Vislumbram-se, porém, múltiplas pistas de trabalho que nos obrigam a reabrir de novo e distintamente a questão democrática, a reconfigurar a democracia em termos de exigência, de injunção permanente.

Em *Qu’est-ce que la philosophie?*, por exemplo, Deleuze e Guattari sugerem, de facto, que “a imensa desterritorialização relativa do capitalismo mundial tem necessidade de se reterritorializar no Estado nacional moderno, que se realiza na democracia, nova sociedade de irmãos.” *i.e.*, sublinham a moderna sujeição da democracia a um princípio ordenador, de resto falo-logo-cêntrico, como sejam o ‘irmão’ ou o ‘amigo’. (1991, p. 94). Isto não nos permite, porém, entrever um índice antidemocrático no pensamento dos filósofos,²⁰ posto que algumas páginas mais tarde o leitor é encorajado a exigir um “devir-democrático que não se confunda com o que são os Estados de direito, ou mesmo um devir-grego que não se confunda com o que os gregos foram.” (1991, p. 108). Tal como os filósofos a concebem, a democracia não é uma forma de governo, uma forma-Estado que pudéssemos mecanicamente repetir, estabilizar, justamente, de acordo com uma anterioridade genérica, ideal, um modelo ateniense,²¹ mas o próprio devir, desde que se compreenda que “o devir não produz outra coisa senão ele mesmo (...) não tem termo, porque o seu termo, por sua vez, só existe tomado noutra devir de que é o sujeito, e que coexiste, que faz bloco com o primeiro.” (1980, p. 291).

A questão democrática é, portanto, uma questão temporal, de introdução do tempo, ‘os séculos de um *Aiōn*’, na e como democracia. O devir que a locomove, a exigência de

²⁰ Segundo a simplificação hermenêutica de Thoburn (2003, pp. 142–143), Mengue (2003, p. 103) e Stivale (2008, p. 82), por exemplo.

²¹ Como bem no-lo lembra Donatella Di Cesare, “a metafísica do modelo, da *arché* ateniense, princípio da verdadeira democracia e de uma política eterna, dos gregos até nós, segundo um andamento divinamente linear, provocou dois fenómenos especulares. Por um lado, a pólis grega foi reduzida a uma representação monumental, por outro lado, tornou-se o arquétipo da democracia ocidental.” (2024, p. 33).

porvir que lhe é própria, não se distingue, porém, da rememoração impossível de um passado que não foi jamais presente. É preciso distinguir entre os gregos e o que os gregos foram, ou seja, entre uma injunção democrática, não pacificável, de perversão da forma, e a formalização histórica, circunstanciada, da democracia em solo ateniense, entre a parte de um evento que se realiza e se cumpre, “e a parte de evento que a sua concretização não pode realizar.” (Deleuze, 1969, p. 178).

Deleuze compreende a democracia, sublinha Patton, como “o puro evento democrático” (2006, p. 180), *i.e.*, rigorosamente independente das suas atualizações espaço-temporais, “como algo por vir e, todavia, já sempre passado de acordo com a linha do *Aiōn*.” (Deleuze, 1969, p. 172). O ser-evento da democracia perturba, ou melhor, difere, perenemente, a sua realização teleológica. Isto não significa, ou supõe, qualquer espécie de renúncia a uma versão completa, perfeita de democracia, mas a afirmação de um inacabamento fundamental como éter da democracia, *i.e.*, de uma democracia rigorosamente incapaz de conformação, de conter dentro de um perímetro estável o suplemento²² de pluralidade que a alimenta e excede, e que não são mais do que “as forças diabólicas do porvir que batem à porta.” (Deleuze, 1981, p. 61).

5. Conclusões preliminares

No decurso deste artigo verificamos que o conceito deleuziano de Figura não deve entender-se a partir das estruturas de repetição da representação orgânica, mas como expressão e/ou vinda à visibilidade de forças não orgânicas, “forças de disrupção e de transgressão da boa forma”, como no-lo indica Ronald Bogue. (1993, p. 62). Verificamos, também, que a transgressão de que se trata, sempre insuficiente e futura, de cada vez condenada a recomeçar, confunde-se com o eterno retorno da morte, desde que se compreenda que a morte designa uma estrutura universal da experiência sem relação com a realidade de um último instante: “o que não cessa, não acaba de acontecer em todos os devires”, ou melhor, desde que se compreenda que o próprio devir é já sempre um devir-morte. (Deleuze & Guattari, 1972, p. 395). A Figura vive na medida em que custodia a força disruptiva do eterno retorno da morte, vitalidade, no dizer de Nietzsche, “que no imolar os seus mais altos exemplares (*typen*) sente a alegria da sua inexauribilidade (...).” (1999, p. 313). O sacrifício, a morte do exemplo, de um *túpos* que a enforme, o seu interminável combate, entenda-se, contra a referencialidade, é o traço decisivo da Figura. A perversão que lhe pertence consiste, precisamente, num combate desta natureza, designando não apenas um movimento de interesse estético, um fundo comum (de resto, sem-fundo, abissal) para as artes, mas, também, existencial, com importantes implicações políticas, sinalizando o compromisso democrático com o devir, com a própria Figura.

Referências

²² Precisamente neste sentido, Jacques Rancière fala-nos de um “suplemento an-árquico que a palavra democracia significa.” (2005, p. 66).

- Adkins, B. (2007). *Death and desire in Hegel, Heidegger and Deleuze*. Edinburgh University Press.
- Agamben, G. (1995). *Homo Sacer – Il potere sovrano e la nuda vita*. Einaudi.
- Ansell-Pearson, K. (1999). *Germinal life: The difference and repetition of Deleuze*. Routledge.
- Aristóteles. (1957). *Aristotelis: Politica* (W. D. Ross, Ed.). Oxford University Press.
- Aristóteles. (1995). Poetics (S. Halliwell, Ed.). Harvard University Press.
- Artaud, A. (1974). *Œuvres complètes – Tome XII*. Gallimard.
- Auerbach, E. (2018). *Mimesis und Figura*. Brill | Wilhelm Fink.
- Bennington, G. (2021). *Scatter 2 – Politics in Deconstruction*. Fordham University Press.
- Benveniste, É. (1937). Expression indo-européenne de l'«éternité». *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*, 38(112), 104–112.
- Blanchot, M. (1955). *L'espace littéraire*. Gallimard.
- Bogue, R. (1993). Gilles Deleuze: The aesthetics of force. *Journal of the British Society for Phenomenology*, 24(1). 56–65. <https://doi.org/10.1080/00071773.1993.11644271>
- Collins, L. (2008). Sensations spill a Deluge over the Figure. *Deleuze Studies*, 2(1), 49–73. <https://doi.org/10.3366/e1750224108000159>
- Deleuze, G. (1953). *Instincts et institutions*. Librairie Hachette.
- Deleuze, G. (1966). Conclusions – sur la volonté de puissance et l'éternel retour. In G. Deleuze (Dir.), *Cahiers de Royaumont. Nietzsche* (pp. 275–288). Les Éditions de Minuit.
- Deleuze, G. (1968). *Différence et répétition*. Presses Universitaires de France.
- Deleuze, G. (1969). *Logique du sens*. Les Éditions de Minuit.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1972). *L'Anti-Œdipe – Capitalisme et schizophrénie*. Les Éditions de Minuit.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1980). *Mille plateaux. capitalisme et schizophrénie 2*. Les Éditions de Minuit.
- Deleuze, G. (1981). *Francis Bacon - Logique de la sensation*. Éditions du Seuil.
- Deleuze, G. (1983). *Cinéma 1 – L'image-mouvement*. Les Éditions de Minuit.
- Deleuze, G. (1985). *Cinéma 2 – L'image-temps*. Les Éditions de Minuit.
- Deleuze, G. (1991). A philosophical concept. In E. Cadava, P. Connor & J-L. Nancy (Eds.), *Who comes after the subject?* (pp. 94–95). Routledge.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1991). *Qu'est-ce que la philosophie ?*. Les Éditions de Minuit.
- Deleuze, G. (2003). *Deux régimes de fous – Textes et entretiens, 1975-1995*. Les Éditions de Minuit.
- Deleuze, G. (2014). *Foucault*. Les Éditions de Minuit.
- Derrida, J. (1988). *Mémoires. Pour Paul de Man*. Galilée.
- Dias, S. (2012). *Lógica do acontecimento. Introdução à filosofia de Deleuze*. Documenta
- Di Cesare, D. (2024) *Democrazia e anarchia. Il potere nella polis*. Einaudi.
- Ernout, A., & Meillet, A. (Eds.). (2001). *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. Klincksieck.
- Fadini U. (2003). *Figure nel tempo: A partire da Deleuze/Bacon*. Ombre Corte.
- Hegel, G. W. F. (1986a). *Werke 10 – Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse – Dritter Teil: Die Philosophie des Geistes Mit den mündlichen Zusätzen*. Suhrkamp.
- Hegel, G. W. F. (1986b). *Werke 13 – Vorlesungen über die Ästhetik I*. Suhrkamp.
- Hegel, G. W. F. (1986c). *Werke 14 – Vorlesungen über die Ästhetik II*. Suhrkamp.
- Hegel, G. W. F. (1986d). *Werke 15 – Vorlesungen über die Ästhetik III*. Suhrkamp.
- Heidegger, M. (1977). *Gesamtausgabe Band 5 – Holzweg*. Vittorio Klostermann.
- Heidegger, M. (1996). *Gesamtausgabe Band 6.1 – Nietzsche*. Vittorio Klostermann.
- Heron, K. (2022). Toying with the law: Deleuze, Lacan and the promise of perversion. *European Journal of Political Theory*, 0(0), 1–21.
- Hölderlin, F. (1974). *Le liriche*. Adelphi.
- Ieven, B. (2011). Deleuze Modernist. *Deleuze Studies*, 5(1), 84–96. <https://doi.org/10.3366/dls.2011.0009>
- Kazarian E. P. (1998). Deleuze, perversion, and politics. *International Studies in Philosophy*, 30(1), 91–106.

- Lacoue-Labarthe, P. (1987). *La fiction du politique – Heidegger, l'art et la politique*. Christian Bourgois éditeur.
- Lacoue-Labarthe, P., Bailly, J.-C., Cariolato, A., Ferrari, F., Maia, T., & Nicolao, F. (2008). *La figure dans l'art*. Musée Picasso, Antibes/ William Blake & Co. Edit.
- Lapoujade, David. (2014). *Deleuze, Les mouvements aberrants*. Les Éditions de Minuit.
- Leites, B. (2020). Deleuze and the work of death: A study from the impulse-images. *Deleuze and Guattari Studies*, 14(2), 229–254.
- MacCormack P. (2004). Perversion: Transgressive sexuality and becoming-monster. In *Thirdspace: A Journal of Feminist Theory & Culture*, 3(2).
- Mengue, P. (2003). *Deleuze et la question de la démocratie*. L'Harmattan.
- Montebello, P. (2007). Qu'est-ce qu'une figure esthétique chez Deleuze ?. In J-C Gens & P. Rodrigo (Eds.), *Puissances de l'image*. Editions Universitaires de Dijon.
- Montebello, P. (2011). L'instinct de mort chez Deleuze – La controverse avec la psychanalyse. *Doispontos*, 8(2), 15–26.
- Pacuvius, M. (1852). *Tragicorum Latinorum Reliquiae*. Sumptibus et formis B. G. Teubneri.
- Message, K. (2010). Body without Organs (BwO). In A. Parr (Ed.), *The Deleuze dictionary* (pp. 37–39). Edinburgh University Press.
- Nietzsche F. (1999). Ecce homo. In *Sämtliche Werke Band 6*. Deutscher Taschenbuch Verlag de Gruyter.
- Patton, P. (2006). Becoming democratic. In I. Buchanan & N. Thoburn, (Eds.), *Deleuze and politics* (pp. 178–195). Edinburgh University Press.
- Patton, P. (2010). *Deleuzian concepts – Philosophy, colonization, politics*. Stanford University Press.
- Pinat, E. (2014). *Les deux morts de Maurice Blanchot. Une phénoménologie*. Zeta books.
- Platão. (1907). *Platonis Opera Tomus V – Tetralogia IX definitiones et spuria* (I. Burnet, Ed.). Oxford University Press.
- Platão. (1995). *Platonis Opera Tomus I – Tetralogias I-II* (E. A. Duke, W. F. Hicken., W. S. M. Nicoll, D. B. Robinson & J. C. G. Strachan, Eds.). Oxford University Press.
- Platão. (2020). *Menexenus* (David Sansone, Ed.). Cambridge University Press.
- Pontévia, J.-M. (1985). *Écrits sur l'Art et pensées détachées – Tout a peut-être commencé par la Beauté*. Éditions William Blake & Co.
- Rancière, Jacques. (2005). *La haine de la démocratie*. La fabrique éditions.
- Rodowick, D. N. (2002). Personnages conceptuels et l'image-temps : 'gender' et histoire. *L'Esprit Créateur*, 42(1), 107–121.
- Saïd, S. (1987). Deux noms de l'image en grec ancien : idole et icône. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 131(2), 309–330
- Sauvagnargues, A. (2007). L'Art comme symptomatologie, Capture de forces et image – Littérature, peinture et cinéma chez Deleuze. *Théorie, Littérature, Enseignement*, 24, 39–64.
- Smith, D.W. (2012). On the nature of concepts. *Parallax*, 18(1), 62–73. <https://doi.org/10.5840/jphilnepal201161525>
- Stivale J. C. (2008). *Gilles Deleuze's ABCs: The Folds of Friendship*. The John Hopkins University Press.
- Terentius, P. A. (2010). *The Woman of Andros, The Self-Tormentor, The Eunuch*. Harvard University Press.
- Thoburn N. (2003). *Deleuze, Marx and Politics*. Routledge.

[recebido em 19 de setembro de 2023 e aceite para publicação em 23 de maio de 2024]

A DISTRIBUIÇÃO DOS ADJUNTOS TEMPORAIS NEGATIVOS NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO: NEGAÇÃO, CONCORDÂNCIA NEGATIVA E CONSTRUÇÕES DE GRAU

THE DISTRIBUTION OF NEGATIVE TEMPORAL ADJUNCTS IN CONTEMPORARY PORTUGUESE: NEGATION, NEGATIVE CONCORD, AND DEGREE CONSTRUCTIONS

Telmo Mória*

tmoia@letras.ulisboa.pt

Neste trabalho, analisa-se a distribuição contemporânea dos adjuntos temporais negativos do português, com destaque para os advérbios *nunca* e *jamais*. O foco é no português europeu, mas é também tido em conta o português brasileiro. Têm lugar central os dois contextos sintáticos em que estes adjuntos predominantemente ocorrem, a saber, posição pré-verbal, como genuínos operadores de negação (e.g., *nunca minto*), e posição pós-verbal, como expressões positivas existenciais em concordância negativa (e.g., *não minto nunca*). É também considerada, ainda que superficialmente, a sua ocorrência em contextos negativos elípticos, sem verbo. São estudadas separadamente, com algum pormenor, sequências de expressões negativas em posição pré-verbal, principalmente iniciadas por *nunca*: *nunca ninguém*, *nunca nada*, *nunca nenhum N'*. Estas sequências, que têm recebido pouca atenção na literatura, ilustram a persistência da concordância negativa pré-verbal no português contemporâneo. É ainda analisada em detalhe a ocorrência contemporânea de adjuntos temporais negativos em contextos não negativos, nomeadamente de *nunca* em construções comparativas (e.g., *melhor do que nunca*) e de *jamais* em construções superlativas (e.g., *a ponte mais comprida jamais construída*). Todas as construções discutidas são documentadas com dados de *corpora*, nomeadamente de texto jornalístico contemporâneo (CETEMPúblico, para o português europeu, e NILC/São Carlos, para o português brasileiro) e de texto literário português dos últimos 500 anos (Vercial), sendo apresentados dados de frequência para as diversas construções.

Palavras-chave: Negação. Adjuntos temporais negativos. Concordância negativa. Construções comparativas. Superlativos.

This paper analyses the distribution of negative temporal adjuncts in contemporary Portuguese, with a particular focus on the adverbs *nunca* and *jamais* ('never'). The focus is on European Portuguese, but Brazilian Portuguese is also taken into account. Centre stage is occupied by the two prevalent syntactic contexts for the mentioned adjuncts, namely, pre-verbal position, as genuine negation operators (e.g., *nunca minto* 'I never lie'), and post-verbal position, as positive existential negative concord items (e.g., *não minto nunca*, 'I never lie', literally 'I don't lie

* Centro de Linguística da Universidade de Lisboa / Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. ORCID: 0000-0002-0288-2604

never’). Negative elliptical verbless contexts are also considered, although superficially. Sequences of more than one negative expression in pre-verbal position are studied separately in some detail, with focus on those introduced by *nunca*: *nunca ninguém* (literally, ‘never nobody’), *nunca nada* (literally, ‘never nothing’), *nunca nenhum N’* (literally ‘never no N’). These sequences, which have received little attention in the literature, illustrate the persistence of pre-verbal negative concord in contemporary Portuguese. Finally, two non-negative contexts where negative temporal adjuncts still occur today are analysed in some detail, viz. comparative constructions with *nunca* (e.g., *melhor do que nunca*, ‘better than ever’), and superlative constructions with *jamais* (e.g., *a ponte mais comprida jamais construída* ‘the longest bridge ever built’). All constructions are documented with corpus data, namely of contemporary newspaper text (CETEMPúblico, for European Portuguese, NILC/São Carlos, for Brazilian Portuguese) and of Portuguese literary text from the last 500 years (Vercial). Original data on the frequency of the various constructions is presented.

Keywords: Negation. Negative temporal adjuncts. Negative concord. Comparative constructions. Superlatives.

•

1. Introdução: os adjuntos temporais negativos do português

O português dispõe de um conjunto de adjuntos temporais de valor intrinsecamente negativo, entre os quais se destacam – pela sua elevadíssima frequência – os advérbios *nunca* e *jamais*. Além destes, são especialmente importantes, contemporaneamente, três outros adjuntos temporais, de forma complexa, que usam o nome hiperonímico *momento* em conjunto com *nenhum* em posição pré- ou pós-nominal ou com *algum* em posição pós-nominal: *em nenhum momento*, *em momento nenhum*, *em momento algum*. Neste trabalho, são considerados estes cinco adjuntos temporais negativos e são discutidas diferenças na sua distribuição e na sua interpretação semântica, com foco no português europeu, mas com alguma atenção também ao português brasileiro. São tidos em conta essencialmente três (ou, se quisermos, quatro) contextos: (i) construções em que os adjuntos atuam como genuínos operadores de negação (em proposições negativas em que não há operadores de negação oracional *sensu* Peres, 2013, pp. 464ss.), como {*nunca* / *jamais*} *desistimos*; (ii) construções em que os adjuntos ocorrem em concordância negativa com outro operador de negação, como *não desistimos* {*nunca* / *jamais*} ou *continuámos o caminho sem* {*nunca* / *jamais*} *desistir*; (iii) construções de grau, de dois tipos – comparativas, como *trabalhámos mais do que nunca*, e superlativas, como *esta é a torre mais alta jamais construída no nosso país*.

A Tabela 1¹ regista o número total de ocorrências destes cinco adjuntos e a proporção em que cada um ocorre em três *corpora* da plataforma Linguateca (<https://www.linguateca.pt/ACDC/>): CETEMPúblico (texto jornalístico português, cerca de 200 milhões de palavras), NILC/São Carlos (predominantemente texto jornalístico brasileiro, cerca de 34 milhões de palavras) e Vercial (texto literário português dos

¹ Pesquisas realizadas: (i) "[Nn]unca"; (ii) "[Jj]amais"; (iii) "[Ee]m" "nenhum" "momento"; (iv) "[Ee]m" "momento" "nenhum|algum". No caso das expressões complexas, foram descontados os excertos repetidos.

séculos XVI a XX, cerca de 14 milhões de palavras). O primeiro e último destes três *corpora* são usados sistematicamente ao longo do presente artigo para avaliar a frequência das diversas construções estudadas, já que o foco da análise é o português europeu. O segundo *corpus* é usado pontualmente para obter dados sobre o português brasileiro.

Tabela 1. Ocorrência de cinco adjuntos temporais negativos nos *corpora* CETEMPúblico, NILC/São Carlos e Vercial.

adjuntos temporais negativos	CETEMPúblico (século XX, PE)		NILC/São Carlos (século XX, PB)		Vercial (séculos XVI-XX, PE)	
	registos	prevalência	registos	prevalência	registos	prevalência
<i>nunca</i>	98.676	96,0%	8.276	79,9%	9.384	92,5%
<i>jamais</i>	3.845	3,7%	1.801	17,4%	761	7,5%
<i>em nenhum momento</i> (± MOD)	161	0,2%	215	2,1%	0	—
<i>em momento nenhum</i> (± MOD)	16	0,01%	7	0,1%	0	—
<i>em momento algum</i> (± MOD)	103	0,1%	50	0,5%	0	—
Total	102.801		10.349		10.145	

Os dois advérbios *nunca* e *jamais* representam 99,7% dos usos de advérbios temporais negativos no tipo de registo de português europeu contemporâneo documentado no CETEMPúblico, sendo *nunca* a expressão de uso mais frequente (96%).² Na literatura, destaca-se geralmente o facto de estes dois advérbios serem sinónimos e estarem essencialmente em variação livre. Raposo (2013, p. 1649), por exemplo, considera que “o advérbio *jamais* tem um significado e um uso semelhantes aos de *nunca*, mas é estilisticamente mais marcado”. Porém, como veremos adiante, cerca de 25% das ocorrências de *jamais* em português europeu são num contexto em que *nunca* não ocorre, a saber construções superlativas. A competição neste contexto é entre *jamais* e a expressão indefinida *alguma vez*, por vezes acompanhada de *já*, como em *é a maior queda do PIB* {*jamais* / **nunca* / (*já*) *alguma vez*} *observada*, competição que será discutida na secção 4.2.³ Outras diferenças distribucionais entre *nunca* e *jamais* serão também salientadas ao longo deste artigo.

² Os três adjuntos complexos com *momento*, que são relativamente frequentes em texto jornalístico contemporâneo, parecem não ocorrer em texto literário mais antigo, não havendo registo deles no *corpus* Vercial. No *corpus* Literateca (que aglutina 5 *corpora* de texto predominantemente literário, português e brasileiro), com quase 37 milhões de palavras, há apenas 4 registos, todos do século XX e de autores brasileiros: 2 de *em nenhum momento* e 2 de *em momento nenhum*.

³ O operador *já* também pode ocorrer sozinho com valor afirm: *é a maior queda do PIB já observada*. Não terei em conta neste trabalho o uso de *já* em construções superlativas.

Além do nome hiperonímico *momento*, o único registado na Tabela 1, são por vezes usados, em adjuntos temporais negativos, outros nomes hiperonímicos, como *tempo* ou *altura*; o seu uso é, porém, pouco frequente e não os considerarei aqui autonomamente.⁴

Adicionalmente, são ainda usados – neste caso, com frequência elevada – adjuntos temporais negativos (com *algum* pós-nominal ou com *nenhum* pré- ou pós-nominal) com nomes mais específicos que *momento*: *dia*, *semana*, *século*, etc. (tipicamente acompanhados de um modificador) – e.g., [*em nenhum dia da semana passada*] *me atrasei*, [*em século algum da História de Portugal*] *o país esteve tão conturbado*. Por facilidade, ignorarei aqui estas expressões.

2. Adjuntos temporais negativos como genuínos operadores de negação em posição pré-verbal e como expressões em concordância negativa

Quando usados em contextos negativos, todos os cinco adjuntos temporais atrás referidos – como quaisquer outras expressões negativas não temporais afins do português, aliás – ocorrem predominantemente em duas configurações sintáticas que importa distinguir (A e B, abaixo), com diferenças significativas de processamento semântico.

A. Em posição pré-verbal, como único elemento semanticamente negativo da frase, funcionando, pois, como **genuínos operadores negativos** (NEG), ilustrativos de negação existencial de classe, na classificação de Peres (2013):⁵

- (1) **Nunca**_{NEG} faltei.
- (2) **Jamais**_{NEG} me esquecerei.
- (3) [**Em nenhum**_{NEG} **momento**] hesitei.
- (4) [**Em momento** {**nenhum**_{NEG} / **algum**_{NEG}}] hesitei.

Note-se que nestas construções não há um operador de negação oracional (*não*), nem este pode ser realizado explicitamente. Em fases anteriores da língua, isso não era assim. Os sujeitos – e alguns adjuntos pré-verbais – de frases com operadores negativos oracionais (*nom*, *não*) podiam ter forma negativa (cf. Martins, 1997; Marquilhas, 2013)⁶, sendo

⁴ No CETEMPúblico, encontraram-se apenas 18 registos relevantes com os nomes *altura* e *tempo*: 10 de *em nenhuma altura*, 1 de *em altura nenhuma*, 2 de *em altura alguma* e 5 de *em tempo algum* (não acompanhado de *nunca* ou *jamais*). Exemplos: “Os dirigentes de ambos os partidos dizem que **em nenhuma altura** se pôs em causa a integridade do território.” (ext518460-pol-94a-2); (ii) “António Guterres (...) não só anunciou que **em tempo algum** se encontrará com o líder cubano como lhe fez críticas ferozes.” (ext650132-opi-97a-2).

⁵ Tem-se discutido muito na literatura qual o estatuto quantificacional das expressões negativas em construções do tipo de (1) a (4), uma questão em que aqui não me deterei. Peres (1997, 2000), por exemplo, defende que as expressões negativas que ocorrem em posição pré-verbal como genuínos operadores negativos podem ser analisadas como indefinidos, associados a um operador de negação implícito (possivelmente, nelas incorporado). A possibilidade de combiná-las com expressões como *mais* (e.g., *mais ninguém falou*) ou *em particular* é um forte argumento linguístico a favor desta hipótese. Independentemente da análise, no contexto em causa, estas expressões são “negation inducers”, ou “conveyors of negation” (Peres 2000, pp. 178–179), ao contrário do que acontece quando ocorrem em concordância negativa em posição pós-verbal.

⁶ Vejam-se exemplos com sujeitos em concordância negativa pré-verbal: *nada nom sabedes de sua linhagem* (*Demanda do Santo Graal*, sécs. XIII-XIV, citado por Marquilhas, 2013, p. 39); *nenhũa cousa*

verosimilmente analisados como expressões em concordância negativa pré-verbal. No caso dos adjuntos temporais, essa possibilidade estava disponível para *jamais* – confronte-se, por exemplo, *jamais nom foy em aquella terra vista* –, mas aparentemente não para *nunca*, como sublinha Martins (1997, p. 203, n. 12). Dado que estas construções caíram em desuso e são atualmente agramaticais, ignorá-las-ei doravante.

B. Em posição pós-verbal, como elementos em **concordância negativa** (CN) com outros elementos negativos da frase que os precedem (e.g., *não, sem, ninguém, nada, nenhum N'*), isto é, sem terem eles próprios valor semântico negativo:⁷

- (5) Não_{NEG} faltei nunca_{CN}.
- (6) Não_{NEG} me esquecerei jamais_{CN}.
- (7) Não_{NEG} hesitei [em nenhum momento_{CN}].
- (8) Não_{NEG} hesitei [em momento {nenhum_{CN} / algum_{CN}}].

As frases com concordância negativa (5) a (8) são semanticamente equivalentes às suas contrapartidas em (1) a (4). A análise predominante na literatura é que os adjuntos em causa não têm aqui um valor semântico negativo, antes são expressões positivas com valor existencial, possuindo valor negativo apenas o operador negativo que os legitima (ou, noutros termos, o operador com que eles “concordam”), que nestes exemplos é *não* – consulte-se, por exemplo, Peres (2013, pp. 489–492).

Semanticamente, em todas estas frases, (1) a (8), nega-se que exista um intervalo temporal (do tipo relevante) em que se verifique a predicação expressa na frase. Se representarmos a situação identificada pela predicação positiva subjacente por *ev* e o intervalo afetado pela preposição negativa (isto é, em que se afirma que uma dada situação não se verifica) por t_{LOC} , as condições interpretativas associadas a estas frases são:

- (9) $\neg \exists t [[t \subseteq t_{LOC}] \wedge [ev \circ t]]$

Note-se que o intervalo de localização (t_{LOC}) pode ser – e quase sempre é – restringido. Nos casos simples acima, em que não há adjuntos temporais extra, a restrição é feita essencialmente pelo tempo verbal: o intervalo será anterior ou subsequente ao ponto de perspetiva temporal da frase (e.g., o momento da enunciação), consoante a forma verbal usada – contraste-se, por exemplo, (1), com pretérito perfeito simples, em que a negação afeta apenas o passado da enunciação (isto é, t_{LOC} é o intervalo contínuo tal que $[t_{LOC} \supset \subset n]$), com (2), com futuro imperfeito, em que a negação afeta apenas o futuro da enunciação (isto é, t_{LOC} é o intervalo contínuo tal que $[n \supset \subset t_{LOC}]$). É muito frequente

que os homens por sua vontade tomão **não** lhes deve ser grave de sofrer (Crónica Troiana, séc. XVI, citado por Marquilhas, 2013, p. 39); o poder de **nenhum** homem (...) **não** virá a cabo dela nunca (Almeida Garrett, Doutrinas de Estética Literária, séc. XIX, citado por Martins, 1997, p. 194). Este último exemplo ilustra a persistência da construção até épocas recentes, em certos registos. É possível que a construção tenha subsistido dialetalmente em tempos modernos (cf. observações em Martins, 1997, p. 205, n. 33).

⁷ Usarei aqui a designação “concordância negativa” (correspondente à expressão inglesa “negative concord” – cf. Labov, 1972), em vez da designação “dupla negação”, que se usa com o mesmo sentido em certas tradições de análise gramatical (cf. Martins, 1997, p. 202, n. 2).

ainda, nas frases com *nunca* ou outros adjuntos negativos, haver outros adjuntos temporais explícitos que restringem o intervalo de localização – vejam-se (10) e (11); assim, *nunca* e afins acabam por remeter quase sempre para uma parcela (ainda que extensa) do eixo do tempo e não para todo o eixo do tempo:

- (10) “(...) [os morcegos-de-nathusius] **nunca** foram observados na natureza *neste século* (...)”
(CETEMPúblico, ext1215692-soc-97a-1)
- (11) “Hoje será curioso saber que **nunca**, *entre 1991 e o final de 1994*, Cavaco Silva hesitou nessa intenção (...)”
(CETEMPúblico, ext1373447-pol-95a-1)

Os adjuntos temporais negativos ocorrem nas duas posições acima referidas (A, B) tipicamente em **variação livre**, sujeita a considerações de natureza estilística. Adiante, farei algumas considerações sobre a frequência relativa destes operadores nas duas posições, usando dados de *corpora* de texto jornalístico.

É de salientar que os próprios adjuntos temporais negativos, como operadores de negação existencial de classe que são, podem legitimar concordância negativa de outras expressões em posição pós-verbal (por vezes através de fronteiras frásicas, como em (13)):

- (12) **Nunca**_{NEG} disse *nada*_{CN} a *ninguém*_{CN} sobre esse assunto.
- (13) **Nunca**_{NEG} foi minha intenção prejudicar *ninguém*_{CN}.

Neste trabalho, interessa-me destacar duas outras configurações sintáticas – envolvendo a ocorrência de adjuntos temporais negativos em posição pré-verbal – que, tanto quanto sei, não têm sido muito exploradas na literatura:

(i) uso de adjuntos temporais negativos como genuínos operadores negativos, mas a legitimar concordância negativa em **posição pré-verbal**:

- (14) **Nunca**_{NEG} **ninguém**_{CN} o *acusou*.
- (15) **Nunca**_{NEG} **nada**_{CN} lhe *importa*.

(ii) uso de adjuntos temporais negativos como elementos em concordância negativa, mas em **posição pré-verbal** (uma construção, aparentemente, de aceitação não consensual entre os falantes)

- (16) **Ninguém**_{NEG} **nunca**_{CN} *aceitaria* essa proposta.

Note-se que, como referi acima, a **concordância negativa pré-verbal** é excepcional no português contemporâneo, ainda que não o fosse em fases anteriores da língua. Com efeito, a concordância negativa é um fenómeno que afeta prototipicamente apenas constituintes em posição pós-verbal, ainda que importe atender a casos como os seguintes três, em que um elemento em concordância negativa pode regularmente ocupar a posição pré-verbal de sujeito:

- (i) concordância negativa legitimada por *sem* – *saímos sem_{NEG} ninguém_{CN} dar por isso, saímos sem_{NEG} que ninguém_{CN} visse* (cf. e.g., Peres, 1997, pp. 294–296; 2000, p. 176);
- (ii) concordância negativa legitimada pela primeira oração negativa num contexto de negação oracional de coordenação (introduzida por *nem*) – *eu não_{NEG} pedi ajuda nem ninguém_{CN} se ofereceu para me ajudar*;
- (iii) concordância negativa transfrásica – *sai daí, não_{NEG} quero que ninguém_{CN} me atrapalhe!* (cf. e.g., Peres, 1994, p. 446ss.; 2000, p. 185ss; 2013, p. 492).

Há ainda que considerar casos em que há concordância negativa e não há verbo, pelo que não se pode falar em posição pré- ou pós-verbal (situações que não costumam ser destacadas na literatura). Por exemplo:

- (i) na dependência da preposição *sem*, ocorrendo a concordância dentro do seu complemento nominal – *fiz isto sem_{NEG} [SN a ajuda de ninguém_{CN}]*.
- (ii) em estruturas elípticas, como

- (17) “Do lado portista, o dia foi calmo (...). Tranquilidade absoluta, **nenhuma_{NEG}** hostilidade da parte de **ninguém_{CN}**, uma paz realmente sem mácula.”
(CETEMPúblico, ext952-des-92a-1)

No entanto, como ilustrado em (14) a (16), observa-se contemporaneamente concordância negativa em certas sequências de elementos negativos, em que o primeiro elemento negativo leva os restantes (em posição pré-verbal) a assumir uma forma negativa sem o correspondente valor semântico negativo. Estas construções serão analisadas de forma pormenorizada, com recurso a dados dos *corpora* CETEMPúblico e Vercial (e quantificação do número de ocorrências), na secção 3.

Para terminar esta secção introdutória, consideremos a questão da prevalência de adjuntos temporais negativos nos seus dois contextos sintáticos predominantes, NEG e CN, com recurso a dados de *corpora* de texto jornalístico contemporâneo, português e brasileiro. Tanto quanto sei, as taxas de frequência destas expressões nos diferentes contextos ainda não foram discutidas na literatura.

Fiz um pequeno exercício para apurar a frequência relativa dos cinco adjuntos temporais negativos nas duas posições/funções em causa (NEG e CN). Para tal, selecionei um conjunto de registos relevantes do CETEMPúblico (PE) e do NILC/São Carlos (PB), considerando apenas aqueles em que está presente uma forma verbal, para que ambas as construções sejam teoricamente possíveis, e contei quantos deles envolviam genuína negação e quantos concordância negativa. Para *nunca* e *jamais*, selecionei os primeiros 250 registos do tipo relevante; para as restantes três formas, considerei a totalidade dos registos relevantes, que são em número inferior a 250. Os resultados estão na Tabela 2.

Tabela 2. Proporção de adjuntos temporais negativos como genuínos operadores negativos vs. como elementos em concordância negativa em texto jornalístico português (CETEMPúblico, PE) e brasileiro (NILC/São Carlos, PB).

		registos analisados	NEG	CN	legitimadores da CN	
					<i>não, n-words</i>	<i>sem</i>
<i>nunca</i>	PE	250	241 [96%]	9 [4%]	5	4
	PB	250	242 [97%]	8 [3%]	6	2
<i>jamais</i>	PE	250	225 [90%]	25 [10%]	20	5
	PB	250	217 [87%]	33 [13%]	24	9
<i>em nenhum momento</i>	PE	157	125 [78%]	32 [22%]	29	3
	PB	213	179 [84%]	34 [16%]	31	3
<i>em momento nenhum</i>	PE	16	12 [75%]	4 [25%]	4	0
	PB	7	5 [71%]	2 [29%]	2	0
<i>em momento algum</i>	PE	97	63 [65%]	34 [35%]	31	3
	PB	48	28 [58%]	20 [42%]	17	3

Observa-se que os adjuntos temporais negativos ocorrem com elevadíssima frequência em posição pré-verbal como genuínos operadores negativos, muito mais que em concordância negativa, pelo menos em texto jornalístico. No *corpus* CETEMPúblico, a ocorrência de adjuntos temporais negativos nessa posição e com essa função é maioritária para todos os cinco adjuntos considerados neste trabalho: maximamente (96%) no caso de *nunca* e minimamente (65%) no caso de *em momento algum*. No *corpus* NILC/São Carlos, a prevalência é muito semelhante; com efeito, não parece haver diferenças significativas entre PE e PB no que respeita à distribuição de qualquer um destes cinco adjuntos pelas construções NEG e CN. Assim, em texto jornalístico, tanto português como brasileiro, são mais comuns construções como *o ministro nunca mentiu* do que *o ministro não mentiu nunca*. Porventura, na oralidade a prevalência da concordância negativa é mais elevada, mas seriam necessários estudos para fazer uma quantificação desta apreciação intuitiva.

Impõe-se aqui uma breve nota sobre a ocorrência de adjuntos temporais negativos em contextos genuinamente negativos, mas sem a presença de verbo, no que poderíamos genericamente referir como **estruturas proposicionais sem verbo**. Com exceção de estruturas como (17), na maioria dos casos em que não há verbo, não há competição entre as duas construções (NEG e CN), pelo que optei por não as inserir na Tabela 2 (mas, a inseri-las, eles iriam engrossar essencialmente o contingente da primeira coluna, já que o adjunto negativo é tipicamente o único elemento negativo presente).

Os adjuntos temporais negativos ocorrem com alguma frequência em estruturas proposicionais sem verbo (c. de 8% das ocorrências totais, no CETEMPúblico, e 10% no NILC/São Carlos). Nos excertos lidos para se obterem os 250 registos de *nunca* e *jamais* relevantes para a Tabela 2, há 17+22 registos de *nunca* (CETEMPúblico+NILC/São Carlos, respetivamente) e 22+29 de *jamais* (também CETEMPúblico+NILC/São Carlos,

respetivamente) que podem ser incluídos nesta macroclasse de proposições “averbais”. Eis alguns exemplos do CETEMPúblico de subtipos variados:

- (18) “Os analistas crêem (...) que a British Aerospace apresentará uma nova oferta de compra (...), **nunca** inferior a 25 libras por ação (...).”
(CETEMPúblico, ext422333-eco-95a-1)
- (19) “Em 1973, (...) João Vasco e Madeira Rodrigues variadas vezes (...) perseguiram [esse feito], mas **nunca** com êxito.”
(CETEMPúblico, ext391823-des-98a-1)
- (20) “A regionalização tem de significar (...) uma maior produção de riqueza. **Jamais** uma miragem distributiva da riqueza que ninguém se preocupa em gerar.”
(CETEMPúblico, ext25791-opi-96b-1)

Excursus. Expressões nominais ninguém e nada como genuínos operadores de negação em posição pré-verbal e como expressões em concordância negativa

A proporção de ocorrências de adjuntos temporais negativos em NEG ou em CN, documentada na Tabela 2, não é exatamente paralela à das expressões negativas não temporais (*e.g.*, *ninguém*, *nada*, *nenhum* N'), pelo menos em português europeu.⁸ Trata-se de uma questão complexa, que não é central para as questões deste trabalho (embora tenha relevância para alguns aspetos discutidos em 3.1), mas sobre a qual deixo algumas informações neste pequeno *excursus*.

Para comparação com os dados da Tabela 2, analisei os primeiros 350 excertos do CETEMPúblico com *ninguém* e os primeiros 350 com *nada*. Observa-se que a distribuição destas duas expressões negativas pelas construções NEG e CN depende crucialmente da função sintática que lhes está associada, como indicado na Tabela 3⁹ adiante. Mais concretamente:

- na função de **sujeito**, a construção de concordância negativa é muito minoritária (6-7%), tanto para *ninguém* como para *nada*;
- na função de **complemento direto**, a construção de concordância negativa é maioritária, mas com expressão significativamente distinta para *ninguém* (100%) e *nada* (83%); não encontrei nem no CETEMPúblico nem no Vercial qualquer exemplo de construções com *ninguém* como genuíno operador negativo associado a complemento direto anteposto – *e.g.*, ***ninguém***_{NEG} (*eles*) *nomearam*; neste caso, só ocorre a construção de concordância negativa – (*eles*) ***não*** *nomearam* ***ninguém***_{CN}; em relação a esta questão, *nada* contrasta claramente com *ninguém* (um aspeto que ainda não vi salientado na literatura); com *nada*, há centenas de ocorrências como complemento direto em posição pré-verbal como

⁸ Não procurei apurar se a distribuição em português brasileiro é semelhante ou não à distribuição em português europeu, no que respeita às construções discutidas neste *excursus*.

⁹ Tabela construída tendo em conta a leitura das primeiras 350 ocorrências de cada uma das duas expressões negativas em causa (e ignorando as ocorrências irrelevantes, *e.g.*, de *nada* como quantificador – *cf. e.g.*, *ele não é nada modesto* – ou como reforço da negação – *cf. e.g.*, *ele não fez nada isso*).

genuíno operador negativo – e.g., *nada*_{NEG} *fizeram para resolver o problema* (a par de *não* *fizeram nada*_{CN} *para resolver o problema*)¹⁰;

– na função de **complemento preposicionado** ou de **adjunto (preposicionado)**, a construção de concordância negativa também é maioritária e com expressão distinta para *ninguém* (97%) e *nada* (67%); nos 700 excertos analisados, há apenas 1 com *ninguém* preposicionado sem concordância negativa: “(...) **a ninguém** passou despercebida esta aposta-surpresa (...)” (CETEMPúblico, ext5859-soc-94a-3) e 8 de *nada* nas mesmas condições sintáticas: “E a Portugal **de nada** serviu a experiência do Alvor (...)” (CETEMPúblico, ext7318-nd-93b-1).

Tabela 3. Proporção de ocorrência de *ninguém* e *nada* como genuínos operadores negativos vs. como elementos em concordância negativa em texto jornalístico português (CETEMPúblico).

		registos relevantes	NEG		CN	
<i>ninguém</i> (± MOD)	sujeito	279	264	94%	15	6%
	complemento direto	36	0	0%	36	100%
	complemento preposicionado ou adjunto	34	1	3%	33	97%
<i>nada</i> (± MOD)	sujeito	80	74	93%	6	7%
	complemento direto	113	19	17%	94	83%
	complemento preposicionado ou adjunto	24	8	33%	16	67%

3. Adjuntos negativos em sequências pré-verbais

Como referi anteriormente, é possível usar, em português, sequências de adjuntos negativos em posição pré-verbal, com apenas um deles (o primeiro) a ter interpretação semântica negativa, estando os restantes em concordância negativa. Interessam-me aqui especialmente os casos em que um dos elementos da sequência é um adjunto temporal negativo: o primeiro elemento, nas construções discutidas em 3.1, ou o segundo elemento, nas construções discutidas em 3.2. Estas construções não têm merecido, tanto quanto sei, muita atenção na literatura.¹¹ Não incluirei aqui dados sistemáticos sobre o português brasileiro, mas a observação de *corpora* como o NILC/São Carlos e o Corpus Brasileiro (da Linguateca) parece indicar que todas as construções discutidas nesta secção, em 3.1.

¹⁰ Por exemplo, a pesquisa "[Nn]ada" [pos="V" & temcagr="PR_IND|IMPF_IND|PS_IND|FUT_IND" & pssnum="1S|2S|P"] gera mais de 250 registos do tipo relevante, enquanto a pesquisa paralela com *ninguém* não gera um único registo relevante.

¹¹ Matos (1999, p. 188) refere exemplos do tipo tratado em 3.1, em português – *nunca ninguém disse isso* – e do tipo tratado em 3.2, em italiano – *nessun mai mi aveva parlato così* (cf., *ninguém nunca/jamais me tinha falado assim*), considerando que são casos em que operou “absorção da negação” entre dois constituintes negativos pré-verbais. A absorção da negação é o conceito que a autora utiliza para dar conta das estruturas com concordância negativa: “Negative Absorption [is] an LF operation that converts multiple instances of negation into a single complex negative element” (p. 177).

e em 3.2, também são usadas em PB, mas as referidas em 3.1 são-no aparentemente em menor quantidade que em PE.¹²

3.1. Adjuntos temporais negativos como licenciadores de concordância negativa pré-verbal

Os exemplos (21) a (25) abaixo ilustram uma construção interessante, relativamente comum em português, que envolve sequências de pelo menos duas expressões negativas em posição pré-verbal, sendo a primeira delas um adjunto temporal negativo – tipicamente, *nunca* – com o qual as expressões negativas subsequentes – ainda que em posição pré-verbal – entram em concordância negativa. Estas construções demonstram que o fenómeno da concordância negativa não afeta contemporaneamente apenas o domínio pós-verbal (que é o que normalmente se destaca quando se caracteriza genericamente o fenómeno da concordância negativa na literatura¹³).

- (21) **Nunca**_{NEG} **ninguém**_{CN} o *acusou* (de **nada**_{CN}).
- (22) **Nunca**_{NEG} **nada**_{CN} o *satisfaz*.
- (23) **Nunca**_{NEG} [**nenhum**_{CN} político] *se sentiu* tão acarinhado.
- (24) **Nunca**_{NEG} [**nenhum**_{CN} deputado **ou** ministro] *cumpr*e integralmente aquilo que promete.
- (25) **Nunca** [**nada**_{CN} **nem**_{CN} **ninguém**_{CN}] o *satisfaz*.

Estas sequências podem elas próprias ocorrer em concordância negativa pré-verbal sob escopo dos operadores negativos *sem* ou *nem*, uma construção que aqui não nos interessa:

- (26) Já fiz isto muitas vezes **sem** [**nunca**_{CN} **ninguém**_{CN} *se magoar*].
- (27) Já fiz isto muitas vezes **sem** que [**nunca**_{CN} **ninguém**_{CN} *se magoasse*].
- (28) Eu não me magooei, **nem** [**nunca**_{CN} **ninguém**_{CN} *se magoou*].

Observemos exemplos destas sequências nos *corpora* CETEMPúblico e Vercial, que mostram – interessantemente – que elas ocorrem quase exclusivamente com *nunca* (A abaixo), sendo muito infrequentes com os outros adjuntos temporais negativos (B e C adiante).

A. Construções com *nunca*: *nunca ninguém, nunca nada e afins*¹⁴

Importa distinguir a função sintática a que o segundo elemento (após *nunca*), sozinho ou acompanhado de modificadores, precedido ou não de preposição, está associado: destaca-

¹² Por exemplo, da construção *nunca ninguém* + SV, de que há mais de 1100 registos no CETEMPúblico, há menos de 20 registos no NILC/São Carlos e menos de 350 no Corpus Brasileiro (que inclui mais de 1.000.000.000 de palavras). Nas construções discutidas na secção 3.2 (*ninguém nunca, ninguém jamais*, etc.), não se observam diferenças de frequência muito acentuadas entre o CETEMPúblico e o NILC/São Carlos, mas não tento fazer aqui uma quantificação.

¹³ Veja-se, por exemplo, Peres (2013, p. 489, negrito meu): “No português atual, a concordância negativa caracteriza-se pela ocorrência de um constituinte negativo nas seguintes condições: (i) colocado em **posição pós-verbal**, (...) e (iii) sem veicular qualquer valor negativo.”

¹⁴ Pesquisas realizadas: (i) "[Nn]unca" [] {0,1} "ninguém"; (ii) "[Nn]unca" [] {0,1} "nada"; (iii) "[Nn]unca" [] {0,1} "nenhu.*"; (iv) "[Nn]unca" [] {0,1} [pos="N"] [] {0,3} "nenhu.*|algu.*".

se em primeiro lugar a função de sujeito, de longe a mais comum; segue-se a função de adjunto preposicionado – ou mais raramente complemento preposicionado –, que é infrequente, mas tem alguns registos; finalmente, a função de complemento direto, que é muito rara nestas combinações (o que é expectável numa língua SVO). Esta distribuição está em linha com o observado no *excursus* acima. Há ainda construções elípticas, sem verbo, que não considerarei aqui (mas que, em todo o caso, não são muito numerosas), como *feriu-se algumas vezes, mas nunca nada de grave*. Vejamos cada caso.

A1. *nunca* + SN_{sujeito}

A combinação *nunca ninguém* com *ninguém* (sozinho ou modificado)¹⁵ em posição pré-verbal associado à função de sujeito é de longe a mais frequente de todas as que aqui consideraremos, com cerca de 1127 registos no CETEMPúblico¹⁶ e 68 no Vercial.

- (29) “**Nunca ninguém** nos perguntou se precisávamos de alguma coisa.”
(CETEMPúblico, ext202874-soc-92a-2)
- (30) “A ciência faz-se em casa e de chinelas... **Nunca ninguém** descobriu uma lei do Universo metido dentro de um dominó...”
(Eça de Queirós, *Os Maias*, in Vercial)

As outras combinações, com o elemento a seguir a *nunca* associado à função de sujeito, têm o seguinte número de registos, no CETEMPúblico e no Vercial, respetivamente: 51+2 *nunca nada*, 3+0 *nunca nada nem ninguém*, 218+6 *nunca nenhum N'*, 2+1 de *nunca N' nenhum*, 8+4 de *nunca N' algum*.¹⁷ Seguem-se alguns exemplos, em diferentes tipos de registos:

- (31) “Comemos ali, entre todos, uns trinta melões; e apesar de medíocres, creio que **nunca nada** na vida me soube tão deliciosamente.”
(Eça de Queirós, *As Minas de Salomão*, in Vercial)
- (32) “(...) **nunca nada nem ninguém** conseguiu beliscar a amizade fraterna (...) entre estes dois homens.”
(CETEMPúblico, ext74930-des-96b-2)

¹⁵ Vejam-se três exemplos de *ninguém* modificado por SAs, SPs ou orações relativas restritivas, respetivamente: “Nunca ninguém **famoso** nasceu aqui.” (CETEMPúblico, ext409412-clt-94a-1); “Nunca ninguém **do movimento olímpico** teve coragem de falar comigo (...)” (CETEMPúblico, ext227529-des-92b-1); “Nunca ninguém **que se comprometeu numa luta** (...) fica plenamente satisfeito com os resultados.” (CETEMPúblico, ext356287-nd-91b-1).

¹⁶ A pesquisa de *nunca ninguém* adjacente no CETEMPúblico dá 1057 resultados; nas primeiras 200 ocorrências, 195 (97,5%) são do tipo relevante; uma aplicação desta percentagem ao total de 1057 resultados dá uma estimativa de 1031 ocorrências totais, que somadas às 70 ocorrências de *nunca ninguém* não adjacente (na sequência *nunca mais ninguém*) dá 1127 ocorrências totais.

¹⁷ Por simplificação, [*nenhum N'*] é aqui usado quer para sintagmas com a forma [*nenhum N'*] propriamente dita quer para os seus equivalentes [*nenhum de DEF N'*] (em estruturas partitivas). Por simplificação também, é usada a forma [*N' algum*], em vez de [*N algum ± MOD*]; com efeito, como sublinha, por exemplo, Martins (2015), *algum* negativo é estritamente adjacente a nomes nucleares, mas pode haver modificadores posteriores (e.g., *país algum da Europa Ocidental se pode considerar a salvo*), que, em termos de interpretação composicional, se aplicam a N antes de *algum* operar.

- (33) “**Nunca nenhuma** equipa portuguesa ganhou 16 pontos na Liga dos Campeões.”
(CETEMPúblico, ext568431-des-96b-1)
- (34) “(...) [Hillary Clinton] disse algo que **nunca** Presidente **algum** dos Estados Unidos ousou dizer.”
(CETEMPúblico, ext1394823-pol-98a-2)

A2. *nunca* + SN_{complemento direto}

É uma combinação rara, com ordem não básica OV, de que só encontrei 4 registos, todos no CETEMPúblico (não havendo registos no Vercial). Em todos eles, *nada* é o segundo elemento negativo e a sequência está integrada numa oração relativa restritiva (em dois casos com antecedente expreso, como em (35), e nos outros dois casos sem antecedente expreso, como em (36)):

- (35) “Sugeri logo a amnistia, (...) que **nunca nada** resolveu, mas que agora vai servir para muita coisa.”
(CETEMPúblico, ext1043539-nd-94a-1)
- (36) “‘Só quem **nunca nada** fez nada pode rezear’, insistiu Pinochet.”
(CETEMPúblico, ext1276452-pol-93b-1)

A3. *nunca* + SP_{adjunto/complemento}

O segundo elemento da sequência de expressões negativas também está, com alguma frequência, associado à função de complemento preposicionado ou – mais comumente – adjunto preposicionado, casos em que a sequência tem a forma: *nunca* [SP P {*ninguém* / *nada* / *nenhum* N' / N' *nenhum* / N' *algum*}]. Com complementos preposicionados pré-verbais, encontrei apenas 3 registos, 2 no CETEMPúblico e 1 no Vercial – vejam-se (37) e (38). Com adjuntos pré-verbais, encontrei 10 registos no CETEMPúblico e 4 no Vercial – vejam-se (39) e (40).

- (37) “**Nunca a nenhum** outro peregrino foi reservada uma recepção tão festiva.”
(CETEMPúblico, ext1243481-pol-93a-2)
- (38) “**Nunca a ninguém** falei nela (...)”
(Antero de Quental, *Tesouro Poético da Infância*, in Vercial)
- (39) “**Nunca em** parte **alguma** do texto (...) é dito, pelo seu autor, que teve (...) qualquer contacto comigo (...)”
(CETEMPúblico, ext109574-opi-97b-1)
- (40) “(...) não houve batalha em que entrasse que se perdesse, e **nunca em nenhum** recontro foi ferido nem derribado.”
(Alexandre Herculano, *Lendas e Narrativas*, in Vercial)

Os quatro exemplos do CETEMPúblico abaixo mostram, adicionalmente, que o comportamento gramatical das sequências negativas em análise está em linha com o da expressão isolada *nunca*. Por exemplo: podem coocorrer com elementos em concordância negativa pós-verbal, como em (41), podem combinar-se com o verbo negativo *deixar*

(*de*),¹⁸ como em (42), podem ser precedidas na frase por outros elementos topicalizados ou antepostos, como em (43), e podem associar-se a adjuntos temporais que restringem o intervalo de localização, como em (44):

- (41) “**Nunca ninguém** viu *nada*, mas o mito persiste.”
(CETEMPúblico, ext87012-soc-96b-1)
- (42) “(...) **nunca ninguém** *deixou de* estudar nesta casa por não poder pagar.”
(CETEMPúblico, ext278741-soc-93a-2)
- (43) “*Da mãe de Ana* **nunca nada** se soube (...)”
(CETEMPúblico, ext476448-soc-96b-2)
- (44) “**Nunca ninguém** me ouviu falar, *nessa época*, nesses dois territórios (...)”
(CETEMPúblico, ext1004073-clt-94a-1)

Adicionalmente, encontram-se nos *corpora* algumas construções curiosas, de que deixo aqui registo, merecendo possivelmente algumas delas uma análise mais aturada, que remeto para investigação posterior:

(i) combinação com ***jamais redundante***; há apenas 2 registos no CETEMPúblico e 1 no Vercial (repetido no CETEMPúblico):¹⁹

- (45) “(...) a posição dos ‘Panteras Negras’ era a de que **nunca nenhum negro** foi ***jamais*** julgado pelos seus pares na América ou teve sequer um julgamento imparcial.”
(CETEMPúblico, ext138303-clt-95b-1)
- (46) “Colocado ao lado de sua mãe, (...) **nunca homem nenhum** teve ***jamais*** vontade de cuspir, por troça ou por doença, por má-criação ou por gosma.”
(Ramalho Ortigão, *As Farpas*, in Vercial + CETEMPúblico, ext534560-nd-91b-1)

(ii) ***coordenação dentro do N'*** em estruturas com *nenhum*; há 7 registos no CETEMPúblico (e nenhum no Vercial), maioritariamente usando a forma não negativa no elemento coordenativo, *ou* (6 casos) – veja-se (47); por vezes, é usada a forma concordante *nem* (1 caso), formando uma estrutura mais complexa, com dois elementos em concordância negativa pré-verbal – veja-se (48); estes exemplos documentam a hesitação dos falantes na aplicação da concordância negativa ao conector coordenativo:²⁰

¹⁸ Peres (2013, p. 479) considera que a combinação de operadores negativos oracionais (*não*, *sem*) com o verbo negativo *deixar* (*de*) forma construções que se podem apelidar de “dupla negação”. O exemplo (42) documenta uma construção certamente afim, ainda que não envolva um operador de negação oracional *stricto sensu* (cf. exemplo comparável com *nenhum*, em Peres (2013, p. 469): *nenhum doente deixará de ser atendido por não estar inscrito na consulta*).

¹⁹ Ana Maria Martins (c.p.) fez-me notar que estas combinações eram mais comuns no português medieval, havendo na *Demanda do Santo Graal* duas ocorrências de *nunca jamais/ja mais* e nove de *jamais/ja mais nunca* (todas em posição pré-verbal), e ainda uma ocorrência de *ja mais nunca nom* pré-verbal, embora *nunca*, só por si, nunca ocorra seguido de *nom*:

(i) “ca se Calogrenac matasse seu irmão ante elle **nunca jamais** seria ledó”
(ii) “Entam se desarmou e deitou suas armas alonge e jurou que **ja mais nunca** trouxesse armas”
(iii) “E se o fezesse, **ja mais nunca nom** acharia outra tam fremosa; esto sabia el bem”

²⁰ Peres (2013, p. 479) refere a possibilidade de analisar a conjunção coordenativa negativa *nem* como “a forma assumida pelo operador de disjunção (*ou*) num processo de concordância negativa”. Esta observação respeita à coordenação de frases, não de SNs, mas pode adaptar-se a esta também.

- (47) “(...) aqui (...) **nunca nenhum**_{CN} partido **ou** primeiro-ministro obteve uma maioria.”
(CETEMPúblico, ext717863-nd-96a-1)
- (48) “**Nunca nenhum**_{CN} ministro **nem**_{CN} secretário de Estado se bateu pelo aumento do orçamento.”
(CETEMPúblico, ext828937-clt-95a-2)

(iii) presença de múltiplos elementos nominais em posição pré-verbal em concordância negativa com *nunca* (além do elemento coordenativo, já ilustrado em (48)); há apenas 1 registo da construção no CETEMPúblico (e nenhum no Vercial), que apesar de complexa parece plenamente gramatical:

- (49) “**Nunca** governo **nenhum**_{CN} **nem**_{CN} **ninguém**_{CN} externo à empresa interveio na Alcampo (...).”
(CETEMPúblico, ext1372415-nd-94b-1)

(iv) concordância negativa a afetar múltiplos constituintes em coordenação (assindética) pré-verbal; há 2 registos no CETEMPúblico (e nenhum no Vercial):

- (50) “(...) estando junto dele **nunca nenhuma**_{CN} coisa má, **nenhuma**_{CN} coisa triste, **nenhuma**_{CN} coisa reles me poderia acontecer (...).”
(CETEMPúblico, ext810645-nd-95b-2)

Conjuntamente, estes exemplos mostram que todo o domínio sintático após o advérbio *nunca* inicial (incluindo a possivelmente extensa e complexa estrutura pré-verbal da frase) é um domínio de atuação da concordância negativa (com possível – e curiosa – opcionalidade, no caso dos elementos coordenativos).

B. Construções com *jamais*: *jamais ninguém*, *jamais nada* e afins

Pesquisas paralelas às realizadas para *nunca* (cf. n. 14) foram também realizadas com *jamais*. Revelam uma importante diferença na distribuição dos dois principais advérbios temporais negativos do português (*nunca* e *jamais*), na medida em que *jamais* praticamente não ocorre nas combinações em causa. Com efeito, não há um único registo das sequências *jamais ninguém*, *jamais nada*, *jamais nenhum N'* ou *jamais N' nenhum* nem no CETEMPúblico nem no Vercial. Há, apenas 2 registos de *jamais N' algum* (ambos com *N' algum* como sujeito da frase), no CETEMPúblico:²¹

- (51) “Em abono da ciência pode-se dizer que **jamais clérigo algum** foi queimado vivo por negar o movimento da terra.”
(CETEMPúblico, ext1453849-clt-94a-1)

²¹ Há ainda um exemplo com a construção redundante *jamais em tempo algum* pré-verbal: “(...) a nossa segurança está aqui com funções meramente preventivas e, **jamais em tempo algum**, se propõe punir os que provocam desastros.” (ext1147018-soc-93a-1)

C. Construções com *nenhum* e *algum*:

*em nenhum momento ninguém/nada/nenhum N' e afins*²²

Também parecem ser combinações extremamente infrequentes. Não encontrei construções deste tipo no Vercial e apenas encontrei 1 registo, de *em nenhum momento nenhum N'*, no CETEMPúblico:

- (52) “**Em nenhum momento, nenhum de nós** afirmou que queria sair, o que penso que já é uma conquista.”
(CETEMPúblico, ext1250946-clt-soc-93b-2)

A Tabela 4 resume os dados desta secção 3.1.

Tabela 4. Número (aproximado) de sequências de expressões negativas em posição pré-verbal iniciadas por um adjunto temporal negativo (com valor genuinamente negativo) nos corpora CETEMPúblico e Vercial.

		CETEMPÚBLICO	Vercial
nunca +	nunca ninguém	1127	68
SN _{CN} SUJEITO	nunca nenhum N'	218	6
	nunca + outras expressões negativas	63	7
nunca +	SN _{CN} COMPLEMENTO DIRETO	4	0
nunca +	SP _{CN} COMPLEMENTO PREPOSICIONADO/ADJUNTO	12	5
jamais +	SX _{CN}	2	0
em nenhum momento / em momento algum +	SX _{CN}	1	0

3.2. Adjuntos temporais negativos como elementos em concordância negativa pré-verbal

Em português, ocorrem por vezes sequências de duas expressões negativas em posição pré-verbal, em que o segundo elemento é um adjunto temporal em concordância negativa, tipicamente *nunca* ou *jamais* (mas também adjuntos mais complexos como *em nenhum momento* e afins). A aceitabilidade destas construções em português contemporâneo não parece consensual, havendo falantes – entre os quais não me incluo – que as rejeitam. Vejam-se as seguintes frases com *ninguém nunca* e com *nada nunca*. Creio que as sequências equivalentes com *jamais* têm igual aceitabilidade.

- (53) Ninguém_{NEG} **nunca**_{CN} veio falar comigo.

- (54) Nada_{NEG} **nunca**_{CN} é como nós esperamos.

Com o legitimador *nenhum N'*, a sequência parece-me menos natural com *nunca* – veja-se (56) – do que com *jamais* ou *alguma vez* (que ocorrem em variação livre) – veja-se (55) –, mas há algumas abonações da construção (4 registos no CETEMPúblico – veja-se (59) adiante –, 3 no Vercial e 1 no NILC/São Carlos).

²² Pesquisas realizadas: (i) "nenhum" "momento" [] {0,1} "ninguém|nada|nenhu.*|algu.*"; (ii) "momento" "nenhum|algum" [] {0,2} "ninguém|nada|nenhu.*|algu.*".

- (55) Nenhum_{NEG} trabalhador {**jamais**_{CN} / **alguma vez**} ousou protestar.
 (56) ??Nenhum_{NEG} trabalhador **nunca**_{CN} ousou protestar.

As construções que aqui nos ocupam são globalmente pouco frequentes (*cf.* Tabela 5 abaixo) e de gramaticalidade não consensual entre os falantes, mas creio que merecem uma referência separada, na caracterização global do fenómeno da concordância negativa em português.

No CETEMPúblico, observa-se um uso moderado das combinações com *nunca* em concordância negativa pré-verbal.²³ Encontrei 29 registos, nomeadamente: 20 da sequência *ninguém nunca*, 5 de *nada nunca*, 4 de *nenhum N' nunca*. As mesmas pesquisas no Vercial geraram 9 resultados (5 de *ninguém nunca*, 3 de *nenhum N' nunca*, 1 de *N' algum nunca*), atestando a baixa frequência da construção. Eis alguns exemplos, dos dois *corpora*:

- (57) “**Ninguém nunca** procedeu comigo como procedería com outrem (...).”
 (Mário de Sá-Carneiro, *Céu em Fogo*, in Vercial)
 (58) “(...) Parcídio e Guterres trataram-se como se **nada nunca** os tivesse dividido...”
 (CETEMPúblico, ext850140-pol-93a-1)
 (59) “Como **nenhum** destes elementos **nunca** faltou às reuniões (...), a intervenção dos vogais suplentes (...) deu-se ao arrepio dos citados números (...) do artigo oitavo (...).”
 (CETEMPúblico, ext1420837-clt-94a-1)
 (60) “Ó Passos Pimentel, vais ser levado, Onde **cónego algum nunca** tocou.”
 (Camilo Castelo Branco, *A Murraça*, in Vercial)

Quanto ao **advérbio *jamais***, pesquisas paralelas no CETEMPúblico revelam um uso um pouco mais frequente deste advérbio em concordância negativa em posição pré-verbal, destacando-se principalmente as formas com *nenhum N'* (que não se combinam bem com *nunca*, pelo menos em linguagem comum contemporânea, como referi a propósito de (56), mas parecem combinar-se sem problemas com *jamais* – *cf.* (55)). Há um total de 36 registos no CETEMPúblico: 13 da sequência *ninguém jamais*, 1 de *nada jamais*, 21 de *nenhum N' jamais*, 1 de *N' algum jamais*. No Vercial, há 20 registos: 12 de *ninguém jamais*, 1 de *nada jamais*, 7 de *nenhum N' jamais*, 2 de *N' algum jamais*. Eis alguns exemplos, dos dois *corpora*:

- (61) “**Ninguém jamais** se poderia arrepender de um amor assim.”
 (CETEMPúblico, ext540986-nd-91b-1)
 (62) “(...) no canto do pátio (...), (...) começaram a crescer (...) umas florinhas azuis, brancas e cor de ouro, que **nenhum jardineiro jamais** vira (...).”
 (Eça de Queirós, *Últimas Páginas*, in Vercial)

²³ Pesquisas realizadas: (i) “[Nn]ninguém|[Nn]ada” “nunca”; (ii) “[Nn]ninguém|[Nn]ada” [] {1,4} “nunca” [pos=“V”]; (iii) “[Nn]enhu.*” [] {0,6} “nunca”; (iv) [pos=“N”] “nenhu.*|algu.*” [] {0,6} “nunca”.

- (63) “Há certamente muitas maneiras de destroçar e desunir um país. Mas **em lado algum jamais** foi tentada essa fórmula ‘revolucionária’ (...).”
(CETEMPúblico, ext38668-nd-94b-2)

Observe-se finalmente o exemplo único encontrado no CETEMPúblico²⁴ dos adjuntos temporais *em nenhum momento / em momento nenhum / em momento algum* em posição pré-verbal, após *ninguém / nada / nenhum N'*, combinações que parecem, pois, ser de uso residual.

- (64) “Os dois astronautas usaram o Safer à vez, (...) mas **nenhum** deles, em **nenhum** momento, se afastou mais de dez metros do vaivém.”
(CETEMPúblico, ext226105-clt-soc-94b-2)

A Tabela 5 resume os dados desta secção 3.2.

Tabela 5. Número (aproximado) de sequências de expressões negativas em posição pré-verbal com um adjunto temporal em concordância negativa nos corpora CETEMPúblico e Vercial.

		CETEMPúblico	Vercial
SX _{NEG} +	ninguém nunca	20	5
nunca _{CN}	nenhum N' nunca	4	3
	outras expressões negativas + <i>nunca</i>	5	1
SX _{NEG} +	ninguém jamais	13	12
jamais _{CN}	nenhum N' jamais	21	7
	outras expressões negativas + <i>jamais</i>	2	3

4. Adjuntos temporais negativos em contextos não negativos – o caso das construções de grau

É bem sabido que as expressões intrinsecamente negativas do tipo de *ninguém, nada e nenhum N'* podem por vezes ocorrer em contextos não negativos. Essa possibilidade foi explorada de forma muito mais extensa em fases anteriores da língua (*cf. e.g.*, Martins, 1997, p. 183ss.; 2000, p. 195): a frase de João de Barros (séc. XVI) *e por decreto publico foi defeso que **ninguém** navegasse*, por exemplo, apresentada por Said Ali e integrada em Martins (1997), seria hoje claramente agramatical. Para os adjuntos temporais negativos, que são o foco deste trabalho, também é verdade que deixaram de ocorrer na generalidade dos contextos não negativos no decurso da mudança histórica (*cf. Martins, 1997, pp. 206–207, n. 37*). Assim, também seria hoje entendida como agramatical a frase de Padre António Vieira (séc. XVII) *e quando vós mesmos cuydaveis que seria impossivel haver **nunca** mudança em vós, achastes que... o vosso coração se trocou totalmente*, um exemplo igualmente apresentado por Said Ali e integrado em Martins (1997). Porém, há dois contextos incluídos na macroclasse de contextos não negativos que merecem análise em separado e onde – com maior ou menor expressão – se mantém contemporaneamente a possibilidade de uso de (alguns) adjuntos temporais negativos. Refiro-me a duas

²⁴ Pesquisas realizadas: (i) "[Nn]inguém|[Nn]ada|[Nn]enh.*" [] {0,8} "em" "momento" "nenhum|algum"; (ii) "[Nn]inguém|[Nn]ada|[Nn]enh.*" [] {0,8} "em" "nenhum" "momento".

construções de grau: estruturas comparativas, como em (65), discutidas em 4.1, e construções superlativas, como em (66) e (67), discutidas em 4.2.

- (65) O Pedro trabalhou mais do que **nunca**.
 (66) O Governo está mais empenhado do que **jamais** esteve.
 (67) Chernobil é o maior acidente nuclear **jamais** ocorrido.

Em termos de análise semântica, as expressões negativas nestes contextos não negativos parecem estar associadas a uma interpretação de quantificação universal, verificada pelas equivalências abaixo – para (65) a (67), respetivamente –, mas não tentarei aqui avaliar se se deve considerar, ou não, que o valor em causa é diretamente veiculado pelos adjuntos negativos:²⁵

- (68) O Pedro trabalhou mais do que em **todas** as outras ocasiões.
 (69) O Governo está mais empenhado do que esteve em **todas** as outras alturas.
 (70) Chernobil é o maior acidente nuclear de **sempre**.

A análise de *corpora* como o CETEMPúblico mostra que estes dois contextos não negativos são aqueles em que os adjuntos temporais negativos mais frequentemente ainda ocorrem em português contemporâneo. Tanto em construções comparativas como em construções superlativas, os adjuntos temporais negativos estão em competição (e frequentemente em variação livre) com a expressão indefinida *alguma vez*, que é de uso mais frequente contemporaneamente, como veremos adiante.

- (71) O Pedro trabalhou mais do que **alguma vez** tinha trabalhado.
 (72) O Governo está mais empenhado do que **alguma vez** esteve.
 (73) Chernobil é o maior acidente nuclear **alguma vez** ocorrido.

Vejamos cada contexto individualmente, já que cada um tem as suas particularidades gramaticais.

4.1. Adjuntos temporais negativos em construções comparativas

Neste contexto, importa considerar separadamente os advérbios temporais negativos *nunca* e *jamais*. Começemos por *nunca*. Martins (1997, p. 207, n. 37) considera que construções comparativas como *está melhor do que nunca* são “vestígios fossilizados de *nunca* como item de polaridade modal” (designação da autora para ocorrências de expressões negativas em contextos não negativos)²⁶, no que é seguida, por exemplo, por

²⁵ Sobre este assunto, veja-se Marques (2003, 2007). Marques (2003, pp. 167–168) refere que uma das análises possíveis (mas não a única) da frase *a Maria trabalha mais do que ninguém* envolve quantificação universal sobre graus (“o grau em que a Maria trabalha é superior ao grau em que **todas** as outras pessoas trabalham”):

(i) $\exists g' [\text{trabalha}'(m, g') \wedge \forall g [\exists x [\text{pessoa}'(x) \wedge \text{trabalha}'(m, g')] \rightarrow g' > g]$

²⁶ O mesmo acontece com *ninguém* em frases como *ele canta melhor que ninguém* – consulte-se Martins (1997, p. 205, n. 33).

Marques (2003, p. 241). A construção é usada tanto em português europeu como em português brasileiro, em números relativamente elevados (mais de 2.200 registos no CETEMPúblico, mais de 200 no NILC/São Carlos).

A observação sistemática de dados do CETEMPúblico revela alguns factos gramaticais que penso merecerem destaque.

Em primeiro lugar, observa-se que as construções já não se comportam como genuínas orações comparativas, mas parecem antes funcionar como sintagmas comparativos não oracionais. Prova disto é que a realização de um predicado verbal na estrutura comparativa é geradora de grande estranheza, ou mesmo agramaticalidade:

(74) Ele trabalhou mais **do que nunca** (*tinha trabalhado).

Sintomaticamente, entre os mais de dois milhares de registos de *nunca* em construções comparativas com *mais* no CETEMPúblico, apenas 3 ocorrem com forma verbal realizada, aspeto que os torna pouco naturais (face às alternativas com apagamento do verbo). Seguem-se dois exemplos:

(75) “Hoje é [...] muito mais célebre **do que nunca** foi nos tempos do seu recôndito estrelato.”

(CETEMPúblico, ext411300-nd-95a-1)

(76) “[...] Mário Viegas vai mais longe **do que nunca** foi na desmistificação da vida literária portuguesa [...].”

(CETEMPúblico, ext529295-clt-94a-2).

Em segundo lugar, observa-se que os sintagmas comparativos com *nunca* ocorrem em contextos em que normalmente não encontramos orações comparativas, como no seguinte exemplo (posição pré-particípio, numa oração participial):

(77) “Para além dos temas de sempre dos Trovante, [os **mais do que nunca** assumidos caminhos da latinidade] marcarão os compassos desta noite.”

(CETEMPúblico, ext890275-soc-98b-2)

Em terceiro lugar, observa-se uma forte assimetria em termos de frequência entre as comparativas de superioridade, predominantes, e as comparativas de inferioridade e igualdade, de uso quase residual. Nas orações comparativas comuns também existe assimetria na frequência das três construções, mas com *nunca* ela é muito mais acentuada. No CETEMPúblico, só encontrei 11 registos de comparativas de inferioridade com *nunca*, todas sem verbo realizado, como em (78), e 10 registos de comparativas de igualdade (com *tão*), 4 das quais sem verbo realizado, como em (79), e 6 curiosamente com verbo realizado, o que lhes confere um matiz arcaizante – confronte-se (80).²⁷ No NILC/São Carlos, há apenas 2 e 1 registos de cada uma destas duas classes de comparativas, respetivamente.

²⁷ Pesquisas realizadas: (i) “[Mm]enos” [] {0,4} “que” “nunca”; (ii) “[Tt]ão|[Tt]anto” [] {0,3} “como” “nunca”.

- (78) “(...) o Governo reúne agora **menos condições do que nunca** para avançar com opções políticas de forma pacífica.”
(CETEMPúblico, ext764597-eco-94b-2)
- (79) “As costelas monárquica e sportinguista (...) continuam **tão fortes como nunca**.”
(CETEMPúblico, ext576726-clt-94b-2)
- (80) “A estas horas, (...) já toda a gente ouviu falar desta grande paródia, **tão cómica e frenética como nunca** *se viu* em palcos da Outra Banda.”
(CETEMPúblico, ext453863-clt-94a-1)

Em termos de distribuição sintática, predomina a expressão *mais (do) que nunca* usada em contextos adverbiais, quer na típica posição pós-verbal, como em (81), quer em posição inicial absoluta, como em (82). Mas também ocorrem com alguma frequência sequências do tipo *mais ADJ' (do) que nunca / melhor (do) que nunca*, como em (83), e *mais N' (do) que nunca*, como em (84).

- (81) “Nas últimas semanas, as pessoas queixaram-se **mais que nunca** às associações de defesa dos consumidores.”
(CETEMPúblico, ext1398650-pol-93a-1)
- (82) “**Mais do que nunca**, a banca portuguesa vai debater-se no próximo ano com um conjunto alargado de problemas (...)”
(CETEMPúblico, ext707263-eco-94b-1)
- (83) “(...) a crise continua. E o futuro está [_{SA} **mais incerto que nunca**].”
(CETEMPúblico, ext229849-nd-97a-1)
- (84) “Hoje, há [_{SN} **mais nuvens que nunca**] sobre o Partido Socialista Operário Espanhol (...)”
(CETEMPúblico, ext1450988-pol-98a-1)

Vejamos agora o adjunto temporal negativo *jamais*. Há algumas diferenças entre *nunca* e *jamais* em construções comparativas que merecem destaque: (i) uso quase residual de *jamais* em construções comparativas; apenas encontrei 6 registos da construção (*vs.* mais de 2.200 de *nunca*) no CETEMPúblico, e 3 no NILC/São Carlos; não há nenhum registo no Vercial²⁸; (ii) o adjunto negativo *jamais* nunca aparece sozinho na construção comparativa – veja-se **está melhor (agora) do que jamais*; com *jamais*, tipicamente, o verbo é realizado, como em *está melhor (agora) do que jamais esteve* –, ou é elidido na presença de um adjunto, como em *está melhor (agora) do que jamais no passado*; nos 6 registos encontrados, 5 realizam o verbo, como em (85), e 1 omite-o na presença de um adjunto temporal, como em (86):

- (85) “O facto de ligarem o seu computador ao mundo ‘on-line’, permitirá que os consumidores adquiram **mais poder do que jamais** *tiveram* no mercado.”
(CETEMPúblico, ext431568-com-97b-1)
- (86) “O mercado recuperou o essencial das suas funções, estando **mais aberto do que jamais** *na história contemporânea*.”

²⁸ Pesquisa: "[Mm]ais|[Mm]enos|[Mm]elhor|[Pp]ior|[Mm]enor|[Mm]aior" [] {0,4} "que" "jamais".

(CETEMPúblico, ext834080-nd-95b-2)

Em português contemporâneo, nas construções comparativas com realização do verbo (ou elipse de verbo na presença de um adjunto), predomina, sem sombra de dúvidas, a expressão indefinida *alguma vez*, que tem uma distribuição semelhante a *jamais*, mas é de uso mais frequente – **está melhor (agora) do que alguma vez, está melhor (agora) do que alguma vez esteve, está melhor (agora) do que alguma vez antes*.²⁹

4.2. Adjuntos temporais negativos em construções superlativas

Creio não ter sido suficientemente destacado na literatura o facto de que o advérbio negativo *jamais* ocorre com elevadíssima frequência em construções superlativas, em português europeu contemporâneo: c. 25% dos registos desta forma no CETEMPúblico (num total de quase 1000 ocorrências).³⁰ Este facto distingue contemporaneamente *jamais* de *nunca*, uma vez que *nunca* não ocorre atualmente nestas construções.³¹ Segundo Martins (1997, pp. 206–207, n. 37), o uso de *nunca* em construções superlativas está atestado entre os séculos XIII e XIX, como no seguinte exemplo da autora, extraído de Said Ali: *a frota deste anno é a mais rica que nunca partio do Brasil* (Padre António Vieira, século XVII). Pinto (2021, pp. 155–158) também dá exemplos antigos de *nunca* em construções superlativas, em combinação com o item de polaridade negativo arcaico *[h]omem*, como na seguinte frase da *Demanda do Santo Graal* (sécs. XIII-XIV): *eu achei a maior maravilha que nunca omem visse*. A autora sublinha ainda a impossibilidade contemporânea de ocorrência de *nunca* em superlativos, que resultou de mudança linguística – por exemplo, **os termómetros atingiram hoje a temperatura mais alta que nunca se registou* (Pinto, 2021, p. 157).

O advérbio temporal negativo *jamais* é bastante frequente no registo jornalístico português – com uma prevalência de 19 registos por milhão de palavras no CETEMPúblico. Curiosamente, é quase três vezes mais frequente no registo jornalístico brasileiro – 53 registos por milhão de palavras no NILC/São Carlos – e em texto literário – 54 registos por milhão de palavras no Vercial.

Consideremos em mais pormenor o uso de *jamais* em construções superlativas. Em texto jornalístico contemporâneo, o advérbio *jamais* ocorre com bastante frequência em construções superlativas (sempre em modificadores oracionais dentro do sintagma

²⁹ Na pesquisa no CETEMPúblico "[Mm]ais|[Mm]enos|[Mm]elhor|[Pp]ior|[Mm]enor|[Mm]aior" [] {0,4} "que" "alguma" "vez" encontraram-se 56 registos de construções comparativas, ou seja, nove vezes mais do que na pesquisa paralela com *jamais* (que gerou apenas 6 resultados). 3 destes registos envolvem elipse de verbo na presença de um adjunto (temporal ou espacial).

³⁰ O número é calculado a partir da leitura dos primeiros 400 registos de *jamais* no CETEMPúblico; 100 desses 400 registos são de construções superlativas: 84 em modificadores participiais, 16 em orações relativas restritivas; uma projecção desta percentagem no número total de registos de *jamais* no corpus (3.845), dá um total de 961 ocorrências relevantes. A taxa de prevalência nos corpora NILC/São Carlos e Vercial, que será referida adiante, é obtida pela observação da totalidade dos registos de *jamais* nesses corpora.

³¹ No CETEMPúblico, apenas encontrei 1 registo de *nunca* em construções superlativas, claramente anómalo: "[...] o AZT (...) deve ser o fármaco mais tóxico, nunca aprovado nos EUA para terapia indefinida." (CETEMPúblico, ext1462120-soc-96b-1).

superlativo), em variação livre com a expressão indefinida *alguma vez*, que é de uso mais frequente.³²

(87) Esta é a ponte mais longa {^{OK}**jamais** / ^{OK}**alguma vez** / ***nunca**} construída entre duas ilhas.

Os modificadores em que *jamais* ocorre são de dois subtipos sintáticos: orações participiais (84% dos registos no CETEMPúblico, 55% no NILC/São Carlos) – vejam-se (87) e (88) – ou orações relativas restritivas (16% dos registos no CETEMPúblico, 45% no NILC/São Carlos) – veja-se (89). Tanto no CETEMPúblico como no NILC/São Carlos, o advérbio só ocorre antes da forma verbal, ou seja, não há registos nestes *corpora* de sequências com *jamais* pós-verbal (como *a maior feira realizada jamais* ou *os maiores desafios que tiveram jamais de enfrentar*).

(88) “É a maior feira **jamais** realizada no país (...).”
(CETEMPúblico, ext173631-soc-97b-1)

(89) “Os próximos meses (...) trazem-lhes um dos maiores desafios que **jamais** tiveram de enfrentar.”
(CETEMPúblico, ext138990-eco-94a-1)

No *corpus* Vercial, há um total de 761 registos de *jamais*. A sua observação permite destacar três aspetos em que o uso de *jamais* em construções superlativas é distinto do que se observa no CETEMPúblico, isto é, em texto jornalístico português contemporâneo. Tanto quanto sei, estes factos ainda não foram notados na literatura:

(i) no Vercial, não há qualquer registo de *jamais* em modificadores participiais, isto é, em construções do tipo de (87) e (88), que representam a maioria das ocorrências de *jamais* em construções superlativas no CETEMPúblico (84%) e no NILC/São Carlos (55%); com efeito, neste *corpus* de texto literário, *jamais* em superlativos apenas ocorre dentro de orações relativas restritivas³³

(90) “[...] ele criou o verbo mais poderoso e mais belo que **jamais** (...) encantou ouvidos humanos.”
(Eça de Queirós, *Notas Contemporâneas*, in Vercial)

³² Na pesquisa no CETEMPúblico “[Mm]ais|[Mm]enos|[Mm]elhor|[Pp]ior|[Mm]enor|[Mm]aior” [] {0,4} “que” “alguma” “vez” encontraram-se 161 registos de construções superlativas, quatro vezes mais do que na pesquisa paralela com *jamais* (que gerou 44 resultados).

³³ No *corpus* Literateca (cf. n. 2), há apenas 1 registo da construção com *jamais* em modificadores participiais, de um autor brasileiro da segunda metade do século XIX: “E erguendo a braço hercúleo, (...) assentou (...) um segundo estalo, que foi o prelúdio da **mais** tremenda algazarra **jamais ouvida** em templo cristão.” (José de Alencar, *As Minas de Prata*, 1862-1866). Tendo isto em conta, pode conjecturar-se que se trata de uma inovação gramatical relativamente recente, mas isso só poderá ser confirmado ou infirmado com uma consulta de *corpora* de texto antigos mais extensos, que neste momento não estou em condições de realizar.

(ii) no Vercial, a prevalência do uso de *jamaís* em construções superlativas face aos outros usos de *jamaís* é de 2,5% (com um total de 19 registos); esta taxa é semelhante à que se verifica no NILC/São Carlos (c. de 2,8%, com um total de 51 registos), mas é cerca de dez vezes inferior à que se observa no CETEMPúblico (25%), sinalizando uma particularidade do português europeu contemporâneo (pelo menos no tipo de registo em causa), já destacada no início desta subsecção;

(iii) entre os 19 registos de *jamaís* em construções superlativas no Vercial, há 4 (21%) com *jamaís* em posição pós-verbal, quando no CETEMPúblico e no NILC/São Carlos não há nenhum; em todo o caso, 2 desses registos são de textos do século XVII e 1 de um texto do século XVIII, pelo que se pode ponderar tratar-se de uma sintaxe de algum modo arcaizante, não reconhecida como válida contemporaneamente; o único exemplo mais recente da ordem em causa é

(91) “Aqui estou na **maior** confusão em que me vi **jamaís**, e sem alguma esperança de sair dela [...].”
(Teófilo Braga, *História da Literatura Portuguesa*)

Faço agora algumas breves considerações sobre a combinação de *jamaís* com o numeral ordinal *primeiro*, de que há 23 registos no CETEMPúblico (e 2 no NILC/São Carlos) e que não tem atestações no *corpus* Vercial.³⁴ Trata-se de um número surpreendentemente alto, dado que a gramaticalidade da construção não parece consensual. Embora *primeiro* (tal como, aliás, *último*) tenha aspetos semânticos que o aproximam dos superlativos (o primeiro é “o que está posicionado *mais à esquerda* na ordenação numérica” ou “o que ocorre *mais cedo* numa ordenação temporal”), não forma construções superlativas *stricto sensu*. Em 21 destes 23 registos do CETEMPúblico, *jamaís* ocorre antes de um participio passado (a construção que, recorde-se, com superlativos, só está documentada no CETEMPúblico, não no Vercial) – veja-se (92); nos outros dois registos, *jamaís* ocorre numa oração relativa restritiva, num caso – veja-se (93) –, e, de forma bastante anómala, num modificador adjetival não oracional, no outro – veja-se (94).

(92) “(...) o pulsar PSR1829-10 (...) tem um companheiro que, segundo tudo indica, é o **primeiro** planeta **jamaís descoberto** fora do nosso sistema planetário.”
(CETEMPúblico, ext469186-nd-91b-2)

(93) “O **primeiro** negro que **jamaís se candidatou** à Presidência do país (...) foi o menos votado, apenas com 0,38 por cento.”
(CETEMPúblico, ext411725-pol-97b-1)

(94) “Este é o **primeiro** regime democrático **jamaís existente** no Haiti.”
(CETEMPúblico, ext847924-pol-94b-2)

³⁴ No Vercial, há apenas 1 registo comparável, mas com *último*, num poema de Almeida Garrett: “A vós meu canto, Canto de indignação, **último** acento, Que **jamaís** sairá da minha lira, A vós, ó povos do universo, o envio (...)” (Almeida Garrett, *Camões*, in Vercial). Não se observam combinações de *jamaís* com *último* (ou com quaisquer outros numerais ordinais além de *primeiro*), no CETEMPúblico.

Termino esta secção com uma consideração geral sobre o estatuto especial de *jamais* para que os dados aqui registados apontam. Martins (1997) estabelece uma correlação entre a perda da possibilidade de ocorrer em contextos negativos pré-verbais com *não* (que afetou no decurso da mudança histórica expressões como *nenhum*, *nada* e *ninguém* – cf. secção 2 e n. 6) e a perda da possibilidade de ocorrer em contextos positivos (ditos “modais” *lato sensu*): na sua análise, as expressões em causa terão evoluído para “itens de polaridade forte” e terão deixado de poder ocorrer em contextos não negativos. Curiosamente, *jamais* não parece ter sofrido esta evolução, pelo menos de forma plena, já que continua a ocorrer com elevada frequência em contextos positivos (embora não coocorra, como *nunca*, em posição pré-verbal com *não* – cf. **ele jamais não hesitou*).³⁵ Isto só acontece, porém, em construções superlativas, o que mostra que estas construções têm propriedades particulares que requerem uma análise autónoma. O advérbio *jamais* é, pois, um adjunto de valor negativo com propriedades muito particulares, parcialmente distintas das das outras expressões negativas (*nenhum*, *nada*, *ninguém*, e bem assim *nunca*), e está possivelmente mais próximo do que Martins (1997) descreve como “palavras ambíguas entre itens de polaridade forte [*i.e.*, que não ocorrem a não ser em contextos negativos] e itens de polaridade fraca [*i.e.*, que ocorrem em contextos positivos, ditos modais]”, que existem em diversas outras línguas.

5. Conclusão

Este trabalho centrou-se na distribuição contemporânea dos adjuntos temporais negativos *nunca*, *jamais*, *em nenhum momento*, *em momento nenhum* e *em momento algum*, com destaque para os dois primeiros, que representam 99,7% dos registos destas expressões no CETEMPúblico (PE) e 97,3% no NILC/São Carlos (PB). Observaram-se os principais contextos em que estes adjuntos ocorrem contemporaneamente: dois contextos negativos – em posição pré-verbal como genuínos operadores de negação (*e.g.*, *nunca mentiu*) vs. em posição pós-verbal em concordância negativa (*e.g.*, *não mentiu nunca*) – e dois contextos não negativos (construções comparativas e construções superlativas). Em relação aos dois contextos negativos, observou-se que a proporção de ocorrências dos adjuntos em causa como genuínos operadores de negação, em texto jornalístico português, é de 96% para *nunca*, 90% para *jamais* e 74% (em média) para os adjuntos complexos com *nenhum* e *algum* (sendo os números muito semelhantes em texto jornalístico brasileiro: 97%, 87% e 79%, respetivamente). Ainda no que respeita a contextos negativos, foram analisadas sequências de expressões negativas que integram um adjunto temporal em posição pré-verbal, pouco estudadas na literatura. Observou-se que com o adjunto temporal na primeira posição, as construções são extremamente frequentes com *nunca* seguido de um constituinte negativo associado à função de sujeito – por exemplo, *nunca ninguém mentiu*, *nunca nenhum deputado se ausentou* –, tornam-se mais raras com *nunca* seguido de uma expressão preposicionada – por exemplo, *nunca em parte alguma foi encontrado* – e são quase residuais com *nunca* seguido de um

³⁵ Sobre a ocorrência de *jamais* em posição pré-verbal após *ninguém*, *nada*, *nenhum* N' ou N' *algum*, veja-se a secção 2.2.

complemento direto anteposto – por exemplo, *(uma lei que) nunca nada resolveu*. Com *jamais* e com os adjuntos complexos com *nenhum e algum*, todas as construções são raras, de uso quase residual. Observou-se ainda que com o adjunto temporal na segunda posição (de uma sequência de expressões negativas em posição pré-verbal) as construções são sempre infrequentes, independentemente do adjunto negativo utilizado (menos de 40 registos com *nunca* e menos de 40 registos com *jamais*, no *corpus* CETEMPúblico) e parecem não ter aceitação consensual generalizada: *nunca* coocorre principalmente com *ninguém* e *nada* – *ninguém nunca fez nada, nada nunca lhe agrada* –, parecendo especialmente marginal com *nenhum N'* – *?nenhum problema nunca é resolvido assim*; *jamais* aceita melhor as três combinações, em especial a última – *nenhum problema jamais é resolvido assim*.

Quanto aos contextos não negativos em que os adjuntos temporais negativos ocorrem contemporaneamente com alguma frequência, ainda que com fortes restrições, foram observados diversos factos. As construções comparativas com *nunca* são extremamente frequentes, mas têm uma forma sintática simplificada (sem permitir a realização de um predicado verbal): *mais/melhor do que nunca*; nas mesmas configurações o uso de *jamais* parece ser bloqueado: **mais/melhor do que jamais*. Inversamente, quando o predicado verbal é realizado, o uso de *nunca* é bloqueado e o de *jamais* é permitido, ainda que a frequência da construção seja baixa (indo a preferência, nestes contextos, para a expressão indefinida *alguma vez*): *trabalhou mais do que {jamais / alguma vez} trabalhara*. As construções superlativas documentam a mais significativa diferença distribucional contemporânea entre *nunca* e *jamais*: *nunca* comporta-se como um item de polaridade forte típico, rejeitando a ocorrência em contextos não negativos (se excluirmos a sua ocorrência “fossilizada” em comparativas não oracionais); *jamais* comporta-se como uma forma ambivalente entre um item de polaridade forte e um item de polaridade fraco; a segunda variante materializa-se apenas na sua ocorrência em construções superlativas. A ocorrência de *jamais* em construções superlativas representa 25% das ocorrências totais de *jamais* em texto jornalístico português contemporâneo (CETEMPúblico), em contraste com uma prevalência cerca de dez vezes inferior em texto jornalístico brasileiro contemporâneo (NILC/São Carlos) ou em texto literário (Vercial). A ocorrência de *jamais* em modificadores participais (além de em orações relativas restritivas), em construções superlativas, é especialmente interessante, porque é predominante hoje em dia (84% no CETEMPúblico, 55% no NILC/São Carlos), mas parece não ter sido usada (ou pelo menos muito usada) em fases anteriores da língua.

Globalmente, *nunca* e *jamais* apresentam várias diferenças gramaticais notáveis. Desde logo, nas taxas de frequência, sendo *nunca* 25 vezes mais frequente que *jamais* no CETEMPúblico (PE) e quase 5 vezes mais frequente no NILC/São Carlos (PB), mas ainda: (i) na possibilidade de ocorrência em superlativos, só disponível para *jamais*; (ii) na ocorrência em concordância pré-verbal com *nenhum N'*, só disponível com plena aceitação para *jamais*; (iii) na ocorrência como legitimador de concordância negativa pré-verbal, praticamente só observada com *nunca*.

Financiamento: Esta pesquisa foi financiada com verbas do Projeto Estratégico do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa UIDB/00214/2020.

Agradecimentos: Agradeço a Ana Maria Martins e a Rui Marques a leitura de uma versão prévia deste texto e as sugestões que me fizeram.

Referências

- Labov, W. (1972). Negative attraction and negative concord in English grammar. *Language*, 48(4), 773–818.
- Marques, R. (2003). *Para uma semântica das construções comparativas em português* (Dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa).
- Marques, R. (2007). Sintagmas negativos em construções comparativas do português. In M. Lobo & M. A. Coutinho (Eds.), *Actas do XXII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 447–463). Associação Portuguesa de Linguística.
- Marquilhas, R. (2013). Fenómenos de mudança na história do português. In E. P. Raposo, M. do Nascimento, M. da Mota, L. Segura & A. Mendes (Orgs.), *Gramática do Português* (Vol. 1, pp. 17–45). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martins, A. M. (1997). Aspectos da negação na história das línguas românicas (Da natureza de palavras como *nenhum, nada, ninguém*). In I. Castro (Ed.), *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 179–210). Associação Portuguesa de Linguística.
- Martins, A. M. (2000). Polarity items in Romance: Underspecification and lexical change. In S. Pintzuk, G. Tsoulas & A. Warner (Eds.), *Diachronic syntax: Models and mechanisms* (pp. 191–219). Oxford University Press.
- Martins, A. M. (2015). Ordem de palavras e polaridade: Inversão nominal negativa com *algum/alguno* e *nenhum*. *Diacrítica*, 29(1), 401–428.
- Matos, G. (1999). Negative Concord and the Scope of Negation. *Catalan Working Papers in Linguistics*, 7, 175–190.
- Peres, J. A. (1994). Concordância negativa através de fronteiras fráscas. In *Actas do X Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 435–451). Associação Portuguesa de Linguística.
- Peres, J. A. (1997). Extending the notion of negative concord. In D. Forget, P. Hirschbühler, F. Martineau & M.-L. Rivero (Eds.), *Negation and polarity, syntax and semantics* (pp. 289–310). John Benjamins.
- Peres, J. A. (2000). On the nature and licensing conditions of N-phrases in Portuguese. *DELTA*, 16, 165–199.
- Peres, J. A. (2013). Negação. In E. P. Raposo, M. do Nascimento, M. da Mota, L. Segura & A. Mendes (Orgs.), *Gramática do Português* (Vol. 1, pp. 461–498). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pinto, C. (2021). *Minimizers and the syntax of negation: A diachronic and comparative approach from European Portuguese* (Dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa).
- Raposo, E. P. (2013). Advérbio e sintagma adverbial. In E. P. Raposo, M. do Nascimento, M. da Mota, L. Segura & A. Mendes (Orgs.), *Gramática do Português* (Vol. 2, pp. 1569–1684). Fundação Calouste Gulbenkian.

Corpora consultados

- Linguatca. (2001). CETEMPúblico 1.7 (v. 11.5) [Corpus eletrónico].
<https://www.linguatca.pt/aceso/corpus.php?corpus=CETEMPUBLICO>
- Linguatca. (2023). NILC/São Carlos (v. 14.2) [Corpus eletrónico].
<https://www.linguatca.pt/aceso/corpus.php?corpus=SAOCARLOS>

Linguatca. (2024). Projeto Vercial (v. 15.1). [Corpus eletrônico].
<https://www.linguatca.pt/acesso/corpus.php?corpus=VERCIAL>

[recebido em 09 de novembro de 2023 e aceite para publicação em 09 de maio de 2024]

SÁNCHEZ REI, XOSÉ MANUEL
O PORTUGUÊS ESQUECIDO. O GALEGO E OS DIALECTOS
PORTUGUESES SETENTRIONAIS

Laivento, 2022, 2.^a ed., 619 pp.

Xosé Ramón Freixeiro Mato*
ramon.freixeiro@udc.gal

No ano de 2021 saiu do prelo uma obra fundamental para o conhecimento da linguagem popular e dialetal das regiões portuguesas mais setentrionais e as suas equivalências com os falares galegos, tema que já tinha despertado o interesse do autor em trabalhos anteriores, embora de menor abrangência. A necessidade, a oportunidade e a valia de uma obra como esta ficam corroboradas pelo facto de que num curto período de tempo, nos inícios de 2022, já foi realizada uma segunda edição, sucesso nada habitual para um trabalho de pesquisa filológico-linguística de tal extensão e profundidade. A obra insere-se numa linha de investigação mais ampla em que o autor tem trabalhado ao longo da sua vida académica, nomeadamente os estudos sobre variação dialetal.

O livro centra-se principalmente nos anos finais do século XIX e nos primórdios do XX, justamente em épocas em que a influência do padrão lisboeta não se sentia com tanta intensidade como na atualidade. Como resultado desse estudo, o que se pode verificar é que muitos traços fonéticos, gramaticais e lexicais que no nosso tempo são característicos da língua galega ou que inclusive fazem parte da sua norma culta em vigor correspondiam naquela altura – alguns chegam mesmo à atualidade – a fenómenos também próprios de algumas dessas falas lusitanas. É o caso, por exemplo, da pronúncia aberta da vogal <a> seguida de consoante nasal, da ausência de nasalidade em posição final de palavra (*home*, *virge*, *viage*, *onte*), da acentuação paroxítona de formas verbais como *estudavamos* e *estudavades*, de flexões de género e número do tipo de *o irmam* → *a irmam* → *os/as irmans* ou *coraçom* → *coraçons*, dos pronomes pessoais *el*, *che* ou *vós* e do demonstrativo *aquel*, de formas verbais flexionadas como *imos*, *andades*, *andache* ou *foche*, dos advérbios *abofé* ou *velaqui*, e de palavras lexicais como *acadar*, *auga*, *açucres*, *almoçar* e *almorço*, *anho*, *berce*, *castinheiro*, *cerdeira*, *crego*, *cunca*, *eido*, *legom*, *pataca*, *pita*, *péxego*, *sandar*, *traquer* ou *xordo*. Todas estas formas linguísticas, e muitas outras, são variantes que o processo de standardização do português, com o centro geográfico posto no eixo entre Lisboa e Coimbra (ou mais propriamente em Lisboa), foi condenando a partir das gramáticas quinhentistas por serem identificadas com as falas nortenhas e com o galego.

* Grupo de Investigación Lingüística e Literaria Galega (ILLA) / Universidade da Coruña, Galiza
ORCID: 0000-0003-1751-4561

Contudo, muitos desses elementos linguísticos conseguiram sobreviver até às primeiras décadas da centúria precedente e alguns deles mesmo até ao período atual. Desse modo, a maior parte deles ficou documentada em obras clássicas dos estudos linguísticos portugueses e também em textos de procedência tradicional como narrações, romances ou cantares. Nesse labor de documentação, registo e estudo de fenomenologias linguísticas nortenhas desempenhou um papel fundamental o etnógrafo, dialetólogo e filólogo José Leite de Vasconcellos, bem citado e ponderado nesta obra. Ele coligiu grande quantidade desses fenómenos e em muitas ocasiões os pôs em relação com o galego e com a Galiza. É a partir desses trabalhos de Leite de Vasconcellos e de muitas outras fontes documentais que Sánchez Rei constrói esta relevante obra de pesquisa e análise, de cuja leitura atenta pode deduzir-se que o português corrente de hoje, nomeadamente na sua modalidade estandardizada, se esqueceu de todo aquele manancial de linguagem popular e dialetal de procedência galaica. Também essa leitura convida a perguntarmos o que teria acontecido se a corte lusa não se deslocasse de Guimarães para o sul e se esses falares nortenhos conformassem a base do padrão português atual. Parece evidente que este estaria muito mais próximo do galego hodierno.

A obra está estruturada em seis capítulos. O primeiro leva por título “Fronteiras políticas, lingüísticas, socioculturais e dialectoloxía” (pp. 27–72) e opera a modo de introdução geral a respeito do espaço sociocultural, linguístico e comunicativo conformado pela Galiza e o norte de Portugal. Nele presta-se atenção aos fatores de carácter histórico e cultural que definem este espaço; e de modo singular atende o autor à “densidade” de comunicação (pp. 61–66) que se estabelece entre ambos os lados da fronteira, aspeto fulcral para fundamentar a intensidade das relações linguísticas entre um lado e outro do Minho. Finaliza o capítulo com um igualmente oportuno “estudo das variedades lingüísticas” (pp. 66–72), de maneira que em conjunto o leitor fica fornecido dos conhecimentos contextuais precisos para se adentrar nos conteúdos da obra, bem estruturada e redigida num galego exemplar.

O capítulo 2, “Os estudos de dialectoloxía galego-portuguesa desde o século XVI até aos inícios do século XX” (pp. 73–211), avança em extensão a respeito do primeiro e introduz-nos no percurso dos estudos dialetológicos levados a cabo em Portugal (pp. 73–155) e na Galiza (pp. 171–195), a singularizar entre eles o caso de Leite de Vasconcellos, com atenção a questões metodológicas e à sua proposta de classificação dialetal (pp. 155–171), por um lado, e à sua relação específica com o galego (pp. 195–211), por outro. Neste capítulo já se levantam as questões relativas às variantes linguísticas galegas e portuguesas, bem como a esse *continuum* dialetal que passa por cima da fronteira política e que dá origem a posicionamentos e polémicas relativos à consideração de galego e português serem duas línguas diferentes, uma mesma língua ou codialetos, hipótese leiteana que se tornou grata para alguns estudiosos galegos que defenderam a unidade linguística galego-portuguesa, como o professor Carvalho Calero. Porém, lamenta o autor do livro que, após

150 anos de a dialetologia se tornar disciplina filológica, Portugal não disponha ainda “dun atlas lingüístico que abranxa todo o territorio, como se verifica noutras nacións veciñas, entre elas a Galiza” (p. 165).

Os três capítulos seguintes centram a sua análise nos grandes planos da estrutura interna das variantes linguísticas em foco. O menos extenso deles é o 3, “Cuestións fonéticas e fonolóxicas” (pp. 213–278), que estuda os fenómenos que afetam o vocalismo e o consonantismo em dupla perspetiva: aqueles que se podem julgar como tipicamente dialetais e os que são próprios da linguagem popular. O levantamento de casuísticas é amplo e estas ficam bem documentadas, com abundante e esclarecedora exemplificação, traço que caracteriza igualmente os dois capítulos seguintes. O mais extenso é o número 4 (“Cuestións morfosintácticas”, pp. 279–423); entre os “Aspectos morfolóxicos” (pp. 279–367) aparecem estudados casos como o do sufixo *-çom* e terminações afins, que possui grande relevância na diferenciação atual entre o galego e o português, mas também são tratados diversos fenómenos relativos à flexão nominal e verbal, às diferentes tipologias pronominais e a elementos gramaticais sem flexão. A respeito dos “Aspectos sintácticos” (pp. 367–423), o autor começa por se referir à presença nas falas portuguesas do norte de *vós* como pronome de segunda pessoa de plural e de *che* como forma de dativo, devendo destacar-se, entre os usos deste, o que em galego é conhecido como dativo de solidariedade e considerado traço singular e exclusivo dele (*O meu fillo éche moi alto*); ainda em relação aos pronomes átonos, também analisa alguns aspetos particulares da colocação dos clíticos, entre os que atesta a maciça presença da interpolação pronominal (*Inda me aqui apareces*) em fontes documentais de ambos os lados do Minho, bem como a existência de casos de próclise pronominal em posição inicial absoluta no romanceiro tradicional do norte de Portugal, talvez por “posíbel influencia da sintaxe española” (p. 393). Documenta igualmente esta obra casos comuns de estruturas sintáticas com redobro de clítico (*Interpretou-lhe à amiga uma melodia antiga*), construções de tipo *ir + em + frase nominal* (*Vai na casa*) de sentido locativo e direcional, outras construções transitivas com objeto direto preposicional (*Eu fumo no meu cigarro*) ou casos de uso do pronome tónico de terceira pessoa singular como sujeito de verbos climatológicos (*Ele já orvalha*), além de usos também comuns a ambos os lados do rio Minho de certos valores do pretérito-mais-que perfeito simples, de alguns complexos verbais, perifrásticos ou não, do tipo de *dever de + verbo*, com valor obrigativo, *imos a andar / andando, está a sonhar / sonhando*, etc., ou usos coincidentes de partículas discursivas como *ho, hom* e outras mais discutíveis como *ou* e *oxalá*. Pode-se dizer, em síntese, que este é um capítulo de grande utilidade para o conhecimento da gramática comum subjacente nas falas populares tradicionais da Galiza e do norte de Portugal.

Para completar a análise dos traços linguísticos comuns ao galego e aos dialetos portugueses setentrionais não podia faltar um capítulo dedicado ao léxico e à semântica, ainda a partir do princípio de que duas variedades linguísticas tão próximas por boa lógica devem partilhar um amplo fundo lexical comum. O capítulo 5 (“Cuestións semântico-lexicais”, pp. 425–549) começa com umas interessantes e oportunas “Consideracións

xerais” (pp. 425–441) em que se ponderam diferentes unidades lexicais que não costumam fazer parte do padrão português, como é o caso de alguns termos, geralmente pertencentes ao âmbito da fala popular, que são capazes de ampliar a sua esfera semântica para além dos usos rurais, mesmo com presença relevante em textos literários galegos pelo seu carácter diferencial face ao espanhol, e que também são conhecidos “en falares portugueses rexionais” (p. 429). Enriquece-se este capítulo com um amplo vocabulário de termos com significado total ou parcialmente partilhado nos dois lados do rio, que acaba por conformar um pequeno dicionário específico das falas galegas e portuguesas do norte (pp. 447–487), ou com outras palavras, do velho património linguístico comum, perfeitamente anotado com relação ao seu registo em dicionários clássicos galegos e à sua documentação em textos de origem tradicional portuguesa. Tal esforço compilatório outorga ao livro um valor que acrescenta os seus já muitos méritos; e ainda se complementa com outra recompilação, destacadamente menor, de vocábulos com diferente significação (pp. 489–491), seguida de pertinentes comentários a respeito de diversas questões lexicais. Continua o capítulo com outra interessante secção que analisa a influência do espanhol no léxico, e mesmo em âmbitos gramaticais, do português setentrional (pp. 511–543), tema oportuno e necessário num trabalho deste tipo pela generalizada presença de espanholismos também nas falas galegas; estas interferências da língua de Castela, bem conhecidas e estudadas no galego, não receberam tanta atenção no caso do português, apesar dos relevantes contributos do professor Fernando Venâncio. Termina o capítulo com uns “Posíbeis casos de léxico arcaico” (pp. 544–549) em que se ponderam formas como *aquestar*, *fermoso*, *suidade*, *preguntar*, *palomba* ou *entonces*, ocasional e convenientemente atestadas nas fontes documentais da área geográfica posta em foco nesta magna obra.

Num último capítulo (“Conclusións”, pp. 551–566) o autor realiza algumas reflexões de interesse, entre as quais singularizamos a que deixou para o final e que já fora sugerida: “Como se enformaría a variedade modelar lusitana se, en vez do eixo Lisboa-Coimbra, se erixise como ámbito de poderío económico, cultural e sobre todo político a rexión de Guimarães-Porto ou aínda Braga-Bragança?” (p. 566). Pergunta esta que sempre tem despertado interesse e curiosidade ao norte do Minho e que se poderia ampliar a como seria hoje o padrão culto do galego se finalmente na Baixa Idade Média tivesse triunfado na Galiza o movimento político defensor da separação de Castela e da união com Portugal. Esta questão torna-se hoje ainda mais presente após a publicação de *Unha etapa estelar e conflitiva de Galiza (a segunda metade do século XIV)*, de Francisco Rodríguez, em que se mostra muito esclarecedoramente a manipulação e ocultação da verdadeira história da Galiza medieval por parte da historiografia oficial espanhola, para dessa forma a pôr ao serviço do ideal castelhanista.

A conclusão final que se pode tirar da leitura deste livro, bem documentado e elaborado com todo o rigor científico, é que nem o português deve ser essa língua que esqueceu o seu passado, ou que o renegou, nem o galego pode viver de costas viradas para uma história linguística comum com Portugal, vantagem que poderia aproveitar muito melhor como garantia do seu futuro. Para o necessário reconhecimento entre as falas de

aquém e além Minho seria muito conveniente a divulgação desta obra, uma das mais importantes da filologia galego-portuguesa dos últimos tempos, não só na Galiza, mas também em Portugal e em todo o âmbito lusófono ou galegófono.

[recebido em 13 de junho de 2024 e aceite para publicação em 25 de junho de 2024]



CEHUM
Centro de Estudos Humanísticos
da Universidade do Minho

fct

UID/00305/2020
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia